

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

RODRIGO MARINS MARRETTO

"A ESCRAVIDÃO VELADA: A FORMAÇÃO DE NOVA FRIBURGO NA PRIMEIRA  
METADE DO SÉCULO XIX"

NITERÓI  
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

RODRIGO MARINS MARRETTO

"A ESCRAVIDÃO VELADA: A FORMAÇÃO DE NOVA FRIBURGO NA PRIMEIRA  
METADE DO SÉCULO XIX"

Dissertação de Mestrado apresentada junto  
ao Programa de Pós-Graduação em História  
da Universidade Federal Fluminense como  
requisito para a obtenção do Grau de  
Mestre

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Larissa Moreira Viana

NITERÓI  
2014

M358 Marretto, Rodrigo M.

A Escravidão Velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX / Rodrigo M. Marretto. – 2014.

153 f. ; il.

Orientador: Larissa Moreira Viana.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2014.

Bibliografia: f. 154- 160.

1. Escravidão. 2. Colonização Suíça. 3. Nova Friburgo – século XIX. I. Viana, Larissa Moreira; II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia; III. Título.

CDD 981.04

RODRIGO MARINS MARRETTO

"A ESCRAVIDÃO VELADA: A FORMAÇÃO DE NOVA FRIBURGO NA  
PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX"

Dissertação de Mestrado apresentada junto  
ao Programa de Pós-Graduação em História  
da Universidade Federal Fluminense como  
requisito para a obtenção do Grau de  
Mestre

Aprovada em 27 de março de 2014.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Larissa Moreira Viana (Orientadora)

---

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães (Arguidor)

---

Prof. Dr. Ricardo Henrique Salles (Arguidor)

---

Prof. Dr. João Raimundo de Araújo (Suplente)

Niterói  
2014

Essa dissertação é dedicada à memória de Leandro Marins Marretto.

## **Agradecimentos**

Quanto labor até aqui. Minhas tendinites rangem como dobradiças desgastadas pelo tempo. Tanta gente para agradecer, tantas palavras bonitas eu poderia dizer, mas existem algumas questões de ordem mais imediata e, por isso, agradeço aos meus pais, Carlos Ricardo Giesteira Marretto e Valdete das Graças Marins, pela incrível coragem com que enfrentaram e enfrentam a vida. À minha avó, D. Diva Giesteira Marretto, devo agradecimento precioso, quando garoto ela me relatava a história daqueles portugueses que em finais do século XIX chegaram ao Brasil e formaram o ramo de onde ela é originária; hoje eu sei o quanto isso contribuiu na escolha da minha profissão, além disso, serei eternamente grato pela sua companhia e dedicação.

Feitos esses primeiros mimos com aqueles que me educaram mais de perto, passo a agradecer àqueles que contribuíram intelectualmente para que hoje este trabalho pudesse se concretizar. Farei tal percurso de forma regressiva, agradecendo aos mais recentes colaboradores até aqueles mais distantes e que aqui serão lembrados apenas como forma de aplacar meu saudosismo. Sem mais, Larissa Moreira Viana foi Orientadora fiel, acreditou nas minhas capacidades e apostou no trabalho. Larissa cedeu-me seus próprios livros e sempre avaliou minhas produções de maneira atenta e solícita. Seus comentários preciosos ajudaram a dar forma a este trabalho, muitas das ideias que trocamos durante as orientações são parte constituinte desta pesquisa. Obrigado pela atenção e pelo carinho com que você me recebeu.

Gostaria de agradecer imensamente a Carlos Gabriel Guimarães e Ricardo Henrique Sales pelas críticas e sugestões feitas durante os eventos em que pude partilhar as minhas incipientes formulações e, também, durante a minha Banca de Qualificação; quando as contribuições dos ilustres professores foram importantíssimas. Gostaria de ressaltar que o professor Carlos Gabriel tomou o cuidado de preparar um CD com diversos textos e fontes primárias para auxiliar a confecção deste trabalho.

Contribuíram, também, os professores que ministraram as disciplinas do mestrado. Sônia Regina Mendonça, Gladys Sabina Ribeiro, Hebe Mattos e Maria Regina Celestino foram responsáveis pela leitura dos primeiros esboços dos capítulos dessa Dissertação. Além disso, o desempenho desses professores inspirou o aprofundamento dos estudos e à leitura de obras de referência historiográfica e teórico-metodológica. Durante as aulas também foi possível apreender um pouco das

experiências acadêmicas desses professores, e isso, foi fundamental para compreender as variadas tendências seguidas e um pouco da história do próprio departamento.

Ao meu mestre e amigo, João Raimundo Araújo, pelo incentivo que sempre demonstrou diante das minhas iniciais tentativas de pesquisar a História da cidade de Nova Friburgo; e pelo entusiasmo demonstrado diante dos primeiros textos do projeto aprovado e que agora se concretiza em Dissertação. Agradeço-te também pela leitura atenta dos capítulos dessa dissertação; pelos bons conselhos sobre a vida e pelos excelentes papos sobre o nosso tão adorado Clube de Regatas Flamengo. A nossa amizade demonstra como duas gerações separadas pelo tempo podem dialogar de forma proficiente.

É impossível não lembrar de todo corpo docente do curso de História da Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia, ao qual agradeço através do coordenador e também amigo Ricardo da Gama Rosa Costa (Rico), que sempre cedeu, generosamente, seus livros. Foi nessa instituição que construí as bases para me tornar professor de História e posteriormente chegar ao curso de Mestrado da UFF. Agradeço também ao corpo docente da Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Candido Mendes no biênio 2008-2009.

Agradeço a solicitude dos funcionários do PPGH – UFF que sempre atenderam às minhas necessidades e questionamentos com presteza. Além disso, agradeço ao PPGH – UFF pela concessão da bolsa de estudos. Incluo nesses agradecimentos os funcionários da Biblioteca Central do Gragoatá e dos diversos arquivos e instituições frequentados durante esse empreendimento intelectual, sem a ajuda desses profissionais esse trabalho não seria possível.

Durante o curso de mestrado algumas amizades foram conquistadas: o casal José Valdenir Rabelo Filho e Thalyne Rabelo, e Marcelo Cerqueira Neder foram companheiros em aulas, eventos e nos bate papo do intervalo. Ao amigo Alexandro Magalhães Pinto sou grato, pelos bons cafés e conversas que tivemos durante esses dois anos de Mestrado e por ter me abrigado em Niterói todas as vezes que precisei. Agradeço a Eder Figueira Corrêa e a Felipe de Castro Sanches, amigos e incentivadores desse trabalho. Agradeço ao casal Marcelo Manhães e Luana Leite Afonso por conseguirem distrair-me durante momentos de refinado stress com a confecção desse trabalho.

Agradeço ainda, aos amigos de juventude, Daniel Mandur Thomaz e Rodrigo Pinto de Brito que se deu ao trabalho de ler e fazer excelentes críticas e sugestões ao trabalho.

Por fim, meus agradecimentos inclinam-se à Sonja Ribeiro Longo: namorada, amiga e companheira das horas boas e das difíceis. Agradeço por você estar ao meu lado em uma caminhada tão exigente e importante, e também pelas correções, sugestões e beijinhos que compartilhamos no percorrer dessas páginas. Você foi fundamental para a realização deste trabalho.



*Da observação nos elevados montes  
Prefiro, à nitidez real dos aspectos,  
Ver mastodontes onde há mastodontes  
E insetos ver onde há somente insetos.*

(Augusto dos Anjos)

## **Resumo**

O presente trabalho foca suas investigações na História da formação da Vila de Nova Friburgo, entre 1820 e 1850. O objetivo deste é perscrutar a vida material desta Vila com a intenção de reinserir a participação dos escravos na constituição deste tecido social. Assim, compreender e resgatar as sociabilidades que permeavam a convivência dos senhores, luso-brasileiros e suíços com os escravos e, por conseguinte, com a escravidão torna-se imperativo nesta pesquisa. Com efeito, o denominado “mito da suíça brasileira” será desconstruído através de uma volumosa documentação que coloca a formação de Nova Friburgo profundamente ligada à expansão da escravidão e dessa área do Vale do Paraíba. Utilizo-me de métodos da micro-história, entre eles a variação da escala de observação e a ligação nominativa, sempre em diálogo com os pressupostos teóricos de E. P. Thompson. Tal arcabouço teórico-metodológico tem por objetivo auxiliar as análises, realizadas na variada documentação que diz respeito formação da Vila de Nova Friburgo, sobretudo, documentos paroquiais, cartoriais e judiciais. São eles que permitirão desmitificar a tradicional história da formação da Vila de Nova Friburgo, enfatizando como lusos brasileiros e suíços se relacionavam com a escravidão.

**Palavras-chave:** Escravidão. Colonização suíça. Nova Friburgo – Século XIX

## **Abstract**

This work focuses its investigations on the history's formation of the town Nova Friburgo between 1820 and 1850. The objective is to scrutinize the material life of this village with the intention of reinsert the slaves's participation in the constitution of the social fabric, thus, understand and redeem sociabilities that permeated the experience of lords, Luso-Brazilian and Swiss. The slavery becomes imperative in this research. Therefore, the called "Mito da Suíça-Brasileira" is deconstructed through extensive documentation which puts the formation of Nova Friburgo deeply linked to the expansion of slavery in the Vale do Paraíba. I use microhistory's methods, including, scale's variation of observation and the word link, always in dialogue with E. P. Thompson. Such theoretical and methodological framework aims to assist the analysis, carried out in various documents as regards the formation of Nova Friburgo, especially parochial, notary and court documents. That will allow them to demystify the formation of Nova Friburgo, emphasizing how Luso Brazilian and Swiss were related to slavery.

**Keywords:** Slavery. Swiss colonization. Nova Friburgo - Nineteenth Century

## SUMÁRIO

Folha de aprovação .....	ii
Dedicatória .....	iii
Agradecimento .....	iv
Epígrafe .....	vii
Resumo e Abstract .....	viii
Lista de Tabelas .....	x
Apresentação .....	2.
Capítulo I – Escravidão e colonização suíça: o projeto escravista imperial .....	14.
1.1. O povoamento dos “Sertões do Leste” e as origens de Cantagalo e Nova Friburgo .....	14.
1.2 A estrutura da propriedade na formação da Vila de Nova Friburgo: terras e escravos .....	32.
1.3 Antônio Clemente Pinto: o expoente da classe senhorial .....	51.
1.4 . Os suíços e a assimilação da lógica senhorial escravista .....	60.
1.5. Os ares senhoriais da Vila de Nova Friburgo .....	65.
Capítulo II - A estrutura escravista da Vila de Nova Friburgo: um estudo serial através dos batismos e das cartas alforria .....	70
2.1 Introdução .....	70.
2.2 A demografia escrava segundo o batismo e os números da Liberdade .....	73.
2.3 A demografia escrava segundo o batismo e os números da Liberdade .....	81.
2.4 Concessão de cartas de alforria entre africanos e crioulos na vila de Nova Friburgo: negociação, dependência e precariedade .....	90.
2.5 Compreendendo a estrutura escravista .....	107.
Capítulo III - As fugas e as insurreições de escravos na Vila de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX .....	111.
3.1. Na Vila de Nova Friburgo os escravos também fugiam .....	111.
3.2. O temor da revolta escrava na Vila de Nova Friburgo no ano de 1835 e a constituição das Posturas Municipais .....	121.
3.3 A historiografia sobre a Fazenda Ponte de Tábuas: conceituação e metodologia. 131.	
3.3.1 Motivos para a fuga da Fazenda Ponte de Tábuas: a questão da violência senhorial .....	136.
3.4. A construção das identidades escravas na fuga da Fazenda Ponte de Tábuas: Antônio Pernambuco, pardo e líder e seus parceiros Valentim Moçambique e Silvestre Crioulo .....	140.
3.5 Em busca de uma síntese dos fugitivos e da sentença dos escravos da Fazenda Ponte de Tábuas .....	146.
4. As pontas do fio de Ariadne .....	150.
Bibliografia e Fontes .....	153.

## LISTA DE MAPAS, QUADROS, IMAGENS, GRÁFICOS E TABELAS.

### Capítulo 1

- Gráfico 1.1:** Africanos e crioulos em escrituras de compra e venda de escravos. 1820-1850.  
**Gráfico 1.2:** Relação de africanos em escrituras de compra e venda de escravos. 1820-1850.  
**Gráfico 1.3:** Padrão de posse de escravos segundo o Batismo. 1820-1850.  
**Gráfico 1.4:** Suíços e brasileiros – Vereadores. 1820-1850.  
**Gráfico 1.5:** Antônio Clemente Pinto 1839-1844 Movimentação no porto do Rio de Janeiro.  
**Gráfico 1.6:** Escravos de Antônio Clemente Pinto. Dados cartoriais. 1848-1850  
**Gráfico 1.7:** Escravos de Antônio Clemente Pinto: homens, mulheres e crianças. 1848-1850.  
**Imagem 1.1:** Colônia suíça de Cantagalo, Jean Baptiste Debret – 1826.  
**Mapa 1.1:** Reconhecimento do Rio de Macacu e da estrada que conduz a Nova Friburgo.  
**Mapa 1.2:** Terras doadas por D. Pedro I nas Vertentes do Rio Macaé.  
**Quadro 1.1:** População escrava na Vila de Nova Friburgo. 1828-1850.  
**Quadro 1.2:** Origem dos compradores de escravos 1820 -1850.  
**Quadro 1.3:** Origem dos vendedores de escravos 1820 -1850.  
**Quadro 1.4:** Participação na vida política da Vila de Nova Friburgo. 1820-1850  
**Quadro 1.5:** Participação na vida política da Vila de Nova Friburgo. 1820-1850  
**Quadro 1.6:** Participação na vida política da Vila de Nova Friburgo. 1820-1850  
**Quadro 1.7:** Participação na vida política da Vila de Nova Friburgo. 1820-1850  
**Quadro 1.8:** Participação na vida política da Vila de Nova Friburgo. 1820-1850  
**Tabela 1.1:** Compra e venda de terras entre 1820 e 1850.  
**Tabela 1.2:** Relação de africanos e crioulos em escrituras de compra e venda de escravos. 1820-1850.  
**Tabela 1.3:** Relação de africanos em escrituras de compra e venda de escravos. 1820 -1850  
**Tabela 1.4:** Origem dos escravos batizados 1820 - 1850  
**Tabela 1.5:** Suíços e luso-brasileiros - Vereadores 1820 - 1850. Tabela 1.5  
**Tabela 1.6:** Antônio Clemente Pinto 1839-1844: Movimentações no Porto do Rio de Janeiro  
**Tabela 1.7:** Escravos do Barão de Nova Friburgo - Dados Cartoriais 1848-1850.

### Capítulo 2

- Gráfico 2.1:** Africanos, Crioulos e escravos sem origem nos batizados entre 1820-1850.  
**Gráfico 2.2:** Batizados 1820-1850.  
**Gráfico 2.3:** Gênero dos escravos no batismo 1820-1850.  
**Gráfico 2.4:** Padrinhos dos escravos 1820-1850.  
**Gráfico 2.5:** Gênero dos escravos alforriados 1820-1850.  
**Gráfico 2.6:** Alforriados de 10 em 10 anos 1820-1850.  
**Gráfico 2.7:** Alforrias entre africanos e crioulos 1820-1850.  
**Gráfico 2.8:** Condição das alforrias para pardos 1820-1850.  
**Gráfico 2.9:** Condição das alforrias entre africanos e crioulos 1820-1850.  
**Tabela 2.1:** Origem/ portos de saída dos escravos batizados entre 1820-1850.  
**Tabela 2.2:** Batizados 1820-1850.  
**Tabela 2.3:** Gênero dos escravos no batismo 1820-1850.

**Tabela 2.4:** Condição das alforrias 1820-1850.

**Tabela 2.5:** Gênero nas cartas de alforria 1820-1850.

**Tabela 2.6:** Alforriados de 10 em 10 anos.

**Tabela 2.7:** Alforrias entre africanos e crioulos 1820-1850.

**Tabela 2.8** Condição das alforrias para pardos 1820-1850.

**Tabela 2.9:** Alforrias de Crioulos 1820-1850.

**Tabela 2.10:** Alforria de africanos 1820-1850.

**Tabela 2.11:** Condição das alforrias entre africanos e crioulos 1820-1850.

### **Capítulo 3**

**Tabela 3.1:** Escravos da fazenda Ponte de Tábuas 1820-1850.

**Tabela 3.2:** Crioulos e africanos da fazenda Ponte de Tábuas 1820-1850.

## Apresentação

“Pistas talvez infinitesimais permitem captar uma  
realidade mais profunda, de outra forma  
inatingível.”

*Carlo Ginzburg*

O primeiro objetivo deste trabalho é revelar a vida material da Vila de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX e captar as sociabilidades intrínsecas às vivências dos senhores com variados extratos sociais, sobretudo escravos. Essa revelação será parte do plano para desmitificar a História da formação da Vila de Nova Friburgo. Em primeiro lugar, o denominado mito fundador da “Suíça-brasileira<sup>1</sup>”, identificado, criticado e estudado por outros pesquisadores, visa compreender a Vila de Nova Friburgo como um espaço europeu, colonizado majoritariamente por trabalhadores livres. Tal discurso tem como objetivo obliterar da História de Nova Friburgo no século XIX, a escravidão. Passo a narrar, em linhas gerais, a construção da Vila de Nova Friburgo e a estruturação desse mito e suas consequências para toda a produção historiográfica referente à Nova Friburgo.

A colonização das “brenhas do Morro Queimado<sup>2</sup>” entre 1820 e 1850, futura Vila de Nova Friburgo, decorre de um pedido de colonização do representante helvético, o Sr. Nicolau Sebastião Gachet, a D. João VI. Pensamos que tal acordo, por certo, atendia às necessidades dos suíços, aos desejos dos proprietários de terras e de escravos interessados em desenvolver a região e ao projeto de civilização e expansão escravista em uma região pouco povoada e próxima à Corte. Além disso, esta colonização contribuiu, também, para facilitar o trânsito no caminho entre o núcleo cafeeiro de Cantagalo e o porto em Macacu, de onde o café seguia embarcado até o porto do Rio de Janeiro. Isso ocorreu porque o Morro Queimado localizava-se entre esses pontos e, por isso, viabilizava, após o trecho mais íngreme da serra, uma pausa antes das tropas de mula seguirem para Cantagalo.

Os acordos entre a Coroa e o representante helvético vieram favorecer, sobretudo, à formação da classe senhorial na região e, desta maneira, o enraizamento

---

<sup>1</sup> Tratamos essa denominação como mito não por ela representar um relato totalmente falso do processo de formação de Nova Friburgo, mas por ser uma visão simplificada e romantizada dos acontecimentos.

<sup>2</sup> Hino de Nova Friburgo. Letra: Franklin Coutinho. Música: Maestro Sérvio Lago. Composto em 1918 para o centenário da cidade.

dos interesses e demandas dos grandes proprietários de terras e de escravos, que desde meados do século XVIII migraram do sul de Minas Gerais para a região dos “Sertões do Leste”. O conceito de “região”, utilizado neste trabalho, ancora-se na mesma perspectiva de Ilmar Rohloff de Mattos, quando este afirma que: “... a região - a partir dos referenciais primários espaço e tempo, entendidos em sua dimensão social - só ganha significação quando percebida à luz de um sistema de relações sociais que articula tanto os elementos que lhe são internos quanto aqueles externos<sup>3</sup>”.

Viso, antes de tudo, articular a migração e o estabelecimento de uma colônia de suíços como resultado de agentes externos, ligados a uma sociedade que, no plano interno, constituía-se através do monopólio da terra, da expansão do café e da escravidão. Esses elementos, antes mesmo da chegada dos colonos, já se fundamentavam como o principal nexos social do período estudado. Para compreender melhor a história da formação da Vila, é preciso recuar cronologicamente e abordar o povoamento da região desde o final do século XVIII, a criação da Vila de Cantagalo em 1814, além da distribuição de sesmarias na região; elementos que garantiram o enraizamento dos interesses dos antigos colonos portugueses e seus descendentes. Além disso, é fundamental analisar o processo de estabelecimento da colônia de suíços desde as negociações entre D. João e o representante do Cantão de Friburg - Nicolau Sebastião Gachet - até a chegada e o assentamento dos colonos na Vila de Nova Friburgo, em 1820.

Comprendemos aqui, que a implantação da colônia de migrantes suíços cumpria dois objetivos fundamentais no processo de emancipação brasileiro, iniciado em 1808 com a vinda da corte portuguesa para o Brasil e a elevação da colônia a categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves. Primeiramente, a colonização seria um meio de difundir a civilização europeia nos trópicos, principalmente em regiões adjacentes à Corte. Posteriormente, a colonização privilegiou a difusão do café e da escravidão pelo interior da província fluminense, desde a primeira década dos oitocentos. Tal processo intensificou a interiorização do Estado que, apoiado no poder dos plantadores escravistas, passou a ditar as regras de funcionamento das instituições de poder local - as Câmaras Municipais. Segundo Sônia Mendonça, essa expansão esteve ligada à “imposição da hegemonia de grupos de interesse do sudeste (...) tendo

---

<sup>3</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987. p. 24

por alicerce a escravidão<sup>4</sup>”. Esses grupos já estavam estabelecidos na região dos “Sertões do Leste” quando os suíços chegaram à antiga Sesmaria do Morro Queimado, que foi elevada, por decreto de D. João VI, à categoria de Vila independente de Cantagalo em 1820. Desta forma, os elementos fundamentais para compreender a formação da Vila de Nova Friburgo e de como esta se inseriu no projeto imperial de expansão da “civilização”, calcam-se no poder senhorial, no café e na escravidão.

A criação da Vila de Nova Friburgo coincide com o período de formação do Estado Nacional brasileiro, do desenvolvimento do capitalismo mundial e do que veio a denominar-se Segunda Escravidão<sup>5</sup>. Desta forma, também na Vila de Nova Friburgo, a relação entre a construção do Estado Nacional e da classe senhorial escravista foi de tal forma simbiótica que essa classe passou a dominar todo o aparelho burocrático local e a se expandir como estilo de vida nesta região do Médio Vale do Paraíba. Durante este processo, a classe senhorial se impôs pelo emprego direto da força, através do Estado imperial centralizado, expandindo, assim, seu “modo de vida”. Conceito que Ricardo Salles preferiu chamar de *éthos*, nas palavras do autor: “comportamentos, modos de ser, valores, identidades, lugares sociais<sup>6</sup>”. Essas noções de pertencimento foram ensejadas a partir das relações entre as diversas frações das classes dominantes locais que controlavam os meios de produção, acumulação e reprodução da vida material e o poder dos órgãos locais de administração, além de forte poder simbólico caracterizado por títulos de nobreza e pela ocupação de cargos de direção e prestígio. Esses indivíduos se organizaram para o domínio dos espaços de poder respaldados pelo Estado Nacional. Tal noção de pertencimento não atingiu apenas os grandes proprietários escravistas e os comerciantes de grosso trato, mas também incorporou as classes subalternas que buscavam atingir o modo de vida em questão e, no caso de Nova Friburgo, açambarcou também os colonos que passaram a prosperar através do binômio café e trabalho escravo.

Diante de tantos interesses díspares, o elemento central, e que promoveu a interligação entre os interesses do Estado, dos proprietários, dos comerciantes de grosso trato e diversos grupos sociais livres, foi o tráfico internacional de escravos. A

---

<sup>4</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. *A Independência do Brasil em perspectiva historiográfica*. Revista Pilquen -Sección Ciencias Sociales - Dossier Bicentenario - Año XII - N° 12, 2010. p. 1

<sup>5</sup> TOMICH, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão*. Trabalho, Capital e Economia Mundial. (1ª ed. de 1967; trad. port). São Paulo: Edusp, 2011. Principalmente os três primeiros capítulos: 1. Capitalismo, Escravidão e Economia Mundial; 2. Mundo do Capital, Mundos do Trabalho 3. A "Segunda Escravidão".

<sup>6</sup> SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 53



escravidão, como elemento aglutinador, esteve na base da expansão do estado pelo interior do território nacional. Esta expansão para o interior que, por sua vez, criou uma relação profundamente hierarquizada entre a Corte, as Províncias e as Vilas, tanto política, quanto administrativamente, mas que possuía como elemento social comum a escravidão<sup>7</sup>. Apesar da relação marcadamente hierarquizada entre as Câmaras das Vilas e a Corte, os postos de vereança permitiam aos senhores a ampliação de seus espaços de poder local. Trata-se de indivíduos que dominavam as fazendas localizadas nas melhores terras, já haviam criado um espaço escravista, e mais, ocupavam o aparelho municipal, elemento medular na construção da sociabilidade hierárquica das elites, tanto no interior da Vila, como na corte.

A classe senhorial aconteceu, sobretudo, com o regresso conservador, período em que o partido conservador fluminense, dirigido pela facção saquarema, passou a ser governo, no Império, na província e, também, nas Vilas e a exercer a hierarquia entre essas hegemonicamente. Assim, expansão da classe senhorial deu-se concomitantemente à difusão do café pela província do Rio de Janeiro e teve sua base social nos plantadores escravistas. O movimento histórico que analisamos ocorreu durante as três primeiras décadas do século XIX e teve dois eixos principais: um em direção à Serra Acima, no Vale do Paraíba e o segundo, e que aqui mais importa, origina-se em São Gonçalo e Itaboraí chegando à Nova Friburgo e Cantagalo<sup>8</sup>. Na Vila de Nova Friburgo - foco de nosso estudo - viveu, a partir de 1829 e construiu parte de sua riqueza, Antônio Clemente Pinto, futuro Barão de Nova Friburgo em 1854. Neste mesmo período, na freguesia de Cantagalo o dirigente saquarema Paulino José Soares de Souza - visconde do Uruguai - possuía uma grande propriedade<sup>9</sup>. De qualquer forma, Antônio e Paulino eram difusores desse *éthos* e corroboram para o argumento de que a classe senhorial difundia-se pela região antes mesmo dos acordos para a montagem da colônia de suíços na Vila de Nova Friburgo.

Entre 1820 e 1831 os suíços viveram sob o Regime Colonial, período em que gozavam dos benefícios concedidos pela Coroa portuguesa, esta cedeu sementes, animais e um soldo que, nos dois primeiros anos garantiam aos colonos helvéticos a subsistência. Por outro lado, a administração da colônia estava, fundamentalmente, na mão de portugueses que, influenciaram o modo de vida dos colonos, que passaram a

---

<sup>7</sup> SALLES Op. Cit., pp. 46 e 47.

<sup>8</sup> SALLES. Op. Cit., pp. 139 e 140.

<sup>9</sup> SALLES. Op. Cit., p. 144.

assimilar o modo de vida e os padrões da vida senhorial, ao mesmo tempo em que adquiriam terras, escravos e reproduziam as estratégias de ascensão social desta classe. Em 1831, após a extinção da direção colonial os colonizadores da Nova Friburgo passaram a ter naturalidade brasileira.

A memória mais difundida sobre a fundação de Nova Friburgo baseia-se na ideia que a cidade havia sido colonizada exclusivamente por suíços e que a escravidão não existia, ou, quando existia estava em segundo plano. Em comemoração ao centenário da cidade, em 1918, Agenor de Roure, membro do IHGB proferiu uma conferência que visava provar que a “fundação da Colônia do Morro-Queimado (...) representa a primeira tentativa de execução de um plano, visando corrigir a formação étnica da Pátria Brasileira, perturbada e viciada pelo sistema de povoamento até então seguido<sup>10</sup>”. Roure aponta a importância da introdução de “povos civilizados” para a formação da Nação brasileira e critica a forma de povoamento, ou seja, a importação de escravos africanos. Ao final do texto, afirma que “o trabalho escravo invadiu mais tarde as propriedades rurais do nosso município, estragando a obra fecunda dos bravos suíços<sup>11</sup>”. Com isso, Agenor de Roure introduz a ideia de que os suíços viveram, pelo menos por um tempo, isolados do mundo escravista senhorial. Como se fosse possível criar uma ilha de trabalhadores livres em uma sociedade profundamente marcada pela escravidão, que se constituía como elemento intrínseco à sociedade oitocentista brasileira.

Esta teoria isolacionista, evidente no discurso, visa diminuir a importância do passado escravista para a formação da Vila de Nova Friburgo e para atingir esse objetivo afirma que Nova Friburgo era uma ilha de “liberdade”, cercada pelo mundo escravista. Diversos trabalhos e discursos tentaram obliterar o elemento escravo da gênese da região e, em decorrência disso, construiu-se um mito em torno do qual Nova Friburgo seria a “Suíça brasileira”, a “terra dos homens livres”. Junto à concepção isolacionista, Agenor de Roure aponta outra noção da qual não podemos nos furtar. Para ele, o embrião de nossa nacionalidade seria formado por homens degenerados, indígenas caçados e africanos escravizados. Como consequência desta formação, o Brasil “... nunca poderia possuir uma alma nobre, capaz de enfrentar problemas, resolvê-los, ter iniciativa, lutar e vencer, progredindo e civilizando-se<sup>12</sup>”. Para Roure, outro fator importante era a prosperidade que a colônia vivia. Por isso, segundo o autor,

---

<sup>10</sup> ROURE, Agenor de. Centenário de Nova Friburgo. Conferência realizada em sessão solene da câmara municipal de Nova Friburgo, a 19 de maio de 1918. In: Revista do IHGB, Tomo 83, 1918, p. 249.

<sup>11</sup> ROURE, Agenor de. Ibid, p. 265.

<sup>12</sup> ROURE, Agenor de. Ibid, p. 251.

os colonos alemães foram mandados em 1823 para a Vila de Nova Friburgo, “onde a colônia suíça de famílias católicas prosperava<sup>13</sup>”. Deste ponto de vista, o único modo de salvar a nação seria importar mão-de-obra livre oriunda da Europa, com o propósito de civilizar essas terras.

Agenor de Roure, descendente dos primeiros suíços, não considera as forças sociais, políticas e econômicas compostas pelos senhores de terras e escravos da região. Evidencia-se, em seu discurso, uma forte noção de civilização e prosperidade da colônia, tese que não resiste a uma análise empírica e consiste em um artil para apagar o passado escravista da história do município de Nova Friburgo. A ideia de civilizar o Morro Queimado cedeu ante à assimilação da cultura local pelos colonos que “absorveram a cultura sertaneja brasileira<sup>14</sup>”, ou perceberam “que a única forma de enriquecimento possível naquele momento era adotar a agroindústria escravista<sup>15</sup>”

Muitos trabalhos fundamentados pelas ideias de Agenor de Roure passaram a indicar que Nova Friburgo seria a “Suíça Brasileira”. Pesquisas estas que endossaram as ideias do conferencista do centenário de Nova Friburgo sem a preocupação de avaliar a vida material dos indivíduos ou que embasaram-se em um conjunto restrito de fontes primárias ligadas, sobremaneira, a história dos suíços; destaque para o Fundo, Documentos da Colônia do Pró-memória, que guarda raros documentos relativos à escravidão. Logo, podemos falar da difusão de uma ideologia, como propõe João Raimundo Araújo<sup>16</sup>, ou da invenção de uma tradição, para utilizar um termo de Hobsbawm<sup>17</sup>, que se quer difundir a respeito da formação histórica desta cidade. Deste ponto de vista, Nova Friburgo teria uma colonização de base europeia, seria um teste para a introdução do trabalho livre, o que contribuiria para implantar as virtudes dos trabalhadores europeus, importar a noção de civilização, e, ao mesmo tempo em que se difundia a ideia de prosperidade da colônia, tentava-se apagar a questão do trabalho escravo.

---

<sup>13</sup> ROURE, Agenor de. Ibid, p. 263.

<sup>14</sup> MAYER, Jorge Miguel. *Colônia de Nova Friburgo*. In: VAINFAS, Ronaldo & NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org.). *Dicionário do Brasil Joanino: 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp. 85-87.

<sup>15</sup> SANGLARD, Gisele. . *De Nova Friburgo a Fribourg através das letras: a colonização suíça vista pelos próprios imigrantes*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p. 173-202, 2003, p.189.

<sup>16</sup> ARAUJO, João Raimundo de. *Nova Friburgo: a construção do mito da suíça brasileira (1910-1964)*<sup>16</sup>. PPGH – UFF, 2003. (Tese de Doutorado)

<sup>17</sup> HOBBSAWM, Eric. “Introdução” In: HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.

A construção desse mito foi identificada, analisada e questionada pelo professor e pesquisador João Raimundo Araújo, que defendeu no PPGH-UFF a tese intitulada *Nova Friburgo: a construção do mito da suíça brasileira (1910-1964)*<sup>18</sup>. O autor identifica a formação desse mito a partir de 1910 e argumenta que este se consolidaria na memória dos friburguenses até meados no século XX.

Na década de 1980, por conta da difusão dessa ideologia, com os impulsos institucionais entre o Cantão de Friburg e a cidade de Nova Friburgo surgiram diversos estudos e novas abordagens sobre a história social de Nova Friburgo no século XIX, muitos com foco nos colonos suíços. Estudos que, por um lado, endossavam a visão de Agenor a respeito da colonização suíça como a alternativa ao trabalho escravo e, por outro passaram a criticar as ideias sobre a prosperidade da colônia. Sobre este último aspecto, os estudos tentaram se colocar em um campo diametralmente oposto e enfatizaram o fracasso e a pobreza da colonização suíça. Essa é a tônica de trabalhos como *As Malas Órfãs: A Bagagem dos Colonos Suíços*<sup>19</sup>, ou *Vida e Morte na Colônia de Nova Friburgo: Um Estudo Demográfico*<sup>20</sup>. Neste campo destaca-se o livro *A gênese de Nova Friburgo*<sup>21</sup>, escrito pelo historiador suíço Martin Nicoulin, que elabora uma fundamental ponderação entre a ideia de prosperidade e de fracasso dos colonos.

De qualquer forma, estudos específicos sobre a escravidão na Vila de Nova Friburgo, além de escassos, preocupavam-se, principalmente, em demonstrar a existência de escravos. Um dos fatores para a ausência de estudos empíricos a respeito do papel do elemento escravo na formação de Nova Friburgo reside no fato de que o CDH Pró-Memória da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo tem posse de um número restrito de documentos relativos à escravidão e os documentos que existem cobrem um período muito fragmentado de tempo, na maioria, referentes à segunda metade do século XIX. Podemos somar a tais motivos, a falta de interesse dos pesquisadores, que se preocupavam - com toda razão àquela época - com os documentos sobre os colonos que ainda não haviam sido pesquisados. Entretanto, alguns pesquisadores, mesmo com essas fontes esparsas, demonstraram a existência de escravos na Vila. Diante disso, ainda nas primeiras pesquisas constatei que o tema da escravidão não havia recebido um

---

<sup>18</sup> ARAUJO, João Raimundo de. *Nova Friburgo: a construção do mito da suíça brasileira (1910-1964)*<sup>18</sup>. PPGH – UFF, 2003. (Tese de Doutorado)

<sup>19</sup> MAYER, Jorge Miguel; PEDRO, José Carlos & LAFORET, Regina – *As Malas Órfãs: A Bagagem dos Colonos Suíços*, Nova Friburgo, 1996. CDH-Pró-Memória da PMNF. (Datilografado)

<sup>20</sup> MAYER, Jorge Miguel; PEDRO, José Carlos. *Vida e Morte na Colônia de Nova Friburgo: Um Estudo Demográfico*, Nova Friburgo, 1991. CDH-Pró-Memória da PMNF. (Datilografado)

<sup>21</sup> NICOULIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo: Emigração e Colonização Suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996.

tratamento mais detido, fundamentado e aprofundado empiricamente. Apenas um número pequeno de textos preocupava-se em demonstrar a presença de escravos na Vila. É o caso de estudos como, *Presença Negra. Uma nova abordagem da história de Nova Friburgo*, escrito por Gioconda Louzada. Esta obra, somada a alguns outros textos esparsos que se referiam à presença do elemento escravo preocupavam-se essencialmente em comprovar a presença de escravos na Vila de Nova Friburgo. No entanto, nenhum desses tinha como preocupação a análise de um conjunto de fontes primárias em que as formas associativas que envolviam senhores, escravos e os diversos setores livres da Vila de Nova Friburgo pudessem ser investigados.

Os escravos e os resquícios de suas vidas, entretanto, foram em grande medida negligenciados. Desta forma, passavam à margem os proprietários de escravos e de terras que já estavam na região desde o século XVIII. Entre os trabalhos a respeito desse aspecto da Vila, temos a dissertação de José Carlos Pedro, “*A Colônia do "Morro Queimado": Suíços e luso-brasileiros na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo, 1820-1831*”<sup>22</sup>, que merece referência por enfatizar e destacar a hegemonia dos fazendeiros luso-brasileiros em relação aos suíços durante o período em que vigorou o regime de colônia, entre 1820 e 1831. Pedro destaca a atuação administrativa desses indivíduos, a partir de uma análise realizada fundamentalmente nos documentos da Câmara da Vila e arrola-os como possuidores de escravos.

Há ainda, o trabalho de Daniel Martinez, intitulado *Escravidão e “consciência de classe” na Nova Friburgo da primeira metade do século XIX*<sup>23</sup>, que merece menção, por uma interessante tabela onde o jovem historiador arrolou os escravos batizados entre 1820 e 1850, e constituiu uma interessante série de dados. Este trabalho me fez revisitar os arquivos da Igreja Matriz e perceber que as possibilidades de pesquisa inerentes aos registros batismais eram muito mais amplas e poderiam ser utilizadas para construir um problema cada vez mais complexo.

Para equacionar o problema documental referente à pesquisa da escravidão, permitir um testemunho de parte da vida material da classe senhorial na Vila de Nova

---

<sup>22</sup> PEDRO, José Carlos. *A Colônia do "Morro Queimado": Suíços e luso-brasileiros na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo, 1820-1831*. PPGH – UFF, 1999. (Dissertação de Mestrado)

<sup>23</sup> OLIVEIRA, D. M. *Escravidão e consciência de classe na Nova Friburgo da primeira metade do século XIX: notas introdutórias a uma análise histórico-antropológica*. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wpcontent/uploads/2010/11/Escravid%C3%A3oe%E2%80%9Cconsci%C3%Aancia-de-classe%E2%80%9D-na-Nova-Friburgo-da-primeira-metade-do-s%C3%A9culo-XIX.pdf>

Friburgo e, em um esforço coletivo<sup>24</sup>, desmitificar a alcunha de “Suíça brasileira”, foi necessário recorrer a fontes variadas. Essa variedade visa conjugar diversos aspectos sociais desta Vila para compreender a sua formação no contexto do Brasil imperial. O Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - Pró-memória, foi fundamental por ter a guarda dos principais documentos que abordam a colonização suíça, do código de posturas de 1849 e dos Livros de Atas da Câmara Municipal<sup>25</sup>.

No Arquivo do Cartório do Segundo Ofício, cujos maiores tesouros são os Livros de Notas, constam contratos de compra e venda de terras e escravos, sociedades, arrendamentos, trocas, doações e Cartas de Alforria, tudo registrado nas notas do tabelião da Vila. No arquivo da Igreja de São João Batista de Nova Friburgo foram trabalhados os dados sobre o batismo e o apadrinhamento dos escravos e consultados os dados do Livro de Tombo.

O processo-crime da Fazenda Ponte de Tábuas foi consultado no Arquivo Nacional; na Fundação Biblioteca Nacional - seção de periódicos digitalizados - descobri 10 periódicos diferentes que circulavam na Corte e que se referiam a Nova Friburgo<sup>26</sup>. Esses periódicos mencionaram a cidade e a colonização suíça, revelaram informações importantes a respeito da participação de senhores de terra e escravos na vida política da Corte publicaram cartas de suíços, anunciaram a venda de fazendas e escravos fugidos. O conjunto de documentos conta, ainda com a pesquisa no Arquivo Central do Judiciário que me levou a um único inventário, fechado no limite cronológico dessa pesquisa. Constam ainda, os Relatórios do Presidente de Província e o Jornal de Coimbra de 1818.

A análise e compreensão deste vasto corpo documental, portanto, será capaz de desmitificar, de corroer e desconstruir, o mito da “Suíça brasileira” em suas bases; pois, através desses documentos torna-se perceptível, não só a tentativa de difundir uma noção de civilização vinda da Europa com a Corte portuguesa, mas que essa noção não é, em nenhum sentido, incompatível com a escravidão. Decorre deste fato a absorção

---

<sup>24</sup> Diversos pesquisadores vêm contribuindo com seus estudos para desmitificar a história da formação de Nova Friburgo. Principalmente os trabalhos de João Raimundo de Araújo, José Carlos Pedro, Jorge Miguel Mayer e Gisele Sanglard. Coloco-me entre eles para reinserir o elemento escravo e acessar uma importante dimensão do surgimento de Nova Friburgo.

<sup>25</sup> Os referidos livros encontram-se sob a guarda do pró-Memória da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo. Trabalhei com uma transcrição feita por Carlos Jayme S. Jaccoud que cobre toda primeira metade do século XIX e também se encontra arquivado no CDH Pró-memória da P.M.N.F.

<sup>26</sup> A busca desses documentos foi instada por Carlos Gabriel Guimarães durante o exame de qualificação. Naquele momento o referido professor contribuiu com um número significativo de textos que auxiliaram a realização deste trabalho e com duas fontes primárias que permitiram ampliar os debates sobre a colonização de Nova Friburgo.

dos padrões de comportamento do mundo senhorial escravista pelos suíços, exatamente pelo enraizamento dos interesses reinóis fundamentados no café e na escravidão, antes mesmo dos acordos entre o representante helvético e a Corte portuguesa. Para realizar a crítica desses documentos e colocar à prova a hipótese de que Nova Friburgo, na primeira metade do século XIX, era uma Vila formada a partir dos interesses de plantadores escravistas já enraizados na região, é fundamental relacionar elementos teóricos e metodológicos, os quais passo agora a expor.

As noções teóricas que nortearão este trabalho estão fundamentadas nos conceitos do historiador inglês E.P Thompson e sua noção de classe. Para Thompson a classe deixa de ser um conceito estático e passa a ser entendida como uma construção, em um fazer-se constante, aproximando-se significativamente da ideia de “identidade”. Assim, segundo as palavras de Thompson, podem-se conhecer as classes “porque, repetidamente, as pessoas se comportam de modo classista”, o que nos permite “teorizar este fenômeno como uma teoria global das classes e de sua formação, esperando algumas regularidades, certos “estágios” de desenvolvimento<sup>27</sup>”. Diante disso, percebe-se a centralidade da noção de “experiência” para o autor inglês. Outro conceito ancorado na “experiência” thompsoniana é o de “hegemonia”, entendida a partir do viés gramsciano, na tentativa de compreender a complexidade das relações de dominação entre as classes, sem deixar de levar em consideração um importante elemento da contribuição de Thompson - a noção de “reciprocidade”, fundamental para incluir no processo de formação da hegemonia os setores subalternos, inclusive escravos. Quando formos tratar de sociabilidade, os conceitos balizadores serão as noções de “experiência” e “reciprocidade” do autor inglês. Assim, Thompson afirmaria em passagem consagrada: “Mas, em nossa história sem ruptura, temos um movimento no qual a pressão vinda de baixo é contida no alto, absorvida, o que conduz a uma modificação da estrutura, seguida por uma nova pressão de baixo<sup>28</sup>”. Por certo, essa relação cria certas tensões entre os do alto e os de baixo; a essa tensão podemos denominar “correlação de forças”. Logo, tanto a noção de “reciprocidade” quanto a “correlação de forças” perpassariam verticalmente os diversos estratos da sociedade. As relações sociais, deste ponto de vista, aconteceriam desde as escalas microestruturais até as macroestruturais. Portanto, neste trabalho serão avaliadas as sociabilidades

---

<sup>27</sup> THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antônio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 270;

<sup>28</sup> THOMPSON. *Op.Cit.*, p. 209.

formadoras da Vila de Nova Friburgo a partir dos conceitos de E. P. Thompson, isto porque, o autor inglês permite uma interação direta com os métodos da micro-história italiana, elemento metodológico utilizado nessa pesquisa.

O instrumental metodológico utilizado para recriar as interações sociais e a formação das identidades da classe senhorial e dos escravos se dará através dos métodos da micro-história italiana e se fundamentará, sobretudo, em dois pilares: a redução da escala de observação e o método de ligação nominativa, fios condutores da estratégia de pesquisa proposta. Ao reduzirmos a escala e ligarmos os nomes dos proprietários a diferentes conjuntos documentais será possível compor um quadro da constituição do poder senhorial ligado ao domínio de duas instâncias principais: o aparelho estatal, neste caso representado pela Câmara Municipal e a fazenda com suas benfeitorias. A partir desse quadro, reconstruir a estrutura escravista, o caminho trilhado por alguns escravos até a obtenção de uma carta de alforria e analisar as fugas de escravos como parte da tentativa de penetrar no mundo dos livres torna-se imperativo. Esses personagens, cujas histórias encontravam-se adormecidas, serão reconstruídos com o objetivo de dar “... ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”, ou, como no prefácio do livro *A herança imaterial*, em que Jaques Revel afirma: “a escolha do individual não é considerada contraditória com a do social: torna possível uma abordagem diferente deste último<sup>29</sup>”. Diante disso, o objetivo é penetrar na vida social dos senhores e dos escravos o quanto a documentação nos permitir. Com isso, além de revelar as particularidades das redes sociais estabelecidas na formação da Vila de Nova Friburgo poderemos compreender também as estruturas sociais em que esses indivíduos estavam inseridos.

Apresentada a problemática dessa pesquisa, os documentos utilizados e os fundamentos teórico e metodológico, passemos a analisar como estão estruturados os capítulos dessa dissertação. No primeiro capítulo abordarei o povoamento dos sertões do Leste ainda no século XVIII e a formação das Vilas de São Pedro de Cantagalo e de Nova Friburgo, com atenção voltada para a formação social desta última. Investigo a estrutura de propriedade de diversos senhores apresentando a ideia de que a escravidão esteve difundida antes mesmo da chegada dos colonos suíços. Esses colonos, por sua vez, assimilaram rapidamente a lógica senhorial escravista, que nesta primeira metade do século XIX tinha como expoente Antônio Clemente Pinto. Após a comprovação de

---

<sup>29</sup> REVEL, Jaques. *A história ao rés-do-chão*. prefácio In: LEVI, Giovanni, *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000, p.17.



que os escravos eram parte fundamental da estrutura social que compunha a formação da Vila passageira, no segundo capítulo, a investigar a demografia escrava através dos registros de batismo, mantendo esses documentos em diálogo com outra instância dessa estrutura, as cartas de alforria. Através desse último corpo documental foi possível fazer um mergulho no universo escravo e perceber como africanos e crioulos acessavam de forma diferente a liberdade por via institucional. No terceiro capítulo, busquei abordar a fuga de escravos, o temor da revolta escrava no ano de 1835 e como essas ocorrências ensejaram a criação das primeiras posturas municipais e abriram caminho para a aprovação do Código de Posturas da Vila em 1849. Para tentar penetrar mais profundamente nas relações entre os escravos passei a analisar o processo crime da Fazenda Ponte de Tábuas, primeiro concentrei-me em explicar os motivos da fuga coletiva de 19 escravos que ficaram escondidos por três meses, depois direcionei a análise para a constituição das sociabilidades e identidades entre os escravos envolvidos no episódio e que tiveram seus depoimentos anotados durante o processo crime.

## Capítulo I – Escravidão e colonização suíça: o projeto escravista imperial

Tal era o filho do conselheiro; e se alguma coisa há ainda a acrescentar, é que ele não cedia nem esquecia nenhum dos direitos e deveres que lhe davam a idade e a classe em que nascera. (Machado de Assis, Helena).

### 1.1 O povoamento dos “Sertões do Leste” e as origens de Cantagalo e Nova Friburgo.

As origens da ocupação dos Sertões do Leste, capitania do Rio de Janeiro, estão datadas de meados do século XVIII, por ocasião do pedido de Maurício Portugal a Intendência Geral do Ouro, seu objetivo era abrir um garimpo na região que se denominava “Sertões do Leste”. A autorização foi concedida, mas rapidamente revogada. Por ordem do Vice-rei todos os garimpos foram fechados e todas as fazendas que estavam localizadas na base da Serra do Mar foram destruídas. O bando de Manuel Henriques, o Mão de Luva - aproveitando-se desta situação - invadiu a região a partir de Xopotó e fundou, com determinada conivência do governador de Minas Gerais, o garimpo conhecido como “Minas Novas do Cantagalo”. Mão de Luva tinha o objetivo de explorar clandestinamente o ouro da região e o fez por quase cinco anos. Não era o único a ter garimpo naquelas áreas, os irmãos Lopes e Miguel Muniz também possuíam minas. Essas relações desenvolvidas ao entorno do ouro clandestino abriram a possibilidade da formação da primeira Vila da Região Centro-Norte Fluminense, São Pedro de Cantagalo, que ganhou a alcunha de Vila em 1814<sup>30</sup>. Laura de Melo e Souza considera Mão de Luva “um curioso bandido do tempo da mineração” e que também “assaltava comboios”.<sup>31</sup> Prefiro não considerar Mão de Luva como o bandido que governava um povoamento, onde existiam, ao menos, duzentas famílias. Também considero o termo “semidesclassificado” inapropriado ao personagem, Manuel Henriques era proprietário de mais de uma dezena de escravos, o que denotava certo status.

---

<sup>30</sup> GARCIA, R. C. Nos Descaminhos dos Reais Direitos: O contrabando entre as Capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1770-1790), Ano de Obtenção: 1995. (Dissertação de Mestrado) pp. 62-75. Esta seção do texto de Romyr Gracia promove um importante debate sobre os conceitos “bandido” e “banditismo”, a partir das ideias elaboradas por Hobsbawm. As conclusões do autor apontam que Mão de Luva não se caracterizava desta forma, ao contrário, em grande medida atuava legalmente. Romyr afirma que seu único crime foi garimpar em terras proibidas e burlar o fisco.

<sup>31</sup> MELLO e SOUZA, Laura de. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 4ª Edição, 2004, p. 279

Deste ponto de vista, a região desenvolvia desde seus tempos mais remotos um espaço escravista, que pode ser atestado pelos dados de Acácio Dias Ferreira, em seu livro *Terra de Cantagalo*. Nesta obra o autor revela a população na região “Em 1798 (...) a sua população dobrou, atingindo a cifra de seiscentos indivíduos, dos quais trezentos e sessenta eram escravos<sup>32</sup>”. Não tenho certeza se Acácio compreendeu o significado desses números, sem apresentar as fontes de onde os colheu, o autor está afirmando que 60% dos indivíduos no arraial de Cantagalo eram escravos. A informação, mesmo que desacompanhada da fonte, demonstra que, os senhores ali radicados, já haviam construído um espaço escravista desde meados do XVIII.

Manuel Henriques, que era parte da montagem desse complexo escravista, viu seu poder questionado e confrontado pela Coroa, tentou resistir e negociar, mesmo assim, foi derrotado diante da força dos Dragões do Vice-rei. Com Mão de Luva vencido, abriu-se o caminho para a colonização e a Coroa decidiu controlar a extração de ouro, todavia, esta era ínfima e veio a extinguir-se como afirmou Mawe ao visitar a região:

O governo, tornando-se senhor do território, imaginou encontrar aí tanto ouro quanto ao se estabelecerem os primeiros garimpeiros e publicou muitos regulamentos injustos, oprimiu os nativos como jamais se vira, instalou registros em vários pontos para impedir o contrabando, e encheu toda a redondeza de guardas. Os numerosos colonos, atraídos pela suposta riqueza do lugar, não tardaram a verificar que *o creme fora extraído pelos contrabandistas*<sup>33</sup>.

A administração, certa de que o valor da região estava na lavoura, passou a doar sesmarias, e já por volta de 1809, a principal atividade da região era a produção de víveres. Na lista dos primeiros povoadores de Cantagalo aparecem, em sua maioria, indivíduos que migraram para a região tendo como ponto de partida a província de Minas Gerais, logo, esse enraizamento e experiência na província mineira produziria também o aprofundamento dos interesses desses indivíduos pela região ocupada recentemente. De qualquer maneira, não havia referência ao café, que na década de 1820 iniciaria um processo de expansão, transformando das paisagens da região. Assim, pode-se concluir que o interesse e a presença de colonizadores mais antigos na região são anteriores à chegada dos suíços e já eram marcados pelo domínio de grandes extensões de terra e pelo trabalho escravo. Essa povoação data do final do século XVIII

---

<sup>32</sup> DIAS, Acácio Ferreira. *Terra de Cantagalo*. Cantagalo-RJ 2ª edição, 1979, p. 69

<sup>33</sup> MAWE, Jonh. *Viagens ao Interior do Brasil Principalmente aos Distritos do Ouro e dos Diamantes*. Rio de Janeiro, Ed. Zelio Valverd, 1944 . p. 128. (grifos nossos)

e início do XIX, tendo sido engendrada, principalmente, por um fluxo migratório de senhores de escravos advindos das Minas Gerais, que nitidamente antecede, até mesmo, as iniciativas e negociações empreendidas por Nicolau Sebastião Gachet, agente da colonização suíça, para o estabelecimento de uma colônia helvética no Brasil. Os colonos europeus serão inseridos nesse contexto.

Ainda em princípios do século XIX, consoante à doação de sesmarias, na tentativa de acabar com os extravios, lançou-se um empreendimento para povoar a região, visando que vários indivíduos se aproveitassem das terras minerais em favor do Estado. No entanto, se constatou que as reservas minerais realmente estavam exauridas e que a terra era o bem a ser explorado. Durante as concessões de sesmarias, duas chamam a atenção - a concedida a José Antônio Ferreira Guimarães, que seria expropriada para o assentamento de alguns suíços e a de Lourenço Correia Dias, chamada “Morro Queimado<sup>34</sup>”, que viria a constituir-se no núcleo urbano da Vila de Nova Friburgo. Outros beneficiados com sesmarias devem ser lembrados, como João Luiz Ribeiro, titular da sesmaria de São Simplício, que futuramente daria origem a localidade de São José do Ribeirão, que se constituiu no principal polo de migração e de expansão do café da Vila de Nova Friburgo. Antônio José Teixeira Penna, que recebeu a sesmaria denominada Boa Vista e Manoel Vieira do Espírito Santo, que obteve a sesmaria da Barra Alegre. Todos merecem destaque, pois suas sesmarias tornaram-se redutos de extrema importância para a produção de café alguns anos depois e também pelos seus negócios com terras e escravos, adicionados ao papel desempenhado pelos dois, na administração da Vila após a colonização suíça. Vários desses primeiros sesmeiros da região, aliás, desempenharam papéis administrativos de importância, o que ampliava suas redes de poder, como João Luiz Ribeiro que em 1822 substituiu Lourenço Correia Dias na função de Juiz Ordinário da Vila de Nova Friburgo<sup>35</sup>.

Lourenço Correia Dias vendeu a sesmaria do Morro Queimado ao Monsenhor Lourenço de Almeida e esta foi obtida pelo Monsenhor Pedro de Malheiros Miranda, inspetor dos assuntos relativos à colônia, em nome dos interesses da Coroa e, ao mesmo tempo, dos plantadores escravistas na região. Assim, a política joanina privilegiou os antigos colonizadores luso-brasileiros que consolidaram os seus interesses na formação da Vila de Nova Friburgo e em áreas adjacentes ao Rio de Janeiro.

---

<sup>34</sup> ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. Niterói, Nitpress, 2008, p. 130

<sup>35</sup> ERTHAL, Clélio. Op. Cit. pp. 93-97.

Na época da negociação entre Monsenhor Miranda e Monsenhor Almeida, o jornalista Hipólito da Costa denunciou o caso da compra da sesmaria do Morro Queimado, vendida por vinte vezes o valor pago por Almeida a Lourenço Correia Dias. O mesmo jornalista acusava Monsenhor Miranda de ter promovido gastos excessivos na montagem do empreendimento, ao que corrobora o próprio D. João VI, reconhecendo que o empreendimento fora dispendioso<sup>36</sup>. Desta maneira, os dispêndios garantiram os interesses dos antigos proprietários de terras e escravos que ocupavam as melhores terras e foram defendidos e beneficiados por D. João VI quando este se antepôs às intenções do agente suíço de levar os colonos para o sul do Brasil. Com isso, D. João defendia, não só os interesses dos portugueses já enraizados, mas benefícios para a Coroa. Por isso, através do Monsenhor Miranda, a monarquia portuguesa adquiriu três grandes propriedades na região, denominadas Fazenda Imperial, São José e Córrego D'Antas.

Entretanto, quais seriam as principais interpretações a respeito das intenções e dos objetivos da formação da Vila de Nova Friburgo através da implantação de uma colônia de suíços? Jorge Miguel Mayer argumenta, por exemplo, que com a colonização suíça de origem católica D. João objetivava “afastar os ventos revolucionários que varriam a Europa e assegurar plena fidelidade ao Rei, uma vez que o catolicismo era a religião do Estado<sup>37</sup>”. Outro argumento desenvolvido por Mayer, afirma que a experiência de introduzir trabalhadores europeus livres com vistas à substituição do trabalho escravo “serviriam para esclarecer alternativas do trabalho livre em um contexto escravista<sup>38</sup>”. Decorrente desse argumento Janaína Botelho formulou que “Os suíços, aqueles que deveriam dar o exemplo de que o Brasil poderia ter uma economia viável sem recorrer ao trabalho escravo<sup>39</sup>”, assim que puderam, também adquiriram seus cativos. A formulação de Botelho conclui que a aquisição de escravos por colonos suíços estava em discordância com os objetivos da colonização. Esta ideia não só exclui e isola os colonos suíços das interações sociais entre os diferentes elementos que participaram da colonização, mas veda, principalmente, as possíveis relações com os escravos e libertos.

---

<sup>36</sup> ARAUJO, João Raimundo de. & MAYER, Jorge Miguel (orgs.). *Teia serrana: Formação Histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003. P.31

<sup>37</sup> ARAUJO, João Raimundo de. & MAYER, Jorge Miguel (orgs.). *Ibid.*

<sup>38</sup> MAYER, Jorge Miguel. *Raízes e crise do mundo Caipira: o caso de Nova Friburgo*. Niterói, 2003. Tese de Doutorado. p. 533

<sup>39</sup> CORRÊA, Maria Janaína Botelho. *Histórias da História de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Editora Primil, 2012, p. 41.

Esses pontos de vista têm origem na ideia de que a colonização suíça foi um empreendimento realizado por obra e graça de D. João VI e de que a colônia deveria permanecer pura, como em suas concepções. Por isso, concordo com o argumento de José Carlos Pedro de que os lusos dominaram as atividades políticas, econômicas e culturais no período em que Nova Friburgo comportava a Colônia de suíços, 1820-1831. Na visão que desenvolvo, a concessão das terras beneficiou principalmente aos brasileiros e reinóis que, durante a formação da Vila de Nova Friburgo, já estavam com as glebas mais férteis e tinha acesso a escravos, fatos que permitiram o “enraizamento de interesses portugueses<sup>40</sup>”. Neste contexto, a formação da colônia de Suíços da Vila de Nova Friburgo foi marcada pelo processo de expansão escravista, cuja “política da escravidão” respaldou até 1850. Com tal argumento procuro afastar as visões idealizadas e unilaterais sobre a colonização, essas isolam o elemento europeu do resto da realidade histórica da Vila de Nova Friburgo e, ao mesmo tempo, relegam à escravidão o segundo plano. Portanto, através da análise empírica realizada procuro discutir o quanto essas ideias soam inconsistentes. Os colonos, provavelmente, não calcularam ser senhores de escravos, talvez no recrutamento dos colonos o fator escravidão nem tenha sido mencionado. Porventura, mesmo que estivessem em contradição com os “sentidos da colonização”, como quer Botelho; estavam de pleno acordo com a sociedade em que foram inseridos. Logo, desejavam os escravos como força de trabalho e terras em que pudessem plantar café.

Não quero desconsiderar por completo a concepção de Mayer, mas é preciso ressaltar que este ignora a força dos senhores de terra e escravos do sudeste na disputa por interesses com o agente suíço e o grupo que ele representava. Os negociantes helvéticos, desta forma, estavam em desvantagem diante da embrionária hegemonia de uma fração da elite senhorial fluminense sediada em Nova Friburgo e Cantagalo. Esta elite recebeu apoio do próprio D. João VI, que havia doado terras a esses antigos colonizadores. O monarca, que representava os interesses desses indivíduos, com efeito, mandou comprar a sesmaria do Morro Queimado junto ao Monsenhor Almeida, ou seja, as terras impróprias para o cultivo de café foram compradas por D. João e entregues aos colonos suíços. Este episódio denota o mais nítido exemplo de favorecimento dos senhores já enraizados e, que, ao longo da primeira metade do século XIX, passarão à direção de todo aparelho político e administrativo da Vila. Por isso, colaboraram para o

---

<sup>40</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “A Interiorização da Metrópole (1808-1835)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). 1822: Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 165.

desenvolvimento do projeto de construção do Estado Imperial, sediado na região Centro-Sul.

Para demonstrar o modo intrínseco em que se relacionam a corte de D. João e os senhores da região, pode-se destacar o fato de que a Corte escolheu um local diferente do pleiteado por Gachet, que desejava o Rio Grande do Sul para a fixação dos colonos. Assim, D. João favorece, através da criação de uma nova Vila, a expansão de uma fronteira que em 1817 já exalava a prosperidade do café, beneficiando reinóis e lusos brasileiros previamente estabelecidos e com as melhores terras; senhores que se dedicavam, também, ao tráfico de escravos e dominavam as diversas esferas do poder da Vila.

Sem dúvida, é preciso ressaltar que no Tratado de Aliança e Comércio, feito com a Inglaterra em 1810 o artigo décimo indicava que Portugal deveria cooperar na “abolição gradual do Tratado de Escravos<sup>41</sup>”, existiam, tanto no plano externo quanto no interno, discursos contrários à escravidão. Em 1815, a escravidão foi abolida ao Norte da linha do Equador, todavia, completar este processo seria um empreendimento “gradual”, para usar o termo contido na própria lei de 1810. Tais fatos colaboraram para experiências de migração e de trabalho livre, o que também viabilizou a vinda dos suíços para o “Morro Queimado”. Entretanto, as diversas experiências de migração de europeus na primeira metade do XIX não visavam o fim do tráfico e, no caso de Nova Friburgo, esses migrantes foram absorvidos pela lógica do mundo escravista. Com o regresso do partido conservador e a “política da escravidão”, o comércio ilegal de escravos continuou até 1850, fim definitivo do tráfico de escravos e limite cronológico desta pesquisa.

Outra visão da história da formação de Nova Friburgo argumenta que D. João VI decidira pela migração europeia para o Brasil e que a escolha da região se dera por fatores climáticos, geográficos e de embranquecimento da população. Como embranquecer<sup>42</sup> uma área adjacente ao Rio de Janeiro, principal receptor de escravos africanos no Brasil? Para termos uma ideia do volume de escravos trazidos para a região apresento os resultados do quinquênio 1816 - 1820, durante o qual, entraram 115.861

---

<sup>41</sup> Legislação Informatizada - Carta de Lei de 8 de Junho de 1815 - Publicação Original

<sup>42</sup> O termo “embranquecimento” utilizado para referir-se a migração suíça está deslocado no tempo, afinal, o vocábulo passou a ser utilizado para o caso do Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Ver: SKIDMORE, Thomas E. (1976). Preto no Branco. Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra. Principalmente o capítulo 2,

escravos no Rio de Janeiro e sudeste<sup>43</sup>. Para adensar esse argumento, utilizo-me dos dados do vigário Jacob Joye em 1828 e do Relatório do Presidente de Província de 1856, os quais, somados, nos permite uma análise do número de escravos e livres nas décadas de 30, 40 e 50. Esses dados demonstram que, na Vila de Nova Friburgo, a porcentagem de escravos nunca foi menor que 40% da população (Quadro 1). A leitura desatenta do Quadro 1 pode induzir a conclusão de que o número de escravos estava diminuindo. A análise mais detalhada demonstra que a população da Vila aumentou como um todo ao longo da primeira metade do século XIX, mas os indivíduos livres foram os que mais cresceram, distorcendo as porcentagens dos escravos, cujo número também avançava.

<b>População escrava na Vila de Nova Friburgo. 1828 - 1850. Quadro 1.1</b>						
Ano	1828		1840		1850	
	Números	%	Números	%	Números	%
Livres	1615	55,94%	2886	57,23%	4187	58,86%
Escravos	1272	44,06%	2157	42,77%	2927	41,14%
Total	2887	100%	5043	100%	7114	100%

Fonte: Arquivo da Igreja de São João Batista, Livro de Tombo I - Relatório do presidente de província de 1856

Desmitificadas as visões que não incorporam o diálogo com a historiografia nacional, e desejos pessoais à parte, é fundamental compreender que, a colonização suíça foi um empreendimento que visava favorecer, sobretudo, aos senhores de terras e escravos que já estavam estabelecidos na região, somados a um grupo de suíços que conseguiu ascender econômica e socialmente. Neste processo de formação, além de controlar as instâncias burocráticas do poder local, essa fração da classe senhorial contribuiu com a expansão da fronteira do café e da escravidão, como veremos a seguir; não sendo apenas uma forma de neutralizar uma revolução de modelo europeu em terras tropicais, ou estabelecer uma experiência de trabalho livre europeu, no seio da escravidão nacional.

A proposta de uma colônia de imigrantes suíços no Brasil teve origem na confederação helvética, em 1817. As motivações da confederação helvética para a migração iniciaram-se por duas condições principais: a primeira motivação relaciona-se ao aumento das tarifas aduaneiras pela França, principal parceiro comercial dos cantões helvéticos, após o período napoleônico. Esse aumento imobilizou o comércio e a

<sup>43</sup> GRIMBERG, Keila. & SALLES, Ricardo (Organizadores). *O Brasil Imperial, volume I: 1808 - 1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. “A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão” - Beatriz Gallotti Mamigonian - p. 209-270.



indústria de produtos helvéticos; o segundo impulso para a imigração origina-se na crise de abastecimento originada pelas intensas chuvas de junho de 1816 que destruiu grande parte das áreas cultivadas, essa diminuição dos produtos no mercado gerou o aumento do preço dos alimentos, o que gerou fome e pobreza. Mesmo diante das tentativas do governo da Confederação Helvética na tentativa de importar grãos e diminuir os problemas de abastecimento, muitos suíços decidiram migrar em busca de subsistir<sup>44</sup>.

Neste contexto, Nicolau Sebastião Gachet foi escolhido como agente do Cantão de Friburg, para solicitar a D. João VI uma concessão de terras em Santa Catarina, com objetivo de instalar colonos suíços na região sul do país. Segundo a proposta helvética, a empresa a que Gachet estava associado desejava gerir o negócio colonizador, cuidar da comercialização dos produtos e garantir o traslado de 3.000 suíços. Essas intenções, como se pode perceber, contrariavam os interesses senhoriais de expandir a fronteira Centro-Norte Fluminense através do café e da escravidão; o gênero rubiáceo em 1817 começava a ocupar as paisagens da Vila de Cantagalo. Por causa disso, D. João chamou para o cargo de Inspetor da colonização suíça Pedro Machado de Miranda Malheiros, Chanceler Mór e Chefe da Mesa de Consciência e Ordem. Após a análise, seguiram-se as seguintes condições: a região concedida não se localizaria em Santa Catarina, mas na região serrana fluminense, o número de migrantes baixou de 3000, para o limite de 100 famílias e a direção da colônia seria composta, exclusivamente, por autoridades portuguesas, o que reforçaria a ideia do enraizamento dos interesses reinóis. Após aceitar as condições de D. João, Sebastião Nicolau assinou um documento de compromisso em que foi descrito como “encarregado pelo meu governo, o Cantão de Friburg, de solicitar a sua Majestade Fidelíssima uma colonização de suíços no Brasil<sup>45</sup>”.

O acordo firmado entre D. João VI e o representante suíço foi constantemente desrespeitado pelos dois lados. Gachet rompeu o contrato já no prazo de vigência, o número determinado de 100 famílias não foi respeitado e 261 embarcaram em direção a terras tropicais<sup>46</sup>. Além disso, os suíços tiveram que arcar com o traslado para Roterdã e com as despesas de hospedagens prolongadas, o que segundo o acordo seria financiado pela Coroa, mas não foi. Durante a travessia, os barcos estavam demasiadamente lotados, tornando-se foco de doenças e mortes, muitas vidas foram

---

<sup>44</sup> NICOULIN, Martin. Op. Cit., pp. 33-35.

<sup>45</sup> Coleção de legislação Brasileira do Império VII, p. 62.

<sup>46</sup> ARAUJO, João Raimundo de. & MAYER, Jorge Miguel (orgs.). Op. Cit., p. 30.

ceifadas, deixando por volta de 300 órfãos, além de famílias inteiras que foram dizimadas. Por isso, a travessia foi comparada ao tráfico de escravos, ou seja, uma empresa de caráter mercantil. De qualquer forma, os representantes suíços foram penalizados pelos desrespeitos ao acordo e responsabilizados pelas mortes e prejuízos ocorridos durante a viagem, com isso também perderam as possibilidades de conseguir as vantagens almejadas quando do princípio do projeto. Em janeiro de 1820, D. João VI, através do decreto de três de Janeiro descreveu neste documento os limites geográficos da recente Vila de São João Batista de Nova Friburgo, separando-a da Vila de Cantagalo. Os limites fixaram-se “desde as águas compridas até o Rio Grande, compreendendo o território que vai da sobredita Vila até o Rio Paquequer do lado Oeste, e para a parte de Leste até o alto da Serra, cujas vertentes deitam para o Rio de S. João<sup>47</sup>”. Neste mesmo decreto, nomeou o padre Jacob Joye como vigário da Nova Paróquia e o padre Aeby como Coadjutor, para estas funções os colonos receberiam 200\$ réis e 100\$ réis, respectivamente. Para além do decreto, o rio Macacu levou a vida do coadjutor e o vigário Joye passou a exercer, por um tempo significativo, as duas funções.

As famílias que passaram pela provação de percorrer os dez dias entre a foz do Rio Macacu e à Vila de Nova Friburgo (Mapa 1) foram socorridas pelas “Providências para a jornada da colônia suíça desde o porto do Rio de Janeiro até Nova Friburgo<sup>48</sup>”, organizada por Monsenhor Miranda que, no documento supracitado, revela algumas das estruturas preparadas para receber os suíços, construíram-se moinhos d’água, fornos, açougue e pontes. Havia uma casa para o Inspetor e uma casa nobre, denominada Chateau D’roi, que na varanda possuía um oratório e serviria para as missas antes da construção da Capela de São João Batista. No final dessas Providências, Miranda alertava: “em Morro Queimado é por hora tudo inculto e despovoado; mas é de esperar que tão fértil terreno se ache em pouco tempo arroteado pelos laboriosos suíços<sup>49</sup>”. O que não foi mencionado nas Providências de Miranda saiu em uma sessão do “Jornal de Coimbra” de 1818, “Os Lavradores do país, cujo maior interesse vem da cultura do açúcar, fumo e café; rejeitam essas terras como só próprias para mantimentos e criações,

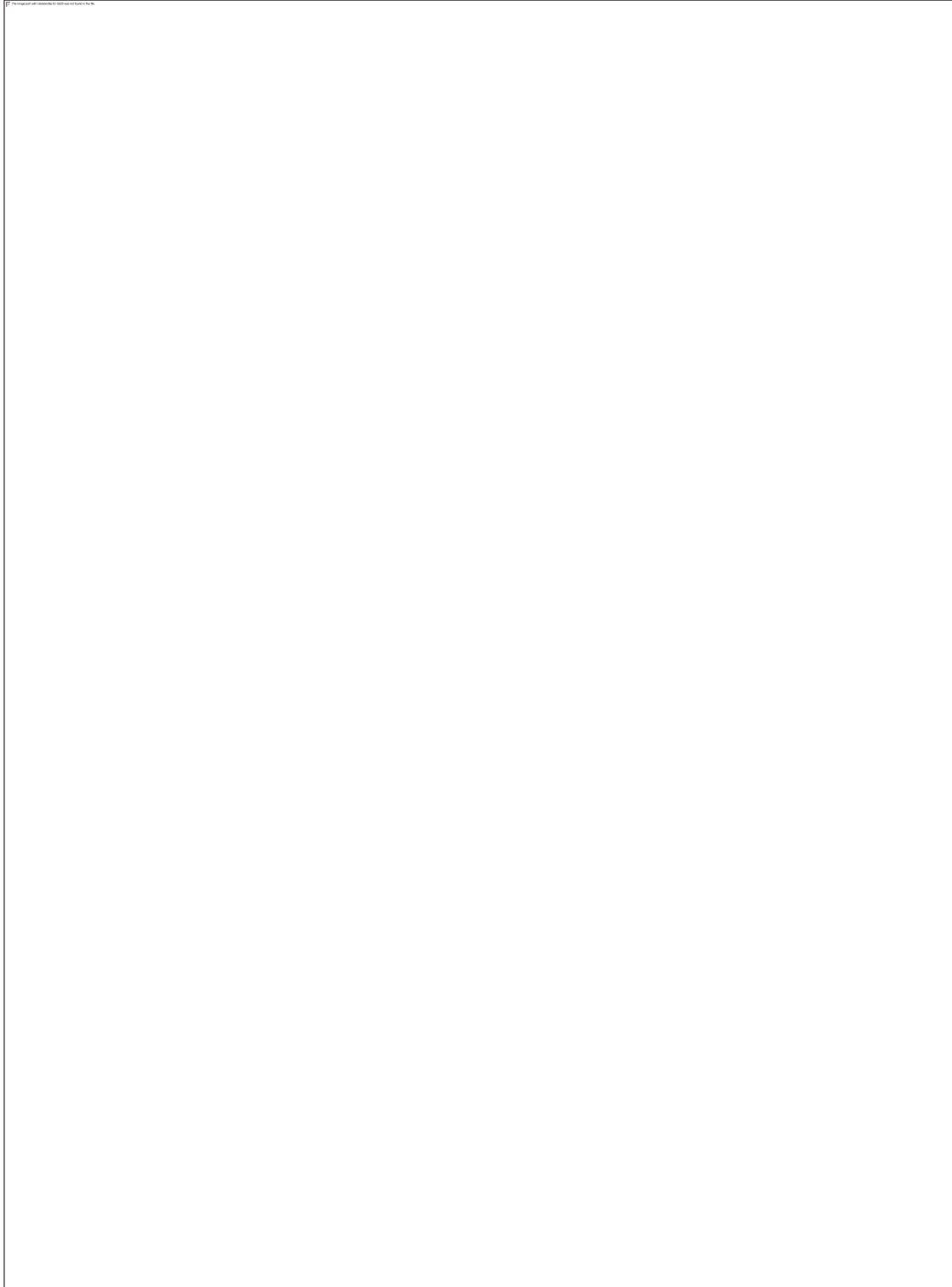
---

<sup>47</sup> Coleção de Legislação Brasileira do Império. Vol. IV, p. 279

<sup>48</sup> Malheiro, Pedro Machado de Miranda. *Providências para a jornada da colônia dos suíços desde o porto do Rio de Janeiro até Nova Friburgo em Morro Queimado, no distrito da Vila de S. Pedro de Cantagalo, dadas em consequência de ordens de Sua Majestade*. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia Ano de Publicação: 1819. p. 5.

<sup>49</sup> Malheiro, Pedro Machado de Miranda. Op. Cit. p. 17

das quais não tiram tanto lucro<sup>50</sup>». É importante ressaltar que na região estudada, o enraizamento dos interesses dos antigos reinóis ocorreu desde a obtenção das terras apropriadas ao cultivo dos produtos vendidos no mercado externo, o que ensejou a expansão das lavouras de açúcar e café pela região.



(Mapa1.1 – Reconhecimento do Rio de Macacu e da estrada que conduz a Nova Friburgo)

---

<sup>50</sup> Jornal de Coimbra, 1818. N° LXXX, Parte I, p. 64.

Quando as famílias suíças alcançaram a Vila de Nova Friburgo, alojaram-se nas 100 casas que foram construídas por índios vindos de Aldeia da Pedra, parte delas registradas pelo olhar do pintor francês Jean Baptista Debret (Imagem 1)<sup>51</sup>. No texto de Debret, anexo a sua prancha, o autor enfatiza o caráter civilizatório da colônia suíça, a fertilidade do vale que os colonos ocuparam e a prosperidade que esta migração vivia; ideias contraditórias em relação às informações do Jornal de Coimbra e de alguns depoimentos de colonos. Todavia, o pintor francês não deixa de registrar que “o governo tivera também o cuidado de mandar para aí certo número de escravos de ambos os sexos, destinados a serem repartidos entre as famílias suíças<sup>52</sup>”. Não encontrei documentos que pudessem confirmar as doações de escravos feitas pela Coroa aos colonos suíços. Diante dessa impossibilidade, é possível conjecturar que os cativos estavam destinados ao trabalho em uma das três fazendas pertencentes à Coroa.



(Imagem 1.1 - Colônia suíça de Cantagalo, Jean Baptiste Debret - 1826)

Todavia, era necessário, para acomodar os colonos na nova Vila, resolver o problema da falta de espaço. Dessa maneira, para colocar nas 100 casas em torno de 261 famílias criou-se o conceito de “família-artificial”<sup>53</sup>, que era constituída de 17 a 20 pessoas de duas ou mais famílias. Em outras palavras, as habitações eram inapropriadas e insuficientes para o número de pessoas e essas foram reagrupadas. Devido a esses e outros fatores, muito rapidamente os colonos perceberiam que grande parte das terras agrícolas que lhes foi sorteada não era fecunda e, as que eram férteis, serviam apenas

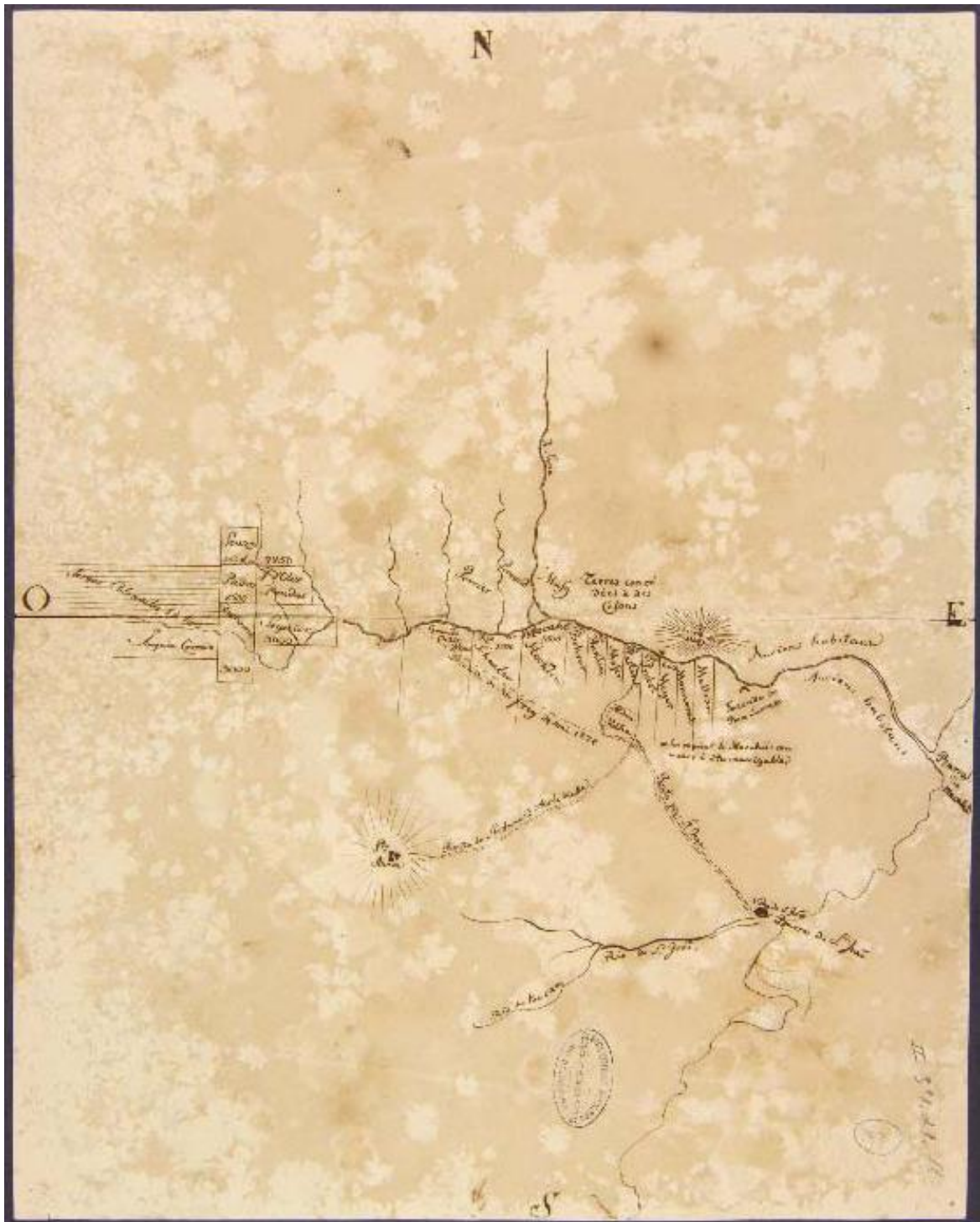
---

<sup>51</sup> DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. “COLÔNIA SUÍÇA DE CANTAGALO”, prancha Nº 44, p. 316.

<sup>52</sup> DEBRET, Jean Baptiste. *Op. Cit.*, p. 318.

<sup>53</sup> O termo “Família-artificial” foi criado, pois o agente suíço rompeu o acordo estabelecido com a Coroa e trouxe 161 famílias a mais. Deste modo, os administradores locais teriam que abrigar 261 famílias europeias nas 100 casas construídas. A “família-artificial”, portanto, consiste na reunião de duas ou mais famílias com o objetivo de que todos os colonos pudessem ficar nas casas que lhes foram destinadas.

para culturas de subsistência; o que afastava os colonos da possibilidade de prosperar ligados à produção de gêneros como o açúcar e o café. Diante dessa demanda por terras mais quentes, os colonos deram origem à expansão territorial em dois sentidos: um primeiro grupo buscou as vertentes do rio Macaé (Mapa 2) e para a “Terra dos Inhames” e um segundo dirigiu-se à Cantagalo.



(Mapa 1.2 – Terras doadas por D. Pedro I nas Vertentes do Rio Macaé)

Já nas primeiras investidas à região supracitada, os colonos foram surpreendidos pela presença do que se poderia designar como um quilombo, que se localizava exatamente nas terras doadas por D. Pedro I aos colonos suíços em 1821. De fato, não existe uma descrição exata do quilombo, do tamanho ou de quantos negros aquilombados estariam lá. A referência ao ocorrido encontra-se na obra do pesquisador suíço Martin Nicoulin, *A Gênese de Nova Friburgo*. Trata-se de uma carta escrita por Antoine Cretton de Martigny, oriundo do Cantão de Valais ao relatar, em 1824, uma expedição à região do rio Macaé.

(...) Ao cabo de oito dias de marcha, deparamos com um quilombo; é um esconderijo de negros fugidos que, para escaparem das crueldades dos portugueses vão viver juntos em montanhas inacessíveis. Esses negros são perigosos quando em número superior ao de brancos e espertíssimos, pois é quase impossível chegar a seu refúgio sem risco de vida (...). Mas qual não foi a nossa surpresa ao deparar de repente com oito negros que de arcos retesados, ameaçavam trespassar-nos o peito. Entretanto, conseguimos dominá-los e obtivemos todas as indicações sobre aquelas terras<sup>54</sup>.

A serra, por certo, foi ponto privilegiado para a formação desses núcleos de resistência, primeiro pelas dificuldades impostas pelos acidentes geográficos, que serviam como defesa natural; em segundo pela distância, tanto de Cantagalo, quanto da Corte. Quando os suíços constataram a infertilidade do solo recebido e decidiram migrar para a região de Macaé encontraram o quilombo citado. Renata Azevedo Lima vem pesquisando mais detidamente o caso do quilombo. A historiadora utiliza-se, além do documento citado, de duas outras cartas assinadas pelo delegado dos assuntos suíços, o colono Quevermont.

Uma das conclusões preliminares da historiadora reside no fato de que suíços e portugueses se uniram para a destruição do quilombo, ou dos quilombos existentes nas Margens do Rio Macaé, fronteira da Vila de Nova Friburgo e da Vila de Macaé. Os suíços desejavam apoderar-se das terras concedidas por D. Pedro I em 1821, suas intenções ficam explícitas em outro período da carta de Cretton de Martigny, “A terra que cultivamos, não sendo própria para a cultura do café e do açúcar, eu [Antoine Cretton] quero abandoná-la para me dedicar a esse tipo de cultura, já que cada milheiro de pé de café que plantamos, depois de três anos, produz mil francos a cada ano<sup>55</sup>”. De fato, o café já se encontrava em expansão pela Vila no início da década de 20 e como podemos depreender da fala do colono, constituía-se em um negócio significativamente

<sup>54</sup> NICOULIN, Martin. Op. Cit., p. 222.

<sup>55</sup> NICOULIN, Martin. Ibid.

rentável. Outra questão importante é a noção do colono suíço de como enriquecer na nova sociedade, ou seja, acompanhar um processo que “aconteceu” concomitantemente com outras áreas do vale do Paraíba, a expansão do café e da escravidão. Não só Cretton de Martigny, mas os colonos que possuíam meios migraram. Anos depois, e com um próspero lote de terras onde se cultivava café através do trabalho escravo, temos o exemplo do colono Stöcklin, que argumentava: “Nós suíços, que viemos em 1820, fomos postos em terras que só dão batatas, milho e legumes; por isso os colonos que não tiveram coragem ou meios de mudar para terras de café não progrediram nada<sup>56</sup>”. Mais uma vez o café é citado por um suíço como elemento de ascensão.

Assim como Stöcklin, outros colonos suíços prosperaram. Todos envolvidos com café e escravos, dentre eles podemos destacar os Monnerat, Joset, Robadey e os Balmant, como senhores de terras e de escravos. O médico Jean Bazet e o padre Jacob Joye, além de suas propriedades e escravos, também eram remunerados por suas funções. O Jornal *O Spectador* de 1826, em sua sessão de correspondências publicou uma carta, datada de 15 de novembro de 1825, cujo remetente era um colono suíço, ele afirmava que a colônia poderia não ter dado certo, mas muitos suíços conseguiram enriquecer. Neste contexto, o colono Levieux relata a qualidade das terras, “... muito mais próprias à cultura de coisas necessárias à subsistência, do que as que chamamos – coloniais<sup>57</sup>”. Na mesma carta o colono nos permite entrever em que medida os colonos haviam se envolvido no cultivo do café desde 1820:

Desde então quase metade de sua população ocupa-se vantajosamente da cultura do café; se eles não tem plantado mais de 250,000 árvores, é porque a sua população se compõe de mais crianças em idade baixa (...) é porque também cultivam o preciso à subsistência (...) eles tem preparados viveiros, os quais prometem que dentro de poucos anos, terão para mais de 600,000 pés de café, principalmente no distrito de Cantagalo, e nas margens do Macaé<sup>58</sup>.

O depoimento deste colono é fundamental para associar os colonos à produção cafeeira da região de Nova Friburgo e Cantagalo.

Diversos documentos dão mostra da defesa dos interesses dos antigos colonizadores em sua relação com a Coroa portuguesa e o Estado brasileiro. No contexto da independência, os membros da Câmara escreveram, em junho de 1821, uma carta de apoio à convocação da Assembleia Geral dos Deputados. A carta redigida foi

---

<sup>56</sup> NICOULIN. Ibid.

<sup>57</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos - *O Spectador*, 1826, Edição00224. pp. 1-3.

<sup>58</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Ibid.

elaborada na presença do juiz ordinário João Luiz Ribeiro e de outras autoridades luso-brasileiras e afirmavam: “... é preciso (...) ser inteiramente cego para não ver que só assim o Brasil gozará dessas vantagens que nos foram liberalmente prometidas<sup>59</sup>”. Percebe-se que com a escrita dessa carta “O povo dessa Vila, não menos patriota, e amigo da Causa da Nação<sup>60</sup>”, defendia exatamente a manutenção dos interesses dos antigos colonos portugueses presentes na Vila e não vislumbravam a separação do Reino português, como nos indica a seguinte passagem: “modifique a constituição que se está fazendo em Portugal, relativamente aos interesses deste amplo e fertilíssimo reino, e conciliá-lo com suas províncias, e união com a de Portugal<sup>61</sup>”. Entretanto, os senhores que governavam a Câmara e o poder político na Vila de Nova Friburgo, percebendo as mudanças que levariam, inevitavelmente, à independência, escreveram, em cinco de novembro de 1822:

Senhor – A Câmara da Vila de Nova Friburgo tem a distinta honra de felicitar e de beijar a Augusta mão de Vossa Majestade Imperial nesta época em que o Império do Brasil tem dado o mais vantajoso passo em defesa da sua independência política (...) por sua real benignidade sirva-se aceitar os sentimentos de uma Câmara, que empenhada em desejos de solenizar tão faustísimos atos como é do seu dever, cheia de glória fez o que esteve ao alcance de suas forças e fracos conhecimentos<sup>62</sup>.

Decorrem desse fato duas consequências, uma direta e outra indireta. A consequência direta está ligada à criação de boas relações com o novo poder constituído, a indireta decore do apoio ao governo de D. Pedro I, trata-se do enraizamento profundo dos interesses dos plantadores escravistas luso-brasileiros. Em 1824, agindo no mesmo sentido, a câmara da Vila de Nova Friburgo enviaria uma nota ao periódico *Império do Brasil Diário do Governo* para informar que:

naquele mesmo dia se procedeu ao ato do juramento da Constituição do Império com a maior solenidade, que era compatível com as forças da dita câmara; dando por esta ocasião todos aqueles habitantes as mais claras demonstrações do seu exemplar patriotismo<sup>63</sup>.

Com essas solenidades a câmara da Vila de Nova Friburgo alinha-se ao rei, acompanha o processo de independência e de consolidação da Constituição de 1824. A elite dos plantadores escravistas da Vila participa dos eventos fundantes da nova nação e, com

---

<sup>59</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos - *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1822, Edição00082. p. 440.

<sup>60</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Ibid.

<sup>61</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Ibid.

<sup>62</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Ibid.

<sup>63</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos - *Império do Brasil Diário do Governo*, 1824, Edição00003. p. 536.



isso, respaldam o seu poder político, principalmente pelas relações de hegemonia e reciprocidade que estabeleceriam com o novo Estado nacional e com outros senhores da região.

A absorção e consolidação desse modo de vida entre os suíços coincidem, segundo a minha visão, com o que Ilmar de Mattos denominou de “tempo saquarema<sup>64</sup>”. Vale ressaltar que exemplos como Jean Bazet e Jacob Joye, eram vereadores da Câmara Municipal durante a independência; esses dois se configuram em exceções e a maior parte dos indivíduos suíços que imigraram para a região, tiveram como realidade, misérias e provações. A partir da década de 1830, os colonos estavam plenamente integrados à sociedade imperial, procuravam terras para o café, utilizavam o trabalho escravo e ocupavam cargos na administração da Vila. Com o fim do “Regime Colonial” para os suíços em 1831, os colonos foram considerados plenamente brasileiros; tanto os que ascenderam socialmente, quanto os que não obtiveram tanto sucesso, após os primeiros dez anos já haviam assimilado as características da sociedade Imperial.

Como foi dito acima, a prosperidade não foi regra. Diversos colonos viveram enormes dificuldades, principalmente, durante os primeiros anos na nova terra. Variadas motivações resultaram no insucesso: terras ruins, falta de cumprimento dos acordos por parte da Coroa, além de poucos recursos e de escassa mão-de-obra. Alguns exemplos podem ilustrar a questão de maneira mais precisa. Em 1829, o primeiro pastor Luterano a chegar ao Brasil, Friedrich Sauerbronn, colono alemão, depôs a respeito da condição do colono Jacob Wolf - “Trabalhador muito diligente e sua terra é bastante boa, porém é muito pobre e não tem recursos para comprar animais<sup>65</sup>”. Como agravante da condição adversa o precário auxílio prestado pela Coroa aos colonos, na forma de sementes e animais, fora retirado quando D. João retornou a Portugal.

Neste contexto político e durante todo o Primeiro Reinado, o aprofundamento da pobreza entre os suíços foi latente. Por isso, a utilização de elementos retóricos ligados à pobreza para pedir benesses ao Imperador tornou-se comum entre os colonos, vale destacar o uso que Doroteia Klein faz dessa retórica. A colona, em 1825, “por morte do seu marido, o colono Nicolau Klein, não podendo com quatro filhas menores

---

<sup>64</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff. *Op. Cit.* pp. 270-273.

<sup>65</sup> Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - CDH - Pró-memória, caixa 19: doc. 30

trabalhar nas terras coloniais para manter a sua subsistência<sup>66</sup>” pediu auxílio ao Inspetor da Colonização para que D. Pedro I possa saber “o estado desgraçado em que se acha a colona suíça da Vila de Nova Friburgo<sup>67</sup>”, o Imperador não só passa a saber de seu estado “desgraçado”, como oferece ajuda. Ele faz com que as três meninas mais velhas, “chamadas Mariana, Catarina e Izabel, sejam admitidas no Recolhimento da Santa Casa de Misericórdia desta Corte<sup>68</sup>”. Os Klein foram colonos que não prosperaram de imediato, utilizaram as terras coloniais para a subsistência e, com a morte do patriarca, Doroteia não teria condições de cultivar a terra e cuidar das quatro filhas. Durante esta investigação não foi possível saber se Doroteia possuía escravos, mas ao que tudo indica a colona não se valia de nenhum cativo.

Para tentar conter o avanço da miséria, suíços radicados no Rio de Janeiro criaram uma sociedade filantrópica para auxiliar os colonos de Nova Friburgo. O periódico *A Aurora Fluminense*, de 1830, anunciava o seguinte: “a sociedade filantrópica suíça, em Londres, sacará pelo penúltimo Pacote 1500 Libras a favor dos suíços da colônia de Nova Friburgo<sup>69</sup>”. Na verdade, essa quantia constituía-se em um fundo e apenas os juros seriam empregados no “socorro aos velhos, enfermos, viúvas e órfãos de seus antigos compatriotas<sup>70</sup>”. A associação conseguiu, para uso coletivo dos colonos, um moinho, além de se ter previsto a instalação de outros quatro nos arredores do território colonial. Ferramentas de mão foram distribuídas entre um número reduzido de colonos e um seletivo grupo deles, por se mostrarem mais prósperos, tiveram a compra de escravos financiados pela associação.

Nada disso, entretanto, foi suficiente para acabar com a fome e a estagnação. Alguns colonos, devido ao quadro adverso, abriam clareiras na mata, se estabeleciam e iniciavam o cultivo de leguminosas - como o colono Wuichard que possuía alqueires de milho, variadas leguminosas e plantação de alfafa e cânhamo; ou o colono Peclat, que semeava variadas gramíneas europeias e “edificou uma pitoresca casa feita de madeira local<sup>71</sup>”. As necessidades fizeram os colonos se movimentarem. O patriarca Werner, por

---

<sup>66</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos - *Império do Brasil Diário Fluminense - 1825 a 1831*, 1826, Edição00007. p. 88.

<sup>67</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Ibid.

<sup>68</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Ibid.

<sup>69</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos - *A Aurora Fluminense - 1827 a 1831*, 1830, Edição00323, p. 1357.

<sup>70</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos - *A Aurora Fluminense - 1827 a 1831*, 1830, Edição00327, p. 1376.

<sup>71</sup> HENRI, Raffard. La colonie suisse de Nova Friburgo ET La société philanthropique suisse de Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1877. pp. 58 e 59.

exemplo, construiu na sua propriedade um forno para cozer seus vasos de barro, com objetivo de vendê-los na Vila. Outros se dedicaram a criação de animais, os Mozer eram criadores de porcos, enquanto a família Rimes criava vacas de leite para a fabricação de queijos em sua pequena propriedade. Mesmo com essas corajosas iniciativas, nos primeiros anos da colônia a pobreza e a fome fustigaram muitos colonos.

No que se refere ao Estado, este também realizou seu papel para que a colônia fracassasse. Desde o início da colonização, rondavam denúncias de negociata e alguns colonos consideravam as dificuldades oriundas, também, da má administração. Em 1830, por exemplo, o periódico *Astrea* publicava um artigo intitulado *Da imigração europeia na América*, quando o redator se refere ao caso da colônia de suíços afirma: “o plano da Colônia da Nova Friburgo, plano tão mal combinado nos seus princípios, quanto desgraçado na sua execução<sup>72</sup>”. A acusação mais forte a esse respeito foi a de que o dinheiro público estava sendo gasto em proveito de interesses privados, a exemplo da sesmaria do Morro Queimado, que deu origem à Vila de Nova Friburgo, e foi vendida por um valor “superfaturado”. O periódico citado praticamente achincalhava o nome do Monsenhor Miranda ao dizer que “As ideias mesquinhas do agente do poder destruiu o que não era de todo mal<sup>73</sup>”. Se de um lado, os colonos acusavam a administração; por outro lado, o inspetor da colônia, Monsenhor Pedro Machado de Miranda Malheiros, evidenciava a incapacidade dos colonos de se integrarem para cultivos coletivos, problema retratado no *Correio Oficial*. O periódico traz uma circular aos agentes diplomáticos brasileiros na Europa com o objetivo de providenciar um novo impulso na imigração para o Brasil, para tal o escrito se vale de dois expedientes: acusa Gachet - “sua Companhia de Capitalistas não passava de uma ficção<sup>74</sup>” e as “famílias artificiais” – necessidade criada pelo excesso de indivíduos trazidos pelo agente suíço - eram compostas de pessoas que não se conheciam, “resultando daqui falta de união de interesses, e por consequência de união de vontades e esforços<sup>75</sup>”, ou seja, havia pouca iniciativa, e, por vezes, permeada de descaso com a benfeitoria concedida.

De fato, a subalimentação, somada ao cansaço da viagem, fez com que inúmeros colonos começassem a padecer. O médico Jean Bazet cuidava de 600 doentes

---

<sup>72</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos - *Astrea*, 1830, Edição00549. p. 2613.

<sup>73</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Ibid

<sup>74</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos – *Correio Oficial*, 1835, Edição 00014, p. 56.

<sup>75</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Ibid

e nas suas palavras, “há famílias de 16 pessoas com 16 doentes<sup>76</sup>”. Como consequência, nos primeiros seis meses, 131 colonos haviam morrido. Em síntese, os primeiros anos dos suíços e alemães (salvo algumas exceções) não foram memoráveis - a pobreza, a fome e a falta de perspectivas estavam presentes em suas vidas. A morte dos chefes de família produzia desde a partida da Europa, cerca de trezentos órfãos, quer dizer, mais um problema para a administração da colônia, já que nem todos teriam a sorte de Doroteia Klein. Mesmo diante de tantos revezes, esse trabalho não se insere entre aqueles que enfatizam apenas o fracasso da colonização suíça, mas visa entender, também, como indivíduos de origem suíça conseguiram construir, em meio às adversidades esboçadas, uma trajetória de ascensão social e econômica.

Como se viu acima, a única saída para os suíços menos privilegiados era empreender uma nova colonização para regiões mais quentes e férteis. As doenças assolavam a todos e a culpa ficava na mútua acusação, da falta de associação entre os colonos e da negligência da direção da colônia. Como resultado, ambos os argumentos contribuíram para ceifar centenas de vidas. Nesse quadro adverso, a Sociedade Suíça Beneficente de Cantagalo prestou auxílio a alguns colonos, claro que sem a pretensão de mudar o estado de todos eles, ao mesmo tempo, que diversos periódicos registravam as demandas e vicissitudes pelas quais passavam a colônia suíça da Vila de Nova Friburgo. Todavia, esse quadro se restringiu a alguns colonos, outros indivíduos, colonos ou não, conseguiram empreender suas próprias estratégias sociais de ascensão aos extratos mais abastados da sociedade imperial.

## **1.2 A estrutura da propriedade na formação da Vila de Nova Friburgo: terras e escravos.**

Neste ponto, a validade da análise serial está em permitir a compreensão das relações entre senhores e escravos na formação e ocupação da Vila. Para delimitar o universo da posse de terras, trabalhamos com os 352 registros de compra e venda assentados nas notas do tabelião encarregado. Foi constatado, mediante perscrutação dos documentos que, apenas entre 1820 e 1830, os “brasileiros” dominaram a compra e a venda de terras na Vila; nos dois decênios seguintes ocorreu um equilíbrio nessa

---

<sup>76</sup> ARAUJO, João Raimundo de. MAYER, Jorge Miguel (orgs.). *Op. Cit.*, p.42.

relação, mas de qualquer forma, os brasileiros e descendentes de portugueses permaneceram soberanos na compra e venda de terras.

Mais detidamente é possível apresentar os seguintes dados: entre 1820 e 1831 os compradores de origem Suíça e Alemã era de quase 35% e os luso-brasileiros representavam 65%; enquanto entre os vendedores de terras o número de suíços e alemães descia a 15% e as vendas realizadas por luso-brasileiros disparavam a 85% das negociações. Para tais números temos duas explicações: o número de compradores de terras de origem europeia é significativamente menor, primeiro porque a eles estavam reservados os lotes coloniais, por isso, nesses primeiros dez anos, conjecturamos que os indivíduos europeus que adquiriram terras chegaram à região ainda com recursos; enquanto os compradores luso-brasileiros migravam para a região interessados no cultivo do café.

Outro ponto a esclarecer é justamente o motivo pelo qual, nos dois decênios seguintes, tanto o número de compradores quanto de vendedores de terras de origem europeia (suíços e alemães) aumentaram. Tratemos primeiro dos compradores, entre 1831 e 1840 dominaram 41% das compras de terras e nos 10 anos seguintes dominaram o cenário com 53% das compras de propriedades fundiárias. No caso dos vendedores, as propriedades fundiárias passaram a 42% das vendas e posteriormente a 46%. Com os números apresentados podemos destacar dois fatores: o primeiro, referente à compra de terras, demonstra que os suíços conseguiram adquirir recursos suficientes para comprar outras glebas de terra; o segundo fator trata da venda das terras coloniais com o objetivo de adquirir terras mais apropriadas ao cultivo de café. Portanto, europeus e luso-brasileiros espalharam-se, ao longo da primeira metade do século XIX, pelas diversas regiões da Vila, concentrando-se em terras apropriadas ao cultivo do café, processo que pode ser acompanhado através da Tabela 1.1.

Outro aspecto a se observar é a relação entre compradores e vendedores – suíços e lusos - que tende a ser mais equilibrada após 1830. Isto ocorre por que muitos colonos suíços passaram a vender suas terras pouco produtivas e a adquirir terras mais rentáveis nas regiões limítrofes da Vila. As terras compradas pelos suíços saíram também das mãos de proprietários de origem luso-brasileira que se encontravam enraizados na região desde finais do século XVIII e início do XIX. Até o ano de 1850, 352 propriedades foram compradas, dessas, 53% correspondem a luso-brasileiros e os 47% restantes foram compradores suíços ou alemães; por outro lado, das 207 vendas de terras, 59% foi feita por luso-brasileiros e 41% pelos suíços e alemães. O que nos

permite perceber que desde o início da colonização os senhores luso-brasileiros estão marcadamente ligados a terra, e que os suíços foram ao longo dos anos inserindo-se entre os possuidores e negociantes de terras na Vila de Nova Friburgo.

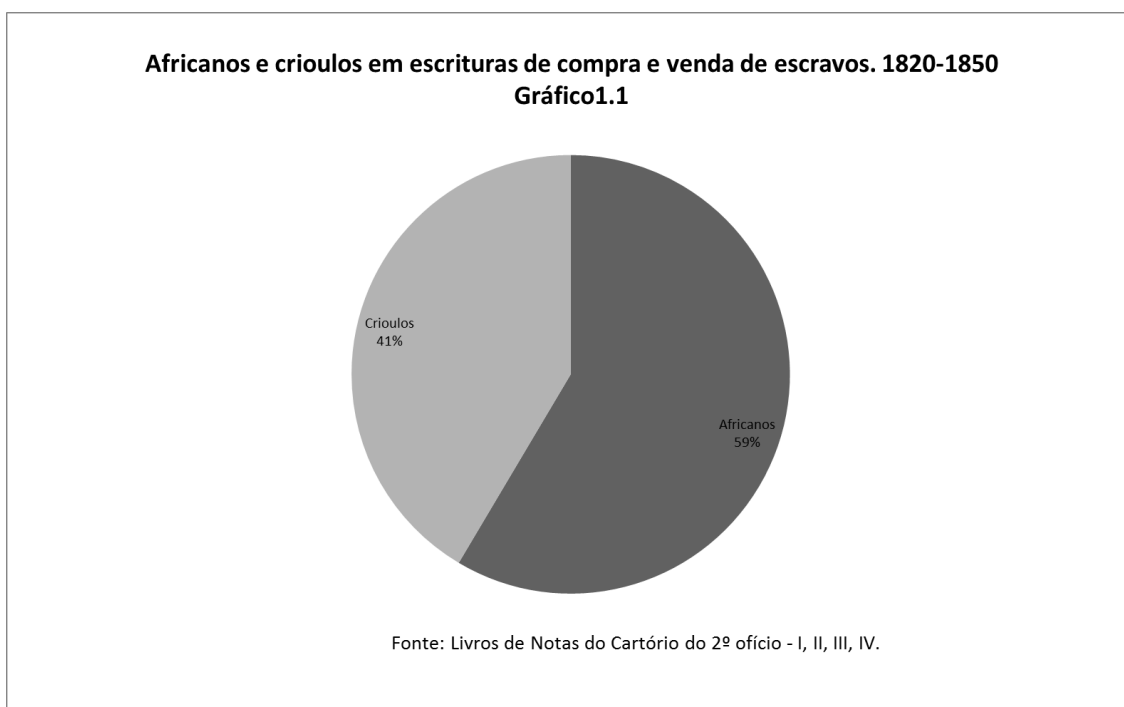
Compra e venda de terras entre 1820-1850			Tabela 1.1		
Período	1820 - 1830				
Compradores			Vendedores		
Suíços/ Alemães	Lusos Brasileiros	Total	Suíços/ Alemães	Lusos Brasileiros	Total
16	30	46	7	39	46
34,78%	65,22%		15,22%	84,78%	
Período	1831 - 1840				
Compradores			Vendedores		
Suíços/ Alemães	Lusos Brasileiros	Total	Suíços/ Alemães	Lusos Brasileiros	Total
55	76	131	56	75	131
41,98%	58,02%		42,75%	57,25%	
Período	1841 - 1850				
Compradores			Vendedores		
Suíços/ Alemães	Lusos Brasileiros	Total	Suíços/ Alemães	Lusos Brasileiros	Total
94	81	175	82	93	175
53,71%	46,29%		46,86%	53,14%	
Período	1820 - 1850				
Compradores			Vendedores		
Suíços/ Alemães	Lusos Brasileiros	Total	Suíços/ Alemães	Lusos Brasileiros	Total
165	187	352	145	207	352
46,88%	53,13%		41,19%	58,81%	
Fonte: Livros de Notas: I, II, III e IV - Arquivo do Cartório do 2º Ofício.					

Para estabelecer um padrão de posse de escravos, durante a primeira metade do século XIX em Nova Friburgo, foi preciso utilizar documentos paroquiais e notariais devido à falta de inventários *post-mortem* e testamentos para o período abordado. Constan nos Livros de Notas do Cartório do 2º Ofício, 19 registros de compra e venda de escravos para o período 1820-1850. É conveniente, antes de tudo, enfatizar que o primeiro registro data do dia dois de abril de 1830 e o último de 23 de outubro de 1845. Apesar do número restrito de escrituras e de termos apenas 15 anos cobertos pela documentação, esses documentos são bastante significativos no tocante às relações sociais engendradas na Vila. O número total de cativos envolvidos era de 41, mas esse número também não é preciso, pois que, há uma escritura em que não consta o número de escravos negociados. Do montante calculável, 58,54% dos escravos eram africanos e 41,46% eram crioulos, o número de homens (62,50%) também é superior ao de mulheres (37,50%). O valor total negociado somava uma quantia considerável, mais de

sete contos 603 mil réis. Em relação aos crioulos e africanos percebemos que os últimos foram mais negociados, o que desejamos ressaltar, pois se trata do período de tráfico ilegal, esses números podem ser visualizados através da Tabela 1.2 e do gráfico 1.1.

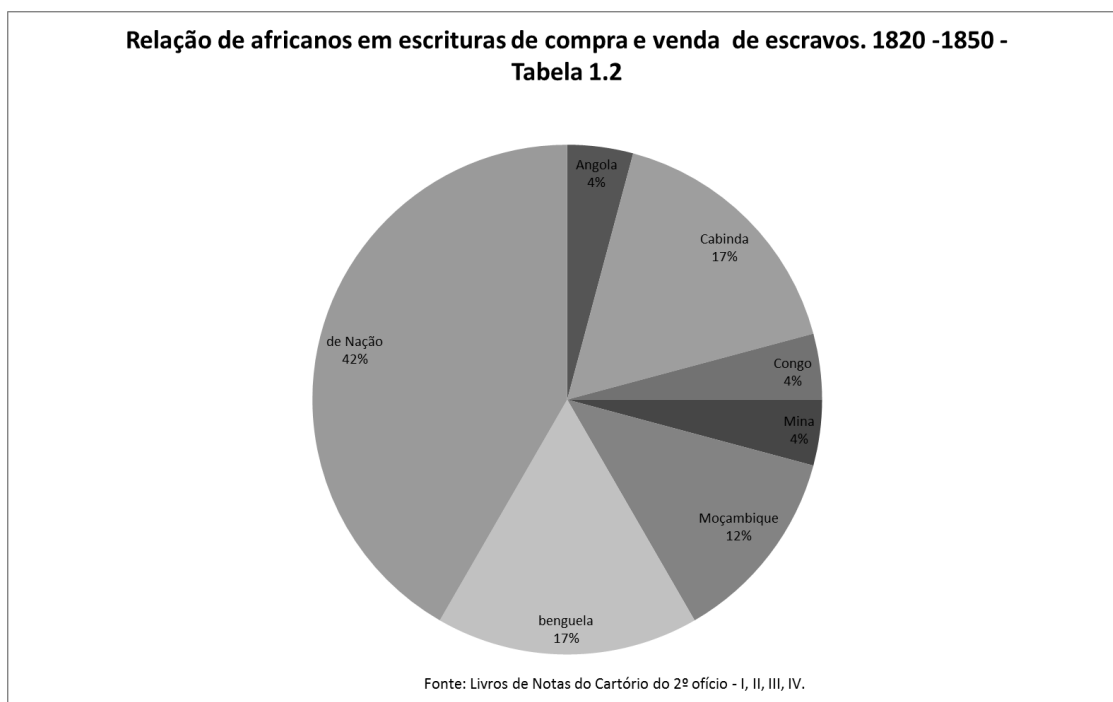
Ano	1820 - 1830	1831 - 1840	1841 - 1850	Total
Africanos	3	11	10	24
crioulos	5	6	6	17
Total	8	17	16	41

Fonte: Livros de Notas do Cartório do 2º ofício - I, II, III, IV.



Levando em conta apenas os escravos africanos que foram negociados observa-se uma significativa diversidade dos locais de embarque e origem dos indivíduos. Os mais representativos são os escravos de Nação que somam 26,67%, seguidos por Moçambiques com 20,00% e Cabindas, Congos e Benguelas cada um com 13,33% do total. Mina e Angola representavam em separado 6,67% dos africanos. O tráfico de escravos africanos estava proibido desde 1831, mas a maior parte dos escravos registrados era africana, indicando que mesmo sobre a ilegalidade do comércio de escravos vindos da África, a Vila de Nova Friburgo continuou recebendo contingentes dessa origem. (Tabela 1.3 e Gráfico 1.2)

Relação de africanos em escrituras de compra e venda de escravos. 1820 -1850 - Tabela 1.3		
Angola	1	5,26%
Cabinda	4	21,05%
Congo	1	10,53%
Mina	1	5,26%
Moçambique	3	15,79%
benguela	4	21,05%
de Nação	10	21,05%
TOTAL	24	100%
Fonte: Livros de Notas do Cartório do 2º ofício - I, II, III, IV.		



Em relação às origens dos compradores e vendedores de escravos observa-se que os indivíduos de origem suíça destacaram-se nas duas modalidades. Os suíços representaram 55% dos compradores e 57,89% dos vendedores entre 1820 e 1850, enquanto luso-brasileiros constituíam 45% e 42,11% dos compradores e vendedores (Quadros 1.2 e 1.3).

Origem dos compradores de escravos 1820 -1850 - Quadro 1.2			
Compradores de origem suíça e/ou alemã		Compradores de origem luso brasileira	
55,00%		45,00%	
Fonte: Livros de Notas do Cartório do 2º ofício - I, II, III, IV.			



Origem dos vendedores de escravos 1820 -1850 - Quadro 1.3			
Vendedores de origem suíça e/ou Alemã		Vendedores de origem luso brasileira	
57,89%		42,11%	
Fonte: Livros de Notas do Cartório do 2º ofício - I, II, III, IV.			

Diante dos dados apresentados, faz-se necessário traçar um perfil dos compradores e vendedores de escravos que registraram seus negócios no Cartório da Vila. Reduzir a escala de abordagem para analisar as escrituras de compra e venda de escravos pode deixar mais clara a inserção dos suíços no mundo da escravidão<sup>77</sup>.

Iniciemos a investigação dos negócios da família Herdy envolvendo terras e escravos. A família se manteve por bastante tempo nas terras coloniais, ocupava a casa 99 e a marca de terra de número 21, Lourenço Herdy era moleiro. No ano de 1824 o suíço fez o requerimento ao Juiz Ordinário da Vila para reaver 200 braças de terra, as quais teriam sido apossadas pelo colono Musy. Assim que o Juiz “tomou conhecimento deste negócio já o sentenciara<sup>78</sup>”, em favor de Herdy. A primeira escritura em que Lourenço registra uma venda de escravos data de 1840, o comprador é seu filho Lourenço Herdy Filho, o escravo negociado chamava-se Antônio de Nação e estava avaliado em quinhentos mil Réis. Herdy, no momento da compra, “entregava o título de compra que fizera a Conrado Bohrer<sup>79</sup>”, outro colono suíço. Neste mesmo dia, Lourenço Herdy Filho registra outra venda a João Pedro Schibly(?), do mesmo escravo de Nação chamado Antônio, no entanto o negócio parece que não foi concretizado já que ao final do documento encontra-se o termo “revogado”, apesar de não constar a data ou qualquer outra indicação sobre o motivo da anulação da escritura<sup>80</sup>. Esta negociação só foi concretizada em quatro de fevereiro de 1841, quando João Pedro Schibly(?) pagou quinhentos mil réis pelo escravo.

De fato, as negociações em torno do “escravo Moçambique de nome Antônio<sup>81</sup>” só terminaram em 1842 quando João Pedro Schibly o vendeu, novamente, a Lourenço Herdy Filho por quinhentos e vinte mil reis. Nesse vai e volta do escravo Antônio Moçambique destaca-se a habilidade com que esses colonos suíços trocam o

<sup>77</sup> Não é possível precisar o padrão de posse dos suíços, mas, a maioria dos colonos estaria próxima ao padrão dos homens livres pobres do Brasil. Entre os que tiveram acesso a terras e escravos rapidamente passaram a reforçar o étnos escravista e contribuindo para a reprodução da escravidão.

<sup>78</sup> Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - Pró-memória, caixa 2-5: doc. 427.

<sup>79</sup> Arquivo do Cartório do 2º ofício de Nova Friburgo, Livro III: 30V

<sup>80</sup> Arquivo do Cartório do 2º ofício de Nova Friburgo, Livro III: 31

<sup>81</sup> Arquivo do Cartório do 2º ofício de Nova Friburgo, Livro III: 60V e 61.

escravo em um curto espaço de tempo. Outro fator merece destaque, Antônio só recebe a alcunha de Moçambique depois de tornar-se propriedade de João Pedro Schibly, a identidade ou identificação do porto de saída de Antônio é negligenciada, como se a sua identidade fosse se perdendo. Todavia, João Pedro deixou a origem africana marcada na revenda a Herdy Filho.

A Família Bersot, bem sucedida na viagem até o Brasil, era composta de 13 indivíduos que ocuparam, na Vila de Nova Friburgo, o lote 84. Esta terra encontrava-se abandonada desde 1825 e a família deslocou-se para Macaé-de-Cima, muito provavelmente pelas condições de seu lote colonial, que era improdutivo. A descendente que nos interessa é Florentine Bersot, casada com Francisco Mindelino de Oliveira desde 1825<sup>82</sup>, possuidores de terras no distrito de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer, distrito da Vila de Nova Friburgo. No ano de 1842, o casal passa uma escritura de hipoteca de “suas terras de culturas”, segundo a qual “se constituíram devedores do Outorgado Antônio Clemente Pinto da quantia de Oito Contos setecentos e Vinte mil Réis em dinheiro corrente que neste ato recebeu do Outorgado<sup>83</sup>”, o prazo que o casal Bersot recebeu para saldar a dívida foi de seis meses e “por qualquer acidente pagarão pela mora e juros de um e meio por cento ao mês<sup>84</sup>”. Mindelino e sua mulher tornaram-se devedores do futuro Barão de Nova Friburgo, homem que desde 1829 vinha construindo sua fortuna na região de Nova Friburgo e Cantagalo.

Um dia após a negociação com Clemente Pinto, o casal registrou uma "Escritura de trato e convenção por conciliação e separação de bens que fazem Mindelino Francisco de Oliveira e sua mulher Florentine Bersot<sup>85</sup>". Nesta separação de bens, Florentine recebe oito Contos de Réis em dinheiro, duas novilhas, um armário e “por essa quantia se dava por paga e satisfeita<sup>86</sup>”. Mindelino passou os oito contos em dinheiro a sua mulher, quando da separação dos bens; Florentine Bersot, por sua vez, demonstrou ter obtido algum sucesso em gerir esses bens e a operar na lógica do sistema. Nossa personagem, em fevereiro de 1843, registrou a compra de uma escrava de nome Maria Benguela de idade de 15 anos, certamente oriunda do tráfico ilegal de escravos, pela quantia de 300 mil Réis junto a Manoel Antônio de Miranda; Maria era doente do peito. A pequena trajetória dessa colona demonstra sua destreza na arte de

---

<sup>82</sup> BOM, Henrique. Imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil as portas da independência. Imagem Virtual, 2004. p.271.

<sup>83</sup> Arquivo do Cartório do 2º ofício de Nova Friburgo, Livro III: 58V e 59

<sup>84</sup> Arquivo do Cartório do 2º ofício de Nova Friburgo, ibid.

<sup>85</sup> Arquivo do Cartório do 2º ofício de Nova Friburgo, Livro III: 59V e 60

<sup>86</sup> Arquivo do Cartório do 2º ofício de Nova Friburgo, ibid

estabelecer relações verticais. Junto de seu marido, consegue mover-se de forma a obter empréstimos de um grande proprietário; como administradora de seus bens, aparece na documentação adquirindo uma escrava africana. Notabiliza-se que Florentine Bersot, no princípio da década de 40, dava mostras de integrar-se aos mecanismos característicos da sociedade em que passara a viver.

As histórias que envolvem lusos brasileiros e suíços no comércio de escravos arrolam indivíduos como Francisco Caetano Flunior, que comprou a escrava Felicidade e sua cria, junto a “Estevão Flunior, suíço” e revendeu-a a Antônio da Cunha Castelo Branco, “uma escrava de nome Felicidade de nação, já ladina com uma cria de nome Maria de idade de três meses pelo preço e quantia de quatrocentos mil Réis<sup>87</sup>”. Alguns dos negócios de compra e venda de escravos, registrados na primeira metade do século XIX, também ocorreram entre lusos brasileiros. Domingos Barbosa Pinto, em 1845, vendeu por 400 mil Réis o escravo Francisco de Nação Conga a Manoel João da Silva. Joaquim José do Nascimento vendeu, também em 1845, o escravo de Nação Angola, por nome Graciano, a Manoel Francisco de Oliveira pela quantia de 450 mil Réis. Caso inverso é o de Joaquim Pinheiro, que vendeu a Gustavo Lenrouth, no ano de 1845, o escravo Domingos de Nação Cabinda pela quantia de 600 mil Réis.

Os dados expressos até aqui confirmam, peremptoriamente, o argumento de que suíços de diferentes origens e posições sociais operaram como homens do seu tempo e absorveram e ajudaram a construir, ao longo de suas trajetórias, um conjunto de características pertencentes aos senhores de terras e escravos da região. Ademais, percebe-se que os escravos vendidos em Nova Friburgo têm seus preços acima do mercado. Comparando os dados que Mary Karasch reuniu para o Rio de Janeiro, no período de 1807 a 1831, com os preços dos escravos em Nova Friburgo percebemos significativas diferenças. Para a autora o preço médio das africanas era de 136 mil-réis, uma criança custaria 62 mil-réis<sup>88</sup>, se esses escravos fossem vendidos na Vila de Nova Friburgo nesse mesmo período custariam por volta de 400 mil-réis, como no caso da escrava Felicidade; quer dizer, nesse mesmo período (1820-1830) os escravos em Nova Friburgo custavam o dobro dos cativos vendidos no Rio de Janeiro.

Na Vila de Nova Friburgo o preço dos escravos registrados continuou aumentando ao longo da primeira metade do XIX, com valores entre 450, 500 e até 600

---

<sup>87</sup> Arquivo do Cartório do 2º ofício de Nova Friburgo, Livro I: 61

<sup>88</sup> KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*, São Paulo, Companhia das Letras 2000, p. 452.

mil-réis por um cativo, na década de 40. Tais valores sugerem três diferentes conclusões: primeiro, os escravos poderiam ser especializados nas tarefas que envolviam o café, logo, seus preços aumentariam; segundo, a baixa oferta de escravos nos mercados da Vila faria o preço subir, ao mesmo tempo, com a alta dos preços, também se tornavam altos os impostos, o que pode ter levado ao sub-registro; e, em terceiro lugar, a escalada do preço dos escravos também pode ter origem nas péssimas condições das estradas e caminhos para Nova Friburgo e Cantagalo, que, diga-se de passagem, sempre precisavam de reparos. Infelizmente, nos documentos não constavam as atividades desses escravos para podermos justificar seus preços. Assim, o sub-registro nas escrituras de compra e venda de escravos parece ter imperado. Uma hipótese provável é de que os senhores de escravos deviam deslocar-se até o mercado mais próximo para adquirir seus cativos, com isso os registros ficariam lá, mas de qualquer forma esses senhores batizavam suas “peças” na Vila de Nova Friburgo, como se reconfirmasse, nesse ato, a posse do cativo.

A raridade dos documentos de compra e venda de escravos não nos permite uma noção clara do padrão da escravaria ou dos senhores de escravos, sem o qual, as análises tornar-se-iam frágeis. Para superar, em parte, a fragilidade dos registros notariais, utilizei os registros de batismo de escravos no período que vai de 1820 até 1850. Tais dados auxiliaram a compor os fragmentos da posse de escravos na Vila de Nova Friburgo, até por que, em números absolutos correspondem a 2496 indivíduos registrados. A importância dos registros batismais está na capacidade de revelarem as posições sociais que os envolvidos assumem, principalmente, em relação ao número de escravos que batizaram. Diante dessa evidência, não considero inadequado utilizar esse corpo documental para extrair uma possível estrutura de posse de escravos. Os documentos geralmente utilizados para esse tipo de análise – os inventários *post-mortem* – estão, em sua esmagadora maioria, datados fora do limite cronológico desta pesquisa<sup>89</sup>. Assim, justifico o uso dessa documentação que se torne a base empírica com a qual trabalharemos para montar a estrutura da posse de escravos na Vila de Nova Friburgo.

---

<sup>89</sup> Após espartana procura pelos inventários, seguindo o método de ligação nominativa, foi encontrado, nos arquivos do Judiciário - SEGAP - Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes, apenas um inventário fechado até 1850; outro inventário foi localizado no livro II de Notas do Arquivo do Cartório do 2º ofício. Para enfrentar esse problema recorri aos arquivos paroquiais, mais especificamente, os batismos de escravos.

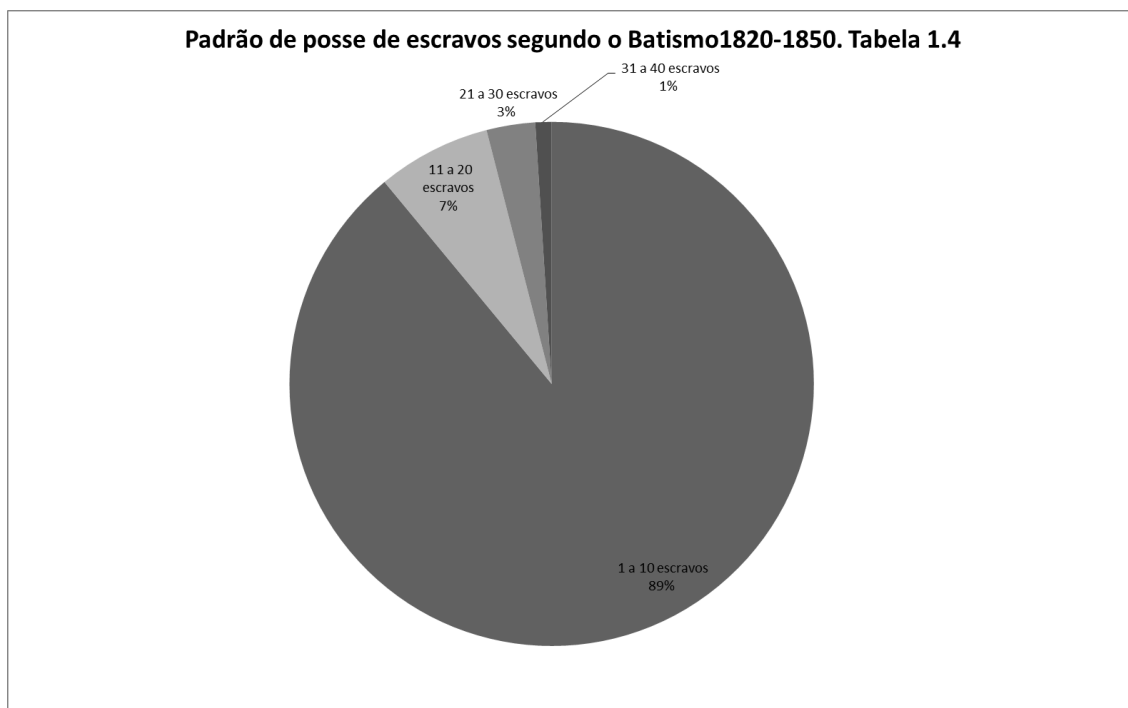
A partir da análise dos registros de batismo, foi possível perceber que esses refletiam padrões de posse muito similares às pesquisas que utilizavam inventários como fonte. Isto é, a população escrava estava pulverizada por todos os estratos sociais da Vila, argumento endossado pelas palavras de Rafael Marquese:

o fato de todas essas atividades - rurais e urbanas - terem se baseado na escravidão, com uma estrutura de posse dos escravos que os distribuía por diferentes faixas de riqueza, sem concentrá-los apenas nas mãos dos senhores mais capitalizados ou mesmo dos proprietários brancos<sup>90</sup>.

Diante disso, resta apresentar os números extraídos dos registros batismais que servem de referência para classificarmos os senhores de escravos da Vila de Nova Friburgo segundo a posse de seus cativos (Tabela 1.4 e Gráfico 1.3).

<b>Padrão de posse de escravos segundo o Batismo 1820-1850. Tabela 1.4</b>		
<b>Quantidade</b>	<b>% de proprietários</b>	<b>Nomenclatura</b>
1 a 10 escravos	89%	Microproprietários
11 a 20 escravos	7%	Pequenos proprietários
21 a 30 escravos	3%	Médios proprietários
31 a 40 escravos	1%	Grandes proprietários
Acima de 40	0,39%	Mega Proprietários

Livro I e II de Batismo - Arquivo da Igreja de São João Batista



Na montagem desta tabela foram arrolados 513 senhores de escravos entre 1820 a 1850. Os proprietários foram selecionados segundo o método da ligação

<sup>90</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência escrava, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos. Cebrap*. São Paulo, v. 4, 2006. p. 119

nominativa, na medida em que seus nomes emergiam das outras fontes e permitiam elaborar os fragmentos de suas histórias. Segundo a tabela, Antônio Dutra da Costa, Francisco Fagundes do Amaral e o pároco suíço Jacob Joye formavam o grupo dos microproprietários; Manuel Antônio Ferreira, João Bazet, João Dutra da Costa, estariam no grupo dos pequenos proprietários; Lourenço Correa Dias foi o único médio proprietário localizado; Antônio José Teixeira e João Luis Ribeiro arrolados como grandes proprietários. Senhores estes envolvidos não só com o batismo, mas com outras estruturas de poder que formavam a Vila. Uma diminuição na escala de análise pode nos ajudar a compreender melhor as relações de sociabilidade entre os membros da elite senhorial friburguense e suas formas associativas. Por outro lado, a documentação também nos permite captar as sociabilidades entre senhores e escravos.

Abordarei, primeiramente, o caso dos seguintes proprietários de escravos: Antônio Dutra da Costa, Francisco Fagundes do Amaral e o pároco suíço Jacob Joye. Esta seleção foi realizada por considerá-los emblemáticos para o que aqui se propõe; compreender o envolvimento dos personagens com a escravidão, com suas fazendas e com as instituições de poder da Vila - e pela possibilidade de acompanhar uma parte de suas trajetórias (Quadro 1.4).

Antônio Dutra da Costa, o primeiro dos nossos personagens, era originário da ilha do Fayal nos Açores e agora se encontrava identificado como morador da Fazenda Campo Novo, termo da Vila. No ano de 1821, Antônio batizou na Vila de Nova Friburgo, o escravo africano “Francisco Moçambique de idade de dezesseis anos<sup>91</sup>”. O cativo tomou como Madrinha Nossa Senhora do Livramento e como padrinho o escravo crioulo de nome Matheus e que também pertencia a Antônio.

<b>Participação na vida política da Vila de Nova Friburgo. 1820-1850 (Quadro 1.4)</b>			
Nome	Cargos ocupados	Escravos	Posse da terra
Francisco Fagundes do Amaral	Inspetor das obras da Serra da Boa Vista, 1832;	7	
Jacob Joye	Cavalheiro da Ordem de Cristo, Vigário Colado da Freguesia de S. João Batista da Vila de Nova Friburgo, 1821; Vereador, 1822; Vereador, 1829; Vereador, 1830; Juíz de Paz do 1º e 2º distritos, 1835;	3	2 terrenos na Vila
João Bazet	Vereador, 1827; Presidente da Câmara: 1829, 1830, 1831, 1832; Comandante do Batalhão de Guardas Nacionais, 1833; Presidente da Câmara, 1837-1840; Vereador, 1845-1848; Cavalheiro da Ordem de Cristo,	12	Casa número 18
Fonte: Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo, 1820-1850. CDH-Pró-memória.			

Nosso colono açoriano registrou, ainda no mesmo ano, uma escritura de compra de terras, assim o tabelião anotava que,

<sup>91</sup> Arquivo da Igreja de São João Batista de Nova Friburgo. Livro I de Batismo Fl. 25.

como outorgantes vendedores o dito Luiz Vaz da Silva e sua mulher e outorgado comprador Antônio Dutra<sup>92</sup> (...) eles eram senhores e possuidores de uma sesmaria de meia légua de terras em quadra no termo da Vila de Nova Friburgo (...) da qual sesmaria vendiam ao outorgado comprador uma porção de terras que terá duzentas e vinte braças de testada (...) cuja venda farão eles outorgantes ao outorgado pela quantia de trezentos mil reis<sup>93</sup>.

Entre os anos de 1829, 1830 e 1831, Antônio Dutra da Costa aparece como mordomo na festa do divino e, até onde se pode saber, o irmão de João Dutra da Costa, não chegou a ocupar cargos burocráticos na Vila de Nova Friburgo. Mas o interessante é o fato de que o colono açoriano, mesmo as margens do aparelho administrativo, acumula terras e escravos, elementos estruturais para a reprodução da sociedade oitocentista.

Outro nome ao qual temos acesso através dos registros cartoriais e de batismo, é o de Francisco Fagundes do Amaral que, no dia vinte de agosto de 1820 mandou batizar, na casa de João Luiz Ribeiro, a escrava Francisca, de um mês. A cativa era filha de Antônio Congo e de Eva Benguela, esses escravos uniram-se pelo apadrinhamento com José Rebolo e Micaela Benguela, todos pertencentes a Francisco do Amaral<sup>94</sup>. Deste pequeno conjunto de informações é possível perceber que Antônio e Eva formavam um casal e que tiveram uma filha legítima a qual o senhor fez questão de batizar, mas não só. Quatro anos depois, Francisco Fagundes do Amaral dirige-se ao cartório do tabelião Antônio José de Souza Maia e registra uma Carta de Liberdade incondicional em favor de Francisca “de idade de quatro anos que a havemos por cria da casa<sup>95</sup>”.

Os fatos ocorridos nesses quatro anos e que levaram a manumissão de Francisca, quiçá, ficarão incógnitos para sempre, mas podemos indicar a proximidade existente entre os africanos e seu senhor, pois se a menina era considerada cria da casa, por certo, o casal africano também atuava neste recinto, sempre estreitando as possibilidades de negociação vertical com o senhor, relações estas que resultaram na alforria gratuita de Francisca. Ao mesmo tempo em que, pelo batismo, reforçava seus laços horizontais com a senzala, já que Francisca tinha como padrinhos dois africanos.

Francisco era, também, negociante de terras, isto porque, o personagem em questão, junto com sua mulher, em 1824, fez a venda de “... uma sesmaria medida e

---

<sup>92</sup> O tabelião fez, no final do documento, uma anotação para confirmar o nome “da Costa” no registro.

<sup>93</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício. Livro I de Notas Fl. 80V, 81 e 81V.

<sup>94</sup> Arquivo da Igreja de São João Batista de Nova Friburgo. Livro I de Batismo Fl. 10.

<sup>95</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício. Livro I de Notas Fl. 19V.

demarcada judicialmente com o título denominado Fazenda São Francisco de Paula (...) a Mathias Correia da Rocha pelo preço e quantia de um conto de reis<sup>96</sup>”. Dois anos depois Francisco comprou, junto a Micaela Francisca do Rozário, pouco mais de duzentas braças de terras de largura por uma légua de fundos, “pelo preço e quantia de duzentos mil reis<sup>97</sup>”, talvez mais adequada ao volume de seus escravos e aos seus recursos.

Muito já foi dito a respeito da aquisição de escravos por elementos suíços, argumentações que tem como ponto de partida a ideia da contradição entre a colonização suíça e a posse de escravos, já que segundo essas visões a experiência de colonização europeia visava, eminentemente, substituir o trabalho cativo. De acordo com o que tenho tentado demonstrar, a colonização suíça na Vila de Nova Friburgo, ao contrário, visava contribuir com a ampliação para os sertões do leste, favorecendo, igualmente, a expansão das fronteiras do café e da escravidão. Por isso, do meu ponto de vista, não há contradição na obtenção de escravos por elementos suíços, ao contrário, o que existe é a absorção de uma lógica fundamentada pela propriedade, inclusive de escravos, estabelecida na constituição de 1824, cuja câmara de Nova Friburgo jurou solenemente como já afirmamos anteriormente.

O caso do vigário suíço Jacob Joye, é um bom exemplo de assimilação da lógica para obtenção da propriedade no Brasil imperial, principalmente no que se refere à aquisição de escravos e à ocupação do espaço administrativo criado junto com a colônia. O padre Suíço Jacob Joye, vigário designado para guiar a vida espiritual da colônia de suíços, assim que aportou no Rio de Janeiro e recebeu autorização para descer do navio, anotou a seguinte passagem em seu diário: “Durante o dia não vimos senão negros, eles fazem todo trabalho. A maneira como são tratados me causou uma impressão extremamente sensível, tanto que não podia esperar o momento para voltar a bordo<sup>98</sup>”. A absorção do modo de vida citado já era visível em 1821, pois que, em uma carta escrita para a família, Joye afirma o seguinte: “os costumes dos colonos não melhoraram e que os portugueses *tem exercido funesta influência*, a ponto de se julgar tudo permitido (...) a libra de pão custa meio franco; comprou um negro novo pelo qual

---

<sup>96</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício. Livro I de Notas Fls. 18, 18V e 19.

<sup>97</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício. Livro I de Notas Fls. 36, 36V e 37.

<sup>98</sup> JOYE, Jacob.. *Anotações sobre a viagem dos migrantes suíços em 1819*. Tradução feita do original. Arquivado nos Arquivos de l’Etat, Fribourg-suíça por Vera de Siqueira Jaccoud.



pagou 25 libras, 500 francos<sup>99</sup>”. Do impacto da escravidão à obtenção de escravos transcorreu apenas um ano, possivelmente menos. Dez anos depois, em março de 1831, o próprio vigário batizou “solenemente a Filisbina Crioula, filha de Pedro e Maria escravos de Jacob Joye<sup>100</sup>”. Não só havia assimilado a “funesta influência” dos portugueses já enraizados, como havia se integrado à ordem vigente, além disso, também negociava a possibilidade de seus escravos casarem-se, mesmo que não oficialmente, como se pode depreender a partir do assento de batismo citado.

Passemos a considerar os pequenos proprietários e a abordar mais de perto a trajetória dos seguintes senhores: Jean Bazet, João Dutra da Costa e seu filho, João Dutra da Silveira. Jean Julien Bazet chegou ao Brasil em oito de fevereiro de 1820, tinha 28 anos, e, foi agraciado, já em junho de 1820, com os títulos de Médico dos Colonos Suíços da Vila de Nova Friburgo e de Médico Honorário da Casa Real, o que lhe conferiu significativo prestígio no âmbito da colônia. Muito do prestígio de Bazet também veio dos cuidados característicos de sua profissão. Ainda no início da colonização (1828), Jean Bazet solicitou uma comenda que o destacasse, a Comenda de Cavaleiro do Hábito da Ordem de Cristo, que só recebeu em 1849 sendo agraciado pelo Imperador Pedro II. Seus vencimentos eram determinados em 900 mil réis anuais e, entre outros benefícios, recebera 480 mil réis para estabelecer uma casa. Aqui temos um recibo assinado pelo médico da colônia Jean Bazet, em 1824, com o seguinte teor “o abaixo assinado declaro ter recebido do Ilmo. Senhor, diretor dessa colônia (...) a quantia de duzentos e cinquenta telhas a benefício da casa que está ocupando ficando por elas responsável<sup>101</sup>”.

O médico Bazet, além disso, enquanto residiu na colônia, ocupou o cargo da presidência da Câmara de vereadores por três vezes 1829-1833, 1838-1845 e 1846-1849. Na primeira eleição de Bazet e também da Vila, este superou tanto o padre Jacob Joye, quanto indivíduos de origem lusa, o que raramente aconteceu. Em seu último mandato, recebeu de D. Pedro II o título de Comendador da Ordem dos Cavaleiros de Cristo. Outro fato notório de nosso personagem foi o batismo de vários escravos ao mesmo tempo, e, ainda, o fato de Bazet, aparentemente, não ter mantido atividade agrícola. Diante disso, especula-se que a maior parte de seus escravos trabalhava ao

---

<sup>99</sup> SILVA, Thomé Maria da – *História da Emigração Friburguense para o Brasil: 1819 a 1820*. Nova Friburgo, Tip. Da Sociedade Editora e Impressora de Friburgo, 1918, pág. 21. (grifos nossos)

<sup>100</sup> Arquivo da Igreja de São João Batista de Nova Friburgo. Livro I de Batismo Fl. 192.

<sup>101</sup> Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - Pró-memória, caixa 2-5: doc. 444.

ganho na Vila de São João Batista<sup>102</sup>, que se caracterizava por ser a área mais urbanizada do município.

Para contribuir com essa observação, a respeito dos escravos de João Bazet, aproveito-me do registro realizado em quatorze de maio de 1835, no qual o reverendo Julho José Viviam Batista ministrou o sacramento a doze escravos pertencentes ao médico. Em cada um dos registros constam dois padrinhos e ao final está escrito que são “*todos* escravos do doutor Jean Bazet<sup>103</sup>”. Se especularmos que tanto os escravos batizados, quanto seus padrinhos são escravos de Bazet, o número das propriedades do médico se eleva para 39 cativos. O que argumentamos aqui não é a teoria da prosperidade da colônia suíça, como Jean Baptiste Debret, que já em 1826 escrevera: “tudo prospera na colônia, a agricultura se estendia e a criação já podia ser considerada lucrativa” e nem a do completo fracasso. Trata-se, fundamentalmente, de uma acomodação mais complexa em que suíços de diferentes estratos sociais absorveram em grande medida, o modo de vida dos plantadores escravistas já estabelecidos na região e passaram a viver como homens livres do Império do Brasil.

Mais um interessante personagem da primeira metade dos oitocentos, e que viveu na Vila de Nova Friburgo, foi João Dutra da Costa. Com caráter empreendedor, João Dutra da Costa aparece nas notas do tabelião da Vila, formando uma sociedade, em 1822, com Antônio Lopes em duas fazendas - uma “fazenda de culturas no lugar denominado Ponte de Tábuas”, e outra “chácara na freguesia de São Pedro de Cantagalo”. As duas fazendas somavam trinta e seis escravos, sendo doze deles pertencentes a Antônio Lopes, todavia, Lopes não tem imediatamente essa quantidade de cativos e comparece com apenas oito escravos, ficando obrigado a comparecer com os outros quatro no prazo de um ano. Antônio Lopes receberia apenas o referente ao trabalho dos cativos que possuía. Ainda é curioso nesse documento que os dois envolvidos deixam claro a sua ingerência sobre a produção dos cativos dizendo que “esta sociedade não abrange as produções dos escravos<sup>104</sup>”. Mesmo ante as facilidades concedidas por João Dutra da Costa, a sociedade se dissolveu em 1824, o documento não traz os motivos do desenlace, mas é presumível que Antônio Lopes não tenha conseguido cumprir os acordos.

---

<sup>102</sup> Este parágrafo também está baseado no livro de Henrique Bom. BOM, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil as portas da independência*. Imagem Virtual, 2004. pp. 254-258.

<sup>103</sup> Arquivo da Igreja de São João Batista de Nova Friburgo. Livro II de Batismo Fl. 88. (grifos nossos)

<sup>104</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício. Livro I de Notas Fls.23-25V.

Em 1831, João Dutra da Costa arrenda a sua Fazenda Ponte de Tábuas a seu filho José Dutra da Silveira, ficando apenas com um casal de escravos para seus serviços “os quais serão o escravo Manoel Barbeiro e a escrava Joaquina<sup>105</sup>”, o arrendamento ficou no valor de 500 mil reis. Em 1837, ou seja, seis anos depois, foi feito o destrato do arrendamento e pai e filho parecem ter saído contentes com os resultados, pois João Dutra da Costa, “dava ao dito seu filho plena e geral quitação dos foros e mais condição a que se obriga<sup>106</sup>”. Ao longo do tempo, José da Silveira foi ganhando autonomia para negociar, e parece ter angariado recursos oriundos do arrendamento feito pelo pai, com o objetivo de ter seu próprio negócio. Em 1835, José registrou a venda de um escravo a Pedro José Muller, colono de origem germânica,

E por ele vendedor foi dito perante as testemunhas abaixo assinadas que era senhor e possuidor de um escravo de nome Paulo de Nação Benguela de idade pouco mais ou menos de vinte e um anos e doente, do qual escravo fazia venda de hoje para sempre, no estado em que se acha ao sobredito Pedro José Muller por preço de 100 mil reis livre de siza. Quantia que neste ato declarou o vendedor ter já recebido dele comprador (...) disse que desde já transfere no comprador todo o domínio direto, a ação e posse do dito escravo<sup>107</sup>.

É importante ressaltar que João Dutra da Silveira, o filho mais novo de João Dutra da Costa passa, a partir de 1839, a figurar nas escrituras de compra, venda e troca de terras. Tal envolvimento coloca a família de João Dutra da Costa (Quadro 1.5) entre os senhores de mais destaque na Vila, já que o patriarca ocupou, entre outros cargos, o de Juiz Ordinário em 1821 e participou, com posições de destaque nas festas do “Divino”, chegando em 1826 à posição de Imperador do Divino<sup>108</sup>.

Participação na vida política da Vila de Nova Friburgo. 1820-1850 (Quadro 1.5)			
Nome	Cargos ocupados	Escravos	Posse da terra
João Dutra da Costa	Vereador e Guarda-mor, 1820; Juiz Presidente, 1821; Tesoureiro e Guarda-mor, 1823; Juiz Almotacé, 1824; Guarda -mor, 1827;	25	Sesmaria Ponte de Tábuas
João Dutra da Silveira	Secretário da Câmara, 1829; Suplente de Fiscal da Vila, 1832; Juiz de Paz, 1834; Juiz Municipal, 1842; 2º Suplente de Juiz Municipal e de Orfãos, 1846; Delegado, 1850	29*	Ponte de Tábuas
* Número foi obtido a partir do inventário <i>post-mortem</i> da mulher de João Dutra da Costa, Maria Soares Dutra.			
Fonte: Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo, 1820-1850. CDH-Pró-memória.			

<sup>105</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício. Livro I de Notas Fls.103-104V.

<sup>106</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício. Livro II de Notas Fls.142 - 142V.

<sup>107</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício. Livro II de Notas Fls.40 - 40V. Henrique Bom parece ter se equivocado ao atribuir o presente contrato de venda ao pai de José Dutra da Silveira.

<sup>108</sup> PEDRO, J. C. A *Colônia do "Morro Queimado": Suiços e luso- brasileiros na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo*, 1820-1831. (Dissertação de Mestrado) Ano de Obtenção: 1999.

A trajetória de Lourenço Correia Dias (Quadro 1.6), único médio proprietário arrolado, não será aprofundada pela ausência de fontes para sustentar seu percurso na história da Vila. Mas vale repetir o pouco que se sabe sobre este indivíduo: batizou 30 escravos, consta que foi o primeiro proprietário da sesmaria do Morro Queimado e a vendeu ao Monsenhor Almeida, que por sua vez, vendeu-a, através do Monsenhor Miranda à Coroa portuguesa desencadeando as acusações de negociata pela supervalorização das terras em que os colonos suíços seriam alocados.

Participação na vida política da Vila de Nova Friburgo. 1820-1850 (Quadro 1.6)			
Nome	Cargos ocupados	Escravos	Posse da terra
Lourenço Correa Dias	Juíz Presidente, 1820;	30	Águas Compridas
Fonte: Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo, 1820-1850. CDH-Pró-memória.			

Entre os mega proprietários encontra-se João Luiz Ribeiro, que desde o início do século já operava com terras e escravos. Entre 1820 e 1850, batizou<sup>109</sup> 73 escravos na Igreja de São João Batista da Vila de Nova Friburgo. Além disso, era proprietário, junto com sua mulher, das fazendas São Simplício e Barra Grande, no distrito de São José do Ribeirão. A propriedade que pertencia a Genoveva foi vendida em 1818 e o casal abriu uma casa de negócios na Vila, com o objetivo de atender as necessidades dos colonos suíços<sup>110</sup>. João Luiz Ribeiro também ocupou diversas funções de destaque nas estruturas de poder da Vila, foi Juiz Ordinário em 1822, além de ter ocupado mais sete cargos até os 70 anos, em 1834. Em 1830, ganhou as honrarias da Câmara da Vila de Nova Friburgo por bons serviços prestados. Creio que seja importante indexar ao histórico de João Luiz Ribeiro um pouco sobre a história de seu irmão, Antônio Luiz Ribeiro. Antônio também exerceu diversos cargos na direção da Vila, foi duas vezes vereador e no segundo mandato, presidente da Câmara, também foi duas vezes juiz de paz e batizou 29 escravos, enquadrando-se como médio proprietário. (Quadro 1.7)

<sup>109</sup> Até o presente momento não se tem conhecimento de outra fonte onde se possa proceder a uma contagem dos escravos da Vila. Nos arquivos não contam listas nominativas, foram encontrados apenas dois inventários post-mortem para o período 1820-1850. Nos testamentos que constam no Livro I de Tombo do arquivo da Igreja Matriz não são arrolados os bens daqueles que passam seus testamentos. Com isso, para ter um número aproximado do padrão de posse escrava na Vila de Nova Friburgo durante a primeira metade do XIX foi preciso recorrer aos registros batismais. Conhecemos as dificuldades e o caráter fragmentário desta documentação, já que os senhores não eram obrigados a batizar todos seus escravos. Por outro lado, o número de escravos batizados pode ser encarado como um número mínimo que pode abalizar essa pesquisa já que se trata da única possibilidade de se aproximar do padrão de posse.

<sup>110</sup> ARAUJO, João Raimundo de. MAYER, Jorge Miguel (orgs.). *Op. Cit.*, p.42

<b>Participação na vida política da Vila de Nova Friburgo. 1820-1850 (Quadro 1.7)</b>			
Nome	Cargos ocupados	Escravos	Posse da terra
João Luiz Ribeiro	Vereador, 1820; Juíz Ordinário, 1822; Almotacés, 1823; Presidente da Câmara, 1824; Juíz, 1827; Juíz de Paz, 1830; Honrarias da Câmara em 1830, por bons serviços prestados; Vereador, 1833; eleito Juíz de Paz abdica da função pelo avançar da idade; Exerce a função de vereador até os 70 anos, 1834.	73	Fazenda São Simplício - Distrito de São José
Anonio Luiz Ribeiro	Fiscal das obras da Serra da Boa Vista, 1830; Juíz de Paz no distrito de São José, 1833; Vereador, 1837-1840; Juíz Municipal especial, 1839; Juíz de Paz, 1841; responsável pela subscrição para os festejos para receber D. Pedro II, 1846; Presidente da Câmara, 1849	29	
Fonte: Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo, 1820-1850. CDH-Pró-memória.			

Outro exemplo é Antônio José Teixeira Penna, possuidor da fazenda Boa Vista, também em São José do Ribeirão. Batizou 45 escravos, além de ter exercido por longo tempo o cargo de escrivão da câmara e de Alferes da Vila (Quadro 1.7).

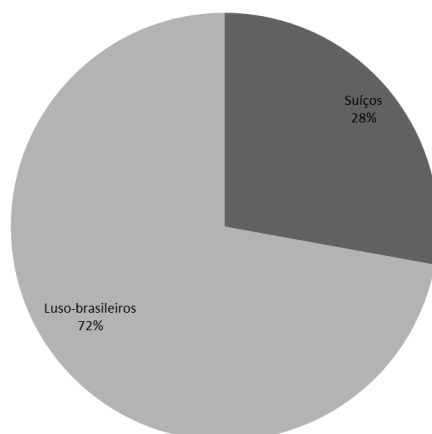
<b>Participação na vida política da Vila de Nova Friburgo. 1820-1850 (Quadro 1.8)</b>			
Nome	Cargos ocupados	Escravos	Posse da terra
Antônio José Teixeira Pena	Vereador, 1821 e Almotacés, 1822	45	
Fonte: Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo, 1820-1850. CDH-Pró-memória.			

Sem dúvida, eram esses luso-brasileiros que dirigiam a organização da Vila, eles estavam também entre os principais vereadores da câmara municipal, ampliavam suas redes de poder ocupando todo aparelho administrativo da Vila, e perpetuando o monopólio da terra e da propriedade escrava. Como já foi demonstrado, estavam entre os principais interessados no desenvolvimento da região. Esses senhores foram os primeiros representantes do modo de vida expresso pela classe senhorial na Vila de Nova Friburgo. Pelo menos até 1831, governaram formalmente a colônia suíça, depois, mantiveram-se no poder político durante todo o século XIX como indica a tabela 1.5.

<b>Suíços e luso-brasileiros - Vereadores 1820 - 1850. Tabela 1.5</b>		
<b>1820 - 1828</b>		
Origem	Quantidade	%
Suíços	8	21,62%
Luso brasileiros	29	78,38%
Total	37	100
<b>1829 - 1840</b>		
Origem	Quantidade	%
Suíços	10	47,62%
Luso brasileiros	11	52,38%
Total	21	100
<b>1841 - 1850</b>		
Origem	Quantidade	%
Suíços	4	19,05%
Luso brasileiros	17	80,95%
Total	21	100
<b>TOTAL</b>		
Origem	Quantidade	%
Suíços	22	27,85%
Luso brasileiros	57	72,15%
Total	79	100

Fonte: Livros I, II, III, IV, V e VI de atas da Câmara municipal da vila de Nova Friburgo.

**Suíços e luso-brasileiros - Vereadores 1820 - 1850. Gráfico 1.4**



Fonte: Livros I, II, III, IV, V e VI de atas da Câmara municipal da vila de Nova Friburgo.

A tabela acima indica que, entre 1829 e 1840, os suíços e luso-brasileiros praticamente equipararam-se no que se refere à ocupação de cargos de vereança na Vila. Por outro lado, tanto no período anterior quanto no posterior a quantidade de vereadores lusos é esmagadoramente superior. Na totalidade dos dados, a vantagem dos luso-brasileiros é mais nítida ainda (Gráfico 1.4) Os dados coletados demonstram que, de modo incontestável, os luso-brasileiros, enraizados desde o fim do século XVIII, formaram e exerceram sua hegemonia local ocupando um significativo número de cadeiras na vereança da Vila, ao mesmo tempo em que poucos suíços acessaram as camadas mais abastadas do Brasil imperial. A maioria destes adquiriu terras de café em São José do Ribeirão, Nossa Senhora da Conceição do Paquequer e na região do Rio Macaé. Entre pequenos, médios e grandes proprietários estavam os indivíduos que ocuparam os principais cargos da Vila entre 1820 e 1850, todos possuidores de terras e escravos. Através dos dados apresentados foi possível mapear, em parte, o poder familiar na Vila, sendo os Ribeiro e os Dutra os expoentes do domínio senhorial sobre o aparato administrativo, fundiário e escravista da Vila. Importa-nos, como valor heurístico, a análise de uma família que, a partir da década de 1830, passou a expandir seus negócios e construir a sua riqueza e poder entre as Vilas de Nova Friburgo e Cantagalo, refiro-me aos Clemente Pinto.

### **1.3. Antônio Clemente Pinto: o expoente da classe senhorial**

A justificativa para utilizar uma parte da trajetória de Antônio Clemente Pinto está calcada em sua distinção em relação aos demais senhores da Vila. Seu nome está entre os mais destacados comerciantes nacionais e, nesta sessão, perceberemos também a construção de seu complexo de fazendas entre Nova Friburgo, Cantagalo e Campos. Durante o período estudado, o prestígio de Antônio trouxe-lhe o título de comendador; ocupou cargos políticos e tal poder também se estendeu aos seus filhos e parentes próximos. É justamente por esse conjunto de características que ajustaremos as escalas para perscrutar a trajetória do referido personagem.

Segundo Alberto Ribeiro Lamego, Antônio Clemente Pinto chegou à região de Nova Friburgo e Cantagalo em 1829. Afirma o distinto autor que Antônio chegara à região, seduzido pela ideia do ouro, e que constatando estar “diante de uma ilusão,

desvia-se logo para o cultivo da terra...<sup>111</sup>”. Acácio Ferreira Dias adianta a chegada do personagem em seis anos<sup>112</sup>. De qualquer forma, faz-se necessário reiterar uma ideia já abordada aqui, a de que nesse período a região se expandia vigorosamente através do café, e, que esse produto na terceira década do século XIX ultrapassaria “todas as demais regiões cafeeicultoras mundiais<sup>113</sup>”. Com isso, não quero desqualificar a ideia de que Antônio Clemente Pinto chegou à região com o objetivo de explorar ouro, mas creio ser fundamental acrescentar que, no início dos anos 30 do XIX, a conjuntura era significativamente favorável ao café e o personagem em questão rapidamente enveredou por este negócio.

Nesse contexto insere-se a vinda de Antônio Clemente Pinto para a região de Nova Friburgo e Cantagalo. À conjuntura propícia ao plantio do café acrescentam-se as informações dadas Carlos Gabriel Guimarães, que encontrou o nome de Antônio Clemente Pinto em uma documentação do state of papers do governo britânico de 1829, na qual Antônio realizava um carregamento de escravos. Guimarães ainda adiciona uma informação crucial, esses fazendeiros nunca deixaram o comércio de lado, arrolando o personagem em questão como acionista e diretor da Caixa Econômica em parceria com Mauá<sup>114</sup>.

Além do documento internacional, nosso personagem figurava em listas do Diário do Comércio que passamos a analisar. Pouco antes de sua chegada a região, Antônio adquire três consideráveis carregamentos de escravos, que por certo iriam abastecer suas propriedades. Iniciemos pelo ano de 1827, quando o Alvissareiro Mór “carregou 416 escravos, mortos 2 a Antônio Clemente Pinto<sup>115</sup>”; em fevereiro de 1828, “Carregou 504 escravos, mortos 14 a Antônio Clemente Pinto<sup>116</sup>”; e, em março de 1828 o “Quilimane Bergantim Nacional Hércules em 58 dias: Carregou 592 escravos, destes morreram 46, a Antônio Clemente Pinto<sup>117</sup>”, ainda em março de 1828 carregou-se de

---

<sup>111</sup> LAMEGO, Alberto Ribeiro. O homem e a serra. 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. p. 363.

<sup>112</sup> DIAS, Acácio Ferreira. *Op. Cit.*, p. 61.

<sup>113</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. Feitores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo, Companhia das Letras, 2004, p. 262.

<sup>114</sup> GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Uma leitura sobre o império do Brasil no contexto do século XIX: diálogo com Ricardo Salles*. Almanack. Guarulhos, n. 04. p. 46-52, 2º semestre de 2012. p. 50.

<sup>115</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos - *Diário do Rio de Janeiro*, 1827, Edição0200008, p. 36.

<sup>116</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos - *Diário do Rio de Janeiro*, 1828, Edição0100002, p. 8.

<sup>117</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos - *Diário do Rio de Janeiro*, 1828, Edição0300003, p. 12.



mais 520 cativos sendo 85 mortos<sup>118</sup>. O resultado é o seguinte: 1885 escravos trazidos da África entre fevereiro de 1827 e março de 1828. Um número tão elevado de cativos permitiria reaver os investimentos vendendo parte desses escravos e ainda chegar à região serrana com um contingente expressivo de força de trabalho.

As condições eram tão favoráveis, que Antônio Clemente Pinto fez fortuna rapidamente. Para a comprovação de tal fato, Clélio Erthal revela que ele possuía mais de dez fazendas só em Cantagalo<sup>119</sup>. Viajantes deixaram descrições de seus modos de vestir e se comportar; D’Ursel, por exemplo, nos oferece a seguinte imagem: “Quando entrou na sala como um camponês e com botas até os rins, todos se levantaram; os filhos e netos foram beijar-lhe as mãos e os escravos inclinaram-se para receber a benção<sup>120</sup>, a continuação do texto do viajante revela a principal ocupação de Antônio Clemente Pinto, que era “percorrer as suas fazendas que se tocam, formando um pequeno reino<sup>121</sup>.” A primeira citação revela parte do modo de vida dos Clemente Pinto, a segunda uma volumosa riqueza expressa em escravos, terras e pés de café.

Entre as terras compradas na região, destaca-se a aquisição de metade da fazenda Aldêa, em 1849, junto a seu irmão Manoel Clemente Pinto. A fazenda situava-se no termo da Vila de São Pedro de Cantagalo. Entre os bens que foram adquiridos na compra da fazenda estão,

100 mil pés de café velhos e novos (...) metade da carpintaria com seus pertences, dois terreiros calçados de pedra, da olaria (...) da casa de vivenda, das senzalas, dos armazéns, paiol e casinhas, metade dos galinheiros, chiqueiros, currais e estrebarias, metade de vários ranchos cobertos de telha, da horta e pomar, metade dos pastos, e quaisquer outras benfeitorias (...) metade de todas as fábricas que existem na fazenda, metade do engenho de socar, despoldador, engenho de cana (...) metade do moinho, do engenho de serrar e de tudo mais não especificado<sup>122</sup>.

Percebe-se que o bem de raiz adquirido é enorme, com isso, indica-se a possibilidade de que parte dos escravos registrados no Diário do Comércio trabalhasse na fazenda Aldêa, haja vista suas dimensões. Entre os bens negociados, o que se encontrava “não especificado” pertenceria também a Antônio. Existia, entretanto, um número considerável de bens semoventes para serem arrolados, além dos produtos já

---

<sup>118</sup> <sup>118</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos - *Diário do Rio de Janeiro*, 1828, Edição1200026, p. 104.

<sup>119</sup> ERTHAL, Clélio. Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café. Niterói, Nitpress, 2008. p. 211

<sup>120</sup> D’URSEL, Charles. *Sud Amerique*. Paris, 1879. p.102. In: LAMEGO, Alberto Ribeiro. O homem e a serra. 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. p. 365.

<sup>121</sup> D’URSEL, Charles. *Ibid*.

<sup>122</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício. Livro IV de Notas Fl. 55V.

armazenados e que fizeram parte das negociações, constam “trinta e seis bestas de tropa, vinte e cinco cabeças de gado e mais porcos. Três mil arrobas de café armazenado (...) e finalmente metade dos escravos em número de 93<sup>123</sup>”. Todos esses bens foram arrematados pelo “cômputo de cinquenta e seis contos de reis que eles outorgantes marido e mulher disseram ter recebido do outorgado<sup>124</sup>”.

No ano seguinte, Antônio adquiriu a fazenda Itaóca junto a seu irmão Manoel Clemente Pinto. A fazenda Itaóca situava-se no “Ribeirão das Areias, termo da Vila de São Pedro de Cantagalo<sup>125</sup>” e englobava a sesmaria de Santa Thereza que fora recebida na partilha da Fazenda São Clemente. As dimensões eram de 750 braças de frente e 1500 de fundos, fazia limite com as terras do próprio comendador e com as de Francisco Clemente Pinto. De acordo com o croqui que consta no livro *Barão de Nova Friburgo: impressões, feitos e encontros*, as fazendas de Antônio que se limitavam à Itaóca seriam as fazendas Areas, Jacutinga e Boa Sorte<sup>126</sup>. O inventário listado na escritura conta com 90 mil pés de café, entre grandes e pequenos; roças de milho, paiol, casa de vivenda, senzalas, dois moinhos, monjolos e uma ferraria com suas ferramentas e vários ranchos, ferramentas de lavoura, mobília da casa, carros, carroças e “demais objetos e benfeitorias que existam na dita sesmaria de terra que compõe Fazenda, mesmo que aqui não sejam mencionados<sup>127</sup>”. Resumindo, Antônio comprou, mais uma vez, todo um complexo fundiário e tudo que se encontrava sobre seu solo. Junto a essa compra também estava uma posse de terras que se localizava em área adjacente a fazenda Itaóca e quarenta e um escravos. A fazenda custou ao Comendador 23 contos e 600 mil réis e os escravos custaram 400 mil réis cada um, apenas sete eram crioulos a maioria foi denominada “de Nação” totalizavam o montante de 16 contos e 400 mil réis. Todas essas benfeitorias e escravos custaram, a Antônio Clemente Pinto, 40 contos de réis mais impostos e assim “confessaram os vendedores terem já recebido da mão do comprador, e por isso desde já fixam no comprador todo domínio direito e ação e posse da dita fazenda<sup>128</sup>”. O poder fundiário do Comendador era significativo.

Em 1847, as representações dos Comerciantes Nacionais eram feitas por uma comissão de nove membros por nacionalidade, o membro brasileiro era Irineu

---

<sup>123</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>124</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício. Livro IV de Notas Fl. 55V.

<sup>125</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício. Livro IV de Notas Fls. 79, 79V e 80.

<sup>126</sup> FOLLY, Luiz Fernando Dutra; FARIA, Aura Maria Ribeiro e OLIVEIRA, Luanda Jucyelle Nascimento de. *Barão de Nova Friburgo: impressões, feitos e encontros*. Rio de Janeiro: UFRJ/EBA, 2010. p. 129.

<sup>127</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício. Loc. cit.

<sup>128</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício. *Ibid.*

Evangelista de Souza, futuro Barão e Visconde com grandeza de Mauá. Consta que Irineu era residente, também, na Rua da Candelária, 41; sendo, portanto, vizinho próximo da família Clemente Pinto, que habitava o número 36. Justamente quando Irineu torna-se membro da Comissão de Negociantes, Antônio é arrolado junto ao grupo dos negociantes nacionais<sup>129</sup>, o que corrobora para o argumento relativo à proximidade entre os personagens, que não ocorre apenas pela vizinhança, mas se estreita, sobretudo ante o tino comercial apontado pelo *Almanack* e à parceria como acionista da Caixa Econômica, como identificado por Carlos Gabriel Guimarães<sup>130</sup>.

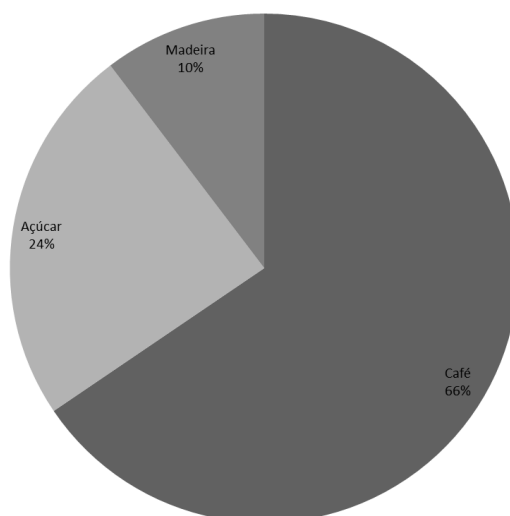
O tino comercial de Antônio Clemente Pinto era excelente, ele recebeu e enviou Café, Açúcar e madeira pelo porto do Rio de Janeiro. Trata-se de 21 registros no Diário do Comércio, entre 1839 e 1844, em que o personagem recebe e despacha as mercadorias; o café ocupou o centro do comércio, seguido pelo açúcar e pela madeira, como demonstrado através da Tabela 1.6 e do Gráfico 1.5. Durante o processamento das escrituras relacionadas a dívidas e hipotecas, os valores somavam 26 contos 978 mil 346 réis. Tal fato corrobora para a ideia de que Antônio Clemente Pinto era credor de vários particulares. Este, com seus empréstimos e hipotecas, conseguia obter vantagens através dos juros, que contribuíram significativamente para seu processo de enriquecimento.

Antônio Clemente Pinto 1839-1844: Tabela 1.6		
Movimentações no Porto do Rio de Janeiro		
Produto	Cargas	%
Café	19	65,52%
Açúcar	7	24,14%
Madeira	3	10,34%
Fonte: Diário do Comércio 1839-1844		

<sup>129</sup> *Almanack Laemmert*. Para o ano de 1847. p. 297

<sup>130</sup> GUIMARÃES, C. G. Uma leitura sobre o Império do Brasil no contexto do século XIX: diálogo com Ricardo Salles. *Almanack Revista Eletrônica Semestral*, v. 04, p. 46-52, 2012.

Antônio Clemente Pinto 1839-1844: Movimentações no Porto do Rio de Janeiro.  
Gráfico 1.5



Fonte: Diário do Comércio 1839-1844

Fatores indispensáveis à compreensão do enriquecimento de Antônio Clemente Pinto foram as suas sociedades. Por certo, algumas dessas associações ajudaram a consolidar a produção nas terras do Comendador. Em 1848, elaborou junto a Francisco Dias Ferreira uma “sociedade de agricultura na Serra Vermelha, pertencente à cidade de Campos; cuja sociedade é formada em terras pertencentes ao sócio Clemente Pinto”. O acordo estava no valor de 32 Contos de réis, dividido entre as partes contratantes. Clemente Pinto apresentou as terras da serra vermelha avaliadas em dez contos oitocentos e cinquenta mil réis e para completar a conta quatorze escravos de nação no valor de sete contos de réis. Além disso, ainda constavam criações como gado, porcos e bestas de carga arriadas, todos avaliados em quatro contos de réis. Francisco Dias Ferreira deu sua entrada de 16 contos através dos seguintes bens

meio quarto de terras medidas e demarcadas da sesmaria chamada Santa Maria no Município de Cantagalo (...) no valor de um conto e duzentos mil réis, e assim mais entra com todas as benfeitorias existentes no mesmo terreno e constam das seguintes um engenho de socar café por setecentos mil réis, casa de vivenda por duzentos mil réis, mesinha e monjolo por oitenta mil réis, trinta e seis mil pés de café um por outro a cento e vinte mil réis cada pé, ventilador, balança, pesos, um caixão grande; tudo por cento e oitenta mil réis; que todos esses objetos fazem a soma de sete contos e quarenta mil réis<sup>131</sup>.

Soma-se ao valor expresso na citação, a entrada de 16 escravos de nação entre homens e mulheres mais três crias, além do pardo João da Cruz, avaliados em oito contos

<sup>131</sup> Arquivo do Cartório do 2º ofício de Nova Friburgo, Livro IV: 50V, 51, 51V, 52, 52V.

novecentos e setenta mil réis; quantia que representava os dezesseis contos de Francisco. É nítida a diferença entre a contribuição de Clemente Pinto e Dias Ferreira; talvez, por isso, o último tenha sido obrigado a morar na Fazenda Serra Vermelha com o objetivo de adiantar os trabalhos para o bem da sociedade.

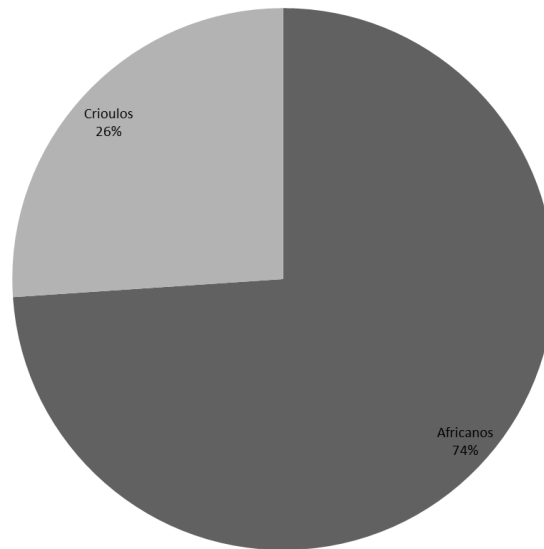
Foram localizados outros dois acordos de sociedade envolvendo Antônio Clemente Pinto. O primeiro, realizado em 1849, com o agora dono da Fazenda Aldêa, o francês Trobaut; e, o segundo em 1850, com João Pedro Rodrigues, na Fazenda da Alegria. As duas sociedades se dariam no entorno da agricultura, escravidão e demais semoventes. No caso da associação franco-brasileira, a fazenda envolvida é a Aldêa, que fora dividida entre Clemente Pinto e Trobaut; com a sociedade somaram-se as metades da fazenda, 200 mil pés de café, 186 escravos e demais semoventes, bens que foram fixados em 130 contos de réis. O valor da segunda associação foi bem menor, 51 contos e oitenta mil réis. Clemente Pinto entrou com as terras, 22 escravos, 58 mil pés de café, engenho de socar café, um moinho, terreiro de pedra, galinheiro, roça de milho e um relógio de parede; do outro lado Rodrigues entrou com seu trabalho, passou a ser o administrador da Fazenda Alegria e a receber 300 mil-réis por esse serviço.

A partir dessa análise viabilizou-se entrever mais de perto as características dos escravos do Comendador. Foram registrados 165 cativos. Para mais precisão iremos nos valer da tabela 1.7 e dos gráficos 1.4 e 1.5, que contém os dados mais pormenorizados desses escravos. Com a tabela e os gráficos podemos concluir que, em sua esmagadora maioria, os escravos arrolados eram homens e africanos denominados genericamente “de nação”. No caso das mulheres os números não modificam o quadro, e o número de africanas é maior que o de crioulas. Apareceram nos dados pesquisados dois escravos pequenos “de Nação” e apenas uma cria, números bastante pequenos e que permitem duas formas de pensamento, em primeiro lugar: a reprodução entre os escravos era baixa; e em segundo havia preferência por escravos que estivessem em idade apta ao trabalho. Duas escravas africanas apareceram na documentação com seus filhos, também africanos. Cativos oriundos, obviamente, do tráfico ilegal.

Escravos de Antônio Clemente Pinto - Dados Cartoriais 1848-1850. Tabela 1.7					
Escravos	Números	%	Homens	Mulheres	Crianças
Africanos	122	73,94%	88	32	2
Crioulos	43	26,06%	23	19	1
Total	165	Total	111	51	3
			67,27%	30,91%	1,82%

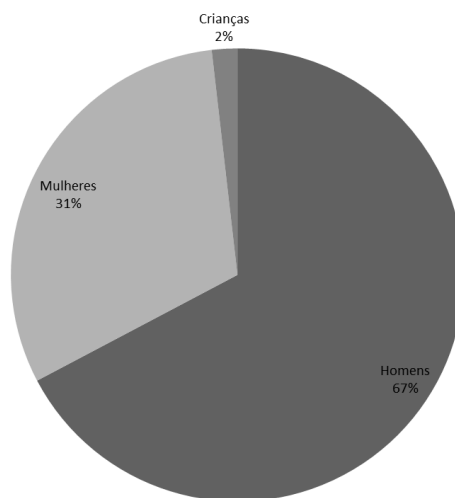
Fonte: Livro IV de Notas - Arquivo do Cartório do 2º Ofício

**Escravos de Antônio Clemente Pinto - Dados Cartoriais 1848-1850. Gráfico 1.6**



Fonte: Livro IV de Notas - Arquivo do Cartório do 2º Ofício

**Escravos de Antônio Clemente Pinto: homens, mulheres e crianças. 1848-1850**  
**Gráfico 1.7**



Fonte: Livro IV de Notas - Arquivo do Cartório do 2º Ofício

No período estudado o personagem em questão adquiriu, segundo os arquivos consultados, duas propriedades (Itaóca e Aldêa) com suas benfeitorias e que juntas somavam quase 200 mil pés de café e possuíam em torno de 165 cativos, as duas terras adquiridas somaram mais de 96 contos de réis. As três sociedades, que estabeleceu durante o período, demonstram que ele se valia desse expediente para ampliar suas riquezas; essas três associações estavam em torno de 213 contos de réis e contribuíram para ampliar os limites das fronteiras dos “Sertões do Leste”, chegando até a cidade de Campos. Com certeza, podemos afirmar que Antônio Clemente Pinto, durante o período entre 1829 e 1850, construiu em bases sólidas sua riqueza.

Todavia, esta não era a única atividade que lhe conferia poder e prestígio, suas atividades ultrapassavam as de simples plantador escravista, e, de acordo com as palavras de Ilmar de Mattos, “transbordando da organização e direção da atividade econômica meramente para a organização e direção de toda sociedade<sup>132</sup>”. Nesse sentido, e na tentativa de capturar esse aspecto ao longo da trajetória de Antônio Clemente Pinto, temos as seguintes informações. A mais remota delas é a lista de deputados provinciais para o exercício de 1846 e 1847, na dita relação encontra-se o nome do filho de Antônio, Bernardo Clemente Pinto<sup>133</sup>. No ano de 1848, o almanaque publicou as primeiras informações sobre a Vila de Nova Friburgo, Antônio figura entre os vereadores e, em Cantagalo, como um dos “Primeiros Fazendeiros de Café que o beneficiam pelo sistema de estufas, e que possuem terreiros de pedra<sup>134</sup>”. Em 1850, Antônio Clemente Pinto e Manoel Clemente Pinto foram escolhidos para eleitores dos deputados provinciais pela freguesia de Nova Friburgo, junto a personagens citados nesse trabalho, por exemplo, João Dutra da Silveira, Antônio Luiz Ribeiro e João Bazet<sup>135</sup>. O prestígio dos Clemente Pinto fica ainda mais patente em uma carta enviada ao redator do *Diário do Rio de Janeiro* contestando as “injurias e insultos aos 50 amigos do atual governo, que foram apresentados para a deputação provincial na chapa que publicou *O Brasil*.<sup>136</sup>”. Para apresentar evidências do caráter ímpoluto dos escolhidos, o autor da redação afirma que “são nomes de fazendeiros em sua maior parte, e de pessoas importantes por sua posição, influência serviços e lealdade à política dominante<sup>137</sup>”.

---

<sup>132</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987, p.54.

<sup>133</sup> *Almanack Laemmert*. Para o ano de 1846. Seção PROVÍNCIA p. 1.

<sup>134</sup> *Almanack Laemmert*. Para o ano de 1848. Seção PROVÍNCIA p. 229.

<sup>135</sup> *Almanack Laemmert*. Para o ano de 1850. Seção SUPLEMENTO p. 50.

<sup>136</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos - *Diário do Rio de Janeiro*, 1849, Edição 08254, p. 5.

<sup>137</sup> Fundação Biblioteca Nacional. *Ibid*.

Para compor a lista de virtuosos deputados, o escritor indica que *O Liberal* não viu o nome de “pessoas notáveis, como os Srs. Clemente Pinto e outros<sup>138</sup>”. Foram esses mesmos indivíduos que, ainda em 1849, contribuíram com quinze dos 45 votos da Vila para eleger um expoente do partido conservador: Paulino José Soares de Souza, que passaria a ocupar o cargo de Senador do Império pelo Rio de Janeiro<sup>139</sup>.

Após perscrutar a trajetória de Antônio Clemente Pinto podemos perceber que o personagem extrapola as categorias propostas para enquadrar os senhores de escravos da Vila de Nova Friburgo. Na verdade, devemos arrolar Antônio Clemente Pinto como megaproprietário, possuidor de 100 ou mais cativos. Pode ser que outro proprietário também estivesse nesse patamar, todavia não foram encontrados documentos para que a defesa desse ponto de vista pudesse ser feita com segurança. De qualquer maneira, com esse corpo documental foi possível perceber que a Família Clemente Pinto, com destaque para Antônio, passou a organizar não só o espaço econômico dessa região, mas a interferir na política municipal e provincial em benefício de suas propriedades e negócios.

#### **1.4. Os suíços e a assimilação da lógica senhorial escravista**

Nota-se que, acompanhar uma pequena parte da trajetória de alguns dos colonos suíços ajuda a entender a difusão do modo de vida senhorial pela região. Alexandre Robadey, por exemplo, afastava-se de sua profissão original, barbeiro. Logo após a sua chegada à Vila, o colono começa a se enveredar para o comércio, sobretudo de carne - como atesta uma atualização das “licenças para matar boi” de 16 de janeiro de 1824, no qual o referido colono aparece como licenciado para este serviço desde 1820<sup>140</sup>. No ano de 1823, foram feitas duas denúncias contra Robadey, uma por burlar taxas e outra por vender uma libra de carne, incluindo a cabeça do novilho em pedaços. As acusações foram feitas por Felix Rime, seu principal concorrente. Entretanto, tais acusações não surtiram muito efeito; pois que, em 1824, Alexandre Robadey passa ao cargo de fiscal das carnes vendidas na colônia. No ano de extinção da colônia (1831), este torna-se vereador, e, em 1833, recebe a patente de alferes da Guarda Municipal. Um ano depois, é novamente acusado por Félix Rime, agora de desviar gado da fazenda

---

<sup>138</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Ibid.

<sup>139</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos - *Diário do Rio de Janeiro*, 1849, Edição 08001, p. 2.

<sup>140</sup> Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - Pró-memória, caixa 1-4: doc. 250.



real, tendo como cúmplice François Perroud. “Mesmo sob o espectro dessas acusações, Alexandre volta a ser vereador com a terceira maior votação em 1837 e, em 1840, ocupa interinamente a presidência da Câmara<sup>141</sup>”.

Dois documentos de compra e venda de escravos nos permitem compreender um pouco melhor os negócios de Robadey, as formas como desenvolvia suas relações sociais e de como o colono suíço inteirava-se das formas de sociabilidade da elite senhorial friburguense. Os indícios de como os indivíduos de origem suíça aderiram às formas de associação e às características dos senhores de terras e escravos da região, demonstram como suas vidas estavam ligadas a interesses senhoriais difundidos durante a formação da Vila. Ao se ater ao documento de Robadey (1839), verifica-se que Luiz Vial penhora oito escravos a Alexandre Robadey, a quantia já fora recebida há muito tempo, um conto de réis. Constavam, ainda, quatro escravos africanos de Nação e a mesma quantidade de crioulos. Neste documento, Luiz Vial consta como morador do termo da Vila de Nova Friburgo, penhorando oito dos seus escravos<sup>142</sup>. Talvez estivesse empobrecido, ou então procurava oportunidades melhores, isto porque, três anos depois, em fevereiro de 1842, Luiz Vial retoma, junto a Alexandre Robadey, os seus oito escravos ladinos, e agora aparece como morador de Cantagalo. Vale ressaltar a relação entre a prosperidade dos colonos e as migrações para terras de café de Cantagalo e adjacências. Essa prosperidade pode ser constatada, porque Luis Vial paga a Alexandre Robadey um conto e 400 mil réis em dinheiro mais juros<sup>143</sup>. Como é possível notar, para os colonos as maiores possibilidades de melhorar de vida estavam na associação e na migração em direção às terras mais apropriadas ao cultivo da rubiácea, Cantagalo ou margens do Rio Macaé.

Outro caso relevante, e que pode nos servir de exemplo, é o da família Jacoud. A matriarca da Família, em Nova Friburgo, Nanette Jacoud, recebeu a Gleba colonial de número 80, como a grande maioria das terras distribuídas aos colonos, a terra de Nanette era, também, infértil. O relato da infertilidade é feito pelo segundo marido da colona que, por meio de uma petição, dispôs-se a abandonar a terra concedida em troca de uma posse no Alto Macaé<sup>144</sup>. A terra foi concedida, mas em porção bem menor do que a solicitada. Quando a matriarca morreu, deixou dois escravos para os filhos. O irmão mais velho, Pedro Jacoud, passou a ser tutor de sua irmã Ana e diante das

---

<sup>141</sup> BOM. *Op. Cit.*, pp. 787 e 788.

<sup>142</sup> Arquivo do Cartório do 2º ofício de Nova Friburgo, Livro II: 203V/204/204v

<sup>143</sup> Arquivo do Cartório do 2º ofício de Nova Friburgo, Livro III: 55V

<sup>144</sup> BOM. *Op. Cit.*, p. 543.

dificuldades econômicas encontradas ele vendeu, em 1837, metade dos escravos recebidos por ela como herança. João Congo e Carolina Mina passavam a ter dois donos, os dois foram vendidos por 383 mil Réis a Vicente Jacoud, membro mais abastado da família e que seis anos depois era considerado um próspero agricultor na região do rio Macaé<sup>145</sup>.

A respeito dos colonos que ocuparam a região do rio Macaé, faz-se notável a tese de Jorge Miguel Mayer. O pesquisador identifica a construção de uma identidade “caipira” construída por colonos suíços e alemães e rechaça a ideia de permanências culturais dos colonos. Mayer, todavia, aponta para a presença da escravidão e de seus traços culturais, não como elemento estruturante desta realidade díspar, como venho propondo desde o início deste texto, mas como uma instância que apenas permeava a colonização suíça. Não creio, sinceramente, que a tentativa de colonização tencionasse “esclarecer” outras possibilidades de trabalho, no máximo as atividades eram complementares. Ancoro-me, para isso, em algumas ocorrências de âmbito nacional que devem ser assinaladas.

Como exemplo, o tráfico sistêmico de escravos durante o período e mesmo após a lei de 1831, somados a instauração de uma “política da escravidão” que visava respaldar no campo ideológico a atividade ilícita; e, por outro lado, as políticas de migração que ficaram um tanto esquecidas, até que o governo passou a pensar em alternativas reais ao trabalho escravo por volta de 1842, “quando foi apresentado à Câmara um projeto de regulamentação da estrutura fundiária, que previa a venda de terras públicas para o financiamento da contratação de trabalhadores livres na Europa<sup>146</sup>”. Por outro lado, 1600 suíços não poderiam se isolar diante da força do tráfico transatlântico de escravos, que apenas para o sudeste brasileiro viu, só entre os anos de 1820 e 1830, desembarcar nessas águas 359 mil africanos<sup>147</sup>. Tais números se acentuaram entre 1831 e 1850, quando o tráfico de escravos já estava proibido e mesmo assim tornou-se mais intenso e volumoso, registrando a cifra de 574 mil africanos<sup>148</sup> desembarcados no sudeste. No entanto, o que se tem demonstrado até aqui é uma simbiose entre os colonos e o enraizamento dos interesses senhoriais escravistas. A

---

<sup>145</sup> Arquivo do Cartório do 2º ofício de Nova Friburgo, Livro II: 128/128V

<sup>146</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção nacional 1830 - 1889*, volume 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 1012. p. 100.

<sup>147</sup> <http://slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces?yearFrom=1820&yearTo=1830>

Acesso: 27/09/2013

<sup>148</sup> <http://slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces?yearFrom=1831&yearTo=1850> Acesso: 27/09/2013

influência desse volume de escravos e do modo de vida senhorial permeou os diferentes extratos sociais presentes na formação da Vila de Nova Friburgo, e os suíços não escaparam a isso.

Com uma abordagem diferenciada, a pesquisa empreendida por Marieta de Moraes Ferreira, visou compreender como as estratégias matrimoniais construíram alianças e redes de solidariedade que tinham como objetivo a manutenção de recursos financeiros. O exemplo que aqui nos interessa é o de Marianne Joset Salusse, imigrante suíça, casada com Guillaume Marius Salusse desde 1830. Ela estava “envolvida com atividades comerciais urbanas de pequeno porte<sup>149</sup>”, mas Marianne ambicionava mais, desejava, “integrar-se no mundo dos grandes proprietários nacionais<sup>150</sup>”. Para tal intento, Madame Salusse realizaria um conjunto de “alianças matrimoniais para os filhos fora do seu núcleo de origem, o dos imigrantes suíços<sup>151</sup>”. Observamos com o que foi exposto que desde que chegou à Vila de Nova Friburgo, Marianne apreendeu um modo particular de ascender na escala social, que era constituído pela formação de redes extensas de parentesco, e, tentou através do matrimônio dos filhos, aproximar-se do modo de vida dos senhores de terras e escravos. Não obstante, Marianne também negociava escravos, como nos apresenta uma escritura de 1830, em que ela vende dois escravos a Antônio José de Souza Maya e a Luiz José de Souza Lisboa, segundo o documento:

a outorgante vendedora Marianne Joset colona suíça e os outorgados compradores (...) reconhecidos de mim tabelião e moradores desta Vila (...) que por vontade deste instrumento na melhor forma de direito vendia (...) sem constrangimento de pessoa alguma dois escravos novos boçais de nação Moçambique doentes em risco de vida (...) pelo preço e quantia ambos por setenta mil reis<sup>152</sup>.

O contrato de venda contava ainda com a condição de que Antônio José de Souza Maya e Luiz José de Souza Lisboa se tornassem donos da metade de cada um dos escravos. É preciso levantar um questionamento, afinal, porque motivo os compradores iriam adquirir africanos recém-chegados, doentes e com risco de vida? É possível especular respostas, a mais plausível seria a de recuperar a saúde desses indivíduos para vendê-los por um preço maior, ou, curá-los e posteriormente utilizá-los onde o trabalho fosse necessário.

---

<sup>149</sup> FERREIRA. *Op. Cit.*, p. 8.

<sup>150</sup> FERREIRA *Ibid.*

<sup>151</sup> FERREIRA. *Op.Cit.*, p. 9

<sup>152</sup> Arquivo do Cartório do 2º ofício de Nova Friburgo, Livro I: 93V, 94, 94V e 95.

Outra curiosa questão, a respeito dessa venda de escravos, está no motivo pelo qual Marianne Joset inclui a condição de cada um dos compradores possuírem a metade dos dois escravos. Quais as consequências dessa condição para compradores e escravos? Os primeiros ficariam ligados pela propriedade e pela divisão do fruto das mesmas; enquanto os segundos, ainda que não fosse a intenção da colona suíça, tiveram as possibilidades de alcançar a liberdade diminuídas. Ao passarem a ter dois donos, esses escravos precisavam reconstruir suas relações sociais cotidianas com dois senhores diferentes, o que pode diminuir sua margem de negociação. No entanto, estavam sempre em busca de livrar-se do cativo, porque, como afirma Chalhoub, “a liberdade era uma causa dos negros<sup>153</sup>”.

Outro exemplo de sucesso foi o do médico da colônia, o Doutor Jean Bazet, do grupo dos colonos francófonos. Natural da freguesia de Nay, lançou mão de suas economias - por certo, oriundas da venda de seus bens de raiz na Suíça - e batizou mais de uma dezena de seus escravos<sup>154</sup>. Além disso, se envolveu em uma disputa por compra de terras, junto com o vigário Jacob Joye e Micaela Francisca do Rozário<sup>155</sup>, logo no primeiro ano da colonização. Por seu prestígio, Bazet foi eleito presidente da Câmara, em 1828, e o seria por mais duas vezes ainda, o que corrobora para o argumento de que o colono suíço estava integrado aos procedimentos imperiais. Esta integração com o modo de vida dos senhores é acentuada mediante a solicitação da comenda de cavalheiro da Ordem de Cristo em 1828, mas que só veio a receber em 1849<sup>156</sup>. É importante ressaltar que o pedido deste título é anterior ao fim do domínio sobre a colônia de suíços de Nova Friburgo, período este que durou até 1831, e, em que a governança da Vila seria realizada majoritariamente por autoridades portuguesas.

Esses exemplos explicitam duas faces de um mesmo vintém. Por um lado, temos as dificuldades vividas pelos colonos e algumas de suas formas de tentar contornar os problemas, mas sem se desfazer por completo das relações com os escravos. Por outro, temos dois exemplos de indivíduos de origem suíça que, ao longo da primeira metade do século XIX, ascenderam socialmente e passaram a conformar a elite senhorial que espriava seus poderes pelos Sertões do Leste. O primeiro, Luis Vial,

---

<sup>153</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Cia das Letras, 1990. p. 173

<sup>154</sup> Dados extraídos do Arquivo da Igreja de São João Batista de Nova Friburgo - Livro I de Batismo. 1820 - 1850.

<sup>155</sup> Arquivo do Cartório do 2º ofício de Nova Friburgo - Livro de Notas I - Escritura de venda a João Bazet - Fl. 3 à 4 e Livro I - Escritura de destrato - João Bazet e Micaella - Fl. 4 e 4v

<sup>156</sup> BOM, Henrique. Op. Cit., pp. 254 a 258.

valendo-se da penhora e posterior resgate dos cativos mediante pagamento de juros beneficiou-se de suas relações com Alexandre Robadey; o segundo, Pedro Jacoud, que tanto pelo dinheiro recebido pela venda de metade dos dois escravos, quanto pela metade do trabalho realizado por eles ao longo do tempo, obteve vantagens utilizando-se dos mecanismos da sociedade escravista para melhorar suas condições. No mesmo sentido, mas atuando em um extrato social mais abastado, temos a colona Marianne e o médico Bazet, a primeira buscou alianças de casamento para os filhos, no núcleo abastado da Vila e o segundo adquiriu diversos escravos que poderiam servir-lhe tanto ao ganho como em seu lote colonial, o que demonstra como esses indivíduos estavam profundamente influenciados pela dinâmica do modo de vida dos senhores de terras e escravos. Mesmo que tenham desenvolvido uma identidade caipira, assim como sustenta Jorge Miguel Mayer, os colonos não escaparam do contato com a escravidão, pois, “não havia parte alguma do país, ao contrário dos Estados Unidos, em que não houvesse escravos<sup>157</sup>”.

Pode-se depreender a partir das ideias trabalhadas, que a assimilação do modo de vida senhorial, pelos colonos suíços, não ocorreu de forma homogênea. Foi ao longo do tempo, portanto, que os colonos assimilaram os elementos de estruturação da sociedade, representados aqui pela posse de terras, café e escravos; somado ao poder político exercido no âmbito da Câmara Municipal da Vila.

### **1.5 Os ares senhoriais da Vila de Nova Friburgo**

Ao longo deste capítulo, foi possível delinear algumas características fundamentais da formação da classe senhorial e da Vila de Nova Friburgo, na primeira metade do século XIX. Esse “formar-se” expressava os interesses dos proprietários de terras e escravos, principalmente, oriundos de Minas Gerais e que obtiveram os maiores privilégios, quando da formação da colônia de suíços. Sem dúvida, a unidade necessária para formar uma colônia de luso-brasileiros, suíços e alemães foi a mesma que deu sentido a construção do Estado Nacional brasileiro: a escravidão. Assim, “Seria ela o fio condutor principal da unidade, na medida em que toda a estrutura produtiva agroexportadora nela baseou-se até sua total extinção em 1888<sup>158</sup>”. Essas afirmativas

---

<sup>157</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.* p. 85.

<sup>158</sup> - MENDONÇA, Sônia Regina de. *A Independência do Brasil em perspectiva historiográfica*. Revista Pilquen - Sección Ciencias Sociales - Dossier Bicentenario - Año XII - Nº 12, 2010. p. 8

ajudam a desmistificar a ideia, até hoje tão difundida, de que Nova Friburgo teria sido colonizada exclusivamente por mão-de-obra livre oriunda da Europa. Foram estas ideias que, durante boa parte do século XX, tentavam encobrir os reais problemas da cidade em troca da valorização do clima e das matas da “Suíça Brasileira”, em detrimento do passado escravista da Vila.

Com objetivo de dialogar com esse mito e na tentativa de ajudar a desmistificá-lo, abordei o tema da formação da classe senhorial na Vila de Nova Friburgo e sua profunda relação com a escravidão. Retornei, para isso, às origens do povoamento da região, através de Cantagalo e aos acordos para o assentamento da colônia do Morro Queimado. Foi possível observar o profundo interesse da Coroa, em desenvolver a região favorecendo o antigo colono português já estabelecido no Brasil. Afinal, segundo a direção da colônia, exercida exclusivamente por portugueses, os principais cargos não poderiam ser ocupados por colonos suíços. Ademais, foi possível identificar que muitos colonos chegaram aqui despossuídos, sofreram, sobretudo nos primeiros anos, já que suas terras eram de baixa fertilidade e para alguns a migração não era viável. Ao mesmo tempo, os suíços que possuíam meios de adquirir terras mais férteis - seja pela compra ou pela posse - e escravos, ascenderam socialmente aos mais altos extratos da sociedade friburguense, principalmente após 1831, quando o regime colonial foi extinto. Neste ínterim, ocorreu o avanço na cafeicultura na região de Cantagalo e Nova Friburgo. Desta forma, é possível afirmar que, mesmo diante das diferenças culturais entre os elementos suíços, alemães e brasileiros todos participaram da formação da classe senhorial em Nova Friburgo, aderindo invariavelmente a seu modo de vida. A adequação ao modo de vida senhorial ocorreu, também, com imigrantes que tinham poucas posses. Esses sempre tentaram aproximar-se dos principais símbolos de status propagado pelos senhores e, de todas as formas, o trabalhador cativo.

No intuito de conhecer mais de perto as relações de força entre classe senhorial e os escravos, foram abordados registros de batismo, compra e venda de terras e escravos registrados por micro proprietários. Esta parte da pesquisa serviu-se de uma análise serial com objetivo de obter um perfil, tanto de senhores e escravos, quanto de padrinhos. A aproximação na escala de observação teve como objetivo compreender as peculiaridades dos registros de propriedade dos micro proprietários desvendando como, na Vila de Nova Friburgo, elementos de origens díspares viveram o processo de formação e consolidação da classe senhorial, ao absorver “... uma cultura e um *éthos*,

isto é, comportamentos, modos de ser, valores, identidades, lugares sociais, que delimitaram espaços de redes de poder...<sup>159</sup>” ligados, sobretudo, à escravidão.

Na abordagem das trajetórias de Antônio Dutra da Costa, Francisco Fagundes do Amaral e Jacob Joye, foi possível perceber as possibilidades de negociação que os micros proprietários permitiam a seus escravos e seus envolvimento com terras. No primeiro caso, rastreamos a posse de Antônio Dutra da Costa, Migrante do arquipélago dos Açores, construindo relações sociais de parentesco ritual entre um escravo moçambicano e um crioulo, ambos suas propriedades e que iriam trabalhar em suas terras. Antônio também participou como mordomo, por três anos consecutivos, da festa do divino, o que demonstra determinado destaque em relação a outros proprietários, talvez pela influência de seu irmão, arrolado aqui como pequeno proprietário e que participou mais ativamente da vida administrativa da Vila. Francisco Fagundes do Amaral também não ocupou cargos administrativos na Vila, os documentos que registrou, seja no cartório ou no livro de batismo revelam, no entanto, a proximidade que este senhor matinha com seus escravos, sobretudo africanos. Escravos estes que trabalhavam no âmbito doméstico e, por isso, conseguiram engendrar verticalmente as relações sociais de compadrio que originaram o batismo, do homônimo feminino de Francisco Fagundes do Amaral.

No mesmo sentido, Antônio Dutra da Costa, vendeu a Fazenda São Francisco de Paula por um conto de reis e adquiriu uma propriedade de duzentos mil reis, mais apropriada a suas posses, nas cercanias da sua antiga fazenda. Já o vigário Jacob Joye, rapidamente, apresenta o sinal diacrítico da influência exercida pelo modo de vida senhorial em sua carta destinada a familiares, o que elimina a ideia de que a aquisição de escravos por suíços seria incompatível com os objetivos da colonização. Para isso, basta repetir que a intenção da colonização suíça não partiu de D. João, mas dos representantes helvéticos e que esta proposta foi ajustada em favor da classe senhorial, ainda embrionária, e em favor da expansão das fronteiras do café e da escravidão. Podendo somar ainda o argumento de que o governo Imperial só veio se preocupar efetivamente com a migração de estrangeiros a partir de 1842, como assinala José Murilo de Carvalho - “o projeto arrastou-se no congresso sem conseguir ser aprovado. Em 1850, o governo transformou em lei<sup>160</sup>”. Visão que corrobora a ideia de que o governo só incomodou-se realmente com a questão da imigração europeia quando

---

<sup>159</sup> SALLES. *Op. Cit.*, p. 53.

<sup>160</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.*, p. 100.

ocorreu o fim definitivo do tráfico de escravos, com a certeza de que, inevitavelmente, a escravidão chegaria ao fim.

A radiografia feita no conjunto das escrituras de compra e venda de cativos, apesar de não permitir mapear com precisão os caminhos do tráfico de escravos, contribuiu ao endossar a argumentação desenvolvida. A compreensão dos dados seriais permitiu observar que os escravos eram majoritariamente africanos, de nações diversas e homens. Esta investida, ademais, viabilizou conhecer um pouco mais dos negócios de suíços e lusos brasileiros com a escravidão. Com isso, foi possível, através da documentação, aprofundar a ideia de que os suíços, quando adquiriam escravos, estavam na confluência das regras da sociedade em que viviam. A família Herdy, por exemplo, esteve três vezes envolvida na compra do escravo Antônio de Nação Moçambique, primeiro uma negociação entre pai e filho, depois Lourenço Herdy Filho vendeu esse escravo a José Pedro Schibly, que um ano depois, vendeu o mesmo escravo a Herdy Filho. Florentine Bersot também foi exemplo dessa integração, hipotecava suas propriedades a um proprietário mais abastado, dividia os seus bens com o marido e com o que lhe coube comprou uma escrava Benguela de 15 anos. Da mesma forma ocorria com os lusos brasileiros, ou seja, indivíduos que se encontravam profundamente envolvidos com a sociedade em que estavam inseridos.

Em conclusão, não indico apenas o óbvio, isto é, que a realidade da Vila era permeada pela escravidão e que esta, em maior ou menor grau, era o elemento que permeava os mais diversos nichos sociais. Necessita-se ir além e ressignificar a ideia de que a colonização foi formada por uma ilha de homens livres cercados de escravos ou a visão de que esses colonos estavam em desacordo com os objetivos da colonização. Ou seja, o mito da “Suíça brasileira” não se sustenta diante dos dados e da argumentação aqui realizada. A Vila de Nova Friburgo desde o início constituiu-se como uma localidade que possuía características muito similares a outras regiões do Vale do Paraíba, visto que o plantio de café se deu concomitantemente com Vassouras e Cantagalo, e a população escrava manteve-se em níveis compatíveis com essas outras regiões. Mas não só, no plano econômico e de produção, a Vila teve suas similaridades com essas outras regiões. A trajetória de Antônio Clemente Pinto, por exemplo, demonstrou que também os senhores de terras e escravos daqui utilizaram de seu poder e influência para alcançar títulos de nobreza, ganhar eleições (locais e provinciais) e, com isso, defender o interesse dos demais senhores de terras e escravos friburguenses.



Foi Apresentada até aqui uma revisão para a formação da história da região, que tenta conjugar as especificidades da colonização suíça na Vila de Nova Friburgo e a assimilação do modo de vida que os senhores de terras e escravos expressavam por todo o Vale do Paraíba. Sempre foi objetivo dialogar com os acontecimentos do Estado Imperial para integrar os acontecimentos decorrentes da colonização suíça na Vila com as políticas imperiais para imigração. Faz-se necessário, portanto, o destaque de elemento fundamental na expansão e controle dos Sertões do Leste, área que englobava Cantagalo, Nova Friburgo e seus respectivos distritos.

Em Nova Friburgo, portanto, os indivíduos que se envolveram na construção da Vila e foram os verdadeiros dirigentes do processo, eram, principalmente, luso-brasileiros. Suíços e alemães participaram em segundo plano, ocupando poucas vezes cargos na administração, mas se constituíram como colaboradores da nova ordem social a que eles passaram, também, a representar. Esses migrantes passaram a difundir um conceito de civilização que tinha como elemento base, a escravidão. Elemento que esteve profundamente ligado às concepções de nação, cidadania e liberdade, já que esta instituição era o elemento definidor “do caráter da própria sociedade” em que o escravo aparecia como o “primeiro dos estrangeiros dentro dela<sup>161</sup>”. Assim, como não é possível pensar a formação da nação sem o elemento cativo, também não é possível pensar a construção da sociedade friburguense, na primeira metade do século XIX, sem a escravidão.

Findado este capítulo, é preciso observar a dimensão que fora apagada pelo mito da “suíça brasileira”, os escravos. Para esse feito serão abordados documentos paroquiais e cartoriais para que possamos conhecer mais de perto o universo escravo na Vila de Nova Friburgo. Os registros de batismo nos darão uma visão geral a respeito da população escrava da Vila e as Cartas de alforria contribuirão para a compreensão das negociações empreendidas pelos escravos no caminho até a liberdade. Tal corpo documental, além de inédito, é demasiado pertinente e permitirá compreender os indícios das relações cotidianas entre senhores e escravos em dois momentos importantes; na sacração do parentesco ritual e na consolidação da carta de liberdade.

---

<sup>161</sup> MENDONÇA, Ibid.

## **Capítulo II – A estrutura escravista da Vila de Nova Friburgo: um estudo serial através dos batismos e das cartas alforria.**

- Queixas-te de tua sorte, Isaura?  
- Eu não, senhora: apesar de todos esses dotes e vantagens, que me atribuem, sei conhecer meu lugar.  
(Bernardo de Guimarães – Escrava Isaura)

### **2.1 Introdução**

No capítulo I, ousamos apresentar um padrão de posse ancorado nos dados do Batismo. Ao mesmo tempo em que organizamos esse quadro, foi possível elaborar outro que nos permite compreender um pouco mais as características dos escravos batizados na Vila de Nova Friburgo. Também foi possível mapear o fluxo de cativos batizados entre 1820 e 1850, trabalho que foi realizado em intervalos de 10 anos e nos permite enxergar a curva dos batizados de cativos em nova Friburgo. O parentesco ritual concretizado no ato do batismo, também foi rastreado durante a investigação deste corpo documental, assim descobrimos os grupos que mais apadrinharam escravos. Tudo isso é de extrema importância para conhecermos as origens dos escravos que viviam na Vila de Nova Friburgo, entender o fluxo de escravos e reconstruir as relações engendradas até o documento da liberdade. Os indicadores que serão objetos da análise dos batismos estarão centrados na origem/procedência dos cativos, assim como no apadrinhamento. Não pretendemos iniciar uma investigação a respeito da família escrava, mas, o nosso objetivo é conhecer o perfil dos batizados e dos padrinhos e, com isso, levá-los em consideração para que seja possível um esboço das estruturas da população escrava na primeira metade do século XIX em Nova Friburgo.

A segunda coluna documental que apresenta parte da estrutura escravista e sustenta o conhecimento a respeito das relações entre senhores e escravos é composta das Cartas de Liberdade. Diante desses documentos, e para que esta análise obtenha êxito, é preciso iniciar por uma minuciosa análise serial, a fim de obter um perfil dos alforriados na Vila de Nova Friburgo durante a primeira metade do século XIX. A abordagem serial permite observar o panorama que compõe o cotidiano das relações escravistas nesta localidade. Os indicadores utilizados para as alforrias serão: gênero, idade e local de origem/procedência e a condição em que as alforrias foram concedidas, tudo contribuirá para uma apreensão do quadro geral dos escravos alforriados e de como

se produzia a liberdade na Nova Friburgo da primeira metade do XIX. Posteriormente, e para aproximar a lente do cotidiano desses escravos, passar-se-á a uma análise qualitativa das fontes, com objetivo de buscar os fragmentos para recompor as histórias dos cativos, suas estratégias e negociações nos documentos de liberdade.

Nota-se que é necessário, antes de prosseguir, refazer um pouco do caminho trilhado por historiadores que se debruçaram sobre o tema e evidenciar em que concepção de alforria este trabalho se enquadra. De fato, e como assinala Roberto Guedes, a alforria será entendida aqui, sobretudo, como concessão, pois se encontra no campo dos costumes, principalmente até 1871, quando ocorre uma inflexão que modifica a forma de conceder as cartas de alforria. No entanto, como essa mudança encontra-se fora dos limites temporais deste trabalho, prefiro não ater-me a ela. Desta forma, ao nos referirmos às alforrias estaremos pensando em concessão. Por outro lado, torna-se de fundamental importância pensar que existia uma parcela considerável de negociação por parte dos escravos alforriados<sup>162</sup>. Com isso, a capacidade de negociar contribuía substancialmente para a formação de uma identidade livre que - mesmo que desenvolvida na permanência e calcada nas relações de proximidade e dependência entre senhores e escravos após a alforria – constituía-se intrinsecamente relacionada à reconstrução Étnico-identitária dos libertos. Tais experiências de liberdade são oriundas das relações cotidianas entre os senhores e os cativos.

Tâmis Parron argumentou que a constituição de 1824 previu a inclusão de libertos no campo dos direitos civis<sup>163</sup>, com isso, as alforrias desempenharam um papel de suma importância para a sociedade brasileira do início do XIX, período de formação da sociedade friburguense. A constituição de 1824 reconheceu os direitos civis para livres e libertos de maneira clara, todavia, observa-se a necessidade de examinar essas implicações na prática, o argumento de Hebe Mattos é nítido:

a proposta de apagamento das diferenças de cor entre homens livres ter-se revelado questão polêmica e quase sempre explosiva, durante os primeiros anos da monarquia e por todo período regencial, aponta para enormes dificuldades práticas de efetivá-la<sup>164</sup>.

---

<sup>162</sup> REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo. Companhia das Letras, 1989. Esses autores abriram uma vertente de pesquisa que tem por objetivo de destacar a agência escrava na obtenção das cartas de liberdade

<sup>163</sup> PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826 - 1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 68.

<sup>164</sup> MATTOS, Hebe. “Racialização e cidadania no Império do Brasil”. In: José Murilo de Carvalho e Lucia Bastos Pereira das Neves (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 359 e 360.

Tendo em conta o que foi dito até aqui, é possível afirmar que a permanência da escravidão, após 1824, se dava, exclusivamente, pelo direito de propriedade e pela restrição legal aos direitos políticos dos libertos.

Quero ressaltar, apoiado nas pesquisas de Roberto Guedes, que alforria não representa “*resistência dentro do sistema*”<sup>165</sup>; neste caso, a liberdade é alcançada pela via institucional e fomentada, sem dúvida, pela força das negociações entre senhores e escravos no âmbito cotidiano. Por outro lado, em alguns casos, as manumissões também podem se originar da *resistência ao cativo*. Como veremos, existe uma linha tênue entre a concessão e a conquista da manumissão, isso ocorre porque, como nos alerta Chalhoub:

A ‘pessoalização’ e privatização do controle social eram marcas da escravidão que tinham na concentração do poder de alforriar exclusivamente nas mãos dos senhores um de seus símbolos máximos<sup>166</sup>.

Por conseguinte, para os escravos, a alforria representava, em determinada medida, “... ultrapassar o cativo por meio da via institucional...”<sup>167</sup>. A liberdade assim adquirida, mesmo que com restrições, possibilitaria a ascensão social e o reconhecimento como liberto, ambos ancorados nos laços com os ex-senhores, com outros livres e com escravos que giravam em torno dessa mesma órbita de dependência.

Até o momento, as pesquisas referentes à escravidão no município de Nova Friburgo se detiveram, principalmente, em comprovar a presença negra e escrava. Análises que incorporavam, sobretudo, documentos oficiais, relatos de viajantes e diários de colonos. Desta forma, mantiveram-se ausentes as abordagens culturais e sociais da vida dos cativos, das identidades criadas por estes e por suas interações sociais com senhores e escravos. Neste sentido, a obra de Gioconda Louzada se destaca por trabalhar com as narrativas dos viajantes sobre a região e com um pequeno número de fontes primárias, mas que não vai muito além da comprovação da existência de escravos na região e da presença negra em Nova Friburgo, como aponta o próprio título do livro<sup>168</sup>.

---

<sup>165</sup> GUEDES, Roberto. *A Amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade* (Porto Feliz, SP, século XIX. Afro-Asia (UFBA), v. 35, 2007. p. 87. (grifos no original)

<sup>166</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 150.

<sup>167</sup> FLORENTINO, Manolo. *Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa*. Topoi, Rio de Janeiro, Set. 2002, p. 10

<sup>168</sup> LOUZADA, Gioconda. *Presença Negra. Uma nova abordagem da história de Nova Friburgo*. Niterói: EDUFF. 1991.

Outro trabalho que aborda o tema é *Café e escravidão em Nova Friburgo no século XIX*, escrito por Edson de Castro Lisboa, este texto faz um conjunto de comentários interessantes a respeito de documentos oriundos do século XIX, entretanto, não aprofunda a análise de nenhum deles, servindo como importante index dos documentos relativos à escravidão na Vila. De qualquer forma, o texto faz boa relação entre o desenvolvimento da atividade cafeeira no polo de Cantagalo e o desenvolvimento do trabalho cativo na região.

Outro texto que visa apresentar a escravidão em Nova Friburgo, tem como autor Jorge Miguel Mayer e o já citado, Edson de Castro Lisboa. *Os crimes da Fazenda Ponte de Tábuas: um estudo sobre a escravidão em Nova Friburgo no Século XIX*, que aborda um crime cometido por escravos contra os maus tratos perpetrados pelo administrador da fazenda<sup>169</sup>. Tais trabalhos comprovam a existência de escravos na Vila. Entretanto, não penetram nas minúcias das relações entre senhores e os escravos e não captam os contornos gerais da estrutura escravista da Vila. São estas as informações que esperamos trazer a tona a seguir.

## 2.2 A demografia escrava segundo o batismo e os números da Liberdade

O foco desta sessão recairá sobre os escravos e suas origens. Para melhor compreensão da análise serial, os escravos foram classificados em crioulos e africanos (portos de saída), parâmetros que serão fundamentais para conhecermos a estrutura escravista da Vila. Os dados, considerados em sua totalidade, indicam que os crioulos receberam 53,89% dos batismos, os escravos não identificados somaram 25,28% dos batizados; os diversos escravos que receberam denominações africanas referentes aos seus portos de saída, somados aos de alcunha “de Nação<sup>170</sup>”, somaram 20,75% dos batismos de escravos. Dentre os africanos de maior expressão, estão os “de Nação”

---

<sup>169</sup> LISBOA, Edson de Castro [e] MAYER, Jorge Miguel. *Os crimes da fazenda Ponte de Tábuas: Um estudo sobre a escravidão no século XIX*. Nova Friburgo, Alberian, 2008. O processo crime abordado nesse livro será utilizado de outro ponto de vista teórico e metodológico no terceiro capítulo.

<sup>170</sup> Escravos “de Nação” eram denominados os africanos que não tinham seus portos de saída e lugares de procedência revelados pelos documentos. Importante não confundir com a expressão escravos “da Nação”: foram chamados escravos “da Nação” aqueles que eram presos e não reclamados, assim, passavam a pertencer ao Estado e prestavam-lhe serviços até que fossem leiloados. Ver: ROCHA, Ilana Peliciari. *“Escravos da nação”: o público e o privado na escravidão brasileira (1760 – 1876)*. 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.

<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/rocha%20ilana%20peliciari.pdf> (acessado em 15/11/2013).

(9%), os Moçambique (4,25%), os Congo (2,76%) e os Cabinda (1,44%), entre outros de menor expressão e que estão listados na tabela 2.1.

Nesta tabela, também é possível compreender o fluxo dos batizados de crioulos e africanos durante a primeira metade do século XIX. Desta forma, foi possível descobrir que os escravos crioulos foram os mais batizados durante todo o período analisado. Entre 1820 e 1830, a maioria dos africanos tinha origem em Moçambique, Congo, Cabinda e Benguela respectivamente, enquanto os escravos denominados “de nação” estavam entre os menos representados. Nos dez anos seguintes, o quadro se modifica, a lei de 1831 tenciona acabar com o tráfico internacional de escravos e, em decorrência disso, há um aumento sensível no número de escravos denominados “de Nação”, em detrimento da utilização dos nomes dos portos africanos onde esses escravos embarcavam, ou mesmo do seu local de procedência. De qualquer forma, o número de escravos africanos batizados na Vila permanece sem muitas alterações nesses primeiros vinte anos. Entre 1840 e 1850, os números mostram a diminuição dos registros de batismo de escravos na Vila de Nova Friburgo.

<b>Origem/portos de saída dos escravos batizados entre 1820 - 1850 - Tabela 2.1</b>								
<b>Origem</b>	<b>1820-1830</b>		<b>1831 - 1840</b>		<b>1841 - 1850</b>		<b>totais</b>	<b>%</b>
Angola	9	1,12%	1	0,08%	1	0,25%	11	0,44%
Benguela	17	2,11%	1	0,08%	16	4,02%	34	1,36%
Cabinda	24	2,97%	4	0,31%	8	2,01%	36	1,44%
Cabra	0	0,00%	3	0,23%	1	0,25%	4	0,16%
Calabar	1	0,12%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,04%
Camungá	1	0,12%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,04%
Casangue	6	0,74%	2	0,16%	4	1,01%	12	0,48%
Congo	40	4,96%	24	1,86%	5	1,26%	69	2,76%
Mina	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Moçambique	94	11,65%	8	0,62%	4	1,01%	106	4,25%
Monjolo	2	0,25%	1	0,08%	0	0,00%	3	0,12%
Rebolo	3	0,37%	1	0,08%	5	1,26%	9	0,36%
"de nação"	3	0,37%	162	12,57%	67	16,83%	232	9,29%
Crioulos	369	45,72%	762	59,12%	214	53,77%	1345	53,89%
Sem Origem	238	29,49%	320	24,83%	73	18,34%	631	25,28%
Total	807	100%	1289	100%	398	100%	2496	100%

Fonte: Arquivo da Igreja de São João Batista de Nova Friburgo. Livro I e II de Batismo. 1820-1850

Para aprofundar a análise dos registros de batismo, ao longo do período entre 1820 e 1850, utilizaremos a tabela 2.1. Esta nos permitiu chegar aos seguintes números: na primeira década (1820-1830) foram batizados 807 escravos, dos quais 200 eram africanos, 369 eram crioulos e 238 não tiveram sua origem declarada. Entre os anos de 1831 e 1840, foram batizados 207 africanos, 762 crioulos e 320 não tiveram registradas as suas origens, esses números somaram 1289 escravos. No período entre 1841 e 1850, os africanos somaram 111 batizados, os crioulos 214 e os sem origem definida 73 batizados que somaram 398 escravos.

Isto quer dizer que, durante todo o período os crioulos foram os mais agraciados com o sacramento do batismo, os escravos que não tiveram suas origens definidas ocuparam a segunda posição até 1840, na última década os africanos passam a ocupar o segundo lugar no número de batismos. Com isso, é correto afirmar que os crioulos receberam mais amplamente o sacramento, com ápice no decênio 1831-1840, quando foram batizados 762 escravos crioulos.

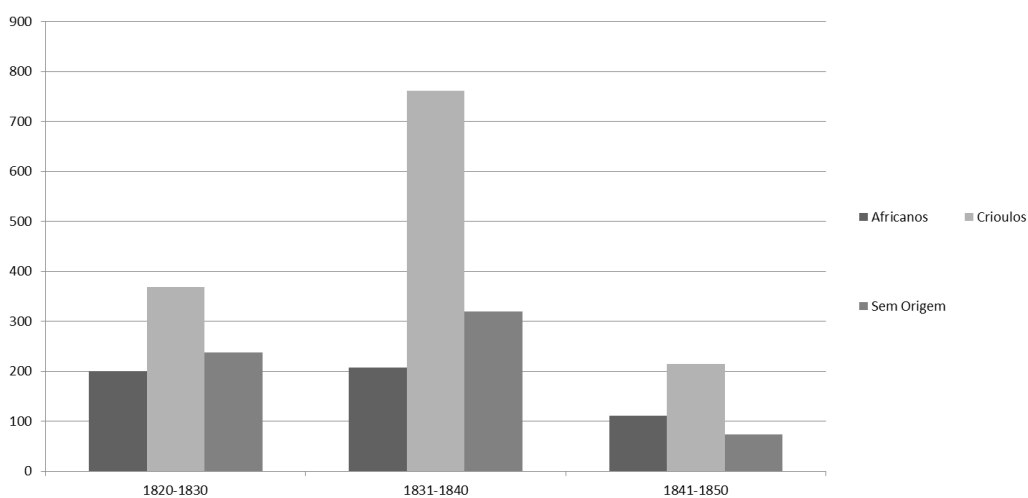
Para acompanhar a totalidade dos batizados na Vila de Nova Friburgo e suas oscilações ao longo do período estudado, posicionaremos o Gráfico 2.1 sobre o Gráfico 2.2. Esta perspectiva mostra uma curva ascendente nos vinte primeiros anos da série, atingindo seu ápice entre 1831 e 1840, período em que o tráfico de escravos estava proibido, mas que políticos conservadores esforçaram-se para justificar sua retomada, como demonstra Tâmis Parron no livro *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*<sup>171</sup>. A última década da abordagem apresenta um descenso significativo dos batizados realizados na Vila. Com os dados analisados, tornou-se possível concluir que os crioulos alteraram profundamente a curva da totalidade dos escravos batizados, o que, de certa forma, tem correlação com o tráfico interno para a Vila de Nova Friburgo.

---

<sup>171</sup> PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp.137-156.

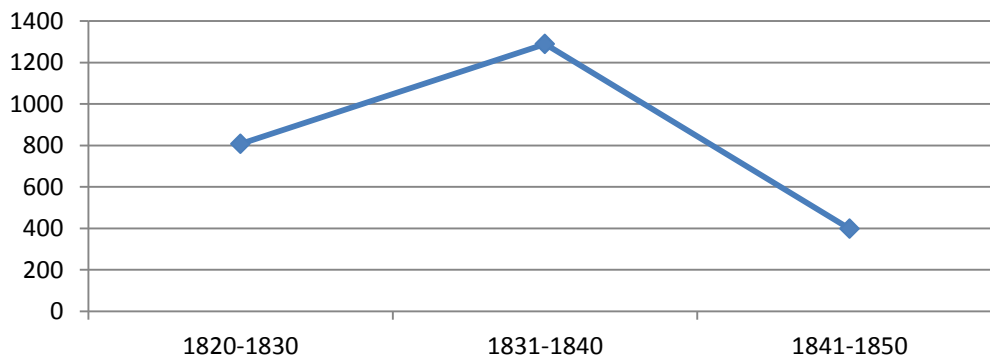
<b>Origem dos escravos batizados 1820 - 1850 - Tabela 2.2</b>			
Origem	1820-1830	1831-1840	1841-1850
Africanos	200	207	111
Crioulos	369	762	214
Sem Origem	238	320	73
<b>Total</b>	<b>807</b>	<b>1289</b>	<b>398</b>
Fonte: Livro I e II de Batismo. 1820-1850			

**Africanos, Crioulos e escravos sem origem nos batizados entre 1820 - 1850 - Gráfico 2.1**



Fonte: Arquivo da Igreja de São João Batista de Nova Friburgo. Livro I e II de Batismo. 1820-1850

**Batizados 1820 - 1850 - Gráfico 2.2**

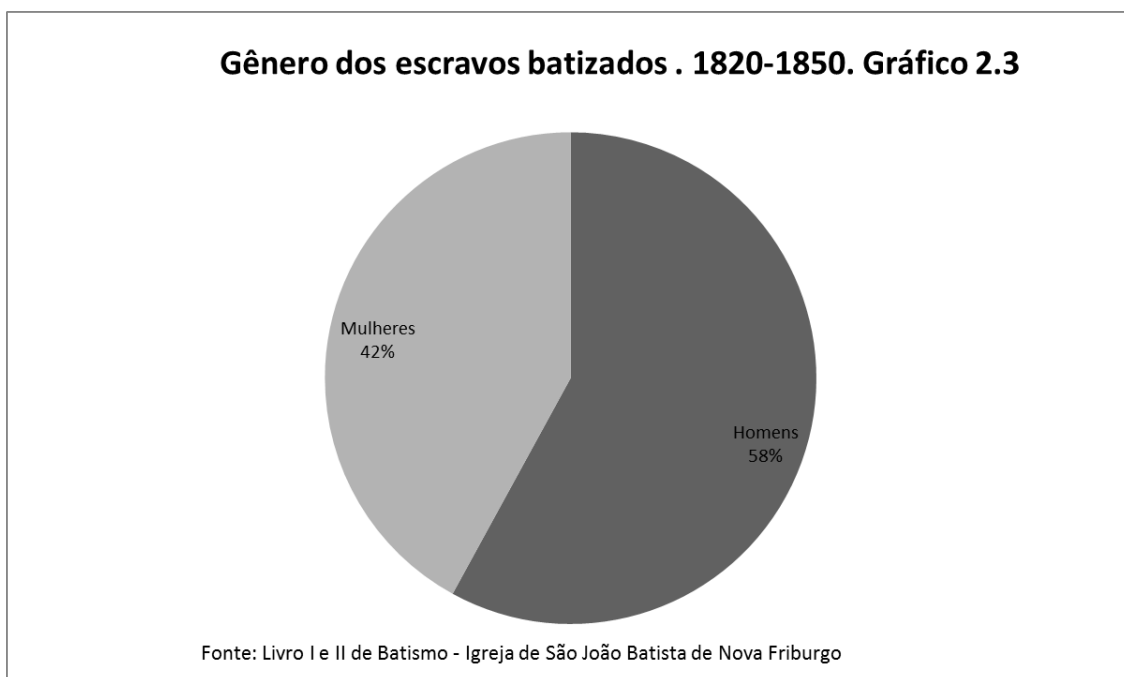


Fonte: Livro I e II de Batismo. 1820-1850



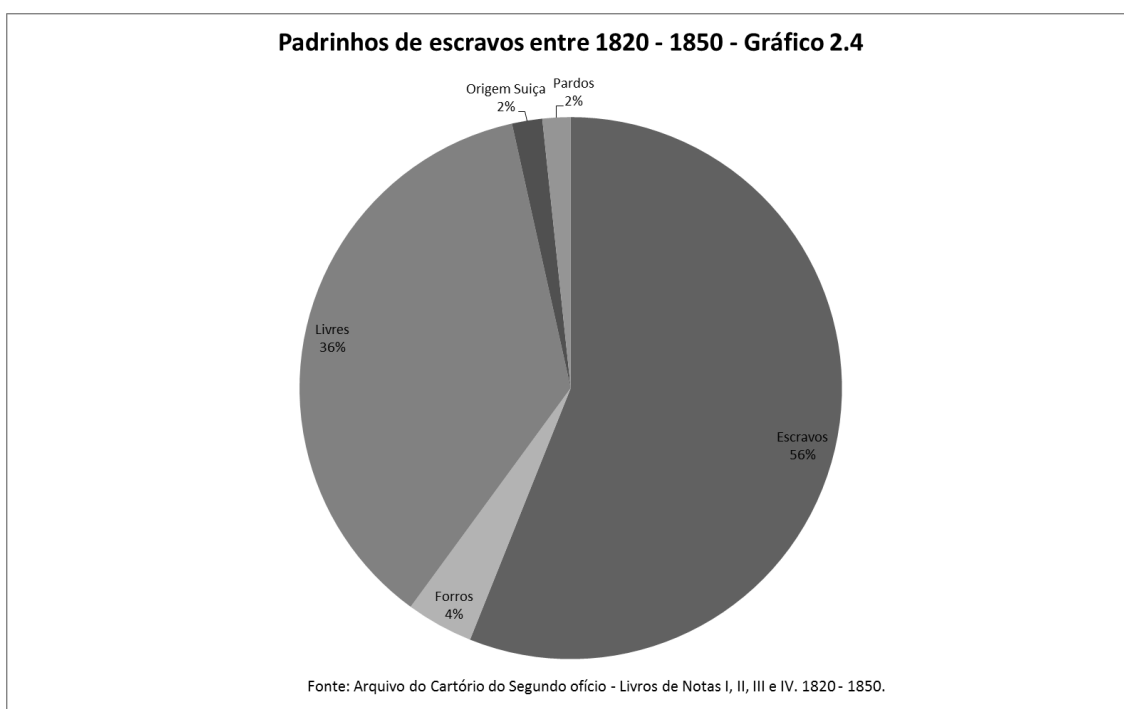
A relação de gênero também pode ser indicativa do perfil da escravaria, com os dados computados, entre 1820 e 1850, percebemos que, dos 2496 escravos computados no batismo, quase 58% deles eram homens; enquanto 42% eram mulheres. Essas informações refletem uma sociedade em que a estrutura de trabalho era ocupada, principalmente, por indivíduos do sexo masculino, mais capacitados para tarefas pesadas. Para esse elevado número de homens contribuíram os 518 escravos africanos em idade adulta, oriundos tanto dos períodos de tráfico legal, como de tráfico ilegal. A tabela 2.3 e o gráfico 2.3 podem ajudar a visualizar mais precisamente o gênero nos registros de batismo.

<b>Gênero dos escravos no Batismo. 1820-1850 - Tabela 2.3</b>				
		Números		%
Homens		1447		57,97%
Mulheres		1049		42,03%
Total		2496		100%
Fonte: Livro I e II de Batismo - Igreja de S. João B. de N. F				



Voltando a análise para a questão do apadrinhamento, é possível notar que os cativos constituíam-se como o maior número de indivíduos relacionados entre os

padrinhos de escravos. Esta relação pode contribuir como um mecanismo de associação horizontal e possíveis formações identitárias e familiares que são reafirmadas através do parentesco ritual. Não nos concentramos em identificar e mapear as famílias escravas e os diversos cruzamentos parentais que poderiam ser pesquisados segundo essa documentação, mas visamos observar as macroestruturas que compunham o mundo escravo da Vila. Assim, a partir dessa visão geral, a maioria dos padrinhos de escravos também tem origem no cativo, eles constam em 56% dos registros. Os indivíduos livres compareceram em 36% dos casos de apadrinhamento, com os quais os escravos criavam relações sociais verticalizadas, enquanto forros apadrinharam em 4% dos registros e pardos 2% (Gráfico 2.4). Tal atividade acabava por criar, entre todos os elementos arrolados, vertical ou horizontalmente, laços de parentesco ritual que podem apontar para a formação de identidades e relações pessoais que levassem os escravos a liberdade, ou ao apadrinhamento, em caso de necessidades.



A análise dos registros de batismo demonstra que indivíduos de estratos sociais diferentes envolveram-se com seus escravos no referido sacramento, ao mesmo tempo em que, os escravos também se ligaram pelo laço do apadrinhamento com seus iguais.

Os dados apresentados no capítulo I dessa dissertação nos revelam que, a região foi povoada tardiamente, o processo ocorreu praticamente ao mesmo tempo em que a consolidação do império e no mesmo contexto da carta outorgada de 1824. Esta

última garantiu a continuidade da escravidão através de um princípio básico do liberalismo, “a absolutização do direito de propriedade, que só poderia ser confiscada pelo Estado mediante indenização<sup>172</sup>”. Assim, temos a formação de um tecido social completamente heterogêneo, que não só comportava os elementos elencados por Hebe Mattos - “o “português” “colonizador” e o “africano” “escravo” - a construção prática do “brasileiro”...<sup>173</sup>” - mas contava com a migração de colonos suíços e alemães, o que contribuiu para a complexificação do objeto de análise na realidade pesquisada.

Outra questão relevante é a relação entre o número de alforrias e o total de escravos na Vila. A formação tardia da região da Vila de Nova Friburgo e da sua escravaria, por certo, influenciaram os registros de cartas de alforria. Vale dizer que, por muito tempo, a prática da alforria encontrava-se somente no âmbito costumeiro. Por isso, muitas das manumissões eram concedidas apenas “de boca”, o que indica a possibilidade de muitas alforrias não terem se concretizado nas notas do cartório da Vila.

No Capítulo I, ao realizarmos a análise do *Relatório da Presidência da Província do Rio de Janeiro*<sup>174</sup>, de 1856, verificamos que, em 1840 a população da Vila de Nova Friburgo era de 5043 indivíduos, sendo 2886 livres e 2157 escravos. Os dados referentes ao ano de 1850 já apresentam um total de 7114 pessoas, os quais 4187 livres e 2927 escravos. Ao retomar os dados do quadro 1.1 do capítulo I, no qual foram reunidos os dados do padre Jacob Joye com os Relatórios dos Presidentes de Província, torna-se evidente a ocorrência de um aumento progressivo da população, a qual os escravos compunham, durante toda a primeira metade do século XIX, pelo menos 40% de sua totalidade.

Assim, os dados apresentados corroboram para a ideia de um lento crescimento demográfico, já que desde 1828 com os registros do pároco suíço e do pastor alemão os números subiram, principalmente entre os anos de 1840 e 1850, período em que a Vila atraiu um contingente de mais de 2000 pessoas. O que justifica esse crescimento é o fato de que “... Cantagalo era o coração da área de expansão cafeeira conhecida como “Sertões do Leste”...<sup>175</sup>” e o distrito de São João Batista da Vila de Nova Friburgo

---

<sup>172</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000. p. 33.

<sup>173</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Ibid.* p. 32.

<sup>174</sup> SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 185.

<sup>175</sup> SALLES, Ricardo. *Ibid.*, p. 187.

encontrava-se como ponto de ligação, entreposto comercial, com áreas adjacentes dedicadas ao plantio de café, localizadas entre a região cafeeira e a Corte.

Durante a análise dos documentos do cartório do 2º ofício da Vila de Nova Friburgo, foram encontradas 86 cartas de alforria, em que 98 indivíduos conquistaram a liberdade, apenas três colonos suíços registraram cartas de alforria e todas as testemunhas arroladas foram consideradas “brancas”. Se observarmos os trabalhos de Kátia Matoso, por exemplo, esta encontrou para o período compreendido entre 1779 e 1850, em Salvador, 6593 cartas de alforria, enquanto Roberto Guedes levantou 130 documentos nas notas cartoriais de Porto Feliz entre 1806 e 1868. Desta forma, estamos diante de realidades que se configuraram com significativa antecedência em relação à Nova Friburgo.

A Vila constituiu-se primeiramente como entreposto comercial e área de produção de bens de subsistência e com o tempo os distritos passaram a produtores de café. Frente a isso, o número de alforrias registradas no cartório da Vila de Nova Friburgo não pode ser considerado baixo, é preciso levar em conta a formação recente da Vila e que esta era uma região adjacente a um dos centros da economia cafeeira – Cantagalo. A Vila correspondia à área de maior desenvolvimento urbano do município de Nova Friburgo e possuía significativo peso por registrar grande parte negócios da região e possuir diversos serviços, como o de tropeiros responsáveis por levar o café para os portos do Rio de Janeiro.

Os números das cartas de alforria estão, sem dúvida, relacionados ao modo como se engendraram as relações sociais para a criação da Vila, que teve uma formação tardia; mas não só, é preciso levar em conta os alforriados na pia batismal e o sub-registro, variáveis indispensáveis a um estudo aprofundado das alforrias. Outro argumento que pode justificar o baixo número das alforrias é o alto preço dos escravos na Vila, assim, as dificuldades para adquiri-los inibia a prática da manumissão. Entre os suíços o baixo número de alforrias pode relacionar-se com a falta de imersão mais profunda nas características cotidianas da sociedade escravista, onde residia o costume de libertar.

Tratemos primeiramente os problemas que nos parecem mais simples, o sub-registro e o preço dos escravos. Muitas vezes, como se encontravam no âmbito privado, os papéis de alforria eram particulares, e apontam que o reconhecimento social da liberdade não estava atrelado, necessariamente, ao registro cartorial. Ao mesmo tempo, o alto preço dos cativos na Vila de Nova Friburgo não dava chance à alforria. Por outro

lado, encontram-se as diversas peculiaridades que podem ter alterado os números das manumissões, entre elas o sub-registro, o preço dos escravos e a formação particular da Vila, elementos que compõe as variáveis que interferem, de maneira sensível, nos números das alforrias.

No caso das alforrias dadas na pia batismal, apenas duas delas foram registradas nas notas do tabelião desta Vila, constam no registro a alforria de 5 escravos pardos, a mãe e seus quatro filhos, a saber "...Uma filha mais velha por nome Ana já a libertei no batismo, na Freguesia da Sagrada Família e outro mais chamado Manoel também fiz o mesmo na Freguesia da Vila de Magé..."<sup>176</sup>. O senhor Serafim Manoel Feijó reiterava a liberdade desses indivíduos ao rebatizá-los. Por fim, encontrei nos registros de batismo, para o período estudado, o caso de Augusto, "filho natural de Ana Maria parda"<sup>177</sup> e "o dito Augusto foi declarado forro pelo padrinho Antônio Luiz Ribeiro, na pia batismal..."<sup>178</sup>.

As cartas de alforria aqui analisadas são essenciais para a reafirmação da ideia de que os escravos foram elementos indispensáveis à formação da Vila e, aqui também, fator de reprodução do sistema escravista nos moldes de Sheila de Castro Faria e Rafael Bivar Marquese<sup>179</sup>. As cartas de alforria contidas nos arquivos do Cartório do Segundo Ofício formam um conjunto especial de documentos, eles revelam que em uma "colônia de europeus" o ato de libertar os escravos não se diferenciava muito - salvo pelo volume de escrituras - das demais regiões do Império brasileiro.

### **2.3. Quadro geral das alforrias em Nova Friburgo: as condições da liberdade.**

Os dados sobre a condição das alforrias indicam que pouco mais de 41% das manumissões foram gratuitas, 30% foram condicionadas à prestação serviços por determinado período de tempo, quase 24% das alforrias foram compradas e um número ínfimo não teve sua condição anotada (ver tabela 2.4). No que diz respeito ao gênero, diversas pesquisas apontam para uma disparidade entre homens e mulheres, porque elas

---

<sup>176</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Nova Friburgo - Livro de Notas I. Fls. 20, 20V e 21

<sup>177</sup> Arquivo da Igreja de São João Batista de Nova Friburgo - Livro I de Batismo, fl. 239.

<sup>178</sup> Arquivo da Igreja de São João Batista de Nova Friburgo. Ibid.

<sup>179</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência escrava, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos*. Cebrap. São Paulo, 2006. V.4. FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Niterói: Tese (titular), IFHC/UFF, 2004.

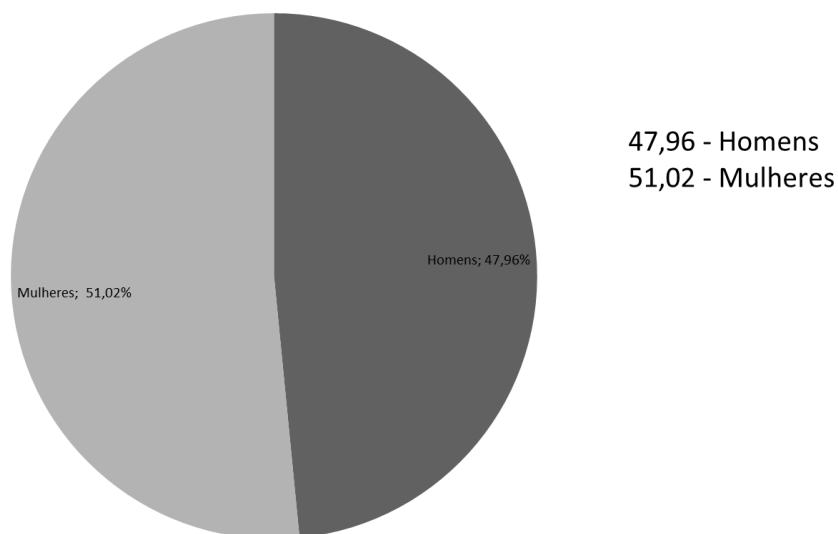
“eram mais bem aquinhoadas por libertações do que os homens...<sup>180</sup>”. Na Vila de Nova Friburgo, o quinhão referente às mulheres as apresenta como ligeiramente beneficiadas com o acesso a liberdade, constando que 51% das alforrias pertenciam ao gênero feminino e os outros 49% ao masculino, como nos apresenta a tabela 2.5 e o gráfico 2.5. No que se refere à idade dos alforriados apenas 23 registros apresentam a idade, ainda que de forma subjetiva - "Já idosa", por exemplo. Em 39 registros, o critério de idade dos indivíduos não apareceu. Diante disso, qualquer média de idade pode ser considerada distorcida, já que os registros, em sua maioria, não apresentavam esse dado, ou o apresentavam sub-repeticivamente.

<b>Condição das alforrias Tabela 2.4</b>		
<b>Gratuitas ou incondicionais</b>	<b>Condicionais</b>	<b>Compradas</b>
41,86%	30,23%	23,26%
Fonte: Arquivo do Cartório do Segundo ofício - Livros de Notas I, II, III e IV. 1820 - 1850.		

<b>Gênero nas Cartas de alforria Tabela 2.5</b>	
<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
47,96%	51,02%
Fonte: Arquivo do Cartório do Segundo ofício - Livros de Notas I, II, III e IV. 1820 - 1850.	

<sup>180</sup> FLORENTINO, Op.cit., p.9; A tese de Sheila de Castro Faria aponta a mesma prevalência das mulheres em relação à alforria. FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Niterói: Tese (titular), IFHC/UFF, 2004.

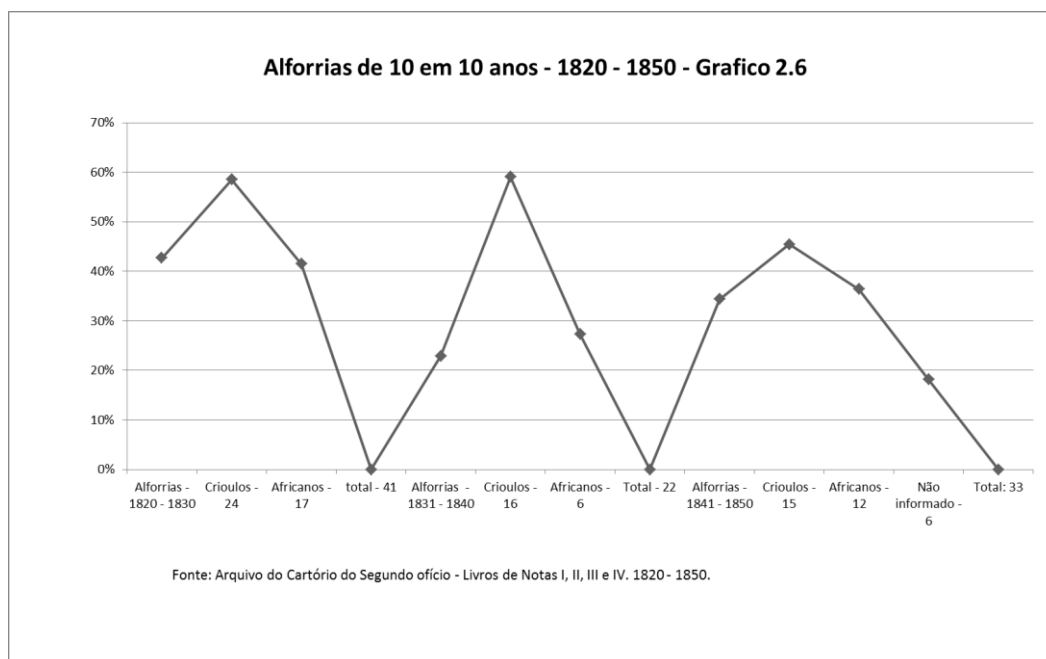
**Gênero dos escravos alforriados. 1820-1850 - Gráfico 2.5**



Fonte: Arquivo do Cartório do Segundo ofício - Livros de Notas I, II, III e IV. 1820 - 1850.

Outro dado significativo foram as oscilações da prática da alforria nos decênios entre 1820 e 1850, constantes na tabela 2.6 e no gráfico 2.6. Entre 1820 e 1830, foram feitos 43% dos registros, nesse período os crioulos lideravam o número de alforrias com 59% e os africanos contavam 41%. Os dez anos seguintes foram responsáveis por 23% dos registros de alforrias, os crioulos registraram 73% das alforrias e os africanos com 27%. Os últimos 10 anos apresentaram um aumento no número de registros, que subiram para 34% do total. Os crioulos foram os que mais receberam cartas de alforria novamente, mas com menor volume, 46% delas; os africanos não ficaram muito longe, com 37%; enquanto os que não receberam as denominações, crioulos ou africanos somavam 15% dos registros do período. Com a ajuda do Gráfico 2, fica nítido que os crioulos foram os mais agraciados com cartas de alforria e tiveram o maior número de cartas exatamente no período do tráfico ilegal de escravos. De qualquer forma, ao observar crioulos e africanos em conjunto, notabiliza-se que o maior fluxo de alforrias ocorreu antes da proibição do tráfico, no período entre 1820 a 1830. Após a proibição em 1831, ocorreu uma diminuição na concessão de manumissões, e, a partir da década de 40 até 1850, as alforrias retomaram uma linha de crescimento.

<b>Alforrias de 10 em 10 anos - 1820 - 1850 Tabela 2.6</b>	
<b>Alforrias - 1820 - 1830</b>	<b>43%</b>
Crioulos - 24	59%
Africanos - 17	41%
total - 41	
<b>Alforrias - 1831 - 1840</b>	<b>23%</b>
Crioulos - 16	59%
Africanos - 6	27%
Total - 22	
<b>Alforrias - 1841 - 1850</b>	<b>34%</b>
Crioulos - 15	45%
Africanos - 12	36%
Não informado - 6	18%
Total: 33	
Fonte: Arquivo do Cartório do Segundo ofício - Livros de Notas I, II, III e IV. 1820 - 1850.	



No que se refere aos africanos e crioulos, lançaremos mão dos dados mais gerais e posteriormente aprofundaremos as informações, vasculhando os indícios do caminho trilhado por esses escravos até a liberdade. Iniciemos com a afirmação de que a diferença no número de crioulos e africanos manumissos é grande, 58% e 36% respectivamente, o que constitui uma diferença de vinte sete pontos percentuais (Tabela 2.7). Tal diferença aponta, também, que o volume de escravos crioulos era significativo



e que o tráfico interno sempre foi fundamental, com escravos que vinham de Minas Gerais, do Nordeste e da Corte.

Escravos					%
Crioulos					57,29%
Africanos					36,46%
Não identificados					6,25%
Fonte: Cartório do 2º ofício - Livros I, II, III e IV. 1820 - 1850.					

O grupo dos crioulos contava, também, com escravos de nomenclatura carioca, cabra, mulatino e pardo, como apresentado na tabela 2.9<sup>181</sup>. Entre essas nomenclaturas, os que mais apareceram nas alforrias foram os crioulos com 57% e os pardos com 39%. Foi preferível dividir os crioulos em outras nomenclaturas, sobretudo, pela importante observação de Hebe Mattos a respeito dos pardos, ela afirma que “pardo” “ampliou sua significação quando se teve que dar conta de uma crescente população para a qual não mais era cabível a classificação de “preto” ou de “crioulo”, na medida em que estas tendiam a congelar socialmente a condição de escravo ou ex-escravo<sup>182</sup>”.

Pardos, por certo, distanciaram-se mais facilmente da condição de ex-escravos e enquanto cativos diferenciavam-se de seus iguais como se o epíteto fosse sinônimo de qualidade, muitos deles eram preferíveis em cargos de confiança, como feitores por exemplo. A afeição também era um caminho para ganhar a alcunha de pardo, como no exemplo da senhora que alforriara à Felizarda Parada, “que criei como minha filha<sup>183</sup>”. Importante lembrar que não há uma alforria sequer em que um pardo tivesse pagado pela sua liberdade, todos os libertos ou foram alforriados condicionalmente ou incondicionalmente, como fica claro no desmembramento da Tabela 2.9. Com este desmembramento, identificamos apenas os pardos e em que condições conseguiram suas manumissões (Tabela 2.8). Em 56 % dos casos, os pardos foram alforriados gratuitamente, e, em 43%, foram estabelecidas condições para a concessão das alforrias.

<sup>181</sup> Os termos crioulo, mulatino, pardo e cabra eram utilizados para designar os escravos nacionais. Em relação ao termo cabra Mary Karasch afirma que se tratava de cativos miscigenados. KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo, Companhia das Letras 2000, p. 39. Não encontrei nenhuma outra referência à alcunha carioca. Considero que o escravo recebeu tal epíteto por ser esse o seu local de origem, assim como os escravos vindos da província de Pernambuco e que carregavam esse nome consigo.

<sup>182</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000, p. 17

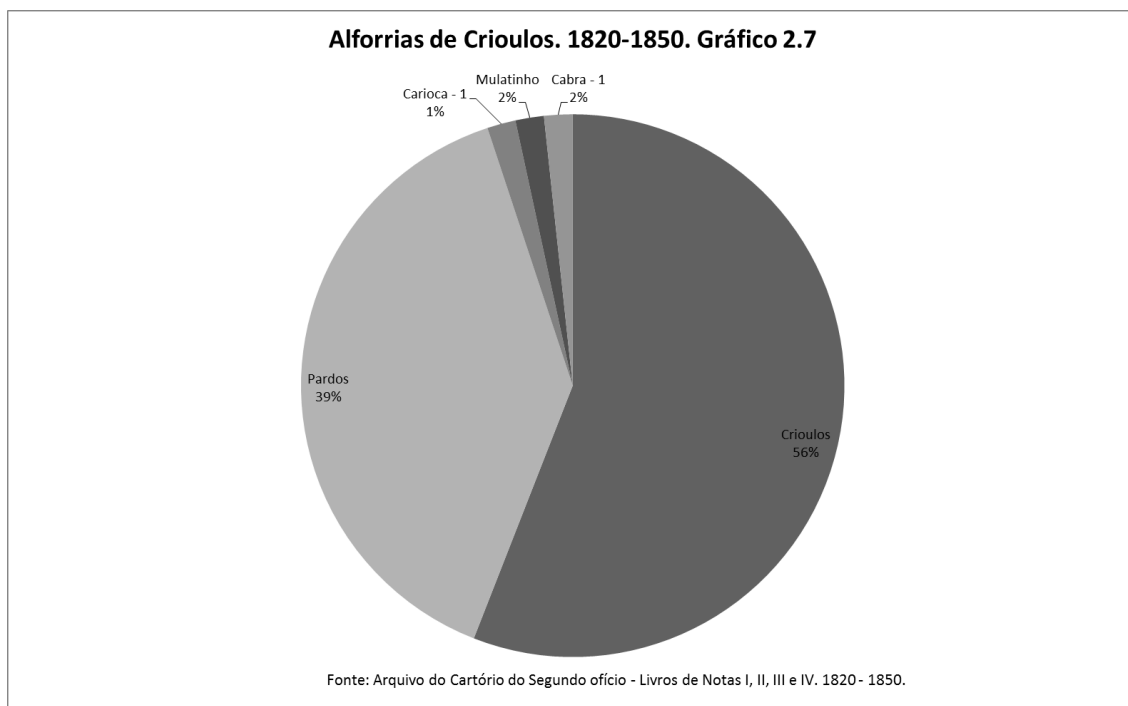
<sup>183</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro II, fl. 23 e 23V.

<b>Condição das Alforrias para pardos Tabela 2.8</b>				
Pardos	Incondicionais	Condicionais	Compradas	Não consta
total: 23	13	10	0	0
%	56,52%	43,48%	0	0

Fonte: Arquivo do Cartório do Segundo ofício - Livros de Notas I, II, III e IV. 1820 - 1850.

<b>Alforrias de Crioulos. 1820-1850. Tabela 2.9</b>		
Escravos Crioulos	Números	%
Crioulos	33	56,90%
Pardos	23	39,66%
Carioca	1	1,72%
Mulatinho	1	1,72%
Cabra	1	1,72%
Totais	58	100%

Fonte: Arquivo do Cartório do Segundo ofício - Livros de Notas I, II, III e IV. 1820 - 1850.

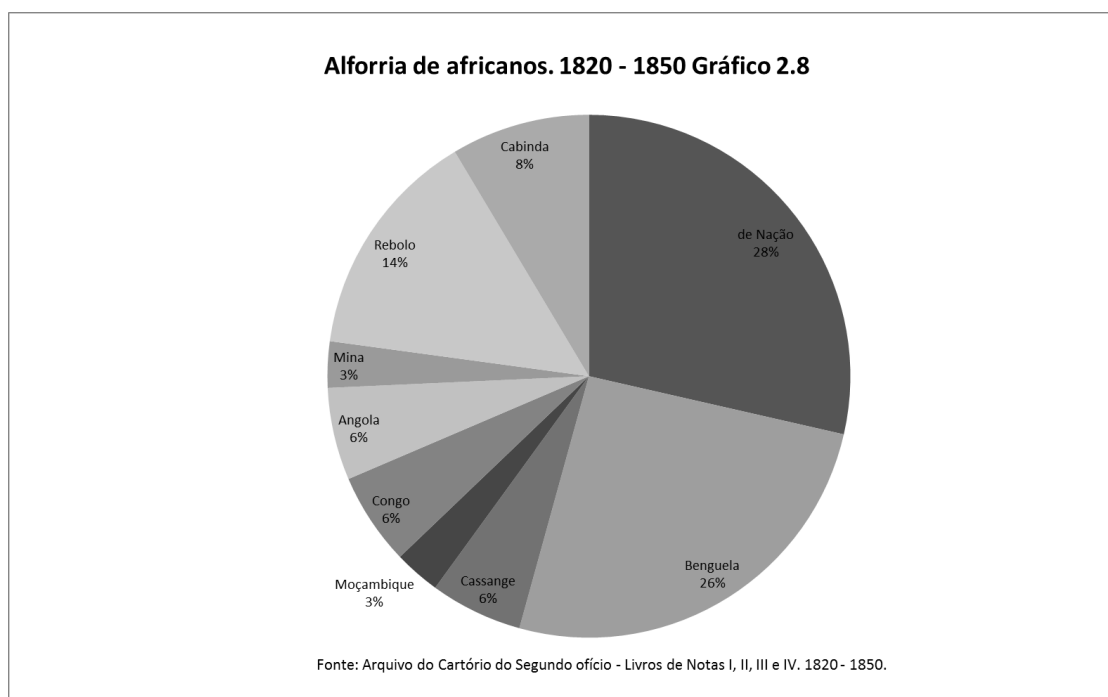


Entre os africanos, os que mais receberam cartas de alforria foram os que receberam a nomenclatura generalizante “de Nação”, com 28%; seguidos pelos Benguela, com 25%. Cassanges, congos e angolas ficaram responsáveis, cada um, por 5% das alforrias; moçambiques, minas, rebolos e cabindas representaram

individualmente 2% das manumissões, como podemos confirmar através dos dados da Tabela 2.10 e do Gráfico 2.8.

<b>Alforria de africanos. 1820 - 1850 Tabela 2.10</b>		
<b>Escravos africanos</b>	<b>Números</b>	<b>%</b>
de Nação	10	28,57%
Benguela	9	25,71%
Cassange	2	5,71%
Moçambique	1	2,86%
Congo	2	5,71%
Angola	2	5,71%
Mina	1	2,86%
Rebolo	5	14,29%
Cabinda	3	8,57%
<b>Totais</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Arquivo do Cartório do Segundo ofício - Livros de Notas I, II, III e IV. 1820 - 1850.



Tanto o equilíbrio entre homens e mulheres, quanto à diferença entre crioulos e africanos apontam para a formação de uma escravaria recente, abastecida principalmente pelo tráfico interno, mas que também recebia incrementos de escravos africanos, tanto em tempos de comércio legal, quanto de ilegal. Esta escravaria se

formou na mesma medida do povoamento e desenvolvimento econômico da região que engloba Nova Friburgo e Cantagalo. Os números das alforrias sugerem, no plano demográfico, o aumento do número de escravos na Vila. Tais registros também coincidem com o decréscimo dos registros de batismo de escravos e das cartas de alforria. No período de tempo delimitado por essa pesquisa, há indicativos de que a oscilação nos batizados coincide com as variações do número de alforrias.

A tabela 2.11 contribui para a obtenção de resultados ligados ao cruzamento dos dados de origem e condição das alforrias. Percebe-se que entre os africanos, 37% das alforrias foram compradas, 28% condicionais e 31% gratuitas. Já entre os crioulos, empataram as alforrias condicionais e incondicionais, ambas com 41%; enquanto as alforrias compradas somaram apenas 6% do total das manumissões. Para uma melhor visualização dos dados apresentados é preciso acompanhar o Gráfico 2.9, através do qual se pode perceber que, os africanos tiveram significativa vantagem na obtenção das alforrias compradas, enquanto os crioulos dominaram as condicionais e incondicionais.

A seguir, passo a debater as diferenças entre as alforrias concedidas a crioulos e africanos. Nas alforrias condicionais e incondicionais os crioulos foram mais contemplados que os africanos, podemos argumentar o seguinte sobre a causa dessa diferença: muitos crioulos conviviam mais próximos de seus senhores e, muitos deles nasciam e cresciam na fazenda. Tal expediente permitia aos escravos relações sociais mais duradouras e que os colocariam mais próximos das alforrias condicionais e incondicionais. Os africanos, enquanto não se tornavam ladinos, tinham desvantagens nas negociações e aproximações com seus senhores.

Por outro lado, os africanos apresentam larga vantagem nas alforrias compradas. Por que teriam conseguido comprar mais alforrias que os crioulos? Conjecturamos que os escravos africanos deveriam estar ligados à escravidão urbana, assim, as atividades que realizavam permitiam a eles determinada autonomia. Dessa maneira, as possibilidades de conquistar o pecúlio estariam mais acessíveis, e desse expediente resultavam as cartas de alforria.

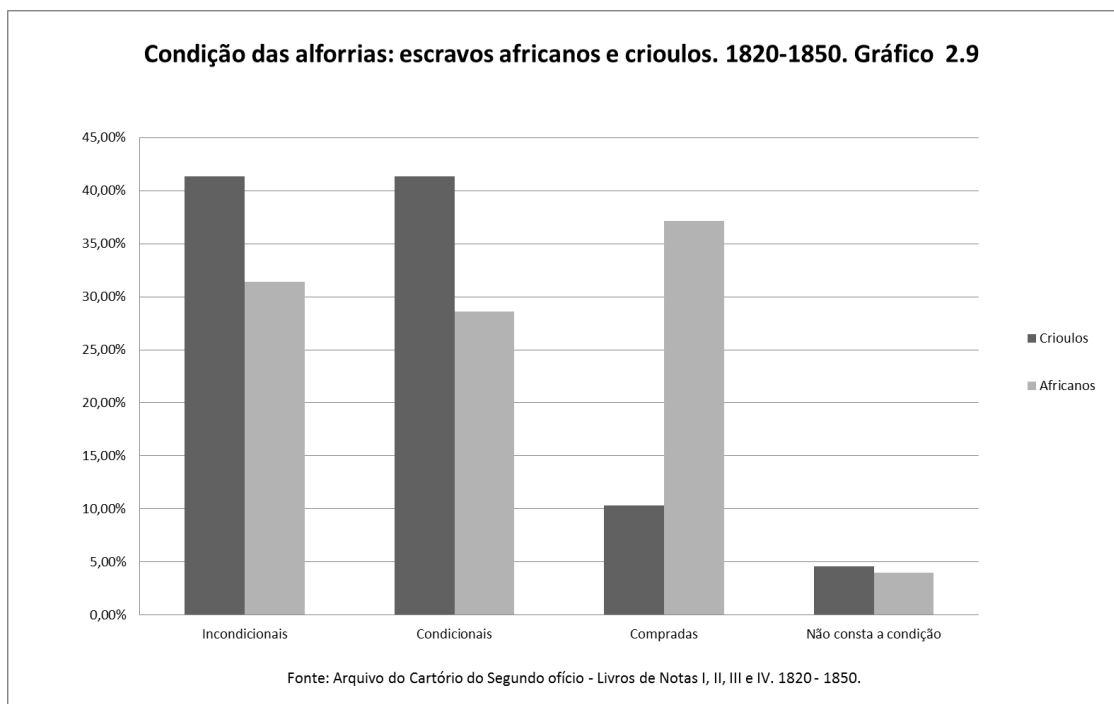
De qualquer forma, alerta para o fato de que todas as modalidades de alforria contaram com uma hábil negociação por parte do escravo, já que o direito de concessão encontrava-se exclusivamente na mão dos senhores. Ao mesmo tempo, a estruturação do sistema escravista estaria entre a expectativa dos escravos de tornarem-se libertos e a possibilidade de chegarem a serem senhores. Concepção esta que, de determinada maneira, assemelha-se as concepções de Rafael Marquese para quem a “... gênese dessa

grande população livre negra e mulata se deu, fundamentalmente, pela dinâmica do tráfico transatlântico de escravos, acoplada à dinâmica da alforria<sup>184</sup>. A reprodução da sociedade escravista brasileira ocorreria em duas vertentes: levas de escravos traficados da África asseguravam a manutenção da mão-de-obra e um número alto de manumissões garantia a segurança do sistema.

O que apontamos, no caso específico de Nova Friburgo, é que essa reposição da mão de obra ocorreu principalmente através do tráfico interno de crioulos. O número de manumissões era pequeno por dois fatores: primeiro pela recente formação das escravarias e depois pelo alto preço dos escravos vendidos na Vila, ambos os elementos contribuíam para a contenção dos senhores no ato de alforriar. Com isso, pode-se dizer que o padrão de manumissão em Nova Friburgo seria baixo se comparado aos dados de regiões circunvizinhas, ou aos padrões apontados para regiões distantes, mas no mesmo período.

<b>Condição das alforrias entre africanos e crioulos. 1820-1850 - Tabela 2.11</b>				
<b>Crioulos</b>	<b>Incondicionais</b>	<b>Condicionais</b>	<b>Compradas</b>	<b>Não consta a condição</b>
total: 58	24	24	6	2
%	41,38%	41,38%	10,34%	4,55%
<b>Africanos</b>	<b>Incondicionais</b>	<b>Condicionais</b>	<b>Compradas</b>	<b>Não consta a condição</b>
total: 35	11	10	13	1
%	31,43%	28,57%	37,14%	4,00%
total: 98*	35	34	19	3
%	37,63%	36,56%	20,43%	3,23%
Fonte: Arquivo do Cartório do Segundo ofício - Livros de Notas I, II, III e IV. 1820 - 1850.				
* acrescido dos 5 escravos que não foram registrados como crioulos ou africanos.				

<sup>184</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. *A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência escrava, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX*. Novos Estudos. Cebrap. São Paulo, 2006. V.4. p. 118.



Podemos pensar que a larga diferença entre crioulos e africanos fez parte da formação da Vila e se deu em decorrência de um volumoso tráfico interno de escravos. O número de escravos africanos que tiveram sucesso com alforrias compradas foi fomentado, principalmente, por atividades ao ganho realizadas para seus senhores. Assim sendo, é necessário ajustar o foco para analisar as negociações, a dependência e a precariedade das condições das alforrias em sua escala microscópica. O propósito é investigar os vestígios da vida dos alforriados para compreender como as alforrias entre crioulos e africanos se forjavam no cotidiano dos senhores e escravos da Vila. Aproximemos nossas lentes dessas histórias.

#### **2.4. Concessão de cartas de alforria entre africanos e crioulos na Vila de Nova Friburgo: negociação, dependência e precariedade.**

Analisemos primeiro as alforrias incondicionais ou gratuitas, elas são o melhor exemplo de negociação e sucesso no caminho para a liberdade. A alforria incondicional também expressa as relações de “amizade” e “afeto” construídas entre senhores e escravos. Negociação de sucesso empreendeu um casal de africanos, que conseguiram de seus senhores, Francisco Fagundes do Amaral e Ana Joaquina, a alforria para sua filha Francisca (talvez uma homenagem ao senhor). No entanto, para acompanhar essa história é preciso abordar o tema a partir de agosto de 1820, quando a menina foi batizada “... Francisca de um mês, filha legítima de Antônio Congo e Eva Benguela,

escravos de Francisco Fagundes do Amaral, natural desta freguesia...<sup>185</sup>”. Vale ressaltar que os padrinhos desse batismo foram dois escravos africanos, José Rebolo e Micaela Benguela. Todavia, o caminho para se distanciar do cativo não foi construído no interior da comunidade escrava, ao contrário, Antônio e Eva apostaram na aproximação com seus senhores que eram:

... senhores e possuidores de uma crioula por nome Francisca, de idade de quatro anos, que a havemos por cria da casa, filha legítima de Antônio Congo e Eva Benguela<sup>186</sup>.

Diante do documento, percebe-se que Eva e Antônio tinham uma filha que era “cria da casa”, o que sugere proximidade, ou seja, deviam ser escravos domésticos ou ao ganho, mas por certo construíram uma relação de proximidade com o senhor que passou, em 1824, “carta de alforria a dita crioula por nome Francisca para que de hoje para sempre fique liberta como se livre nascesse do ventre de sua mãe<sup>187</sup>”. Francisco Fagundes do Amaral permitia a esses escravos o relacionamento conjugal, o parentesco ritual com outros africanos e, através das negociações cotidianas que envolviam senhores e escravos, concedeu a carta de alforria para a filha dos africanos, sem onerá-los.

Por vezes, os senhores registravam cartas incondicionais em favor de seus escravos sem deixar transparecer pistas sobre a trajetória do alforriado. Tais casos corroboram a ideia de concessão e o próprio cativo aparece sub-repticiamente na documentação. Parece ser este o caso de Antônio Angola, propriedade de D. Joaquina Maria do Espírito Santo que, em 1825, tornava “livre Antônio Angola, como se fora do ventre de sua mãe<sup>188</sup>”. Não era sempre que o senhor registrava a carta de alforria de um escravo com essa falta de dados. No mesmo sentido, ocorreu a alforria do escravo Vicente de Nação, alforriado por Paulo Ferreira Pinto que, “dá plena liberdade ao escravo de Nação de nome Vicente<sup>189</sup>”, pertencente ao acervo do Inventário da sogra de Paulo Ferreira. De fato, grande parte das cartas incondicionais era registrada com poucos detalhes, o que impossibilita perceber de que forma as negociações se desenrolavam nas cartas de alforria incondicionais. Por bem da análise, alguns senhores fizeram registros mais detalhados, documentos onde podemos entrever os ajustes

---

<sup>185</sup> Arquivo da Igreja de São João Batista de Nova Friburgo - Livro 1 de Batismo, fl. 10.

<sup>186</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro I, fl. 19V.

<sup>187</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Ibid.

<sup>188</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro I, fl. 31V.

<sup>189</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro III, fl. 7V.

realizados mediante as negociações entre senhores e escravos, sempre baseado na prática costumeira de conceder alforrias.

Exemplo desse tipo de concessão ocorreu em 1837. A escrava Benvinda, “de Nação”, recebeu sua liberdade e no documento o senhor destacava a motivação para o registro, ao mesmo tempo em que, indicava a sua satisfação em libertar. Desta forma, o senhor fez contar que, “por seus bons serviços prestados sou contente, por muito minha livre vontade dou-lhe sua Carta de Liberdade<sup>190</sup>”. O contentamento do senhor é latente e esse ainda recorria à formulação cartorial que evocava as “Justiças Imperiais” para fazer cumprir a sua vontade, desta forma, afirmava que a escrava:

... de hoje em diante fique segura de suas ações, como se nascesse de ventre livre e nem por mim, nem por meus herdeiros se poderá nunca mais chamar ao cativo a dita Benvinda; e para isso peço, e rogo às Justiças de Sua Magestade Imperial lhe dê todo cumprimento<sup>191</sup>.

Torna-se notório que Benvinda agradava a Manoel Maria do Couto, seu senhor. Afinal, além de estar satisfeito com os serviços prestados ainda transferia à escrava a segurança de quem nascera livre e para garantir essa liberdade o senhor recorria ao Estado Imperial, no florescer da direção exercida pelos saquaremas<sup>192</sup>.

Também merecem destaque, os escravos crioulos que foram designados pardos. Primeiro, porque a maioria das manumissões deste grupo foi registrada entre as incondicionais e as condicionais. Torna-se necessário, portanto, abordar as trajetórias e as estratégias de pardos em busca da liberdade gratuita. Temos o caso de Luiz da Silva Dantas, pardo, ao qual o senhor concedia “plena e geral liberdade para que dela goze como se de ventre livre nascesse<sup>193</sup>”. Manoel Pardo, cinco anos de idade e “cria” da escrava Maria, tornava-se nesse ato “senhor de si, liberto como se tivesse nascido de ventre livre<sup>194</sup>” e também Felizarda parda “a qual de minha livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma, e por que a criei como minha filha lhe passo sua carta de liberdade<sup>195</sup>”.

Considerando as peculiaridades dessas últimas três cartas de alforria, é possível notar as ambiguidades de uma sociedade pautada, ao mesmo tempo, pelo direito de propriedade e por um conjunto leis que se encontravam apenas no plano costumeiro, em

---

<sup>190</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro II, fl. 114V.

<sup>191</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Ibid.

<sup>192</sup> Torna-se necessário afirmar que as Cartas de Alforria, em sua maioria, eram permeadas por fórmulas cartoriais preestabelecidas, utilizadas para expressar a concessão da alforria.

<sup>193</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro II, fl. 162V.

<sup>194</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro III, fl. 60V.

<sup>195</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro II, fl. 23.



torno dos quais, se desenvolviam mecanismos cotidianos de elasticidade social forjados na “vivência” entre senhores e escravos. Nesta sociedade, a “propriedade” poderia possuir nome e sobrenome; tornar-se, mediante a alforria, “senhor de si” aos cinco anos; ou ser criada como “filha” do senhor e, talvez por isso, chamar-se “Felizarda”. Esses elementos evidenciam as características de uma sociedade ainda dividida entre o direito legal e o costume, encarnado aqui na prática de alforriar.

A escrava Delfina, propriedade de Antônio Luiz Ribeiro<sup>196</sup>, ganhou a liberdade em 29 de julho de 1847. Contava ela, nesse tempo, mais ou menos trinta anos. Segue o que foi ditado por Antônio ao tabelião Nicolau Coelho:

Na melhor forma e via de direito dava e concedia gratuitamente e por sua livre vontade, plena liberdade a sua escrava crioula de nome Delfina (...) para de hoje em diante poderá conduzir-se e governar-se, livre como se de ventre livre tivesse nascido gozando de todos os privilégios e prerrogativas que as leis outorgam aos libertos...<sup>197</sup>.

Da leitura do documento, saltam aos olhos as expressões “gratuitamente” e “plena liberdade”, que nos indicam que se trata de uma carta incondicional. Inclusive o proprietário enfatiza que a ex-escrava poderá “conduzir-se” e “governar-se”, o que levaria a acreditar que a escrava receberia a dádiva de ‘viver sobre si’ e assim poderia estabelecer laços que, cada vez mais a afastassem do mundo dos cativos. No entanto, ainda na mesma carta o senhor de Delfina, que era casada com o escravo Januário, deixa claro que visa mantê-la por perto para usufruir de seus serviços sem nenhum tipo de “reclamação”.

... declarando, porém, que sendo a dita crioula casada com seu escravo de nome Januário e coexistindo na sua fazenda; jamais poderá ela reclamar indenização alguma a título de serviços, ou por qualquer outro pretexto...<sup>198</sup>.

O que esta segunda parte do documento revela é que a escrava deveria prestar serviços sem reclamar, ou seja, existia uma condição, não para a alforria, mas para que a cativa continuasse coabitando com seu marido, que era escravo de Antônio Luiz Ribeiro, senhor sagaz e que garantiu os serviços da crioula desobrigando-se dos custos com a mesma. Como se pode observar, esta concessão estabeleceu “um acordo desigual, em que uma parte dá e a outra aceita<sup>199</sup>”. A reciprocidade estabelecida nesta relação - deixar a escrava forra e não se desfazer dos bons serviços dela - não é equânime. Afinal, a escrava encontrava-se ligada por laços sentimentais ao escravo Januário e, por

---

<sup>196</sup> Antônio Luiz Ribeiro era irmão de João Luiz Ribeiro

<sup>197</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro I, fl. 29V.

<sup>198</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Ibid.

<sup>199</sup> GUEDES, Roberto. Op. Cit., p. 87.

consequente, à propriedade de Antônio Luiz Ribeiro e a obrigação de executar serviços sem reclamar indenização. Ao que tudo indica, Delfina desenvolveu sua identidade forra no mesmo local onde engendrou suas relações sociais cotidianas, através das quais conseguiu negociar e receber de seu senhor a sua carta de alforria. Todavia, ela permaneceu sob as regras cotidianas da fazenda e manteve-se na órbita de dependência de seu antigo senhor. A estratégia senhorial, neste caso, cerceou as possibilidades de Delfina reafirmar sua condição de livre tornando-se um “homem móvel”<sup>200</sup>.

Ainda no campo dos exemplos, Antônio Luiz Ribeiro, durante o batizado de José, pardo forro, em 1833, apadrinhou e alforriou o “filho natural de senhorinha crioula”. Não consta no assento o nome da mãe, mas a distinção “senhorinha” aponta para um determinado distanciamento do cativo, assim como, a designação, “pardo forro”, atribuída a José também o distancia, ainda mais que a mãe, da escravidão. Tais termos ao mesmo tempo em que remetem a certo distanciamento da condição de escravo, ligam os mesmos cativos a um passado marcado pela escravidão. Além disso, José recebeu dois padrinhos brancos durante o sacramento, sugerindo a possibilidade de poder criar laços para, cada vez mais, se afastar da sua condição de nascimento. As histórias que emergiram dos documentos de alforrias incondicionais para africanos e crioulos são significativamente similares, apesar de cada uma conter as suas especificidades, ou seja, possuem poucos dados para uma reconstrução dos acordos. Entretanto, permanecem fulcrais para a compreensão da lógica de concessão dos senhores, para as quais os escravos precisavam construir negociações profícuas em busca da liberdade.

A partir daqui, a análise se centrará nas cartas condicionais concedidas a crioulos e africanos. Esses documentos estabeleciam como exigência mínima a companhia do escravo até a morte do senhor. Em alguns poucos casos, os escravos ficaram condicionados a pagar jornais até o fim da vida do senhor ou a terceiros. O caso de Maria Felícia e Marcelina, escravas de Maria Thereza da Silva, alforriadas no ano de 1833, é um bom exemplo de alforria condicional mediante o falecimento do senhor.

... Tem duas escravas crioulas, a saber, uma de nome Maria Felícia, de idade de mais ou menos 33 anos; e a outra de nome Marcelina, preta que terá de idade trinta anos; as quais ela outorgante, atendendo os bons serviços das mesmas escravas, lhes dava por esse público instrumento, depois da morte dela outorgante, suas plenas liberdades...<sup>201</sup>.

---

<sup>200</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p.44.

<sup>201</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro I, fls. 148 e 148V.

Em outras cartas os senhores tratavam de afirmar que o documento perderia sua validade caso a condição não fosse cumprida. Assim, João Machado dos Santos, que ao alforriar dois escravos crioulos em 1837, mencionou a condição em que os libertava cinco vezes antes do fim do documento, preocupou-se em deixar claro que a carta de liberdade ficaria sem efeito se a condição não fosse cumprida, como se pode perceber pela citação:

... Uma escrava de nome Albina, idade de trinta e oito anos pouco mais ou menos e um escravo crioulo pardo filho da mesma, de nome Manoel, idade de quatorze anos pouco mais ou menos, *cujos escravos serão obrigados a servi-lo durante a vida dele outorgante*, que sendo porem ele outorgante senhor dos mesmos, *que depois de seu falecimento os mesmos escravos Albina e Manoel fiquem forros e livres como se do ventre livre tivessem nascido e que assim era a sua vontade em atenção aos bons serviços que deles havia recebido e por tanto os há por libertos depois de sua morte, sob condição mencionada, a qual não cumprida* ficará esta de nenhum efeito e cumprida ela ficarão livres...<sup>202</sup>.

Estaria João Machado dos Santos desconfiado de que os condicionados não honrariam o acordo? É possível. Mas, com esse acordo João também reforçaria a relação paternalista entre senhores e escravos, para isso, concedia condicionalmente e por qualquer deslize poderia revogar o documento e tê-los, novamente, como escravos. A estratégia submetia os cativos a uma situação em que sua liberdade tornava-se precária, e poderia ser revogada mediante qualquer violação da condição estabelecida.

Outro caso, é o da senhora D. Gertrudes Gomes Palhareo que, em 1840 fez uma carta de alforria para três dos seus escravos, em que o filho da escrava Ana Maria do Espírito Santo seria alforriado incondicionalmente, e libertados condicionalmente a própria Ana Maria e o escravo Januário Antônio dos Santos, acompanhemos os detalhes do documento:

... Para sempre forra e liberta o crioulo Candido, que tem de idade cinco meses, filho de Ana Maria do Espírito Santo, sua escrava para que desde já goze das prerrogativas e privilégios que as leis outorgam aos libertos. Outrora declara que servindo a sua dita escrava Ana Maria do Espírito Santo durante a vida dela senhora, por sua morte fique livre e liberta...<sup>203</sup>.

As alforrias tratavam, inicialmente, de mãe e filho. Neste caso, torna-se nítido o tipo de estratégia criada pela senhora, isto porque, ela deixa o menino liberto, mas mantém sua mãe cativa. Ana Maria só se encontraria livre após a morte da senhora, e esta não teria responsabilidades na criação do filho de Ana Maria; mas à medida que

---

<sup>202</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro II, fls. 119 e 119V. grifos nossos.

<sup>203</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro III, fls. 1V e 2.

Cândido fosse crescendo a Sra. Gertrudes passaria a contar com um trabalhador dependente em sua propriedade. A carta define, posteriormente, à condição do escravo Januário quando sua senhora,

... declara de sua livre vontade que o seu escravo, Januário Antônio dos Santos debaixo da condição de dar a ela senhora a quantia de dez mil réis em cada um mês (...)durante a vida dela senhora, fique depois de sua morte liberto e livre o dito escravo pardo...<sup>204</sup>.

Não me parece muito alto o valor proposto pela senhora, já que o escravo poderia trabalhar ao ganho no núcleo urbano da Vila que, a partir de 1830, “... já havia saído do estado de penúria inicial e ingressado em uma fase de estabilidade<sup>205</sup>”. Nas duas décadas seguintes, com a intensificação da cafeicultura, uma fase de crescimento alcançou as Vilas de São Pedro de Cantagalo e São João Batista de Nova Friburgo. Nesta última, a produção cafeeira se concentrava nos distritos<sup>206</sup> de São José do Ribeirão, Nossa Senhora da Conceição da Sebastiana e Nossa Senhora da Conceição do Paquequer, áreas rurais pertencentes à Vila e que formavam a maior parte do território desta.

Neste período, o núcleo urbano de Nova Friburgo era significativamente movimentado por tropas de mulas, que levavam o café dos distritos de Friburgo e de Cantagalo até o Rio de Janeiro, esse expediente proporcionou a expansão do comércio e da produção dos bens de subsistência. Diante disso, é possível argumentar que, a quantia solicitada como condição para a liberdade do escravo Januário, era bem factível para a época e lugar.

Segundo condição, também, o colono suíço Felix Rimes - adversário de Alexandre Robadey nas disputas pelas licenças de matar boi - registrou uma carta de alforria em maio de 1849 e alforriou o escravo Thomé, escritura que carrega o seguinte teor:

Compareceu Felix Rimes morador nesse distrito e conhecido de mim tabelião de quem dou fé e por ele foi dito que debaixo da condição de o servir a ele outorgante e a sua mulher enquanto forem vivos o seu escravo crioulo de nome Thomé, pardo de idade de quatorze anos...<sup>207</sup>.

---

<sup>204</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro III, fls. 1V e 2.

<sup>205</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. Histórias de famílias: casamentos, alianças e fortunas. Léo Christiano Editorial, RJ, 2008. p. 31.

<sup>206</sup> Muitos historiadores da região têm chamado esses “Distritos”, como aparecem na documentação trabalhada, de “Freguesia”. Prefiro aqui utilizar-me do termo que foi encontrado no corpo documental pesquisado.

<sup>207</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro IV, fl. 69V

Desse modo, o pardo Thomé, ainda moleque, teria de ver esvaír-se a vida de seus senhores para passar a “governar-se e dirigir-se como se de ventre livre nascesse, e a gozar de todas as prerrogativas que as leis outorgam aos libertos<sup>208</sup>”. João José Rochemant, também colono suíço, registrou uma carta de alforria condicional em favor da escrava Rita de Nação Benguela. O documento afirmava que “por meu falecimento ficará no gozo da plena liberdade como se de ventre livre nascesse<sup>209</sup>”. Apesar de não serem condições difíceis de cumprir, a liberdade precária permanece viva e conta com a sombra da revogação da carta de alforria, justamente por ser conquistada ao longo do tempo de vida do senhor.

Ao tratar as alforrias condicionais para escravos africanos é preciso fazer referência ao caso do escravo João Benguela. Trata-se de um “Registro de um papel de liberdade que dá Joaquim Antônio de Medeiros a seu escravo João de Nação Benguela<sup>210</sup>”. Tal liberdade fora lavrada nas notas tabelião Caetano de Castro e Souza no ano de 1829 nos seguintes termos “... lhe dou plena escritura de liberdade (...) de hoje para todo o sempre como se livre nascesse do ventre materno...<sup>211</sup>”, com o pequeno ônus apenas de seguir a condição de “viver sempre em sua companhia<sup>212</sup>”, ainda assim, o escravo negociou, “podendo contudo trabalhar para si<sup>213</sup>”. Joaquim Antônio de Medeiros, o senhor, parecia não precisar dos serviços do africano, todavia, desejava sua companhia. As relações entre esse escravo e o senhor permaneceram, certamente, baseadas na dependência do primeiro em relação ao segundo, gozando o escravo do direito de reunir o pecúlio através do seu trabalho.

Mantendo o foco nas cartas condicionais para africanos, observa-se o caso do escravo João, de Nação Conga que em 1846 recebeu liberdade condicional tornando-se obrigado a servir a Francisco de Paula até o fim da vida deste<sup>214</sup>. A carta mais objetiva do conjunto pesquisado não deixava dúvidas quanto à condição a ser cumprida. Mais detalhes sobre o condicionamento das alforrias podem ser extraídos de uma carta de 1847, registrada por D. Emericiana Maria Paula da Silva em benefício da escrava “Joaquina nação Benguela de idade de vinte anos<sup>215</sup>”. A escrava Joaquina era peça do espólio de José Vieira da Costa, de quem Emericiana era testamenteira e inventariante.

---

<sup>208</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Ibid.

<sup>209</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro III, fls. 121V e 122.

<sup>210</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro I, fl.75.

<sup>211</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Ibid.

<sup>212</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Ibid.

<sup>213</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Ibid.

<sup>214</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro III, fl.135 e 135V.

<sup>215</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro IV, fl. 08 e 08V

A senhora registrava a liberdade condicional no cômputo de dez anos de trabalhos realizados pela escrava e caso esse tempo fosse cumprido Joaquina ficaria livre “gozando todos os privilégios que as leis outorgam aos libertos<sup>216</sup>”. Todavia, a dita escrava estava à mercê da vontade senhorial, que por qualquer motivo poderia revogar a alforria. Ademais, como argumenta Chalhoub, homens de cor no Brasil imperial poderiam ser facilmente confundidos com escravos e levados para averiguação, além da possibilidade, sempre latente, de reescravização - características que marcam a melindrosa condição de livres e libertos de cor no Império<sup>217</sup>.

A partir daqui, a análise passa a se concentrar nas alforrias compradas por africanos e crioulos. Tais documentos demonstram que, o acesso à liberdade entre os africanos da Vila de Nova Friburgo era realizado, principalmente, através da compra de manumissões. Dados que permitem inferir a ideia de que o acesso à liberdade fazia parte de um mecanismo de elasticidade social e reprodução da escravidão que, além de permitir ao escravo o acesso a algum pecúlio, só reconhecido por lei em 1871, já funcionava, amplamente, no nível costumeiro como um dos principais elementos de reprodução do sistema escravista<sup>218</sup>.

Um exemplo significativo de escravo africano que comprou sua alforria, mesmo que não saibamos algo sobre suas atividades, é Joaquim Moçambique, comprado como “moleque novo na Capitania de Minas Gerais<sup>219</sup>”. Desde então, tal escravo fora pertencente a João Luis Ribeiro e Genoveva Maria de Souza, que residiam na Fazenda São Simplicio, localizada no distrito de S. José do Ribeirão, Vila de Nova Friburgo. Em 12 de setembro de 1823, o escravo Moçambique comprou sua liberdade por 153 mil e 600 Réis. Outro exemplo é o da escrava Gertrudes de Nação Angola, ela foi libertada por esse “Instrumento na melhor forma e coisa de Direito (...) pelo preço e quantia de sessenta e quatro mil réis<sup>220</sup>”. De determinada forma, os escravos que exerciam funções “ao ganho” não vivenciavam o controle exercido pelos senhores da mesma forma que os escravos de lavoura, fato que contribuiu para uma reconstrução da identidade dos escravos africanos, viabilizada pela conquista da alforria, principalmente, através da compra.

---

<sup>216</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Ibid.

<sup>217</sup> CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. pp. 228 - 276.

<sup>218</sup> SALLES, Ricardo. Op. Cit., p. 68.

<sup>219</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro I, fls. 17V. E 18.

<sup>220</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro I, fls. 35 e 35V.

Muitos desses escravos juntaram seus trocados por toda a vida, outros contaram com a sorte de serem libertados por uma verba que constava no testamento de seus senhores. Caso que bem ilustra essa situação é o da escrava Benguela, Maria Grande. Maria aos 70 anos assim se apresentou

... Por parte de Maria Grande, me foi requerido que lhe desse e passasse sua Carta de Liberdade em virtude de uma verba das avaliações do inventário que se procedeu<sup>221</sup>”. No entanto, há uma circunstância expressa antes do fim da carta que seria dada sob “a condição, porém de servir a inventariante durante sua vida...<sup>222</sup>”.

Aqui se mistura a ação da escrava, conhecedora da verba que a libertaria, por isso, requerente de sua liberdade, com o controle senhorial, que atrela a liberdade da cativa à morte da inventariante. Mais um caso em que o escravo age como requerente de sua liberdade ocorreu “aos dezessete dias do mês de março de 1842<sup>223</sup>”, da seguinte forma:

em meu escritório por parte do Preto João de Nação Rebolo me fez requerido que dos autos do inventário que se está procedendo dos bens do casal do falecido Joaquim Ferreira Leal (...) lhe desse por instrumento de carta de liberdade o teor de sua avaliação e declaração de alforria constante do termo de avaliação do mesmo inventário...<sup>224</sup>.

O escravo João sabia de sua avaliação no inventário de seu senhor e solicitou saber o valor de “si”. O Tabelião, por seu “Ofício e Autoridade Judicial” apresentou a dita verba e o Preto João foi arrolado no inventário como se segue “...um escravo de nome João de Nação Rebolo, de idade que parece ter setenta anos e deram-lhe o valor de cem mil réis”. João não titubeou ao dizer “que cobria a sua avaliação (...) e apresentou cento e um mil réis (...) e o Juiz o declarou liberto<sup>225</sup>”. Impressiona nas citações como João atua no decorrer de sua liberdade, além do conhecimento de sua verba avaliativa, mais ainda, merece destaque a aparente desenvoltura com que o escravo procedeu diante de Nicolau Coelho, o tabelião.

Observa-se que até mesmo em uma situação de compra, muito do que se negociava estava no âmbito pessoal, de relações de proximidade e favor trocadas pelos escravos e seus senhores, sempre expressa na formulação da linguagem cartorial “pelos bons serviços prestados”. O senhor de escravos, José Correa do Prado passou uma carta de liberdade que indica, por um lado, o tom de proximidade com sua escrava e, por

---

<sup>221</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro II, fl. 133V.

<sup>222</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro II, fl. 134.

<sup>223</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro III, fl. 61.

<sup>224</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Ibid.

<sup>225</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Ibid.

outro lado, o fator indispensável à alforria - trezentos e noventa mil réis. Desta forma, a cativa,

de nome Maria de Nação Benguela o qual não só pelos bons serviços que me tem feito, como por me ter dado trezentos e noventa mil reis por si, que os recebi (...) contanto lhe confio liberdade, como com efeito por esta a liberto de hoje para todo o sempre...<sup>226</sup>.

Diante disso, é possível perceber que, mesmo sob o símbolo da compra, o essencial nas negociações é que elas estavam calcadas em relações sociais cotidianas entre senhores e escravos. De qualquer forma, 390 mil réis é um preço alto e denota que a escrava encontrava-se em idade apta para o trabalho. No desenrolar da escritura chama-nos a atenção outro fato peculiar, o senhor desobriga a escrava de laços de uma relação de dependência, o que permitiu a ela alto grau de mobilidade, como expresso na citação a seguir:

Tirando de mim todo o jus, domínio e senhorio que na dita escrava tinha e transferiu na pessoa da mesma. E que possa livremente seguir e procurar sua vida onde muito lhe parecer, e a sua firmeza lhe passo o presente pedindo as Justiças de Sua Majestade Imperial deem a este papel todo o (?) valor<sup>227</sup>.

Parece que o senhor, ao alforriar a escrava Benguela, não exerceu seu poder para manter a escrava dependente, ao contrário, permitia a esta “procurar sua vida onde muito lhe parecer”. Apenas no final do documento é possível perceber que se trata de uma cópia de um registro feito em Bonsucesso, no ano de 1839, e para esta nova nota foi paga a quantia de 400 Réis. Mas o que podemos ler nesses indícios? A primeira ideia é que José Correa do Prado, em 1844, havia migrado para a região de Nova Friburgo e por conta da frágil noção de liberdade, decidiu garantir à escrava a sua alforria nas notas da Vila. Além disso, porque esta desobrigação dos serviços da escrava? Esta segunda questão encontra-se muito mais no campo das possibilidades, mas é possível inferir que Maria Benguela se mantivesse arraigada aos laços criados em Bonsucesso. Com o objetivo de retornar, Maria conseguiu a concessão senhorial, e também pagou por ela, tornando-se livre.

Já utilizamos aqui duas cartas de alforria condicionais registradas por colonos suíços, Rime e Rochemant. Vejamos o registro de uma carta de alforria cedida pelo colono suíço Jean Grandjean. Segundo informações do pesquisador suíço Martin

---

<sup>226</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro III, fl. 115.

<sup>227</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Ibid.



Nicoulin, seria um camponês abastado e chegara ao Brasil com 800 escudos<sup>228</sup>. Não temos dúvida de que o colono Grandjean era abastado, quanto a ser camponês não há interrogações, a dúvida que cabe é: que identidade camponesa esse colono construiu? Sem dúvida, para manter-se abastado o colono precisou se adequar a essa realidade e operar com a mão de obra disponível. Apesar de não termos encontrado Grandjean nos registros paroquiais ou de compra e venda de escravos, o colono alforriava sua escrava “de Nação Mina de nome Maria Joaquina, por dela ter recebido o preço de quinhentos mil réis podendo a mesma de hoje para todo sempre conduzir-se e governar-se livre como se de ventre livre fora nascida<sup>229</sup>”.

Destaco, mais uma vez, o alto preço pago pela escrava por sua alforria e aponto para a capacidade de reunir o pecúlio que lhe permitiria a liberdade. A relação entre senhores e escravos, protagonizada por um colono de origem suíça e uma escrava de Nação Mina, revelam, por parte do colono, a assimilação das regras cotidianas que regiam o mundo da escravidão. Tais regras permitiam a sua escrava angariar o pecúlio, que neste caso, serviu para comprar a carta de alforria mais cara da Vila de Nova Friburgo. No entanto, o alto preço também poderia indicar pouca habilidade de negociação por parte da escrava, ou a tentativa do colono em permanecer com a mão de obra dela; sem contar a possibilidade do alto grau de especialização do trabalho da escrava, o que certamente contribuiria para que o preço fosse elevado. Em meio a essas variáveis, a mais acertada é a seguinte: os camponeses abastados, de origem suíça, não só possuíam escravos como também os alforriavam, ou seja, participavam das diversas instâncias da vida escrava.

Escravos crioulos também conseguiram se livrar da escravidão mediante compra de sua própria carta de alforria. A carta da escrava Brezida - filha de mãe africana e pai desconhecido - fixada junto ao inventário da falecida Maria Moreira de Jesus, foi registrada na localidade de,

São José do Ribeirão segundo distrito da Vila de Nova Friburgo nas casas da fazenda Pedra Branca onde o Tabelião se achava em serviço, e ali por Francisco Antônio Pereira foi pedido e requerido carta de liberdade da escrava Brezida, filha da escrava Rosa Benguela<sup>230</sup>.

Os herdeiros decidiram pagar a Liberdade da escrava Brezida por ser este o desejo da falecida, assim, dividiram o valor da escrava proporcionalmente.

---

<sup>228</sup> NICOULIN, Martin. A Gênese de Nova Friburgo: Emigração e Colonização Suíça no Brasil (1817-1827). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996. p. 78.

<sup>229</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro III, fl. 23.

<sup>230</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro III, fl. 21 e 21V.

Tratemos de mais um caso em que o documento de liberdade do escravo foi extraído do inventário post-mortem do proprietário e registrado nas notas do tabelião da Vila de Nova Friburgo, para que a escrava Urraca pudesse valer-se do documento da liberdade:

lavrado nos autos do inventário do falecido Florindo Gomes de Macedo, (...) na fazenda denominada Córrego Sujo (...) e por [João Francisco Carneiro] ele foi dito e requerido ao dito Juiz de Órfãos [Antônio José Pereira Tatagiba] que vinha saber o valor que em que foi avaliada a escrava Urraca (...), pois que desejava libertá-la<sup>231</sup>.

A avaliação da escrava ficou com o seguinte teor: “Item: uma escrava crioula de nome Urraca, mulatinha de idade de um ano, também filha da dita, deram-lhe o valor de trinta e dois mil reis<sup>232</sup>”. Desta maneira, o suplicante requereu a liberdade da escrava e cobriu o valor de sua avaliação, deixando-a gozar da liberdade como se de ventre livre tivesse nascido. Naquele instante a escrava Urraca ficava sujeita a “todas as prerrogativas que as leis outorgam aos libertos<sup>233</sup>”.

Outra ocorrência de carta de liberdade comprada por terceiros foi a do escravo Justiniano. O referido escravo fora avaliado em trezentos mil Réis, duzentos dos quais pagos por um terceiro, José Luiz, que neste caso era cunhado do proprietário. Os outros cem mil réis do preço do escravo foram pagos pelo próprio Justiniano. Esta dívida, entretanto, não seria paga com dinheiro correndo a juros, mas através do trabalho do escravo que deveria comprometer-se durante cinco anos para com seu credor, a fim de saldar a dívida contraída por conta da carta de liberdade. As condições de José Luiz, no entanto, concedem ao cativo os sábados livres de serviços para que ele possa trabalhar para si<sup>234</sup>.

Durante o desenvolvimento deste capítulo, algumas cartas de alforria me chamaram a atenção por se tratarem de documentos reveladores das relações cotidianas travadas entre senhores e escravos na Vila de Nova Friburgo. Sabe-se, sobejamente, que casos como os apresentados aqui são corriqueiros e abundantes em outros lugares, ainda mais, onde o volume de manumissões é maior, mas em se tratando de um universo de 86 cartas, é possível considerá-las de forma diferenciada. Através desses fragmentos, podemos obter um diagnóstico que nos permite compreender não só o cotidiano da Vila, mas o íntimo das relações entre senhores e escravos nos mais diversos âmbitos do

---

<sup>231</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro II, fl. 12V, 13 e 13V.

<sup>232</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Ibid.

<sup>233</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Ibid.

<sup>234</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro II, fl. 128V, 129 e 129V

Império brasileiro. Construir uma análise dessas relações, desses casos onde os senhores tornam-se íntimos de seus escravos, ou perdem o controle e autoridade em relação a eles é de essencial importância para esta pesquisa. A partir dessa análise, é possível reconstruir uma silhueta das relações de dependência, resistência e autonomia dos escravos. Aqui estamos refletindo junto a Carlo Guinzburg, quando afirma que “... um indivíduo medíocre, destituído de interesse por si mesmo - e justamente por isso representativo -, pode ser pesquisado como um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico...”<sup>235</sup>. Passemos a análise desse microcosmo.

O senhor Manoel Barbosa da Cruz, nos anos de 1825 e 1829, registrou duas cartas de alforria, nelas concedia liberdade a seus escravos e possuía o objetivo de livrar sua consciência a respeito da paternidade dos libertados. As contradições contidas nesses documentos auxiliam uma reflexão sobre os limites entre a lei e o parentesco. As fontes também possibilitam o debate sobre a importância das relações cotidianas para o acesso a liberdade e permitem perceber o tratamento diferenciado que o senhor usou ao referir-se a seus rebentos no momento de lhes conferir a alforria. O registro da primeira carta ocorreu em 1825 na “Fazenda denominada Córrego do Funil, termo da Vila de Nova Friburgo” e por Manoel foi dito que, “por este instrumento e na melhor forma e via de direito forrava desde hoje para sempre a sua filha mulatinha por nome Victória (...) para que jamais possa ser por ele chamada ao cativo por seus herdeiros e sucessores por ser sua vontade livre<sup>236</sup>”. O documento, como se pode ver, é bem direto e Manoel trata Victória por filha – a menina neste momento tinha 10 anos de idade, a mãe não é mencionada no documento. Além disso, o registro de distinção social “mulatinha” afasta, em parte, a menina das marcas do cativo, mas ao mesmo tempo, não deixa de fazer alusão ao seu passado cativo.

Passados quatro anos, Manoel Barboza da Cruz fez o registro de liberdade condicional da escrava Mariana, de Nação. Mariana ficou condicionada ao falecimento do senhor e a mais quatro anos de trabalho para o testamenteiro. Nesse mesmo dia Manoel deu carta de alforria também a Joaquim, filho de Mariana, e pelo que é possível entrever, com o próprio Manoel. A diferença em relação ao documento de 1825 reside principalmente no tratamento dispensado pelo senhor, como podemos perceber na passagem seguinte: "digo eu Manoel Barbosa da Cruz que entre os mais bens que

---

<sup>235</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 20

<sup>236</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro I, fls. 34 e 34V.

posso sou senhor e possuidor de um escravo pardo por nome Joaquim filho da minha escrava Marianna de Nação<sup>237</sup>”, ou seja, Joaquim era considerado um bem, um escravo e só foi alforriado “por [Manoel] julgar ser meu filho e por desengargo da minha consciência (...) e por não ter liberto no Batismo dou liberdade para que de hoje para todo sempre fique liberto como se fora do ventre de sua mãe...”<sup>238</sup>. O tratamento dado por Manoel ao seu rebento revela determinada desconfiança sobre a paternidade do menino Joaquim, logo, o mesmo não é tratado com o zelo dado a Victória, chamada inclusive de filha.

Da narrativa sobre as alforrias dos filhos de Manoel Barbosa da Cruz podemos estabelecer duas questões: a primeira é que Victória era reconhecida espontaneamente por Manoel e assim era chamada de filha, e que Joaquim chegou à liberdade pelo desembaraço da consciência de seu pai. Tais fatos podem indicar que a alforria de Joaquim foi habilmente negociada por sua mãe; conhecedora da fragilidade de seu parceiro. Dessa forma, a escrava fez pesar a consciência do senhor por manter o filho sobre os grilhões da escravidão. Ademais, consta nesse documento que esses escravos não poderiam ser chamados ao cativoiro pelos herdeiros de Manoel, todavia, o senhor reconhece, indiretamente, a legitimidade desses filhos que se transformariam em herdeiros de Manoel. Essas excepcionalidades explicam muito das contradições inerentes à sociedade escravista do século XIX e revelam as imbricações entre a lei escrita e as regras costumeiras, na medida em que o senhor não é obrigado a alforriar os filhos que teve com suas escravas, mas o faz, para ficar de consciência tranquila.

Não existiram, todavia, apenas casos como os explicitados acima. Ocorreram na Vila de Nova Friburgo, como em todo o Império, escravos que resistiram as sevícias do cotidiano. Reitero aqui que esses escravos não lutaram para a derrocada do sistema escravista, e sim, direcionavam a sua resistência ao cativoiro, às vezes de forma individual, outras vezes de maneira coletiva. A fuga sempre foi uma possibilidade, no entanto, criava para o escravo o incômodo de conviver com a incerteza de ser pego, e, neste caso, se não comprovasse sua liberdade, seria trancado a ferros. Em contrapartida, a concessão de autonomia poderia criar situações *sui generis*, e tentar governar a vida do escravo, depois desse alargamento de suas possibilidades, parece ter gerado problemas e fugas. Outras vezes, como no caso do escravo Manoel Cassange, a

---

<sup>237</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro I, fl. 56V.

<sup>238</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Ibid.

autonomia concedida tornou-se resistência e o corolário originou uma singular carta de alforria.

A carta de liberdade gratuita registrada pela senhora de Manoel Cassange, escravo de Custódia Maria de Jesus, revelava diversas dessas contradições, primeiro ela afirma que o escravo receberá a manumissão “pelos bons serviços que dele tenho recebido”. Mas a carta não termina aí e Custódia revela que deixava o cativo livre “porque de fato tenho perdido toda a posse e domínio que nele tinha...”<sup>239</sup>. A “posse” e o “domínio” foram perdidos ante o ganho de autonomia do escravo. A incapacidade de controlá-lo, revelada após o elogio a suas capacidades de trabalho, faz com que possamos especular sobre os resultados dicotômicos inerentes a esta carta de alforria, em outras palavras, o bom escravo desvencilhou-se do domínio de sua senhora através de fugas, as quais retiraram a autoridade desta senhora. Alforriá-lo foi parte da estratégia utilizada para que a perda de domínio sobre o africano Manuel não interferisse nas relações com os outros escravos de Custódia.

No mesmo sentido, inserir na carta de alforria que o escravo prestava bons serviços, por certo, favoreceria a senhora, que assim, figuraria como concessora. A gratidão do escravo e a criação de laços de dependência constituíram-se em suposição pouco provável, porque a desobrigação completa fica explícita mediante a leitura do seguinte trecho da carta, onde Manoel ficava “livre e desembaraçado para procurar a sua vida do modo que melhor lhe parecer”<sup>240</sup>. Neste caso, os laços de dependência parecem ter sido partidos e o escravo encontrava-se, realmente, na condição de viver sobre si e de construir novas relações sociais que possibilitassem alguma ascensão.

Refletindo a respeito das margens e limites da autonomia recebida por um escravo e expressa em cartas de alforria, enquadram-se aqueles que, por sua profissão, obtinham recursos suficientes para comprar sua própria liberdade. Mas a profissão não era fator *sine qua non* para comprar a alforria e como já se argumentou nesse trabalho essas eram, também, fruto de uma construção cotidiana e dialógica, que pressupunha proximidade e negociação. Trabalhadores especializados e urbanos, por certo, poderiam conseguir recursos com mais facilidade do que trabalhadores rurais, o que facilitava, em determinada medida, as possibilidades de negociação.

Como no caso do escravo Adão crioulo, pertencente à Genoveva Maria de Sousa e João Luiz Ribeiro, e avaliado no inventário do casal no valor de 200 mil réis.

---

<sup>239</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro I, fls. 86V e 87.

<sup>240</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Ibid.

Adão era ferreiro e é notável a importância de um ferreiro em uma localidade que se encontrava a meio caminho do polo cafeeiro de Cantagalo, dos distritos produtores de café da Vila de Nova Friburgo e, que era constantemente cortada por tropas de mulas que transportavam o produto em direção à Corte.

As peculiaridades do documento em que Adão fora alforriado iniciam-se pelo local em que ela foi redigida, no “Ribeirão de São José segundo distrito da Vila de Nova Friburgo na Fazenda denominada São Simplício em casa de morada da viúva inventariante, cabeça do casal Genoveva Maria de Souza<sup>241</sup>”. Logo, encontravam-se neste recinto senhorial as seguintes autoridades “o Juiz de Órfãos, José de Castro e Souza comigo escrivão” e ainda, os “herdeiros e o Curador Geral dos Órfãos, Antônio José de Souza Maia<sup>242</sup>”. Diante de todas as autoridades citadas, “ali apareceu o escravo Adão ferreiro<sup>243</sup>”, torna-se importante notar que o escravo não foi chamado, ou convidado, mas apareceu. O escravo Adão “fora avaliado na quantia de duzentos mil reis<sup>244</sup>” e diante da quantia estabelecida para sua liberdade e defronte de diversos senhores “por ele foi requerido ao dito Juiz que vinha solicitar a sua liberdade e alforria<sup>245</sup>”. Deste modo, Adão passa a ser protagonista do caminho para a sua liberdade e não se demora em apresentar a quantia de duzentos e um mil reis, valor que já incluía a siza.

A forma de pagamento que utilizou faz correspondência direta com sua profissão. Engana-se, no entanto, aquele que pensa que Adão utilizou-se de ferraduras e arreios, nossa personagem tinha mais a revelar e a quantia foi paga da seguinte forma “em notas a quantia de 151\$000; em prata, a quantia de 41\$280; em Ouro, a quantia de 8\$000 e em cobre, 720 reis<sup>246</sup>”. Além da maior parte do pagamento ter sido realizada em papel moeda, o que nos permite atentar para a ideia de que o escravo possuía acesso a uma forma de acumulação, podemos perceber que o escravo carregava 50 mil reis em metais preciosos. O que esse dado pode ajudar a acrescentar a história de Adão? Como o escravo teria obtido os metais nobres? As respostas a essas questões não são explícitas, portanto, residem no campo das especulações e passam por uma compreensão mais ampla do termo “ferreiro”. Já argumentamos a respeito da importância dessa profissão para a localidade, o que por certo garantia a Adão grande

---

<sup>241</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro I, fls. 123, 123V e 124.

<sup>242</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Ibid.

<sup>243</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Ibid.

<sup>244</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas - Livro I, fls. 123, 123V e 124

<sup>245</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Ibid.

<sup>246</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Ibid.

parte do pecúlio guardado para a alforria, no entanto, diante dos metais preciosos, ousou dizer que consistem no indício de que Adão poderia realizar serviços de ourives e assim ter acesso aos metais nobres.

## 2.5 Compreendendo a estrutura escravista.

Na tentativa de compreender as relações dialógicas entre senhores e escravos na Vila de Nova Friburgo, foram elaborados dados seriais referentes ao batismo e as cartas de alforria, com objetivo de conhecermos as estruturas da escravidão na Vila. Através desse objetivo, também foram abordadas as estratégias de negociação engendradas pelos cativos ante o poder senhorial de conceder as alforrias. Sem dúvida, o trabalho serial proposto evidenciou diversas similitudes entre as cartas de liberdade da Vila de Nova Friburgo e outras regiões<sup>247</sup>. Se não são similares em números absolutos, pelo menos mantêm um padrão comum a outras áreas do Brasil, exemplo que se torna contundente é o privilégio das mulheres em acessar esse benefício de maneira mais recorrente que os homens.

Outro fator, que não escapa à comparação com outras regiões do Império, está ligado a alforrias condicionais, como nos apresenta, em trabalho recente, Sidney Chalhoub - “A situação dos negros detentores de alforrias condicionais parecia particularmente frágil...”<sup>248</sup>, o que demonstra o estado precário da liberdade para os

---

<sup>247</sup> Entre as décadas de 70 e 80, o debate a respeito das cartas de alforria estava permeado por uma leitura economicista da alforria e fundamentado em uma lógica de mercado, postura a qual, Jacob Gorender e Kátia Mattoso são exemplos clássicos. Ainda em meados da década de 70, Stuart Schuwartz distancia-se da ideia de que a alforria ocorresse apenas como fruto dos interesses senhoriais, atribuindo ao escravo à posição de agente. Silvia Lara e Sidney Chalhoub durante a década de 1980 distanciaram-se ainda mais das análises que viam o escravo apenas como fruto das relações econômicas. Ambos compreenderam que as relações escravistas têm suas regras permanentemente redefinidas pelas relações cotidianas. Sheila de Castro Faria, em sua tese de professora titular aborda as cartas de alforria e a condição dos libertos no Rio de Janeiro e em São João Del Rei; interessa a este trabalho a concepção de alforria elaborada pela historiadora, ela coloca a alforria como uma concessão obtida através de estratégias de negociação dos escravos em relação aos senhores. GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1985. \_\_\_\_\_. A Escravidão Reabilitada, São Paulo, Ática/SEC, 1990. MATTOSO, Katia M. de Queirós. Ser Escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990. \_\_\_\_\_. A propósito de cartas de alforria – Bahia, 1779-1850. Anais de História, IV, 1972. SCHWARTZ, Stuart B. The manumission of slave in colonial Brazil. Bahia, 1684-1745. The Hispanic American Historical Review, 54, n. 4, November, 1974. LARA, S. H. *Blowin' In The Wind: Thompson e A Experiência Negra no Brasil*. Projeto História, São Paulo, v. 12, p. 43-56, 1995. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Niterói: Tese (titular), IFHC/UFF, 2004.

<sup>248</sup> CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.*, p.248

escravos que recebiam esse tipo de manumissão, Chalhoub demonstra que comumente as alforrias condicionais giram em torno de 30% a 40% dos totais dos dados analisados pela vasta historiografia a respeito do tema. As Cartas de Liberdade registradas nas notas da Vila de Nova Friburgo não escapam, também, a esse parâmetro. A presente pesquisa demonstrou que as liberdades condicionais representavam 34% das alforrias, tornando-se, desta forma, a marca indelével da precariedade da situação dos libertos corroborada, ainda mais, pelo condicionamento do escravo no ato da alforria.

Notabilizou-se, por fim, uma breve análise demográfica que, apoiada em fontes variadas, objetivou a apresentação de um aumento populacional na Vila de Nova Friburgo ao longo da primeira metade do século XIX. Essa análise foi relacionada à importância de Nova Friburgo como local de passagem para Cantagalo que se tornara o polo cafeeiro de destaque na região. A Vila de São João Batista de Nova Friburgo, desta maneira, teve seu desenvolvimento ligado ao comércio para atender os tropeiros que transitavam por estas paragens, mas não só. As áreas de São José do Ribeirão, Nossa Senhora da Conceição do Paquequer e Nossa Senhora da Conceição da Sebastiana, denominadas de distritos na documentação desta pesquisa, e que compunham as áreas rurais da dita Vila, eram em conjunto com Cantagalo, localidades produtoras de café.

O número de manumissões é explicado aqui a partir da tardia formação da Vila que comportava uma escravaria recém-formada. Argumentamos ainda, que a alforria servia à reprodução do sistema escravista e as cartas de liberdade não possuíam padrões disparelhos das demais regiões do Império brasileiro. Outro aspecto importante abordado neste texto e ainda no âmbito da análise serial, diz respeito às condições das alforrias. Ao considerar como crioulos e africanos se posicionavam diante das condições em que as alforrias eram concedidas constatamos que, entre os africanos as alforrias compradas foram as que mais ocorreram, enquanto crioulos representavam uma parcela bem menor das compras de alforria para chegar à liberdade. Por outro lado, as alforrias incondicionais e condicionais foram obtidas com muito mais frequência por crioulos, que se distanciaram, significativamente, dos africanos.

A partir desses dados seriais, ajustei o meu foco para perceber como africanos e crioulos acessavam as alforrias gratuitas, condicionais e compradas. Observou-se a necessidade, desde o início, de tentar recompor os resquícios das histórias de vida desses escravos, não na tentativa de lhes fazer uma biografia, mas para visualizar como acontecia o fazer-se das alforrias nas relações cotidianas entre senhores e escravos.



Em primeiro lugar abordei o tema das alforrias gratuitas que, para o escravo, representavam o sucesso nas negociações com seu senhor e na maioria das vezes criavam relações de dependência entre os dois, já que essas eram concedidas sem nenhum ônus. Depois analisei as alforrias condicionais, que na maioria das vezes, criavam laços de dependência para os escravos até o fim da vida dos senhores e previam, em alguns casos, trabalhos para terceiros, mesmo após a morte de senhor. Nesta modalidade, todavia, qualquer deslize do escravo constituía-se em motivo para que o contrato fosse anulado e o cativo perdesse o direito à liberdade. Tornaram-se perceptíveis, no caso das alforrias compradas, as habilidades e estratégias que os africanos desenvolveram para conseguir pagar pela liberdade.

Não menos importantes foram os três registros de cartas de alforria realizados por colonos de origem suíça. Felix Rimes, João Grandjean e João José Rochemant, que registraram a liberdade de seus escravos, o que demonstra, também, a manutenção de elementos reprodutivos do sistema escravista entre indivíduos de origem suíça. Tal integração fez-se apoiada na dependência dos escravos, porque Rimes e Rochemant registraram cartas condicionais, enquanto Grandjean só libertou sua escrava quando esta pôde comprar sua carta de liberdade. Com isso, identificamos que os colonos não só compraram, venderam e batizaram seus escravos, eles também se utilizaram das cartas de alforria, mecanismo de reprodução da sociedade em que estavam inseridos.

A abordagem teve o objetivo, portanto, de fazer dialogar os registros de batismo, as três modalidades das cartas de alforria e de apresentar, com os documentos hoje disponíveis, a estrutura da escravidão na Vila de Nova Friburgo. O objetivo é apreender as particularidades do acesso à liberdade, os indícios da negociação e os vestígios das estratégias que compõem as histórias dos cativos quando conquistavam a manumissão. Também percebemos como as negociações estavam submetidas à correlação de forças entre senhores e escravos, e que estavam equilibradas no poder de concessão senhorial e nas habilidades de negociação dos escravos.

Documentos, como os apresentados neste capítulo, carregam as contradições inerentes à sociedade da época. Através dos registros de batismo foi possível conhecer as estruturas da escravidão. Enquanto as cartas de alforria compuseram um conjunto que nos permitiu compreender as negociações entre senhores e escravos até a liberdade. As alforrias foram, em Nova Friburgo, elementos de reiteração do sistema escravista; todavia, nesta Vila o binômio de reprodução da sociedade escravista era realizado com a maioria dos escravos oriundos de tráfico interno. Escravos que resistiram ao jugo do

cativeiro, cativos que possuíam dinheiro e metais preciosos destinados a comprar sua própria liberdade, ou senhores que alforriavam seus filhos, ajudam a compreender um pouco mais dos mecanismos de negociação inerentes ao mundo do cativeiro. Tentamos até aqui apresentar as estruturas de uma cidade profundamente envolvida com a escravidão e também flagrar esses escravos e suas estratégias, compondo uma teia das histórias dos cativos da Vila de Nova Friburgo.

Para o último capítulo dessa dissertação, reservo a fuga de escravos como possibilidade de traçar as identidades cativas presentes na Vila e perceber como essas se forjaram também em oposição à figura do senhor. A fim de dar conta desta tarefa, procederei à análise dos discursos da Câmara alertando para uma fuga em massa de escravos no ano de 1835, anúncios de fugas de escravos publicados em jornais da Corte e o processo crime da Fazenda Ponte de Tábuas, com atenção para as relações cotidianas entre os escravos e a constituição de suas identidades durante os depoimentos extraídos do processo-crime.

### **Capítulo III. As fugas e as insurreições de escravos na Vila de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX.**

Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada. (Machado de Assis, Pai contra mãe).

#### **3.1. Na Vila de Nova Friburgo os escravos também fugiam**

Antes de tudo, apresentamos a justificativa de ter estruturado o texto de modo a encerrar com as fugas, as ameaças de insurreição e o caso da fazenda Ponte de Tábuas em particular. Partimos do pressuposto de que essa dimensão pode fornecer uma visão mais clara do impacto das relações entre senhores e escravos para a história da Vila. Além disso, com a redução da escala de observação torna-se possível perceber a assimilação das lógicas de funcionamento da sociedade imperial pelos colonos suíços. Perceberemos a importância desse processo de assimilação, principalmente, através da participação dos colonos nos cargos de vereança da Câmara Municipal e de seus discursos contendo as regras impostas aos escravos da Vila. O caso da Ponte de Tábuas foi selecionado, também, por coincidir com o marco cronológico proposto como limite para esta pesquisa, o ano de 1850 e o fim definitivo do tráfico de escravos. A proposta, portanto, é aprofundar o conhecimento a respeito da agência escrava e utilizar a redução da escala de observação das relações escravistas para perceber em que medida esta se fez presente na história da Vila de Nova Friburgo.

Durante a primeira metade do século XIX, a vida dos escravos da Vila de Nova Friburgo parece ter sido bastante agitada principalmente por fugas. Essas escapadas estão presentes desde a fundação da Vila, e, como o demonstrado, alguns colonos suíços aliados aos portugueses, destruíram um quilombo nas margens do Rio Macaé. Isto quer dizer que, os escravos da Vila de Nova Friburgo fugiam, e, enquanto o quilombo existiu, tinham um lugar onde poderiam receber abrigo. Todavia, no âmbito das fugas os suíços não foram relacionados entre os que reclamavam das escapadas dos escravos. A participação dos suíços na repressão ao debandar dos escravos residiu, exceto pelo caso do quilombo, na elaboração das diversas posturas municipais que visavam regular as “liberdades” concedidas aos escravos. Nessa sessão, vamos analisar tanto os casos

de fuga de escravos da cadeia da Vila, registrados nas Atas da Câmara, quanto os anúncios de fugas que foram publicados nos jornais que circulavam na Corte. A intenção é compreender melhor as sociabilidades engendradas pelo escravo fugitivo na Vila de Nova Friburgo.

A própria historiografia vem apontando para fugas de escravos na Vila de Nova Friburgo. Em 1826, por exemplo, foi registrada a fuga de três escravos, segundo as descrições eles levavam facas, dinheiro, roupas e tinham o objetivo de alistarem-se. Tratava-se de um grupo heterogêneo, as características dos cativos foram assim descritas: Firmino “pardo escuro”, Anacleto “pardo muito escuro” e Antônio “africano Benguela”<sup>249</sup>. De acordo com o que disse Flavio Gomes: “Fugiram juntos, tinham objetivos compartilhados, mas cada um com sua própria arte<sup>250</sup>”. O mesmo caso é citado em outro texto do mesmo autor<sup>251</sup> com o intuito de argumentar que, em se tratando de fugas coletivas, escravos crioulos e africanos se associavam com a intenção de atingir seus interesses, romper com o cativo e com as relações escravistas que os subjulgavam.

As associações temporárias construía, entre os cativos, sociabilidades com vistas a manter a liberdade conquistada, desta forma, as relações sociais seriam constituidoras das novas identidades, utilizadas para permanecer no mundo dos livres e libertos. Para analisar os casos de fuga, torna-se adequado utilizar o termo “fuga-rompimento”, forjado por Eduardo Silva e João Reis<sup>252</sup>. O conceito carrega intrinsecamente a necessidade de constante reconstrução da identidade escrava, porque, durante as fugas os escravos se encontravam em uma sociedade “que se acostumara a ver em cada negro um escravo até prova em contrário<sup>253</sup>”.

Para qualificar melhor o que seria uma Fuga-rompimento precisamos ter em mente que

Fugir para a liberdade, em primeiro lugar, nunca foi tarefa fácil. A escravidão, como sabemos, não terminava nas porteiras de nenhuma fazenda em particular, mas fazia parte da lei geral da propriedade e,

---

<sup>249</sup> SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flavio dos Santos e FARIAS, Juliana Barreto. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005; p. 27 e 28.

<sup>250</sup> SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flavio dos Santos e FARIAS, Juliana Barreto. *Ibid.* p. 28.

<sup>251</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista*. Tempo, rio de Janeiro, Vol. I, 1996, p. 14.

<sup>252</sup> REIS, João José. SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.

<sup>253</sup> CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 252.

em termos amplos, da ordem socialmente aceita (...) o grande obstáculo às fugas era a própria sociedade escravista...<sup>254</sup>.

Essa limitação imposta pela própria ordem, certamente atrapalhou os planos de muitos cativos presos por suspeição e que precisavam apresentar a documentação necessária para serem libertos, ou declarar quem era o seu senhor. Quando um dos dois elementos não se fizessem presentes o escravo era indicado ao leilão público. De fato, o que a fuga rompimento propõe é a separação imediata e total, com vistas a alcançar um local seguro, que poderia ser um quilombo, uma cidade próxima, ou um esconderijo arranjado por algum parceiro.

Trabalhando com as Atas da Câmara para o período proposto e com o foco nas fugas de escravos foi possível perceber similaridades entre as conclusões de Flávio Gomes e a realidade da Vila de Nova Friburgo. Desta forma, “a fuga era algo previsível no mundo da escravidão<sup>255</sup>” e a corte e suas regiões adjacentes eram prodigiosas no que diz respeito ao evadir-se dos escravos, Nova Friburgo não era diferente. Sem dúvida esses cativos criavam estratégias para, nas mais diversas situações, continuarem livres. Entre os escravos fugidos da fazenda Conceição citados por Gomes temos entre eles um que possuía noções de leitura e escrita e, trazia consigo “cartas fingidas” para permanecer livre<sup>256</sup>.

De qualquer forma, quando os escravos fugiam era necessária uma dose de sorte para permanecerem livres, neste caso, um quilombo parece o local mais adequado para um escravo fugido procurar abrigo. Por isso, em 1822, a Câmara da Vila nomeou Francisco José Alves - Capitão do Assalto e Mato - e mandou que o mesmo nomeasse dois cabos e dezesseis soldados para organizar a sua Companhia. Após a definição dos cargos abordaram o tema dos escravos e

Acordaram mais que se mandassem prender quatro escravos fugidos e confessados eles que estavam para as partes de Macaé, aquilombados e que ainda, no quilombo, haviam quatorze escravos fugidos e se mandasse o Capitão do Assalto, com seus cabos e soldados, para os prender, e os recolher à cadeia desta Vila e fossem entregues aos seus senhores<sup>257</sup>.

---

<sup>254</sup> REIS, João José. SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo. Companhia das Letras, 1989, pp. 66.

<sup>255</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *Op. Cit.*, p. 2.

<sup>256</sup> SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flavio dos Santos e FARIAS, Juliana Barreto. *Op. Cit.*, p. 28.

<sup>257</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Livro I, Vereança de 20 de abril de 1822. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud – 2001.

Como se vê a nomeação do Capitão do Assalto e Mato era fundamental para aquele momento, afinal, a algumas horas do centro da Vila formara-se um quilombo e tal ajuntamento acoitava os escravos fugidos e desestabilizava a “ordem” na região. Por certo, este tipo de desestabilização originava-se, com muito mais frequência, do Libambo, a cadeia municipal, de onde a maior parte dos escravos fugia. Acompanhemos o material empírico.

Na Sessão Ordinária de cinco de fevereiro de 1831, Presidida pelo Dr. João Bazet, colono suíço, foi apresentado um ofício “participando que na noite do dia 27 de janeiro próximo passado haviam fugido 6 escravos que se achavam no Libambo desta Vila<sup>258</sup>” e que a Câmara Municipal tomaria as “providências necessárias à perseguição dos ditos negros<sup>259</sup>”, o preço gasto nessa perseguição foi de 4 mil réis referentes às despesas com a esquadra do Capitão do Mato. Entre outros, esses gastos oneravam a câmara de vereadores que tentava garantir a segurança da Vila.

Dois anos depois, novamente eleito presidente da Câmara de Vereadores da Vila, João Bazet, em seu discurso de posse (janeiro de 1833) referiu-se a construção de um novo Libambo e dos benefícios que esse poderia trazer, disse ele: “a bem do público (...) o estabelecimento de um Libambo, da qual prisão pôde a Câmara se livrar de alguns prejuízos por fuga de escravos<sup>260</sup>”. Os prejuízos a que se refere o Presidente são: 35.680 mil reis pagos a Dominique Pastini e 76.800 mil reis a Pedro Aguet pelo sustento dos escravos enquanto esses foram, respectivamente, administrador e porteiro do Libambo. A partir do ano de 1833, entretanto, os escravos do Libambo, segundo o discurso de Bazet, passaram a prestar “relevantes serviços em estradas públicas, limpeza de ruas, cortes e esgotamento de pântanos<sup>261</sup>”, além de cumprirem as posturas então em vigor, estas colocavam os escravos como responsáveis pela limpeza do pasto público, que garantia o “benefício da elegância e salubridade pública<sup>262</sup>”.

Em julho de 1833, todavia, constatamos novamente que o Libambo não estava de todo seguro, o vereador Luiz Vial, também descendente dos primeiros suíços, disse: “Quantos prejuízos não tem sofrido esta Câmara com fuga de escravos do Libambo, já no serviço e mesmo em prisões por falta de guardas, prejuízos que têm montado a mais

---

<sup>258</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Livro I, Vereança de 5 de fevereiro de 1831. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud – 2001.

<sup>259</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Ibid

<sup>260</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Livro I, Sessão de 7 de janeiro de 1833. Discurso de Posse do Presidente da Câmara Dr. João Bazet. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud – 2001.

<sup>261</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Ibid.

<sup>262</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Ibid.

de 40 mil réis<sup>263</sup>”. Em novembro, novas reclamações, pois um Ofício do Fiscal da Vila comunicava que na noite de 18 de novembro de 1833 evadiram-se da prisão cinco dos escravos do Libambo, e “Mandou-se remeter ao juiz de paz da Vila recomendando providências de lei e da descoberta e captura dos mesmos escravos<sup>264</sup>”. Sem dúvida, o Libambo não era um local seguro para aprisionar os escravos e as fugas tornaram-se recorrentes.

Torna-se perceptível que João Bazet, no ano de 1833, em seu discurso de posse como presidente da Câmara prometia melhorar as condições da cadeia da Vila, enquanto Luís Vial, eleito no mesmo ano, denunciava os prejuízos gerados pelo mesmo estabelecimento. Os dois indivíduos, suíços, atuavam na Câmara Municipal, deliberavam sobre o que fazer com os escravos públicos e contribuíram para a criação das primeiras posturas municipais. Tal fato indica uma inserção contundente no mundo escravista, isto por que, não só possuíam escravos, mas em suas funções legislativas elaboravam leis reguladoras da vida dos mesmos.

Algumas fugas de escravos da Vila de Nova Friburgo foram registradas na sessão de “Escravos Fugidos” do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, a primeira ocorrência data de 1835 e se refere à fuga dos seguintes escravos que fugiram do Libambo

Manoel Crioulo, que diz ser forro, natural da Jeruoca, ou arraial do Turvo; um pardo de Campos, toucador de viola, e cantador; e Domingos, de Nação Moçambique, de estatura regular, bonita figura, que terá 26 anos de idade, pés meio grandes e mui hábil para o serviço (...) supõe se terem ido para a província de Minas Gerais; roga-se a todos os Sr. Juizes de Paz de Barbacena, Jeruoca, Turvo, Pomba, Campanha, Ouro Preto ou qualquer parte onde possam aparecer<sup>265</sup>.

Verifica-se uma configuração heterogênea, na qual, um crioulo, um pardo e um africano rompem com as relações escravistas para fugir da Vila, com a possibilidade de irem para a província de Minas Gerais. Sobre Manoel Crioulo conhecemos sua localidade de origem e seu principal alibi, afirmar-se forro. O pardo de Campos era toucador de viola e cantador, informações que poderiam ajudar a encontra-lo, e, por fim, o escravo Moçambique, que segundo a descrição, era bem apessoado e apto ao serviço. Todos esses foram prodigiosos ao engendrarem a fuga-rompimento, com isso, criaram a

---

<sup>263</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Livro II.2, Sessão de 6 de julho de 1833. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud – 2001.

<sup>264</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Livro II.2, Sessão de 18 de novembro de 1833. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud – 2001.

<sup>265</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos – *Diário do rio de Janeiro*, 1835, Edição 1000019. 22 de outubro de 1835.

possibilidade de iniciar a vida em outro lugar, talvez um lugar de origem como o de Manoel Crioulo.

As fugas de escravos do Libambo continuaram recebendo atenção nas sessões da Câmara, no ano de 1838 em Sessão de 8 de junho, o fiscal da Vila apontava para o fato de que “a Câmara sofria grave prejuízo com os escravos do Libambo que se evadiam continuamente por falta de carcereiro e que igualmente ninguém os queria sustentar por falta de pronto pagamento<sup>266</sup>”. Todavia, não eram apenas esses os problemas da Câmara, ela também estava responsável por decidir pelos escravos doentes, por esse motivo o Fiscal levou “um para a sua casa onde estava doente e que desejava saber o destino que lhe devia dar. A Câmara resolveu que remetesse o escravo ao Juiz de paz<sup>267</sup>”, para que esse tomasse as providências da lei.

Entre as despesas da Câmara encontra-se em um requerimento do ex-fiscal Marcelino Stellet, para receber da mesma a “despesa de 15\$840 réis com a alimentação do escravo João, preso, a razão de 240 réis diários<sup>268</sup>”. No entanto, os problemas do Libambo não eram apenas as despesas com a fuga dos cativos e com o tratamento dasdo aos escravos, também se somavam os problemas criados pelo fiscal.

Acompanhemos o caso ocorrido em 1839, em que o fiscal foi denunciado pelo “Inspetor do 1º quartirão participando ter o Fiscal dessa Câmara solto em sua casa e em seu serviço particular, um escravo do Libambo que intentara arrombar a sua porta para o roubar<sup>269</sup>”. O fiscal foi chamado para responder à acusação, ao apresentar-se negou o fato e disse que tinha retirado o escravo da prisão “para o curar de boubas e que o escravo tinha fugido depois de sua casa<sup>270</sup>”. Os vereadores consideraram retirar o escravo da cadeia sem qualquer autorização, uma conduta reprovável. Por tal falha, a Câmara mandou que “se respondesse ao Juiz, enquanto a Câmara não resolvesse outras providências<sup>271</sup>”.

Mas o Libambo de Nova Friburgo não se caracterizou apenas por fugas, ali os escravos presos também sofreram maus momentos, como registrado na Sessão

---

<sup>266</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Livro III. 2, Sessão de 8 de junho de 1838. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud – 2001.

<sup>267</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Ibid.

<sup>268</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Livro III. 2, Sessão de 12 de outubro de 1838. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud – 2001.

<sup>269</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Livro III. 3, Sessão extraordinária de 31 de janeiro de 1839. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud – 2001.

<sup>270</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Ibid.

<sup>271</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Ibid.



extraordinária de 11 de fevereiro de 1839, na Presidência do ex-colono, Alexandre Robaday, disse ele que,

no dia 7 do corrente um escravo, em conformidade com as Posturas remetera ao Fiscal para ser usado nos trabalhos públicos recomendando-lhe que houvesse de providenciar sobre o seu alimento, ontem passou pelas 3 horas da tarde sendo informado que o dito escravo se achava até àquela hora sem comer, passou a oficiar ao Fiscal recomendando providenciar sobre a falta ocorrida e hoje, tendo novo aviso de que o escravo não tinha comido sendo já passadas 48 horas, fui pessoalmente à prisão e aí o achei no mais deplorável estado de fome e doença de maneira que se não poder ter em pé<sup>272</sup>.

A citação gera reflexões a respeito de duas questões: por que foram negligenciados os cuidados com o escravo preso? Durante o tempo em que o escravo estava preso havia algum responsável presente? Quantas visitas foram feitas a esse recinto nessas 48 horas? Com a visita do fiscal pode ser que o escravo tenha acessado algum alimento, mas o inspetor avisou que, “por conseguinte achei conveniente participar a V.S. para que hajam de providenciar a respeito, não só de ser necessário alimento como de ser tratado de enfermidade<sup>273</sup>”. Por outro lado, é possível enxergar que o Libambo não era um lugar muito vigiado, ou se era, o vigia não tinha a menor preocupação com os escravos depositados em tal recinto. Esse descaso pode ter facilitado as fugas dos escravos e só uma doença ou a fome extrema não permitiriam a tentativa de evadir-se.

O último caso de um escravo fugido, registrado nas Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, data da Sessão Ordinária de 26 de julho de 1847, novamente sob a Presidência do Sr. João Bazet. Trata-se de um ofício que informava a respeito do escravo Ambrósio,

se acha preso na cadeia e afeto ao juiz municipal por ser arrematado por não ter aparecido seu dono, adoecera na cadeia e que ele Fiscal chamara o Boticário Antônio da Cunha para tratar e que não podendo este tratar na cadeia por falta de cômodo (...) o levou para sua casa, onde se evadiu no meio da cura e com todos os ferros a que ainda se achava preso, que não tendo ele, Fiscal, dado ordem para a sua soltura<sup>274</sup>.

Para completar os dados das Atas da Câmara utilizaremos, mais uma vez, o *Diário do Rio de Janeiro*, isto porque, este traz importantes informações sobre os escravos que fugiam de particulares ou do Libambo. Segundo as informações recolhidas, o movimento deste recinto foi constante e no ano de 1826, o *Diário do Rio*

---

<sup>272</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Ibid.

<sup>273</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Livro III. 3, Sessão extraordinária de 11 de fevereiro de 1839. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud – 2001.

<sup>274</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Livro IV. 2, Sessão ordinária de 26 de julho de 1847. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud – 2001.

de Janeiro anotou informações sobre os presos na Vila de Nova Friburgo. O diário registrou que dois indivíduos encontravam-se presos como ladrões: João José, pardo forro e Francisco Joaquim da Silva; o crioulo Bernardino de Sena estava preso no Quartel General como desertor da tropa dos libertos<sup>275</sup>. Foram registrados como fugitivos os escravos Joaquim Moçambique, pertencente ao Alferes José Carlos e Matheus Benguela, de um Major. No ano seguinte, Maximiliano José da Cunha, crioulo, afirmava ser forro, “mas não apresenta título legal<sup>276</sup>”; estava preso por vadiagem.

No ano de 1841 o *Correio Oficial* registrou que um escravo fugido estava na cadeia de Nova Friburgo,

Pela polícia se faz público a quem convier que se acha recolhido a cadeia da Vila de Nova Friburgo, um preto de nome Francisco, Cassange, idade 30 anos, pouco mais ou menos, estatura pequena, olhos pardos, rosto redondo, beiços grossos, pés grandes, mãos ditas, cujo escravo declarou que é de Antônio Madeira, casado com D. Joaquina de tal, com chácara no Engenho Novo, e que é falecido, o qual daqui foi furtado a 14 anos e se achava em poder do falecido Manoel Francisco do Espírito Santo, naquela Vila<sup>277</sup>.

Francisco Cassange encontrava-se em idade produtiva, as descrições físicas feitas são minuciosas e com elas é possível montar a imagem de um trabalhador braçal que fora “furtado” da Vila fazia 14 anos, quando ainda encontrava-se na juventude. O furto de escravos não era algo incomum, embora dependesse de “uma rede ampla de participantes, cada um em sua “especialidade”<sup>278</sup>”. Possivelmente Francisco caiu em uma dessas redes. As mesmas minuciosas descrições também nos indicam a necessidade de identificar o escravo com o seu dono, já que se permanecesse por muito tempo na cadeia da Vila geraria despesas para Câmara Municipal, ou poderia fugir da prisão, lugar que não demonstrava ser um local seguro.

Em 1842, nos dias cinco, seis e dez do mês de outubro, três anúncios buscavam o escravo Adão Moçambique. Apenas pela insistência do anúncio poderíamos argumentar a respeito das capacidades desse escravo, mas as descrições não deixam dúvidas. Adão tinha entre 26 e 28 anos, “corpo regular” e “cor muito fula”; “possuía cara cheia”, os “olhos baixos” e “dentes podres”. Além disso, era “Muito ladino e

---

<sup>275</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos – *Diário do rio de Janeiro*, 1826, Edição 1200001. 1 de dezembro de 1826.

<sup>276</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos – *Diário do rio de Janeiro*, 1827, Edição 0100002. 3 de janeiro de 1827.

<sup>277</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos – *Correio Oficial*, 1841, Edição 00007. 9 de julho de 1841.

<sup>278</sup> CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., p. 155.

falador<sup>279</sup>”, entendia dos ofícios de barbeiro e carpinteiro, mas era “muito habilidoso para outro qualquer serviço<sup>280</sup>”. Outros detalhes importantes residiam nas vestimentas que Adão Moçambique usava: “calça de riscado em algodão azul e camisa de algodão americano<sup>281</sup>”. As características apresentadas a respeito do escravo fugido - “ladino” e “falador” - poderiam lhe dar vantagens na vida de fugitivo, diante disso, o anúncio detalha minuciosamente as características físicas do personagem em questão, que em plena idade produtiva, consegue evadir-se dando exemplo consistente de fuga-rompimento.

Outra fuga-rompimento ocorrida no município de Nova Friburgo foi anunciada no dia 18 de novembro de 1844, mas a fuga havia ocorrido nove dias antes:

no dia 9 do corrente da Fazenda da Conceição, distrito do Rio Preto, termo de Nova Friburgo, um preto de nome Alexandre, Nação Moçambique, estatura regular testa grande, olhos pequenos, muita barba, tem um dedo aleijado em uma das mãos, é oficial de carpinteiro, tem trabalhado aqui em diferentes obras e por isso roga-se aos senhores mestres de o mandar pegar, pois há certeza de ter vindo para cá, e como é muito vivo e fala bem, é capaz de intitular-se forro (...)<sup>282</sup>.

Mais um escravo Moçambique que rompe com as regras do cativo. A precisão nos detalhes físicos seria salutar para encontrar um escravo fugido, nesse caso um “dedo aleijado” poderia contribuir muito com os capitães do mato e com as autoridades. No entanto, a necessidade dessas descrições reside no fato de que Alexandre Moçambique falava bem e poderia passar-se por forro. Além disso, era astuto ao ponto de não ficar sem trabalho.

Leopoldo de Nação Cabinda fugira da mesma fazenda da Conceição em 1847. O escravo em questão era “baixo, reforçado, retinto e de pouca barba<sup>283</sup>”, sua profissão era de arreador, por isso, “muito conhecido por aqueles lugares<sup>284</sup>”. Como podemos ver não só os escravos Moçambique, mas os africanos em geral, foram mais insistentes nas tentativas de fuga, ou pelo menos apareceram mais nos anúncios. No ano de 1846, José Angola estava preso na cadeia de Niterói e afirmava ser escravo de “João de Tal,

---

<sup>279</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos – *Diário do rio de Janeiro*, 1842, Edição 00220, Edição 00221; Edição 00224. 5, 6, 10 de outubro de 1842.

<sup>280</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Ibid.

<sup>281</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Ibid.

<sup>282</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos – *Diário do rio de Janeiro*, 1844, Edição 06771. 18 de novembro de 1844.

<sup>283</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos – *Diário do rio de Janeiro*, 1847, Edição 07407. 18 de janeiro de 1847.

<sup>284</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Ibid.

morador em Nova Friburgo<sup>285</sup>”. Após estar preso na Vila de Nova Friburgo o escravo Francisco de Nação Angola, vinte anos, fugiu da cadeia junto com outros presos “na ocasião em que houve ali um arrombamento<sup>286</sup>”; era janeiro do ano de 1848 e o Libambo da Vila ainda não parecia um lugar seguro. Todavia, os capitães do mato não se faziam de rogados e em novembro do mesmo ano a “curadoria geral dos africanos livres se declara que se acha na cadeia da Vila de Nova Friburgo, o africano livre Francisco, de Nação Angola<sup>287</sup>”. Trata-se de mais um escravo africano em idade produtiva que rompe com o senhor e o cativo, desta forma, “a fuga poderia tornar-se uma longa batalha pela liberdade<sup>288</sup>”, até que o escravo apresentasse provas de sua liberdade.

A despeito da maior parte dos fugitivos serem africanos, no ano de 1850 fugiu da fazenda Piedade “rio Paquequer, distrito de Nova Friburgo, um escravo crioulo de nome João com 20 anos de idade pouco mais ou menos, passa por forro e julga ter-se empregado em tocar burros, do rio Paraíba ao porto da Estrela<sup>289</sup>”. O preço por esse escravo fora delimitado em 50 mil reis para “notícias certas a fim de ser capturado ou o levar a fazenda do Exm<sup>o</sup> Sr. Taylor<sup>290</sup>”. A pouca idade impulsionava os escravos insatisfeitos com o cativo para tentativas de romper com o senhor e com as regras escravistas, tanto que se alocavam nas mesmas atividades ou em quaisquer atividades para livrar-se do jugo senhorial. No entanto, o fator primacial para o aumento das fugas, em todo Brasil e, por conseguinte, na vila de Nova Friburgo, residiu na reabertura do tráfico em larguíssima escala a partir de 1835.

Entre as profissões exercidas pelos escravos e identificadas na documentação estudada estavam as de arreador, carpinteiro e barbeiro. Mais importante, todavia, é que sem exceções os escravos estavam em idade apta ao trabalho, com no máximo 28 anos. As estratégias dos escravos, identificadas pelos próprios senhores, residiam em passar-se por forros, mas esses seriam facilmente presos sem uma carta de alforria. Para que fossem pegos os senhores dedicavam-se a uma descrição minuciosa do escravo,

---

<sup>285</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos – *Diário do rio de Janeiro*, 1846, Edição 07367. 26 de novembro de 1846.

<sup>286</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos – *Diário do rio de Janeiro*, 1848, Edição 07707. 25 de janeiro de 1848.

<sup>287</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos – *Diário do rio de Janeiro*, 1848, Edição 07951. 22 de novembro de 1848.

<sup>288</sup> GOMES, Flávio dos Santos. Op. Cit., p. 17.

<sup>289</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos – *Diário do rio de Janeiro*, 1850, Edição 08505. 24 de setembro de 1850.

<sup>290</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos – *Diário do rio de Janeiro*, 1850, Edição 08512. 2 de outubro de 1850.

constavam as características físicas, as roupas e as estratégias utilizadas para permanecer em liberdade; a fala amaciada ou outras habilidades, como saber um ofício especializado eram valorizadas nas descrições.

Os dados apresentados demonstraram que a Vila de Nova Friburgo foi significativamente movimentada pelas fugas-rompimento. Nessas ocasiões, tanto os escravos de proprietários particulares, como os escravos presos no Libambo, evadiam-se. Várias vezes a Câmara Municipal fez reparos no Libambo, mas apenas em 23 de Junho de 1850 o delegado de Polícia autorizou “o subdelegado da Vila de Nova Friburgo a contratar o aluguel de outra casa que ali sirva de prisão<sup>291</sup>”, as condições da cadeia eram muito favoráveis aos escravos fujões.

Na próxima sessão, concentraremos esforços para abordar o ano de 1835. Isto porque, se trata de um ano especial para a vida dos cativos da Vila. As Atas da Câmara para este ano revelam um boato de grande levante de escravos na região, atividade que estaria programada para o natal de 1835 e que passaremos a abordar adiante.

### **3.2. O temor da revolta escrava na Vila de Nova Friburgo no ano de 1835 e a constituição das Posturas Municipais**

A historiografia já consagrou o ano de 1835 como um marco nas revoltas escravas do Brasil Imperial e ponto a partir do qual se irradiou certo temor em relação às revoltas escravas. A data é significativa por conta das ações dos escravos malês da Bahia, que organizaram a maior revolta de escravos do império. O levante foi liderado por escravos muçulmanos, mas composto por outros africanos, crioulos e forros que tinham o objetivo de tomar a cidade de Salvador. A revolução haitiana no final do século XVIII, somada a revolta dos malês, corrida em janeiro de 1835, deflagraram o medo ao entorno de uma revolta geral de escravos e da união entre escravos, livres de cor e libertos. Esse medo, já latente, foi crescendo ao longo do ano.

O Autor que tratou esse tema de forma mais completa foi João José Reis, em seu livro *Rebelião escrava no Brasil a história do levante dos malês em 1835*, Reis faz uma minuciosa investigação dos aspectos sociais da revolta e da Bahia. O autor aborda temas diversificados que vão desde a etnicidade, até as mobilizações coletivas para o levante. O que nos interessa diretamente neste trabalho de Reis é a abordagem referente

---

<sup>291</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Ibid.

à repercussão do movimento dos malês em outras regiões do Império<sup>292</sup>. No rastro desta perspectiva, e da ressonância da revolta em outras regiões, diversos trabalhos vieram somar, muitos autores fizeram referência a um rumor de levante que ocorreria em dezembro de 1835. Ao longo dessa exposição, trabalharemos com textos referentes a essa temática. Vejamos como esse medo impactou os senhores da Vila de Nova Friburgo.

O primeiro relato de escravos vagando pelas ruas da Vila de Nova Friburgo nos chega através do juiz de Paz, que, em nove de janeiro de 1835, enviou à Câmara um ofício “de 8 do corrente exigindo que a Câmara houvesse de adaptar uma Postura a fim de reprimir os contínuos abusos dos escravos que continuamente vagam pelas ruas<sup>293</sup>”. Na sessão do dia seguinte, o Presidente da Câmara respondeu ao ofício de João Dutra da Silveira, Juiz de Paz do 1º distrito da Vila. O presidente da Câmara pronunciou-se da seguinte forma: “a maior parte dos escravos que são apreendidos neste termo se usam servir no Libambo tempos excessivos, cujos resultados são perderem os seus senhores os seus serviços, e a Câmara ver aumentada a sua despesa de captura e alimentação<sup>294</sup>”. O Juiz de Paz, com isso, confirmou que os escravos passavam muito tempo na prisão e o resultado desse expediente acontecia por dois motivos: primeiro, os senhores que deixavam os escravos presos ou não os encontravam de imediato, segundo, as despesas com os escravos oneravam as receitas da câmara.

Uma tentativa válida para solucionar essas dificuldades seria utilizar o trabalho dos escravos como meio de sustentar o Libambo, o que até foi cogitado. Mas, como veremos, os escravos eram prodígios em evadir-se do tal lugar. A solução apresentada ao Juiz de Paz está em

verificar a quem pertençam imediatamente fazer constar ao Juiz de paz da cabeça do termo de residência do senhor, o dia mês e ano em que tal escravo foi apreendido, remetendo cópia do interrogatório que deve ser mais exata e com os sinais característicos do escravo para melhor inteligência dos senhores a quem pertencerem<sup>295</sup>.

Como se vê, o objetivo é entregar o escravo fugido o mais rápido possível ao seu senhor, e, para isso, deve ser enviada uma descrição dos sinais físicos do escravo para que os senhores identificassem seus cativos o quanto antes. A Câmara teria que

---

<sup>292</sup> REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 511.

<sup>293</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Livro II.3, Sessão de 9 de janeiro de 1835. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud – 2001.

<sup>294</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Livro II.3, Sessão de 10 de janeiro de 1835. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud – 2001

<sup>295</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Ibid.

conviver também com os escravos que não declaravam seus senhores, neste caso, a solução era “inserir logo no diário da Corte seus nomes, naturalidade, sinais, dia e mês em que foram apreendidos, bem como publicar por editais na Vila e onde julgar convenha facilite o descobrimento de seus senhores<sup>296</sup>”. Enquanto os donos não apareciam, as despesas de apresamento eram adiantadas pelo procurador, ele cobraria todos os custos dos senhores. Todavia, quando os proprietários não eram localizados, os escravos eram leiloados e o resultado da arrematação compunha a receita para manter o Libambo.

Com o transcorrer do ano de 1835, tanto o medo quanto as fugas já haviam se generalizado e diversas instâncias relatavam um possível levante de escravos para o dia 25 de dezembro de 1835. Foi o que reportou, por exemplo, o Ministro da justiça ao Chefe de Polícia da Corte através de um ofício de 11 de dezembro. Neste ofício, o Ministro afirmava que, os “escravos queriam tentar um movimento insurrecional que se diz concertado para romper nos dias santos do Natal<sup>297</sup>”. Também as câmaras de Santo Antônio de Sá e Itaboraí relataram os rumores de sublevação de escravos<sup>298</sup>. João José Reis afirma que “o fantasma malê se espalhava pelo interior da província fluminense<sup>299</sup>” e seria “notícia constante na imprensa carioca, o que ampliava bastante o tamanho do espectro malê<sup>300</sup>”. Outro trabalho interessante sobre o tema aborda as notícias do *Jornal do Comércio* ao longo do ano de 1835 com foco na revolta dos escravos malês na Bahia, a pesquisa indica como o levante baiano influenciou o aumento do medo da revolta escrava na província fluminense<sup>301</sup>. Acompanhem os registros feitos pela Câmara Municipal de Nova Friburgo por conta dessa difusão do medo de uma revolta escrava na região.

Em sessão do dia 20 de dezembro, a Câmara de Nova Friburgo registrou em suas atas os seguintes “temores”:

... os sustos em que se acham os moradores do distrito pelos estados de insubordinação dos escravos que diariamente vagam pelas estradas e fazendas da vizinhança, armados e proferindo palavras tendentes a

---

<sup>296</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Ibid.

<sup>297</sup> Ofício do Ministro da Justiça enviado ao Chefe de Polícia da Corte, 11 de dezembro. 1835, fl.13. AN, Códice 334. In: GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Ed rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 221.

<sup>298</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *História, protesto e cultura política no Brasil escravista*. In: SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: APERJ, 1998, pp.72 e 73.

<sup>299</sup> REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 514.

<sup>300</sup> REIS, João José. Ibid.

<sup>301</sup> THOMAZ, Daniel Mandur. *Sob a Regência do Medo: Imprensa, Poder e Rebelião Escrava na Corte Imperial, 1835*. Ano de Obtenção: 2009, p 54-80.

uma sublevação no dia 25 do corrente com a notícia de que pretendem assenhorear-se do armamento da Companhia das Guardas<sup>302</sup>.

Como é possível perceber, o relato aponta para escravos perambulando e ameaçando a “ordem”. Tais escravos estariam armados, mas o texto não é específico em relação a que tipo de armamento estava sendo utilizado. A informação que mais se destaca está ligada ao fato desses escravos propalarem a ideia de sublevação mediante o roubo das armas da Companhia da Guarda. A situação realmente parecia séria, foi dirigido ao Juiz de Paz do 3º distrito, José da Graça Braga, um requerimento “... manifestando-lhe todas as razões para o fim de tomarem providências para se desarmarem todo e qualquer escravo que armado estiver a andar, providenciar e acautelar toda e qualquer tentativa...”<sup>303</sup>.

A Câmara de Nova Friburgo, descontente com a morosidade do Juiz de Paz em tomar providências contra as atividades dos escravos, fez a cobrança através do seguinte requerimento:

... um ofício do Fiscal desse Distrito que no cumprimento dos seus deveres e a requerimento dos povos se queixa de V.S. por não ter dado como lhe cumpria as devidas providências a cerca da denúncia que a V.S. deram a cerca de que alguns escravos que presentemente vagão armados pelas fazendas e estradas com o fim de transmitir de uns aos outros uma aterradora sublevação no dia 25 do corrente e a Câmara à vista do requerimento com esta denúncia e despacho de V.S. proferido no mesmo não pode deixar de estranhar a falta nele cometida que sendo a denúncia nele contida deveria V.S. proceder em conformidade com o disposto no Cap.4º do Código de Processo Criminal<sup>304</sup>.

Sem dúvida, esta situação não era confortável para “os povos” e o medo de uma sublevação era latente, a Câmara aponta para o crime de insurreição conforme o Cap. 4 do referido código e indica os artigos 113 e 297 que competem às penas por “Insurreição” e pelo “Usar de armas ofensivas, que forem proibidas<sup>305</sup>”, respectivamente. Talvez a Câmara desconhecesse a lei Nº 4 de 10 de junho de 1835 que versava sobre a punição dos escravos que cometessem ofensas físicas aos senhores<sup>306</sup>. Mas de fato ocorreu uma sublevação de escravos na Vila de Nova Friburgo ou em algum dos seus distritos? A resposta se encontra nas próximas sessões da Câmara.

---

<sup>302</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Livro III.1, Sessão de 20 de dezembro de 1835. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud – 2001.

<sup>303</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Ibid.

<sup>304</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Ibid.

<sup>305</sup> Código de Processo Criminal de 1830. Capítulo 4, artigos 113 e 297.

<sup>306</sup> A lei Nº 4 de 10 de junho de 1835, conhecida por estabelecer a pena de morte para escravos que atentassem contra a vida dos senhores, também fazia em seu artigo 2º referência a punições para escravos insurretos.



Após a comunicação feita pelo Juiz de paz do 1º distrito, João Dutra da Silveira, foi iniciada a sessão extraordinária, de 29 de dezembro de 1835, com o “objetivo comunicar as novidades ocorridas pela escravatura e ao mesmo tempo exigir certas providências para o fim de se poderem evitar males futuros<sup>307</sup>”. Pareciam necessárias algumas medidas para dar cabo dessas “novidades da escravatura”, e, depois de uma acalorada discussão, “mandou-se remeter as comunicações de pareceres e Posturas para com a mais possível urgência darem o projeto das ponderações que em consequência se devia tomar<sup>308</sup>”. As preocupações do Juiz de Paz não pararam, nesta mesma sessão foi lido um ofício pedindo à Câmara que fossem colocadas “luzes para a prisão e o quartel e a colocação de um lampião ao menos na esquina da cadeia<sup>309</sup>”. A citação demonstra o quanto os senhores estavam preocupados com os rumores de um levante escravo, eles passaram a se preocupar tanto com as posturas municipais quanto com a segurança da cadeia e do quartel, lugares chave para um ataque de escravos insubordinados.

Todavia, a sessão extraordinária não seria a última do ano, em 31 de dezembro de 1835, os vereadores reuniram-se para relatar os importantes acontecimentos referentes à história da Vila. Neste episódio o Juiz de Paz afirmou que

constou-lhe por fontes de pessoas fidedignas denúncia com data de 15 do corrente tendo ali havido uma grande novidade e finalmente se evadido o número de 800 escravos que se julga já reunidos nos matos. Não podendo as Comissões pela sensibilidade que sendo notícias confiáveis com os atuais acontecimentos que a sessão do mesmo objeto atualmente se tem divulgado nesta Vila e que tem causado os maiores e justos receios do lado das Guardas Nacionais<sup>310</sup>.

Nota-se que, o Juiz de Paz tinha como fonte pessoas que julgava “fidedignas”, essas denunciaram a evasão de um número significativo de escravos e afirmaram que os cativos estavam aglomerados nas matas da Vila. O relatório do Juiz reitera a confiabilidade das notícias e as preocupações causadas à Guarda Nacional. A Guarda, por sua vez, ocupava-se “com prisões e castigos de alguns escravos, o perigo a que todos estaríamos expostos ao desastre que resultaria uma tentativa de insurreição e que

---

<sup>307</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Livro III.1, Sessão Extraordinária de 29 de dezembro de 1835. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud – 2001.

<sup>308</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Ibid.

<sup>309</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Ibid.

<sup>310</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Livro III.1, Sessão Extraordinária de 31 de dezembro de 1835. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud – 2001.

só uma vigilante polícia e punição com seriedade requer a aqueles de quem se tratar a menor suspeita<sup>311</sup>”.

Os acontecimentos relatados pela Câmara de Nova Friburgo tiveram uma consequência, as Posturas relativas a escravos foram postas em prática e enviadas ao Presidente da Província, Joaquim José Rodrigues Torres, para aprovação. A Câmara visava com a promulgação das posturas salvar a Vila do

mal que nos ameaça tornam-se prontas providências para por meio de castigos os aterrorizar e de uma vigilante polícia velar sobre todos os seus passos e ações até que finalmente o poder legislativo bem convencido possa dar sobre este ponderante (sic) objeto um golpe decisivo que enfim cure o mal que hoje tanto aflige o Brasil inteiro<sup>312</sup>

Os textos da Câmara apontam para a iminência de uma revolta escrava e indicam os castigos e o terror como forma de resolver o mal que tanto atormentava, não só a Vila, mas todo o Brasil: o medo de uma revolta escrava generalizada.

Ainda na sessão de 31 de dezembro, a Câmara pedia ao Presidente de Província a “permanência nesta Vila, de um destacamento de 12 a 20 homens de tropa paga para o serviço ativo do município<sup>313</sup>”. Além dessa tropa de soldados pagos, a Câmara solicitava para a Guarda Nacional “armamento para ao menos 60 cavaleiros e 300 correames para a infantaria e 6.000 cartuchos embalados<sup>314</sup>”. O que nos revela que a Guarda Nacional encontrava-se despreparada para enfrentar os tais escravos insubordinados.

Os fatos referentes a uma revolta de escravos, agendada para o dia 25 de dezembro de 1835, não estavam circunscritos a história de Nova Friburgo, as Vilas de Santo Antônio de Sá e Itaboraí, também noticiaram acontecimentos similares. O próprio Ministro da justiça relatou ao chefe de polícia da Corte os rumores de um levante escravo para esta data. De qualquer forma nos interessa o caso de Nova Friburgo e a tentativa de aproximar as lentes dos ares de sublevação que permeavam a Vila. Para essa realização torna-se necessário acompanhar o periódico *Correio Oficial*.

O romper do ano de 1836 modificou as anotações a respeito da “novidade dos escravos”, o assunto faria parte do *Correio Oficial* de 14 de Janeiro de 1836, o artigo refere-se ao tema da seguinte forma: “a quem improvisou esse levantamento de escravos em Nova Friburgo, mais para aumentar terrores, do que para dissipar sustos só fundados

---

<sup>311</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Ibid.

<sup>312</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Ibid.

<sup>313</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Ibid.

<sup>314</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Ibid.

em vagas suspeitas<sup>315</sup>”. Ademais, o redator falava sobre a insurreição dos escravos, “que por hora não há motivos fundados para esses escarcéus, que só servem de aterrar o povo, quando, aliás, se tem tomado as convenientes providências contra qualquer tentativa<sup>316</sup>”. Não existe qualquer fragmento que assegure a ocorrência de um levante de escravos em 1835, muito menos com o volume de 800 escravos. O assunto só foi retomado nas Atas da Câmara Municipal em maio de 1836, e nesta ocasião, a Câmara pedia que o chumbo e a pólvora cedidos, por Manoel José de Oliveira ao Juiz de Paz, fossem pagos.

Mesmo que uma sublevação não tenha ocorrido, de fato, o temor da revolta precisa ser inserido no contexto de intenso tráfico ilegal de escravos, principalmente após 1835, quando a atividade foi retomada em larguíssima escala. Como corolário, a Câmara da Vila passou a elaborar o código de posturas. Mas qual seria o conteúdo das Posturas para escravos na Vila de Nova Friburgo? As Posturas elaboradas no ano de 1835 proibiam, no seu primeiro artigo, a “reunião de escravos de diferentes fazendas<sup>317</sup>” e chamavam a responsabilidade dos senhores para evitarem as “relações dos seus [escravos] com os dos demais fazendeiros<sup>318</sup>”. No artigo dois temos a seguinte pena para escravos que eram participantes de sociedades secretas ou associações, líderes ou cúmplices de sublevações, o escravo deveria carregar:

um peso de 9 libras de ferro com designação do tempo, que segundo a gravidade do delito, cada um há de suportar, para serem remetidos aos seus senhores com a competente nota, que também deverá ficar registrada contendo nome do escravo, gravidade do delito, prazo que deve conservar o peso bem como o nome do seu senhor e denominação da fazenda<sup>319</sup>.

A confecção do peso ficaria ao encargo do senhor da fazenda, o escravo durante esse período era facilmente identificável, além disso, o peso traria a dificuldade de fugir carregando o artefato ao pé ou ao pescoço. Esses artefatos e suas funções foram muito bem descritos por Machado de Assis no conto *Pai Contra Mãe*

O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente,

---

<sup>315</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos – *Correio Oficial (XI)*, 1836, Edição 08512. 14 de janeiro de 1836.

<sup>316</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos – *Correio Oficial (XI)*, 1836, Edição 08512. 14 de janeiro de 1836.

<sup>317</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Livro III, Sessão Extraordinária de 31 de dezembro de 1835. Posturas: Artigo 1º. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud – 2001.

<sup>318</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Ibid.

<sup>319</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Livro III, Sessão Extraordinária de 31 de dezembro de 1835. Posturas: Artigo 2º. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud – 2001.

mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado<sup>320</sup>.

Mesmo que o ferro de nove libras idealizado pelos vereadores da Vila de Nova Friburgo não fosse aplicado ao pescoço, ele cumpria a mesma função proposta pelo “Bruxo do Cosme Velho”: assinalar e inibir o ato da fuga.

O artigo terceiro das posturas restringia a liberdade de ir e vir dos escravos, assim, a partir das oito horas da noite o trânsito de cativos passava a ser aceito apenas para aqueles que carregassem bilhetes de seus senhores autorizando-os. Infligir esta regra era passível de ser punido com prisão, ou os escravos seriam levados à presença do Juiz de Paz para receber os açoites devidos. Aos senhores ficaria a incumbência de pagar dois mil réis ao capitão do mato que prendesse o escravo na Vila, se o cativo fosse preso nos “subúrbios” e áreas rurais o valor a ser pago era de mil réis.

O artigo quatro impedia os “negociantes, e mesmo particulares, a venda de pólvora e armas de quaisquer naturezas que sejam sem que tenha obtido da Câmara Municipal a respectiva licença<sup>321</sup>”. De maneira contundente, a câmara proíbe a venda de armas e pólvora e passa a controlar quem serão os licenciados. Além disso, a licença para ferreiros e serralheiros também os vedava a possibilidade de fabricar armas “principalmente quando se desconfie pertencerem a escravos, pessoas suspeitas, ou rapazes de menor idade<sup>322</sup>”. A violação desse crime previa multa de 20 a 30 mil réis.

As posturas elaboradas pela câmara em 1835 eram provisórias e serviram de base para o funcionamento e “ordem” da Vila até o ano de 1849, quando as Posturas Municipais entraram em funcionamento. Muito mais elaboradas que as poucas regras referentes a escravos promulgadas às pressas quando da “imminente” revolta de escravos armada para o Natal de 1835. Passaremos a abordar documento de 1849, que está dividido em três partes, a primeira trata de “saúde pública”, ou seja, como se organizam cemitérios e hospitais, como devem se comportar médicos e boticários, além de abordar a “matança” de rezes e venda de carnes. A segunda cuida da “Polícia Interna”, logo, tem o objetivo de garantir a segurança e a ordem pública. Os artigos dessa parte versavam sobre as ruas, praças, teatros, templos, jogos, armas, mercados, casas de caridade e a respeito da população em geral e dos escravos em particular. A terceira parte guarda os meios de execução das regras estabelecidas pelas duas primeiras partes. Interessa para

---

<sup>320</sup> ASSIS, Machado. Pai contra mãe. In: Relíquias da casa velha.

<sup>321</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Livro III, Sessão Extraordinária de 31 de dezembro de 1835. Posturas: Artigo 4º. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud – 2001.

<sup>322</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850. Ibid.

este trabalho o Título 7 da segunda parte e que agora passamos a analisar em comparação com a “Lei provincial de 1836”.

Dos artigos que compõe o Título 7, abordaremos apenas aqueles que se referem a escravos. Os de número 215 e 216 abordam as regras para o trânsito de escravos na Vila. A rigor, o artigo 215 proibia que andassem pelas ruas “ajuntamentos de mais de 3 escravos de diversos senhores<sup>323</sup>”, a pena para tal infração estava entre 25 e 50 açoites. Enquanto o artigo 216 detalhava as condições em que o ir e vir estava vedado aos escravos:

Será punido com a mesma pena todo escravo que for encontrado de noite, e nos domingos e dias santos a qualquer hora do dia fora das fazendas de seu senhor, e se este morar em povoado fora das imediações dos mesmos, sem vir munido de escrito do dito senhor, pessoa de sua família, caixeiro e feitor, ou de pessoa vizinha quando todos esses não saibam escrever, declarando-se no escrito que vai mandado em serviço: excetuando-se porém os casos em que atentas as circunstâncias e qualidades dos escravos se puderem inferir que apesar de não trazerem escrito, vão em serviço de seus senhores, os quais por algum impedimento e até esquecimento poderão enviá-los sem estas cautelas policiais<sup>324</sup>.

Como se percebe na citação, existia uma longa lista de pessoas que poderiam fazer essa autorização, até mesmo vizinhos. Ademais, este artigo abre uma brecha para os escravos cujas “circunstâncias e qualidades” lhes garantiam algum crédito ante as autoridades. Neste caso, os possíveis “impedimento” e “esquecimento” dos senhores ao enviar os escravos sem bilhete escrito eram substituídos pelo reconhecimento das “circunstâncias e qualidades dos escravos”.

O artigo 217 relaciona-se com o ato de abrigar escravos fugidos de outra pessoa, aqui, os senhores que não apresentassem os escravos em 48 horas e fossem flagrados pelas autoridades, ficariam sujeitos à pena de 30 réis e oito dias de prisão. Além disso, estavam obrigados a pagar ao dono dos escravos o jornal pelos dias em que os cativos estivessem fugidos<sup>325</sup>. O artigo seguinte (218) trata daqueles que conseguiam

prender escravo fugido ou aquilombado, e apresentar documento de que o entregou à autoridade competente, haverá do procurador da câmara ou fiscal 4 réis pela captura, além de 1\$ mais de despesa de condução para cada légua de caminho, contando porém somente para

---

<sup>323</sup> Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - CDH - Pró-memória. Código de Posturas de 1849, Artigo 215.

<sup>324</sup> Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - CDH - Pró-memória. Código de Posturas de 1849, Artigo 216.

<sup>325</sup> Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - CDH - Pró-memória. Código de Posturas de 1849, Artigo 217.

este fim a distância que exceder a uma légua do centro da Vila e povoações<sup>326</sup>.

Esses valores deveriam ser pagos pelos donos dos escravos assim que os cativos fossem entregues. Importante notar que, são os dois últimos artigos, e que atuam sobre as mesmas regras; ou seja, caso os escravos capturados não fossem entregues aos seus senhores, a multa seria muito mais alta que os benefícios pela entrega dos cativos.

A respeito daqueles que emprestassem armas de qualquer natureza aos escravos, as posturas afirmam que ficariam responsabilizados pela pena de 4 a 12 réis e 8 dias de prisão, como reza o artigo 226, já para o escravo, o mesmo artigo previa as seguintes condições

(...) o escravo que for encontrado com armas de qualquer espécie, e sem que as conduza por ordem escrita, ou em companhia de pessoas a quem pertençam, ou sem ser tropeiro, arrieiro, carreiro, boiadeiro, capineiro, lenheiro, e de outra ocupação levando consigo, as do serviço do seu ofício; será preso e punido com 50 a 100 açoites, e o dobro quando apreendido em companhia de outros; todos ou a maior parte deles com armas<sup>327</sup>.

Além disso, destaca-se que a punição para o escravo que se encontrava na companhia de outros passa a ser de 100 a 200 açoites. Trata-se da pena mais rígida aplicada por essas posturas, que, no seu conjunto, parecem ter origem no grande medo que assombrou o Natal da Vila de Nova Friburgo no ano de 1835.

Existiram artigos que atingiam os escravos indiretamente, o 234º é um desses. O artigo proibia “todos aqueles que se inculcarem ou que fizerem profissão de adivinhos e descobridores do futuro e coisas ocultas, serão presos e sofrerão as penas dos que fazem negócio fraudulento e ilusório<sup>328</sup>”. Torna-se claro que o artigo atingia diretamente as práticas religiosas dos escravos, caracterizadas pelas consultas a oráculos e utilização de dons divinatórios. A regra número 244 visava, em alguma medida, proteger o cativo ante “o mau tratamento e crueldades que se praticarem com escravo dando de tudo parte à Câmara”, que se tornaria responsável pela punição dos infratores.

O artigo 254 garantia que, os que causassem danos à ordem da Vila ficariam detidos até que as multas previstas fossem aplicadas. Por fim, o artigo 263 permitia aos senhores “Em todo o caso em que os infratores forem escravos, fica salvo aos

---

<sup>326</sup> Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - CDH - Pró-memória. Código de Posturas de 1849, Artigo 218.

<sup>327</sup> Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - CDH - Pró-memória. Código de Posturas de 1849, Artigo 226.

<sup>328</sup> Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - CDH - Pró-memória. Código de Posturas de 1849, Artigo 234.

respectivos senhores requerer a comutação da prisão em açoites na forma do artigo 60 do Código Criminal, contando-se em razão de dez açoites por cada dia de prisão<sup>329</sup>”. Assim, os senhores poderiam valer-se da comutação da pena de prisão em açoites para contar com os dias de trabalho do escravo.

As Posturas Municipais estavam sendo formuladas no âmbito da Câmara desde 1835, após quatorze anos “são aprovadas as posturas da Câmara Municipal de Nova Friburgo, datadas de 17 de fevereiro de 1849, para terem vigor dentro do município<sup>330</sup>”. Durante os movimentos do ano de 1835, relacionados ao contexto de intensificação do tráfico de escravos africanos, os artigos eram enviados para revisão e aprovação do Presidente da Província, àquela época Joaquim José Rodrigues Torres, um dos membros do Partido Conservador.

Desse movimento de escravos na Vila de Nova Friburgo, ainda guardamos alguns questionamentos: o número de 800 escravos nas matas da Vila, por exemplo, soa elevadíssimo. Entretanto, não é demais arriscar que existiam escravos rebeldes andando armados pelas estradas, talvez não com armas de fogo, mas com seus instrumentos de trabalho em riste. Sabemos disso, pois a Guarda Nacional capturou e puniu esses cativos. Essas ações dos escravos contribuíram para a elaboração de um conjunto de regras para lidar com a escravaria da Vila.

De qualquer forma, a vida dos escravos da Vila de Nova Friburgo parece ter sido permeada por fugas ou por boatos referentes a elas. Nas próximas sessões vamos abordar os casos de fuga de escravos registrados no processo Crime da Fazenda Ponte de Tábuas com a intenção de compreender o universo de uma fuga coletiva e reivindicatória ocorrida na Vila de Nova Friburgo em 1850.

### **3.3. A historiografia sobre a Fazenda Ponte de Tábuas: conceituação e metodologia**

Como já vimos, as fugas de escravos eram inerentes ao sistema escravista. Todavia, vale uma ressalva, as fugas individuais foram mais recorrentes, enquanto as coletivas não alcançaram tanto volume. Por isso mesmo, quando analisamos um evento de evasão coletiva de escravos torna-se possível extrair mais elementos a respeito das sociabilidades, do conhecimento que os cativos tinham das leis e dos possíveis arranjos em caso de apadrinhamento. Tais fatores são fundamentais para a compreensão das

---

<sup>329</sup> Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - CDH - Pró-memória. Código de Posturas de 1849, Artigo 263.

<sup>330</sup> Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos – *Diário do Rio de Janeiro*, 1849, Edição 08142. 6 de julho de 1849.

fugas coletivas, especialmente no caso da fazenda Ponte de Tábuas, por que, neste caso o tempo de permanência nas matas limítrofes da fazenda foi de três meses e o número de escravos fugidos era de 19. Necessita-se frisar que esta rebelião também é fruto da intensificação do fluxo de cativos para as fazendas do sudeste, tanto do tráfico ilegal, quanto do tráfico interno, fatores que impactaram as relações escravistas e a história da Fazenda Ponte de Tábuas.

Os eventos da fazenda Ponte de Tábuas iniciam-se com os atos de violência do administrador, João Antônio da Silva Ferreira. O estopim da fuga residiu na agressão a uma criança, filho do escravo Rafael. Após esse ocorrido, dezenove escravos da propriedade, insatisfeitos com os tratamentos de João Antônio, fugiram para as matas da fazenda. A fuga ocorreu no dia 1º de janeiro de 1850 e durou até treze de fevereiro do mesmo ano.

Durante o tempo em que os escravos encontravam-se nas matas, regularmente voltavam às lavouras da fazenda para garantir a subsistência. Em uma dessas investidas, o escravo Manoel Cabungu foi visto e perseguido, achava-se próximo do galinheiro de Silvestre Crioulo e fugiu por uma picada no mato. Ao ser informado, o administrador organizou uma patrulha para procurar os escravos fugidos.

Por coincidência, os escravos decidiram voltar para a fazenda no mesmo dia da ronda. O encontro dos dois grupos ocorreu próximo a casa do anil e resultou na morte do ferreiro e na prisão dos fugitivos. Esta breve descrição dos fatos visa compreender, em linhas gerais, os acontecimentos que levaram a instauração do processo-crime que passaremos a analisar.

Sem dúvida, conhecer melhor o perfil dos escravos da fazenda Ponte de Tábuas é essencial para esta análise. Com efeito, teremos uma imagem geral dos escravos da fazenda suas origens e atividades. Entre os 19 escravos fugidos, apenas 10 prestaram depoimentos. O processo contém os relatos de três escravos informantes; cujos dados mais gerais encontram-se apresentados na tabela 3.1. Começamos pelas características mais objetivas. Os indivíduos eram solteiros, estavam em idade apta ao trabalho e exerciam funções de roça, alguns também realizavam trabalhos específicos, como carpinteiro, serrador, falquejador, pedreiro e canoeiro. Ao acompanharmos os dados referentes à procedência desses escravos, percebemos que um volume significativo tinha origem na África, 77%, e que apenas 23% eram crioulos, como explicita a tabela 3.2. Entre os africanos, quatro cativos receberam a alcunha de “Moçambique”, enquanto as denominações Cabinda, Congo, Mina, “africano”, de Nação e preto tiveram apenas



um representante cada. Com esses dados traçamos um perfil geral dos escravos envolvidos no processo crime.

A fim de dialogar com a questão dos escravos Moçambiques do comendador, é primordial retomar os resultados referentes aos africanos que carregavam esse nome de procedência nos registros de batismo. No período entre 1820 e 1850 foram registrados através do sacramento do batismo de 106 escravos Moçambiques, que representavam 4,25% dos escravos batizados na Vila. Apesar de buscar nos documentos eclesiásticos e cartoriais os registros dos escravos da Fazenda Ponte de Tábuas, a tarefa não obteve êxito. Provavelmente o comendador Boaventura Ferreira Maciel registrava seus escravos em outra freguesia. De qualquer forma, chama a atenção o fato de que, a maior parte dos escravos arrolados era composta por africanos, o que nos leva a crer que a própria fazenda fora abastecida pelos escravos do comendador oriundos do tráfico ilegal de africanos.

<b>Escravos</b>	<b>Procedência</b>	<b>Idade</b>	<b>Atividade</b>	<b>Estado civil</b>
Antônio Pernambuco	Pernambuco	28	Trabalhador de roça	Solteiro
Silvestre	Crioulo	26	Carpinteiro	Solteiro
Valentim	Moçambique	40	Trabalhador de roça	Solteiro
Pedro	Cabinda	30	Serrador e feitor	Solteiro
Moises	Moçambique	45	Trabalhador de roça	Solteiro
Narcizo	Moçambique	28	Falquejador	Solteiro
Dionízio	Africano	32	Pedreiro	Solteiro
Constantino	Moçambique	24	Canoeiro	Solteiro
Pedro	"de Nação"	-	-	-
Miguel	Congo	-	-	-
Jenoveva	Mina	-	-	-
Maria do Rozário	Crioula	-	-	-
Moises	Preto	-	-	-

Fonte: Arquivo Nacional - Fundo Corte de Apelação, Nova Friburgo, 1850.

<b>Escravos</b>	<b>Números</b>	<b>%</b>
Crioulos	3	23,08%
Africanos	10	76,92%

Fonte: Arquivo Nacional - Fundo Corte de Apelação, Nova Friburgo, 1850.

A partir daqui, iremos nos deter na análise do processo-crime da Fazenda Ponte de Tábuas. Nosso objetivo é colocar em evidência, através dos depoimentos escravos, as diversas relações sociais estabelecidas entre eles. O objetivo é compreender como foram construídas as relações que levaram os cativos à fuga, como estas relações se

desenvolveram durante o tempo em que eles estiveram no mato e como esses temas aparecem nos depoimentos. Para tanto, é preciso que se faça uma consideração: os processos-crime são, fundamentalmente, anotações da oralidade dos depoentes e dos interrogados. De qualquer forma, como bem anotou Guinzburg, os grupos obliterados dos documentos oficiais ganham importância a partir de uma investigação nos arquivos da repressão, que, “certamente nos dão uma rica informação sobre essa gente<sup>331</sup>”.

Um dos objetivos é estabelecer um diálogo entre o administrador da Ponte de Tábuas, os escravos e os agregados que por lá viviam e, assim, compreender melhor o cotidiano das relações sociais entre senhores e escravos em uma fazenda da Vila de Nova Friburgo. Para esta compreensão, serão confrontadas as informações prestadas pelo administrador e as contestações dos escravos, sobretudo, as de Antônio Pernambuco, personagem central dos acontecimentos.

Viso compreender como ocorreram as experiências associativas, os acordos e desacordos, horizontais e verticais, que tiveram como resultado a fuga de 19 escravos e a subsequente agressão que resultou na morte do ferreiro da fazenda, Manoel Custódio de Carvalho. Exclusivamente aqui, empregaremos o instrumental cedido pela antropologia de Fredrik Barth. Em seu texto *Os grupos étnicos e suas fronteiras*<sup>332</sup>, o autor argumenta que as “identidades”, representam a organização social de diferenças culturais e estas acontecem como resultado das experiências entre as pessoas. A utilização desse conceito, colocado em diálogo com os métodos de investigação da micro-história, endossa a ideia de que devemos observar “por sobre o ombro dos juízes, seguindo as suas pegadas, esperando (assim como eles provavelmente esperavam) que o réu fosse bastante loquaz...<sup>333</sup>”. Tanto as ideias de Barth, quanto as de Ginzburg se relacionam com o pensamento de E. P. Thompson<sup>334</sup>, primeiro pela proposição de se valer do instrumental e das perguntas da Antropologia, e segundo, porque o autor inglês também considera o procedimento empírico, fundamental para compreender o campo das relações sociais, que neste caso, são travadas entre os envolvidos no processo-crime referente à Fazenda Ponte de Tábuas.

---

<sup>331</sup> GINZBURG, Carlo. *O inquisidor como antropólogo*. Revista Brasileira de História, São Paulo V.1 nº 21 Set. 90/ fev. 91, p. 11.

<sup>332</sup> BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, (*Os grupos étnicos e suas fronteiras*); pp. 25-67.

<sup>333</sup> GINZBURG, Carlo. Op. Cit., p. 12.

<sup>334</sup> THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antônio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. pp. 227 – 267.

Mantereí diálogo com os artigos de Luiz Alberto Couceiro<sup>335</sup>, José Roberto Pinto de Góes<sup>336</sup>, e Jorge Miguel e Edson Lisboa<sup>337</sup>. Mas estabelecer diálogo com esses textos não significa seguir as análises contidas nos mesmos, já que, na minha concepção, alguns aspectos do processo-crime ainda não foram suficientemente explorados. Sem sombra de dúvidas, será fundamental valer-me das melhores considerações feitas por cada um dos autores que utilizaram o processo crime como fonte de estudos. O texto de Couceiro, por exemplo, intitulado *A greve dos escravos na fazenda Ponte das Tábuas em 1850*, traz em seu título um conceito que me parece inapropriado para o evento ocorrido na fazenda Ponte de Tábuas. O que existe na fazenda é um típico movimento de “fuga-reivindicatória<sup>338</sup>” de escravos que termina com a agressão contra aqueles que representavam o poder, e neste caso, passavam dos limites no seu exercício.

Aprofundar a visão de fuga reivindicatória é imperativo para a continuidade dessa investigação, assim, é preciso deixar claro que esse tipo de fuga não visava um rompimento completo com o senhor. Entretanto, encontrava-se ligada aos limites da negociação e da resistência dos escravos. Nas palavras dos forjadores do conceito, as “Fugas reivindicatórias, muitas vezes, têm uma duração previsível<sup>339</sup>”. Por isso, entre os motivos das fugas reivindicatórias os autores citados afirmam que muitas fugas individuais ocorriam por conta de castigos indevidos aplicados pelos senhores, não duvidamos dessa colocação, mas o objetivo aqui é estendê-la para o caso da Fazenda Ponte de tábuas, onde ocorreu uma fuga reivindicatória e coletiva, motivada pelas atitudes desmedidas e violentas do administrador.

Uma das particularidades desse evento reside no seguinte fato, o personagem que aconselhou os escravos a fuga era originário da região norte, Pernambuco precisamente. Utilizo-me da precisa afirmação de Couceiro, que no intuito de evidenciar as diferenças entre os escravos do sudeste e escravos que vinham do norte, disse: “Quando eles chegavam às fazendas de café de Rio do Janeiro e/ou São Paulo, sofriam

---

<sup>335</sup> COUCEIRO, Luiz Alberto *A greve dos escravos na fazenda Ponte das Tábuas em 1850*(Nova Friburgo, Rio de Janeiro). DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 3 – n° 8 ABR/MAI/JUN 2010

<sup>336</sup> GÓES, José Roberto Pinto de. *Ponte de Táboas: uma fazenda desgovernada em 1850*. Topoi (Rio de Janeiro), v. 9, p. 153-190, 2008.

<sup>337</sup> LISBOA, Edson de Castro [e] MAYER, Jorge Miguel. *Os crimes da fazenda Ponte de Tábuas: Um estudo sobre a escravidão no século XIX*. Nova Friburgo, Alberian, 2008.

<sup>338</sup> REIS, João José. SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo. Companhia das Letras, 1989, pp. 63.

<sup>339</sup> REIS, João José. SILVA, Eduardo. *Ibid.* pp. 64.

um choque ao se depararem com outras regras de trabalho<sup>340</sup>”. Couceiro argumenta que, os 200 primeiros anos de escravidão, concentrados nas províncias do norte, criaram regras baseadas nos costumes locais e os escravos dessas províncias, quando chegavam as fazendas do sudeste, já possuíam suas próprias noções do que seria um cativo “justo”. Desta forma, Antônio Pernambuco, oriundo dessas experiências, seria o elemento heterogêneo no grupo de escravos na Fazenda Ponte de Tábuas.

Os textos de José Roberto Pinto de Góes, Jorge Miguel e Edson Lisboa apresentam bons resumos cronológicos a respeito dos depoimentos. No que se refere a Góes, o mérito está em apresentar o cotidiano de uma fazenda no sudeste do Brasil no século XIX. Ademais, o termo “desgoverno” usado por Góes no título parece ser mais acertado que o termo “greve”, usado por Couceiro. Já Mayer e Lisboa contribuem com bom sumário dos acontecimentos e tem seu ponto forte quando abordam outros documentos referentes à escravidão em Nova Friburgo - é o caso do Código de posturas de 1849. Contudo, nenhum dos trabalhos citados analisa as sociabilidades e identidades escravas formadas no decorrer dos acontecimentos narrados. São essas relações, esses diálogos construídos, entre o cativo e a classe senhorial, entre os próprios escravos antes e durante a fuga, o objeto a ser estudado.

Vimos que nas estruturas escravistas analisadas no capítulo II, e mesmo nas seções anteriores desse capítulo, os escravos associavam-se para o batismo, para as alforrias e para fugirem. Com isso, é possível provar que os escravos da Vila criavam redes de sociabilidade, mas é necessário qualificar melhor as lógicas associativas que regeram as fugas de escravos. O documento que trataremos aqui é significativamente interessante para identificar algumas das características das relações sociais dos escravos na Vila de Nova Friburgo.

O primeiro elemento a ser considerado é a condição de escravo, que era determinante para que esses indivíduos fossem, necessariamente, parceiros<sup>341</sup>. Desta forma, existe uma divisão anterior e que coloca escravos e senhores de lados opostos, ao mesmo tempo, Como afirma Luiz Alberto Couceiro, entre os escravos “A primeira

---

<sup>340</sup> COUCEIRO, Luiz Alberto. A greve dos escravos na fazenda Ponte das Tábuas em 1850(Nova Friburgo, Rio de Janeiro). DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 3 – n° 8 ABR/MAI/JUN 2010. p. 125.

<sup>341</sup> O termo “parceiro” carrega em si um significado de época, na documentação trabalhada faz referência à associação entre os escravos que fugiram da fazenda Ponte de Tábuas, mas também pode ser sinônimo de comunidade escrava. Para uma discussão mais específica a sobre o tema da comunidade escrava e suas definições ver: CARVALHO, F. P. *'Pra que me faz assim, parceiro': historiografia brasileira e norte-americana na discussão sobre a comunidade de escravos*. Revista de Teoria da História, v. 4, p. 126-145, 2013.

grande divisão se dá na origem do escravo: africano ou crioulo<sup>342</sup>”. Como fica demonstrado pelo documento apresentado no apêndice 1 do livro *Negociação e conflito*, os escravos crioulos não desejavam realizar certos serviços e exigiam que o senhor enviasse escravos africanos, especialmente os Minas, para tarefas como “mariscar” e “fazer camboas”.<sup>343</sup> As diferenças hierárquicas entre os escravos também são originárias das relações entre senhores e escravos. Por isso, será essencial testar essa lógica para o caso da fazenda Ponte de Tábuas, uma vez que, crioulos e africanos, apesar de suas diferenças, se associavam essencialmente por conta da condição em que estavam inscritos.

### **3.3.1 Motivos para a fuga da Fazenda Ponte de Tábuas: a questão da violência senhorial**

Antes de tudo, tentaremos localizar os antigos donos da Fazenda Ponte de Tábuas, os seus limites e demarcações e as suas características produtivas. Originária de uma sesmaria concedida a João Dutra da Costa, em 1814, e localizada no distrito de São José do Ribeirão, em uma região limítrofe à sesmaria do Morro Queimado, futura Vila de Nova Friburgo, a fazenda Ponte de Tábuas era uma unidade produtiva de bens diversificados. Entre a data supracitada e o ano de 1850, a fazenda passou à mão do comendador Boaventura Ferreira Maciel, por escritura ainda não localizada. Os produtos que podemos conhecer através do presente documento eram milho, feijão, abóboras, carneiros, porcos, bois, o galinheiro de Silvestre Crioulo, as esteiras de Antônio Pernambuco e o anil. As funções dos escravos eram de roça, ou atividades ligadas à lavoura, assim, dois eram trabalhadores de roça, um era carpinteiro, outro serrador, um trabalhador de machado e enxada e um falquejador.

Como a esmagadora maioria dos escravos do Império, todos os envolvidos no processo foram arrolados como analfabetos. Durante a investigação percebemos que não foram mencionadas funções específicas relativas ao café (local de secagem ou torrefação) e em nenhum momento os depoimentos referem-se a essas plantações, ou mesmo à rubiácea, diante disso, pode-se concluir que esta fazenda era uma pequena ou média unidade de produção de alimentos voltados para atender o mercado regional, com destaque para a produção de anil.

---

<sup>342</sup> COUCEIRO, Luiz Alberto & ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. *Dimensões cativas e construção da emancipação: relações morais nas lógicas de sociabilidade de escravos e livres*. Sudeste, 1860-1888, p. 287.

<sup>343</sup> REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Op. Cit.*, pp. 123 e 124.

Mas porque os escravos decidiram fugir da fazenda? Quais eram seus motivos? Nas palavras de Antônio Pernambuco os escravos não suportavam mais “ser maltratado ele e seus parceiros pelo administrador da mesma fazenda João Antônio, que diariamente os castigava rigorosamente sem motivo algum<sup>344</sup>”. Outros depoimentos confirmam a versão de Pernambuco: o preto Silvestre, por exemplo, disse que ele e seus companheiros fugiram por “não poderem continuar a sofrer os maus tratamentos e ameaça que sempre lhes fazia o administrador da fazenda<sup>345</sup>”. Valentim Moçambique reclamava que, por “causa de uma vaca que tinha fugido havia amarrado a um esteio a ele respondente onde o açoitou e lhe deu até com uma faca na cabeça<sup>346</sup>”. No entanto, a violência motivadora da fuga não aparece apenas no depoimento dos escravos que fugiram. O preto Miguel é um exemplo eloquente, ao ser perguntado pelo motivo da fuga afirmou que esta ocorrera “por medo que tinham do administrador da fazenda João Antônio que a todos os escravos tratava com muito rigor dando-lhes frequentemente pancadas<sup>347</sup>”.

Sem dúvida, já temos elementos suficientes para argumentar que os escravos temiam o administrador João Antônio. Em seu primeiro interrogatório, o escravo Antônio Pernambuco disse que, o administrador havia assassinado o negro Bazílio: “escravo da mesma fazenda dando-lhe umas cutiladas na cabeça com um facão e uma facada sobre as costelas<sup>348</sup>”. Pernambuco afirmou ter presenciado tal acontecimento, além de relatar as ameaças do administrador da fazenda, elementos que por certo espalhavam o terror entre os cativos. Outros interrogados também descreveram a morte do escravo Bazílio, Constantino Moçambique afirmava que o administrador castigava sem razão e já tinha assassinado dois escravos: o preto Bazílio crioulo e a preta Ignez.

Através da fala de Constantino vejamos o caso de Bazílio, que morreu

por conta de um saco de feijão que o administrador dizia que ele tinha tirado do paiol e esta por causa de uma quantia de dinheiro que tinha sumido de casa: que uma noite o administrador entrando no paiol onde estavam reunidos todos os pretos mandou agarrar o dito preto Bazílio dizendo que ele tinha furtado o feijão, e o mandou surrar, e deu-lhe o mesmo administrador algumas pancadas com uma espada pequena,

---

<sup>344</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 20 V.

<sup>345</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Ibid

<sup>346</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 24 V.

<sup>347</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 125 V.

<sup>348</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 15 V.

entre as quais deu uma cutilada na cabeça e uma cutilada nas costelas de cujos ferimentos o preto morreu no dia seguinte preso ao tronco<sup>349</sup>.

Entre os escravos que relataram o caso de Bazílio, o africano Dinízio e o preto Miguel foram os únicos que adicionaram algum elemento diferente aos fatos. Dionízio diz que, “tendo o dito preto Bazílio relações ilícitas e amorosas com a preta Maria do Rozário”, o ex-administrador, com ciúmes, respondeu “buscando um pretexto para castigar o dito preto<sup>350</sup>”, no mesmo sentido, o escravo Miguel relatou que a morte se deu “por ciúmes que tinha dele com a negra Maria do Rozário<sup>351</sup>”.

Passemos a observar a morte da escrava Ignez, o óbito aconteceu em condições semelhantes ao de Bazílio. Novamente o interrogatório feito ao escravo Constantino crioulo desvenda o desenrolar dos fatos:

tendo a preta Maria do Rozário dado uma quantia de dinheiro a outro preto Bazílio que existe em casa, não sabendo ele respondente para que fim, que o administrador tendo dado por falta do dinheiro agarrou o dito preto e o surrou e depois o meteu no tronco, e a noite a preta Ignez, que vivia amancebada com o preto, foi soltá-lo as escondidas (...) ambos fugiram, porém tendo sido presos na fazenda de Dona Maria Teresa e sendo trazidos à Fazenda Ponte de Tábuas, aí o ex-administrador surrou a dita preta julgando-a cúmplice no furto do dito dinheiro, depois deu-lhe com a palmatória nas solas dos pés, e mais algumas pancadas de que a preta ficou bem doente, e no dia seguinte mandou trabalhar na roça e como a preta não o pudesse fazer, isto é porque não podia aturar o serviço por que sua doença ia em aumento o administrador a mandou meter no tronco, e aí a conservou por alguns dias sem lhe dar remédio, de sorte que a preta morreu<sup>352</sup>.

Como no caso de Bazílio, outros interrogatórios também se referiram à morte de Ignez. Dionízio Africano, dessa vez, acusa João Antônio de ter dado uma pedrada na cabeça e pancadas no pescoço de Ignez. Maus tratos e descaso com os escravos do Comendador Boaventura Ferreira Maciel, essas eram as práticas de João Antônio.

É preciso destacar a influência e participação da escrava Maria do Rozário, por isso, será abordado o interrogatório feito a ela, somente no que concernem as mortes dos escravos Bazílio e Ignez. A escrava é bastante direta nas suas colocações e tenta dirimir as mortes atribuídas ao administrador. No interrogatório, quando foi perguntada sobre Bazílio respondeu “que o conheceu e que morrera por lhe ter dado pancadas o

---

<sup>349</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 74 V e 75.

<sup>350</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 70.

<sup>351</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 125 V.

<sup>352</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 74 V e 75.

administrador, cujo falecimento teve lugar duas semanas depois das pancadas em cujo tempo nada comia<sup>353</sup>” e sobre Ignez afirmou que “o administrador a castigara e tendo depois dores de garganta falecera<sup>354</sup>”. Nitidamente, a escrava tenta reduzir o papel do administrador na morte dos dois escravos.

Diante das acusações feitas a João Antônio da Silva Ferreira, o administrador da fazenda, nada mais justo do que apresentar a sua própria versão dos fatos. Ao responder o termo de informação, João tenta eximir-se do peso das acusações relativas à morte de Bazílio e Ignez. Sobre esse tema, João Antônio informou que, Ignez “morrera de uma esquinência que teve muito tempo depois de ser castigada por fujona<sup>355</sup>”, enquanto o crioulo Bazílio ele

mandou castigar com surras por causa de feijão que tinha desaparecido do pahiol e que tendo depois o metido no tronco o dito preto rejeitou todo o alimento que se lhe dava e morreu 12 dias depois do castigo, não sendo verdade o que diziam os réus de ter sido ele respondente quem os matou<sup>356</sup>.

Com essas afirmações João Antônio tenta se livrar da culpa pelas mortes dos escravos.

Todos os escravos contestaram essa versão do administrador e colocaram suas violências como causa das mortes. O administrador fez duas acusações contra o escravo Antônio Pernambuco, primeiro disse que ele “Andava aprendendo feitiço com o negro do brigadeiro Sampaio<sup>357</sup>” e depois afirmou que Pernambuco “foi quem aliciou aos outros para o quererem matar<sup>358</sup>”. Na contestação feita por Antônio Pernambuco, o centro da defesa é a feitiçaria. O acusado informa que o negro do brigadeiro Sampaio não ia lá para fazerem “furtos ou feitiçarias, mas para dar-lhe alguns remédios para uma doença que lhe costumava dar<sup>359</sup>”, a existência dessa moléstia, segundo Pernambuco, foi informada ao administrador e este não quis trata-la. Ou seja, João Antônio não era apenas violento, mas também não parecia se preocupar com as condições dos cativos.

A justificativa formal da fuga para as matas ao redor da fazenda, constante no depoimento da maioria dos escravos, reside nos castigos e ameaças realizadas por João Antônio da Silva Ferreira, então administrador da Fazenda Ponte de Tábuas. Todavia, o dia decisivo ocorreu quando João Antônio agrediu o filho do escravo Rafael, que passou

---

<sup>353</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 16.

<sup>354</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Ibid.

<sup>355</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 51.

<sup>356</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Ibid.

<sup>357</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Ibid.

<sup>358</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Ibid.

<sup>359</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Ibid.



a se queixar do ocorrido. Maria do Rosário denunciou as queixas deste escravo ao administrador da Fazenda Ponte e Tábuas e dias depois vários escravos fugiram, “uma noite antes do dia de Reis<sup>360</sup>”. Logo, são essas as justificativas para a fuga, portanto, identificamos que as reivindicações dos escravos calcavam-se na saída do administrador.

A seguir, abordaremos a trajetória de Antônio Pernambuco - pivô dos acontecimentos da Fazenda Ponte de Tábuas - com o objetivo de aprofundar o conhecimento a respeito das sociabilidades engendradas entre os escravos. Essas relações sociais são passíveis de apreensão mediante a investigação minuciosa dos interrogatórios. Por intermédio dos fatos narrados no processo crime é possível perceber que Antônio tem suas identidades de pardo e líder reveladas pelos escravos, identidades que também são reforçadas pelo próprio escravo. Para estabelecer os contrapontos necessários, serão tratados os depoimentos de Luís Ventura Dias, Silvestre Crioulo e Valentim Moçambique. Desse modo, teremos um quadro mais nítido das redes de sociabilidade estabelecidas entre os escravos fugidos e Antônio Pernambuco.

#### **3.4. A construção das identidades escravas na fuga da Fazenda Ponte de Tábuas: Antônio Pernambuco, pardo e líder e seus parceiros Valentim Moçambique e Silvestre Crioulo.**

Após compreendermos o principal motivo da fuga dos escravos, passamos a examinar como esses escravos se associaram para tal intento. Os escravos fugiram no dia 1º de janeiro de 1850. No entanto, a pergunta a ser feita é: como construíram as relações sociais que os mantiveram durante quase três meses no mato? Durante os interrogatórios, a requerimento do curador, foi perguntado a Antônio Pernambuco se seus parceiros o obedeciam enquanto ele era feitor na fazenda, o escravo respondeu de forma positiva, dizendo que era considerado o “primeiro escravo da fazenda e com alguma superioridade a eles<sup>361</sup>”. Pernambuco afirmava que seus parceiros ainda o obedeciam mesmo depois dele estar destituído do cargo. Posteriormente, Pernambuco foi perguntado se durante o tempo em que estiveram fugidos os escravos o obedeciam,

---

<sup>360</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 124 V.

<sup>361</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 18.

afirmou que, nesse tempo, merecia a confiança dos outros escravos, entretanto, o interrogado fez questão de deixar claro que neste período cada um era responsável por si. A posição de feitor, sem dúvida, legou a Antônio, através de uma relação de proximidade com os escravos, a alcunha de líder.

É nítida a contradição expressa na fala de Antônio Pernambuco, afinal, seria ele o líder? Se não era o líder por que os escravos o obedeciam mesmo depois de sua demissão do cargo de feitor? Existem pistas sólidas de que Pernambuco possuía noções de cativo “justo” características do contexto de expansão do tráfico e da expansão da escravidão, essas noções estendiam-se aos escravos que fugiram com Pernambuco. Além de suas palavras sobre sua própria liderança, os outros escravos também veem Pernambuco como um elemento diferente do grupo. Em seu primeiro interrogatório Silvestre crioulo afirmou que, Antônio Pernambuco os aconselhou a fugir e os outros escravos o seguiram espontaneamente.

Os escravos também afirmam que seguiram Pernambuco quando foram dadas as foixadas que mataram o ferreiro, a esse respeito, Silvestre diz que: “foi movido pelo exemplo que lhe deu o seu companheiro Antônio Pernambuco porque se aquele não o fizesse nem ele nem seus companheiros seriam capazes de o fazer<sup>362</sup>”. Valentim Moçambique, por sua vez, acusa Antônio Pernambuco de ameaçar “contar ao administrador que ele respondente e seus companheiros projetavam fugir<sup>363</sup>”. Ou seja, na visão de Valentim o escravo Pernambuco coagiu os outros a fuga. Por outro lado, Valentim afirma que nas matas da fazenda “Antônio Pernambuco sempre foi seu Capitão<sup>364</sup>”. Esse caráter de líder se intensifica em dois depoimentos, cujos conteúdos revelam que, após assassinar o ferreiro Pernambuco disse a Dionízio africano: “que tinha morto o homem, que eles eram maus companheiros por que fugiram...<sup>365</sup>”; fala que se repete no depoimento de Constantino: “eles não eram homens porque tinham fugido, mas ele tinha morto a João Antônio<sup>366</sup>”.

Essa “cobrança” feita por Pernambuco, demonstra seu sentimento de liderança em relação aos outros escravos. Outro fator possível de ser observado se refere à

---

<sup>362</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 100 V.

<sup>363</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 25.

<sup>364</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Ibid.

<sup>365</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 71 V.

<sup>366</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 76.

heterogeneidade do grupo de escravos, elemento de destaque nas fugas coletivas. O tema da heterogeneidade em fugas coletivas foi abordado por Flávio Gomes, quando este analisou a fuga de três escravos da Vila de Nova Friburgo em 1826, episódio a que fiz referência nas seções anteriores desse capítulo. De qualquer forma, havia entre os escravos da fazenda Ponte de Tábuas um discurso uníssono, Antônio Pernambuco era seu líder.

Para compor a compreensão da liderança de Pernambuco e entendermos as relações deste com os outros escravos, retomemos os exemplos dos interrogatórios de Silvestre e Valentim Moçambique. Para o primeiro, Pernambuco é o que “aconselha”, ele é o “exemplo”, é a quem Silvestre trata de parceiro, para além do parentesco ritual denunciado por Valentim: eles eram compadres. Já para Valentim Moçambique, o escravo Pernambuco é o seu “capitão”, ao mesmo tempo, é aquele que “ameaça” e “compele”. O que permite inferir que, de certa forma, existia uma diferença entre as visões de Silvestre e Valentim a respeito de Antônio Pernambuco. Ambos concordam que, o escravo Pernambuco era o seu líder, mas enquanto Valentim o acusa, Silvestre o defende. De um lado, seu compadre Silvestre, que tenta diminuir sua culpa e do outro, Valentim Moçambique, que tenta incriminá-lo ainda mais, pois afirma que Pernambuco

lhes contou que tinha morto o vulto, que tinha dado umas foçadas no Luiz que caiu dentro do rio não sabendo ele respondente quem foi que deu no feitor. Declarou mais, que tendo eles todos desaprovado ao Pernambuco a morte que dizia ter feito, que este respondeu que o tinha feito porque não queria mais servir nessa terra e que só queria servir a seu senhor comendador Boaventura<sup>367</sup>.

Desta forma, Valentim imputa a Antônio Pernambuco não só a morte do ferreiro, mas duas outras que o escravo devia ter confidenciado a Valentim quando esses ainda eram “parceiros”. Exemplo de que as redes de sociabilidade entre os fugidos da fazenda Ponte de Tábuas estavam, no momento dos interrogatórios, cada vez mais porosas.

A voz da terceira testemunha informante se faz indispensável para reforçar o papel pedagógico do líder Antônio Pernambuco, contamos com o depoimento de Narcízio Moçambique. O escravo africano, quando foi perguntado sobre o motivo da fuga dos escravos disse:

que o motivo fora por não poderem sofrer o administrador da fazenda João Antônio que os tratava cruelmente como lhe deu de entender o réu presente Antônio Pernambuco uma vez que estavam trabalhando

---

<sup>367</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 26 e 26 V.

na roça e que ele respondente também fugiria se não estivesse doente nessa ocasião<sup>368</sup>.

De fato, todos os escravos envolvidos nos depoimentos corroboram para a construção da imagem de líder e de pardo, direta ou indiretamente. Portanto, a construção da liderança de Antônio Pernambuco teve como base as suas diferentes experiências de cativo e a oposição à imagem violenta do administrador da fazenda.

Passemos à análise de outro aspecto da identidade de Antônio Pernambuco, a qualidade de pardo. Assim, é preciso tomar por base o que afirma Hebe Mattos:

‘Pardo’ foi inicialmente utilizado para designar a cor mais clara de alguns escravos, especialmente sinalizando para a ascendência europeia de alguns deles, mas ampliou sua significação quando se teve que dar conta de uma crescente população para a qual não mais era cabível a classificação de “preto” ou de “crioulo”, na medida em que estas tendiam a congelar socialmente a condição de escravo ou ex-escravo<sup>369</sup>.

De fato, Pernambuco não carregava a classificação de crioulo, ao contrário, todos os escravos o identificam como pardo e alguns como mulato. Essas classificações aproximavam o nosso personagem, cada vez mais, do mundo dos livres. Na maior parte dos depoimentos, quando os escravos vão se referir a ele, utilizam a forma “o pardo Antônio Pernambuco”, ou, “o mulato Pernambuco”. O próprio escravo indica a inveja dos outros escravos dizendo: “que seus parceiros o comprometiam muito era por raiva que lhe tinham em razão de ele ser pardo...<sup>370</sup>”. Esta afirmativa reforça a ideia de que ser pardo é ocupar um lugar social diferenciado, e também ter garantido alguma superioridade em relação aos outros escravos, Antônio Pernambuco tinha consciência desta sua condição.

Com efeito, os escravos colocam Antônio Pernambuco como líder, pardo e com determinada superioridade. Essas construções são decorrentes das relações estabelecidas nas matas limítrofes da fazenda Ponte de Tábuas. Valentim diz em seu depoimento que, quando se lembraram de voltar para casa, Pernambuco foi contrário, chegou a interromper o caminho e a ameaçar quem quisesse retornar à sede da fazenda. Todavia, por conta da chuva que castigava os fugidos, estes forçaram o retorno a casa e

---

<sup>368</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 37

<sup>369</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000, p. 17.

<sup>370</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 32.

“Pernambuco pôs-se à frente deles vindo todos até o moinho<sup>371</sup>”. Em síntese, as experiências de cativo na Fazenda Ponte Tábuas permitiram aos escravos construir uma visão sobre Antônio Pernambuco como pardo e líder. Tal ponto de vista nos possibilita entender como suas identidades estavam consolidadas, o que permitiu ao escravo querer “educar”, “esclarecer” e ser o “exemplo” para os demais.

Ainda é relevante uma comparação com a identidade de Luís, um dos feridos durante o “barulho”. Luís é identificado nos depoimentos como crioulo, a exceção do depoimento do preto Miguel, que foi avisado do episódio pelo “preto Luís forro...<sup>372</sup>”. É importante frisar que em nenhum momento Luís reclama a identidade deflagrada por Miguel Congo, nem em seus depoimentos. Comparando a consolidação das identidades de Luís Ventura Dias e de Antônio Pernambuco vemos que estas forjaram-se em relação a João Antônio, administrador da fazenda. Foi o administrador que colocou Antônio Pernambuco como feitor dos escravos e, assim permitiu ao escravo construir sua imagem de liderança em relação aos seus parceiros. A identidade parda de Pernambuco não está apenas consolidada, mas garante posição de destaque em relação aos outros escravos. Enquanto Luís, mesmo na condição de forro, ainda tem sua identidade crioula mais disseminada entre os escravos. Pode-se concluir com base no que foi apresentado, que a construção e a consolidação da identidade de Pernambuco permitiram a ele constituir-se como o contraponto às violências perpetradas pelo senhor. Enquanto que a frágil identidade de forro, atribuída a Luís, o obrigava a apoiar o senhor e sustentar, por exemplo, que o administrador “não era dos pior (sic), mas que castigava sempre que havia necessidade.<sup>373</sup>”. Luís atribui o falecimento da escrava Ignez a uma “moléstia da garganta”, pois a escrava já estava “sã das surras que tinha levado<sup>374</sup>”, o que retirava a morte da responsabilidade de João Antônio.

Em seu auto de corpo de delito, Luís Ventura Dias narra os acontecimentos da noite em que tentavam apanhar os pretos fugidos. Ele e o novo feitor da fazenda Ponte de Tábuas foram na direção do sítio de Domingos sapateiro, no meio do caminho, ouviram gritos para o lado do moinho e foram para lá averiguar. Ao chegarem ao moinho, Luís encontrou com os escravos fugidos e foi atacado por Dionízio. Neste

---

<sup>371</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 23.

<sup>372</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 126 V.

<sup>373</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 130 V.

<sup>374</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 131.

ínterim, vários escravos chegaram, mas o ferido afirmava que havia sido Antônio Pernambuco quem o ferira com uma foice e que só fugiu da morte, pois se atirou no rio.

Após essa pequena narrativa tentemos entender a voz de Luís e suas estratégias. A primeira percepção de que Luís possui relações de dependência com o administrador reside no fato deste responder negativamente se sabia o motivo da fuga de seus parceiros. Com essa afirmativa, Luís se cala a respeito das violências do administrador. Durante o trabalho Luís viu sair de dentro do galinheiro de Silvestre, Manoel Cabungú que ele e o novo feitor perseguiram até uma picada na mata. Ao relatar o acontecido para o administrador este ordenou que a noite se fizesse uma ronda. Durante esta, Luís escutou gritos de “mata, mata”. Quando chegou ao moinho foi atacado por Dionizio e Antônio Repolho, a quem Luís acusa de estarem armados, com uma faca e uma foice, respectivamente. Entrementes, Luís Ventura Dias foi atacado por Pernambuco, que o golpeou por trás. A escapatória já é conhecida e Luís se atirou no rio.

Entretanto, as acusações não param por aí. Segundo o depoimento de Luís, Antônio Pernambuco havia se atirado no rio em seu encalço e, durante as contestações, Luís ainda sustenta que Valentim teria gritado na sua direção: “atirem, olhe lá, não molhem a espoleta<sup>375</sup>”. É evidente que o depoimento de Luis Ventura Dias tem o objetivo de incriminar os escravos, para tal fim, ele coloca armas brancas nas mãos de Dionizio e Antônio Repolho. Além disso, insere na cena uma arma de fogo que seria disparada sob a voz de comando de Valentim. Endossando esse depoimento, o sobrinho do administrador disse ter escutado gritos de “mata e atira”. Nunca saberemos se por não existir arma, ou porque os escravos molharam a espoleta, mas de fato, nenhum estampido foi relatado nos depoimentos. Os dois possuem motivos para incriminar os escravos, o sobrinho pelo evidente parentesco com o antigo administrador, e Luís, com propósito de manipular os fatos para favorecer a João Antônio e a si. Este relato compõe um nítido exemplo da possibilidade de cristalizar a identidade de forro de um escravo mediante um favorecimento diante da justiça. Mesmo assim, essas construções feitas pelo forro Luís, são muito frágeis, fato é que não há registro de nenhuma arma de fogo disparada e ninguém ferido a tiro. Além disso, o mais interessado em incriminar os escravos, o administrador, não repete esses dados em seus depoimentos.

---

<sup>375</sup> Arquivo Nacional - Processo-Crime. Fundo Corte de Apelação. Número: 1191; maço: 185; galeria: E. CODES. Fl. 41.

Antônio Pernambuco e Luís Ventura Dias construíram suas identidades de formas díspares, mas baseadas em suas experiências no mundo da escravidão. O primeiro se contrapôs as violências do administrador, reafirmando, sobretudo, suas identidades de líder e pardo. Identidades tão bem consolidadas que permitiam, ao referido escravo, exercer alguma superioridade sobre os outros. Ao mesmo tempo, há uma discordância entre as visões de Silvestre crioulo e Valentim Moçambique a respeito de Antônio Pernambuco. O parentesco ritual entre Silvestre e Pernambuco criou laços de fidelidade que são expressos na tentativa do primeiro dirimir as mazelas que recaiam sobre o compadre, enquanto Valentim acusava Pernambuco de ter coagido os escravos a fugir. Estratégia diferente vislumbrou Luís Ventura Dias, que tinha por objetivo tentar consolidar sua frágil identidade forra junto ao administrador e, por isso, acusou os escravos de estarem armados com facas e foices, além da suposta arma de fogo. Mesmo com o peso da pena dos 400 açoites recebidos por Pernambuco, a fuga-reivindicatória cumpriu seu objetivo, o administrador fora mandado embora da Fazenda Ponte de Tábuas. Tal fato interfere diretamente na vida de Luís, que terá que reconstruir suas redes de favorecimento com o novo administrador, na tentativa de manutenção da sua frágil identidade forra.

Portanto, as violências desmedidas de João Antônio, os depoimentos dos escravos referentes a Antônio Pernambuco, somadas ao papel das outras experiências de cativo desse escravo formam a mola mestra para compreender a formação e consolidação das identidades de pardo e líder que Pernambuco desenvolveu junto aos escravos da fazenda Ponte de Tábuas.

### **3.5 As sentenças para os escravos da Fazenda Ponte de Tábuas.**

Nota-se que as fugas de escravos não foram exceções e, por isso, preocuparam as classes mais abastadas. Tanto no plano individual, quando o senhor lançava no jornal um anúncio de escravo fugido, quanto no coletivo, quando nas sessões da Câmara os senhores comentavam sobre a situação precária da cadeia da Vila. Em primeiro lugar, preocupamo-nos com um relato das fugas rompimento, seja da mão de particulares, seja da cadeia da Vila. As fugas rompimento foram, em sua maioria, individuais, os relatos visavam uma breve descrição física dos fugitivos e as possíveis habilidades utilizadas para permanecerem livres. Em segundo lugar, nos eventos de caráter coletivo, para além das descrições físicas, observou-se que os escravos socializavam-se independente de

suas origens, sendo marcada, portanto, pela condição que ocupavam, essas sociabilidades mantinham-se estáveis enquanto os cativos compartilhavam interesses comuns.

O ano de 1835, marcado pelas insurreições de escravos malês na Bahia, também deixou registros interessantes a respeito de um boato de levante de escravos na Vila de Nova Friburgo, marcado para o Natal deste ano. A propaganda de um levante de escravos, também ecoou em outras Câmaras Municipais e gerou certo desconforto entre a população e até mesmo medo, representado pelos pedidos de envio de tropas e munição. Mesmo que o movimento fosse infundado, o mesmo trouxe preocupações e especulações reais para a Vila, tanto no que se refere às fugas de escravos como no volume de escravos que estariam supostamente envolvidos no evento. A descrição do episódio apareceu na imprensa da Corte como falaciosa e apenas como estopim para o aumento do medo de uma sublevação, certamente, influenciada pelo levante baiano. Ainda no início do ano de 1836 o assunto foi esquecido. Todavia, deixou como legado as bases para o Código de Posturas publicado em 1849.

Deste ponto de vista, foi de fundamental importância resgatar os discursos de João Bazet e Luís Vial, indivíduos originários da primeira leva de suíços que chegaram ao Morro Queimado, e por passarem a ocupar um local de destaque na Câmara da Vila deliberavam sobre as atitudes deveriam ser tomadas diante das fugas do Libambo. Não é possível deixar passar a seguinte reflexão, diante da agência escrava na Vila de Nova Friburgo é impossível sustentar que a colonização suíça estivesse blindada para “novidade dos escravos”, como os vereadores da vila preferiram chamar os rumores de 1835.

Com esses documentos, tornou-se possível investigar alguns tipos de sociabilidade entre os escravos, quando estes fugiam em pequenos grupos organizavam-se através das habilidades e das circunstâncias para permanecerem livres. Entre escravos crioulos e africanos, por exemplo, as associações não ocorriam apenas pela condição de escravos, mas pelos interesses comuns de distanciarem-se de seus donos, ou de se afastar de castigos, que julgavam injustos ou excedentes.

A fuga da Fazenda Ponte de Tábuas, evento que se encontra no âmbito de uma fuga-reivindicatória, e que foi motivada pelos atos de extrema violência do administrador são reveladores das associações entre crioulos e africanos. Neste caso, podemos entrever os escravos reunindo-se para a fuga com o interesse de negociar a saída do administrador, que no momento do processo já não ocupava mais esse cargo.



Essa reunião dos escravos, entretanto, teve fim quando os interesses comuns se desfizeram, muito em decorrência da difícil situação que os escravos enfrentavam no mato e das disputas hierárquicas que passaram a polarizar crioulos de um lado e africanos de outro. A essa polarização se juntam outros fatores ligados aos parentescos rituais, amizades, identidades comuns e que influenciaram as associações entre os escravos quando fugiram e, também, depois de presos.

Ao final do processo crime, o juiz foi substituído e os escravos recebem a sentença do novo magistrado, Luiz Vieira Cansansão de Sinimbu. Formalmente os acusados do assassinato eram os escravos Antônio Pernambuco, Silvestre Crioulo, Constantino Moçambique e Valentim Moçambique. Dois escravos crioulos e dois africanos Moçambiques. Entre eles apenas Constantino foi absolvido. Os outros foram condenados a Galés Perpétuas. Antônio Pernambuco, pela agressão a Luís Ventura Dias, recebeu o bônus de 400 açoites que seriam dados com o condenado preso na cadeia da Vila.

Abordaremos, a seguir, os artigos do Código Criminal em que os escravos foram enquadrados. O artigo comum aos escravos Valentim, Silvestre e Antônio foi o de número 193 do código criminal de 1830, cuja pena, em grau máximo era de Galés Perpétuas. A descrição da pena de Galés Perpétuas é definida no artigo 44 do mesmo código, segundo ele a “pena de galés sujeitará os réus a andarem com calceta no pé, e corrente de ferro, juntos ou separados, e a empregarem-se nos trabalhos públicos da província, onde tiver sido cometido o delito, á disposição do Governo<sup>376</sup>”. Antônio Pernambuco também foi condenado no artigo 201 do código criminal, por certo, pela agressão cometida contra Luiz Ventura Dias. O artigo indicava que Antônio seria condenado a Pena de “prisão por um mês a um ano, e multa correspondente á metade do tempo<sup>377</sup>”. O juiz apoiado nos artigos 60 e 61 comutou a pena de Pernambuco em 400 açoites indicando que o escravo deveria ser “entregue a seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro, pelo tempo, e maneira que o Juiz designar<sup>378</sup>”. De qualquer

---

<sup>376</sup> Lei de 16 de dezembro de 1830. Código Criminal do Império do Brasil. TITULO II: Das Penas. Capítulo I: Da qualidade das penas, e da maneira como se hão de impor, e cumprir. Artigo 44. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm). Acessado em 18/01/2014.

<sup>377</sup> Lei de 16 de dezembro de 1830. Código Criminal do Império do Brasil. Titulo II: dos crimes contra a segurança individual. Capítulo I: dos crimes contra a segurança da pessoa, e vida. Artigo 201 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm). Acessado em 18/01/2014.

<sup>378</sup> Lei de 16 de dezembro de 1830. Código Criminal do Império do Brasil. TITULO II: Das Penas. Capítulo I: Da qualidade das penas, e da maneira como se hão de impor, e cumprir. Artigo 60. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm). Acessado em 18/01/2014.

maneira, as penas não foram pequenas para nenhum dos três escravos, mas, agravadas pelos 400 açoites que Pernambuco teria de suportar.

Através das relações sociais que conseguimos reconstruir percebe-se que, para os escravos da fazenda Ponte de Tábuas os limites do companheirismo e da associação residiam principalmente no fato de serem escravos, enquanto suas identidades os hierarquizavam no interior do cativeiro. Neste episódio, sobretudo, a associação estava baseada no constante medo das agressões impostas pelo administrador, fator que conferia aos escravos a unidade necessária para fugir. A associação, também poderia se dar pela existência de um elemento aglutinador, como Antônio Pernambuco, que carregava junto a si a identidade parda, e era visto como líder de uma fuga coletiva. Os mesmos escravos, durante os interrogatórios, afirmam que seguiam o exemplo de Pernambuco para imputar-lhe o título de liderança da fuga, do tempo na mata e da agressão ao ferreiro. Valentim e os outros escravos Moçambiques usam esta liderança, reconhecida pelo próprio escravo Pernambuco, para tentar diminuir suas culpas. O único a ficar ao seu lado foi Silvestre crioulo, com quem Pernambuco estava ligado pelo apadrinhamento. Os escravos, nesse caso específico, apresentam uma sociabilidade instável, pois não se calcavam somente na condição de escravo como base da associação, mas em arranjos hierárquicos, construídos no interior da senzala e que opunham, como foi visto, crioulos e africanos.

A Vila de Nova Friburgo viveu, durante a primeira metade do século XIX, uma significativa movimentação de escravos fugidos. Sua população sofreu com os boatos de uma sublevação escrava programada para o natal e escutou as notícias sobre a fuga dos escravos da fazenda Ponte de Tábuas. Essas características contribuem para endossar a ideia de que a Vila era um típico município brasileiro no Império, onde as fugas de escravos, e a punição por elas, faziam parte das complexas relações sociais engendradas pela intensificação do fluxo de escravos para o sudeste, oriundos tanto do tráfico internacional quanto de outras regiões do Brasil aliada a expansão das áreas cafeeiras da região.

#### **4. As pontas do fio de Ariadne.**

Após a travessia de mais de uma centena de páginas, nos deparamos com a construção das relações sociais entre senhores e escravos, travada durante os 30 primeiros anos de vida da Vila de Nova Friburgo e de seus distritos. Ao longo dos três capítulos, tentei apresentar as estruturas que formavam a Vila: no primeiro revi o seu processo de formação, muitas vezes identificado apenas com a chegada dos colonos suíços em 1820. Visão que suprimia da história de Nova Friburgo a escravidão, ou a considerava secundária, ou mesmo inexistente. Por isso, apresentei como a formação da Vila estava ligada a vários senhores luso-brasileiros enraizados desde a fundação de Cantagalo em 1814, todos eles profundamente envolvidos com o domínio senhorial das estruturas de poder, posse de terras e escravos, vereança e cargos na Câmara Municipal. Quando possível o poder extrapolava o âmbito da Vila e espalhava-se por municípios vizinhos e chegava até a assembleia provincial. É o caso de uma das linhas mestras dessa malha social, Antônio Clemente Pinto. Tal estrutura enquadra-se, guardada suas proporções e particularidades, com o que Ilmar Rolhof de Mattos denominou “enraizamento dos interesses portugueses”.

Ao realizarmos esse exercício, o mito da suíça brasileira foi empiricamente desconstruído, isso porque, sua tese central calcava-se na inexistência, ou a atribuição de um papel insignificante aos escravos na formação da Vila de Nova Friburgo, em valorização da ideia de que Nova Friburgo possuía ares europeus. Ademais, demonstramos que a colonização suíça passou a assimilar os padrões econômicos, políticos e culturais difundidos pelos antigos senhores. Muitos dos colonos, ao longo do

século XIX enriqueceram com terras, café e escravos, deixando suas tradições e costumes subterrâneos.

Como neste primeiro capítulo apresentamos os elementos formadores da Vila e seu envolvimento com os escravos, nada mais consequente do que no capítulo 2 identificarmos as estruturas escravistas que compunham a Vila de Nova Friburgo. Infelizmente, não foi possível encontrar os inventários para a primeira metade do século XIX, a alternativa encontrada foi trabalhar com os registros de batismo e com as cartas de Alforria para que tivéssemos uma compreensão mais geral do papel do escravo na Vila. Com os dados elaborados a partir dos registros de batismo de escravos informamos sobre a estrutura escravista da Vila, suas nuances de procedência e variação no tempo. As cartas de alforria, por sua vez, fundamentaram o conhecimento em relação ao acesso a liberdade entre africanos e crioulos. Além disso, foram abordadas as três modalidades de liberdade: gratuitas, condicionais e pagas. Partimos do ponto de vista que as cartas de liberdade eram uma concessão senhorial, muitas vezes, extraídas através de um processo de negociação, o qual deixava para o escravo a parte precária do acordo. De qualquer maneira, ainda não havia sido possível capturar as identidades escravas na Vila de Nova Friburgo, tarefa que ficou reservada ao terceiro capítulo.

A documentação utilizada para investigar as sociabilidades dos escravos foi formada pelas fugas de escravos. Abordamos as fontes trabalhadas a partir de dois conceitos de João José Reis e Eduardo Silva - “fuga rompimento” e “fuga reivindicatória”. Essas formulações foram utilizadas para entender, os anúncios de fuga registrados nos jornais, as escapadas da cadeia da Vila, os boatos de insurreição de 1835 e a fuga da fazenda Ponte de Tábuas. Esses elementos, junto à atuação dos suíços na Câmara, corroboram para a desmitificação da ideia de “suíça brasileira”, uma vez que não só a escravidão estava presente, mas os escravos também eram agentes de suas histórias. Através desse exercício, encontramos a outra ponta da linha mestra do tecido social que compunha a Vila de Nova Friburgo, o escravo Antônio Pernambuco. Indivíduo que era visto pelo grupo e por ele mesmo como líder dos escravos fugidos da fazenda Ponte de Tábuas e com posição diferenciada em relação aos outros escravos.

Nesses três capítulos tentei trabalhar com fontes primárias e inéditas sempre tentando estabelecer diálogo com autores que se ocuparam do tema da formação de Nova Friburgo e como com a historiografia de caráter mais geral sobre o período. Os fatores a cima elencados, permitiram o desembolar do “fio de Ariadne”. Elemento que nos guiou pelo labirinto dos vestígios e das pistas referentes à história social da Vila de

Nova Friburgo durante a primeira metade do século XIX. Como exemplo máximo desse mundo encontramos de um lado Antônio Clemente Pinto, e, de outro, Antônio Pernambuco – personagens que compunham a síntese do mundo escravista. O primeiro, como símbolo da classe senhorial, de um extrato social abastado e que transbordava sua riqueza econômica para o campo do poder político e simbólico. O segundo, na outra extremidade do fio, engendrava, através das relações com o administrador da fazenda e com o cativo, as relações sociais cotidianas que permitiram aos escravos a fuga para as matas da fazenda Ponte de Tábuas em busca do fim dos maus tratos do administrador. Por isso, Pernambuco era reconhecidamente líder e assim ele se reconhecia.

Diante do exposto, a centralidade da escravidão para a formação da Vila de Nova Friburgo passa a ser indiscutível. A maior peculiaridade da Vila, na verdade, estava em ter sido oficialmente fundada pela migração de colonos suíços. Entretanto, a colonização sucumbiu ante o enraizamento dos interesses dos antigos proprietários, ligados ao café e a escravidão. Os colonos, por sua vez, assimilaram as lógicas do sistema escravista e adequaram-se ao padrão de riqueza e posse do Império do Brasil. Os dados aqui apresentados, portanto, auxiliaram a constatação de que a Nova Friburgo da primeira metade do século XIX, com todos os seus distritos, era, por assim dizer, uma Vila escravocrata.

## BIBLIOGRAFIA

ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800 - 1835*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ARAUJO, João Raimundo de. MAYER, Jorge Miguel (orgs.). *Teia serrana: Formação Histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

ARAUJO, João Raimundo de. *Nova Friburgo: a construção do mito da suíça brasileira (1910-1964)*. PPGH – UFF, 2003. (Tese de Doutorado)

ASSIS, Machado. Pai contra mãe. In: *Relíquias da casa velha*.

BARROS, José D' Assunção. *Teoria da História*. Conteúdo: três. Os paradigmas revolucionários. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, (Os grupos étnicos e suas fronteiras); pp. 25-67.

BOM, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil as portas da independência*. Imagem Virtual, 2004.

CARDOSO, C. F. S. *Escravo Ou Camponês? O Proto-Campesinato Negro Nas Américas*. SAO PAULO: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLE, Héctor. *Os Métodos da História*. São Paulo, Graal, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro, Campus.

\_\_\_\_\_. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 4ª Ed.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. *A construção nacional 1830 - 1889*, volume 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 1012.

\_\_\_\_\_. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. & NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das Neves (organizadores). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. *Visões da liberdade uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. Machado de Assis, historiador. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

CORRÊA, Maria Janaína Botelho. *Histórias da História de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Editora Primil, 2012.

\_\_\_\_\_. *O cotidiano de Nova Friburgo no Final do Século XIX: Práticas e Representação Social*. Rio de Janeiro: Educam, 2008. \_\_\_\_\_ . *Histórias da História de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Editora Primil, 2012.

\_\_\_\_\_. *Histórias e Memória de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Educam, 2011

COUCEIRO, Luiz Alberto & ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. *Dimensões cativas e construção da emancipação: relações morais nas lógicas de sociabilidade de escravos e livres. Sudeste, 1860-1888*.

\_\_\_\_\_. *A greve dos escravos na fazenda Ponte das Tábuas em 1850*(Nova Friburgo, Rio de Janeiro). *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 3 – nº 8 ABR/MAI/JUN 2010.

CURIO, Pedro. *Como surgiu Nova Friburgo: esboço Histórico e Episódico, 1818-1840*. Rio de Janeiro.

D'URSEL, Charles. *Sud Amerique*. Paris, 1879. p.102. In: LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a serra*. 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. “COLÔNIA SUÍÇA DE CANTAGALO”, prancha Nº 44, p. 316.

DIAS, Acácio Ferreira. *Terra de Cantagalo*. Cantagalo-RJ 2º edição, 1979, p. 69

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “A Interiorização da Metrópole (1808-1835)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 165.

ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. Niterói, Nitpress, 2008, p. 130

FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Niterói: Tese (titular), IFHC/UFF, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de famílias: casamentos, alianças e fortunas*. Léo Christiano Editorial, RJ, 2008.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa*. Topoi, Rio de Janeiro, Set. 2002.

\_\_\_\_\_. & GÓES, José Roberto *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790 - 1850*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

FOLLY, Luiz Fernando Dutra; FARIA, Aura Maria Ribeiro e OLIVEIRA, Luanda Jucyelle Nascimento de. *Barão de Nova Friburgo: impressões, feitos e encontros*. Rio de Janeiro: UFRJ/EBA, 2010.

GARCIA, R. C. *Nos Descaminhos dos Reais Direitos: O contrabando entre as Capitânicas do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1770-1790)*, Ano de Obtenção: 1995. (Dissertação de Mestrado)

GINZBURG, Carlo. *Mitos emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. "O nome e o como". In: *A Micro História e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1991 [original: 1989].

\_\_\_\_\_. *O inquisidor como antropólogo*. Revista Brasileira de História, São Paulo V.1 nº 21 Set. 90/ fev. 91.

\_\_\_\_\_. *Os andarilhos do bem*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

GÓES, José Roberto Pinto de. *Ponte de Táboas: uma fazenda desgovernada em 1850*. Topoi (Rio de Janeiro), v. 9, p. 153-190, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos. *História, protesto e cultura política no Brasil escravista*. In: SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: APERJ, 1998.

\_\_\_\_\_. *Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista*. Tempo, rio de Janeiro, Vol. I, 1996.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1985.

GRAHAM, Richard. *Brazilian slavery re-examined: a review article*. Journal of Social History, 3 (4).



GRIMBERG, Keila. & SALLES, Ricardo (Organizadores). *O Brasil Imperial, volume I: 1808 - 1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUEDES, Roberto. *A Amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade* (Porto Feliz, SP, século XIX). Afro-Ásia (UFBA), v. 35, 2007.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Uma leitura sobre o império do Brasil no contexto do século XIX: diálogo com Ricardo Salles*. Almanack. Guarulhos, n. 04. p. 46-52, 2º semestre de 2012.

HENRI, Raffard. *La colonie suisse de Nova Friburgo ET La société philanthropique suisse de Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1877.

HOBBSAWM, Eric. “Introdução” In: HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JOYE, Jacob. *Anotações sobre a viagem dos migrantes suíços em 1819*. Tradução feita do original. Arquivado nos Arquivos de l’Etat, Fribourg-suíça. Traduzido por Vera de Siqueira Jaccoud.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a serra*. 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

LARA, Silvia. *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LISBOA, Edson de Castro [e] MAYER, Jorge Miguel. *Os crimes da fazenda Ponte de Tábuas: Um estudo sobre a escravidão no século XIX*. Nova Friburgo, Alberian, 2008.

LOUZADA, Gioconda. *Presença Negra. Uma nova abordagem da história de Nova Friburgo*. Niterói: EDUFF. 1991.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência escrava, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX*. Novos Estudos. Cebrap. São Paulo, 2006. V.4.

Mary C. Karasch, *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*, São Paulo, Companhia das Letras 2000.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

\_\_\_\_\_. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.

\_\_\_\_\_. “Racialização e cidadania no Império do Brasil”. In: José Murilo de Carvalho e Lucia Bastos Pereira das Neves (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987.

- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987.
- MATTOSO, Kátia. A propósito de cartas de alforria – Bahia, 1779-1850. *Anais de História*, IV, 1972.
- MAWE, Jonh Viagens ao Interior do Brasil Principalmente aos Distritos do Ouro e dos Diamantes. Rio de Janeiro, Ed. Zelio Valverd, 1944 .
- MAYER, Jorge Miguel. *Raízes e crises do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo*. Niterói: Tese de Doutorado, PPGH-UFF 2003.
- \_\_\_\_\_; PEDRO, José Carlos & LAFORET, Regina – *As Malas Órfãs: A Bagagem dos Colonos Suíços*, Nova Friburgo, 1996. CDH-Pró-Memória da PMNF. (Datilografado)
- \_\_\_\_\_ & PEDRO, José Carlos. *Vida e Morte na Colônia de Nova Friburgo: Um Estudo Demográfico*, Nova Friburgo, 1991. CDH-Pró-Memória da PMNF. (Datilografado)
- \_\_\_\_\_. *A pequena produção rural e o mundo escravista, Nova Friburgo 1818-1888*. Mim. UFF, Niterói, 1989.
- MELLO e SOUZA, Laura de. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 4ª Edição, 2004.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *A Independência do Brasil em perspectiva historiográfica*. *Revista Pilquen - Sección Ciencias Sociales - Dossier Bicentenario - Año XII - N° 12*, 2010.
- MINTZ, S. W. *The so-called world system: local initiative and local response*. *Dialectical Anthropology*, 2, 1997.
- NICOULIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo: Emigração e Colonização Suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996.
- OLIVEIRA, D. M. *Escravidão e consciência de classe na Nova Friburgo da primeira metade do século XIX: notas introdutórias a uma análise histórico-antropológica*. Fundação Palmares (página de artigos), Internet, 24 jun. 2007.
- PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PEDRO, J. C. *A Colônia do "Morro Queimado": suíços e luso-brasileiros na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo, 1820-1831*. (Dissertação de Mestrado) Ano de Obtenção: 1999.
- PRECIOSO, Daniel. “Última vontade”: A alforria em testamentos de homens pardos (Vila Rica, 1755-1831). *Revista de História*, São Paulo, N° 167, p. 99-128, Julho/Dezembro, 2012.
- REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REVEL, Jaques. *A história ao rés-do-chão*. Prefácio In: LEVI, Giovanni, *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000, p.17.

ROCHA, Ilana Peliciari. *“Escravos da nação”: o público e o privado na escravidão brasileira (1760 – 1876)*. 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.

ROURE, Agenor de. Centenário de Nova Friburgo. Conferência realizada em sessão solene da câmara municipal de Nova Friburgo, a 19 de maio de 1918. In: Revista do IHGB: Tomo 83,1849.

SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. The manumission of slave in colonial Brazil. Bahia, 1684-1745. *The Hispanic American Historical Review*, 54, n. 4, novembro, 1974.

SILVA, Thomé Maria da – *História da Emigração Friburguense para o Brasil: 1819 a 1820*. Nova Friburgo, Tip. Da Sociedade Editora e Impressora de Friburgo, 1918, pág. 21.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flavio dos Santos e FARIAS, Juliana Barreto. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

THOMAZ, Daniel Mandur. *Sob a Regência do Medo: Imprensa, Poder e Rebelião Escrava na Corte Imperial, 1835*. Ano de Obtenção: 2009. (Dissertação de Mestrado)

THOMPSON, E. P. *A formação da classe trabalhadora inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antônio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum – Estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

TOMICICH, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão*. Trabalho, Capital e Economia Mundial. (1ª ed. de 1967; trad. port). São Paulo: Edusp, 2011.

VAINFAS, Ronaldo & NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org.). *Dicionário do Brasil Joanino: 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

## ARQUIVOS

### Arquivo da Igreja de São João Batista de Nova Friburgo

**Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Nova Friburgo**

**Arquivo Histórico Nacional**

**Biblioteca Nacional**

**Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - CDH - Pró-Memória**

**Arquivo Central do Judiciário - SEGAP**

## **FONTES**

Coleção Caixas da Colônia.

Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820 - 1850.

Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional Digital Brasil – Fundação  
Biblioteca Nacional

Processo Crime: Fazenda Ponte de Tábuas.

Livros de Notas do Cartório do Segundo Ofício Volumes I, II, III e IV.

Livros I e II de Batismo

Livro I de Tombo